

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 517 700 Cables: AU, ADDIS ABABA

CONSELHO EXECUTIVO
Décima-Primeira Sessão Ordinária
25 - 29 de Junho de 2007
Acra, Gana

EX.CL/356 (XI)

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO PARA O
PERÍODO JANEIRO A JUNHO DE 2007

INTRODUÇÃO

A Décima-primeira Sessão Ordinária do Conselho Executivo e a 9ª Sessão Ordinária da Conferência realizam-se na perspectiva do “Grande Debate”, ao qual estão convidados os Chefes de Estado e de Governo da nossa União, sob o tema do “Governo da União”, no cumprimento da Decisão Assembly/AU/Dec.156 (VIII), adoptada pela 8ª Sessão Ordinária da Conferência, realizada em Adis Abeba, em Janeiro de 2007.

Este debate tornou-se necessário para permitir aos nossos dirigentes fazer uma avaliação do estado da União, a fim de identificar os constrangimentos que entravam a sua marcha decidida rumo à integração e traçar o caminho a seguir. Se é verdade que a integração do Continente é um processo longo e difícil que deve ser conduzido cuidadosamente, ela constitui uma necessidade para a África, perante a globalização do Séc. XXI que, se não for controlada em devido tempo, corre o risco de enfraquecer o nosso Continente e reduzi-lo à marginalização e mantê-lo no subdesenvolvimento.

Uma vez que o tempo não está a favor de África nesta perspectiva, é preciso agir, e agir rapidamente no espírito da Declaração de Sirte para a criar as condições e do ambiente propícios para a integração, em realçar os seus aspectos políticos e económicos que são complementares. Com efeito, se hoje estamos todos de acordo que o subdesenvolvimento e a pobreza constituem o maior desafio ao qual a África está confrontada nesta etapa da sua história, é importante salientar a expressão da solidariedade africana e dos esforços colectivos exigidos para o desenvolvimento de todas as formas de infra-estruturas, alargamento do mercado interno africano, desenvolvimento das capacidades industriais do Continente, transformação e valorização dos produtos africanos, criação de postos de trabalho e da riqueza, bem como a criação das condições de uma verdadeira segurança humana.

Por isso, devemos admitir que esses objectivos não podem ser alcançados pelos nossos países individualmente; mesmo que alguns tenham a capacidade de fazê-lo, não poderão sobreviver à pressão das grandes potências e a um ambiente caracterizado por vizinhos não desenvolvidos. Assim sendo, deve desempenhar o papel de força motriz do desenvolvimento. De igual modo, esses objectivos do desenvolvimento sustentável não podem ser realizados

somente através da ajuda, endividamento ou qualquer forma de assistência externa. Devemos basear o nosso desenvolvimento nos nossos recursos humanos e naturais.

É por isso que, na perspectiva do Grande, o período em análise foi marcado pela realização de várias consultas, no âmbito da aplicação da decisão Assembly/AU/Dec.156 (VIII), designadamente:

- Consultas nacionais levadas a cabo por alguns Estados Membros;
- Consultas regionais conduzidas por algumas CERs;
- Sessão de Reflexão dos Ministros dos Negócios Estrangeiros realizada de 8 a 9 de Maio do corrente ano em Zimbali, África do Sul;
- Sessão Extraordinária do Conselho Executivo, realizada em 10 de Maio, no mesmo local;
- Sessão de Reflexão no seio do Parlamento Pan-africano;
- Consulta abrangente, a nível continental, entre representantes de governos e representantes de diferentes camadas sociais (exército, parlamentos, associações profissionais, universitários, sociedade civil, etc.), organizada pela Comissão, de 28 a 31 de Maio;
- Sessão de Reflexão dos membros do Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos.

Todas estas consultas foram feitas em torno do “Governo da União”, tendo como fundamento, oportunidade, via e etapas a seguir para o seu surgimento e seu lugar na marcha rumo aos Estados Unidos de África. As conclusões a que chegaram certamente que serão tomadas em consideração durante o Grande Debate.

O período em análise foi caracterizado pela conclusão bem sucedida de três grandes projectos que visam a afirmação da nossa União e da sua eficácia. Esses acontecimentos tiveram como palco a “Sede da União, em Adis Abeba, por ocasião da celebração do Dia de África, em 2007, organizada sob o tema “Reforcemos o lugar de África no Mundo, através de parcerias estratégicas, equilibradas e responsáveis”.

Esta manifestação, realizada sob o alto patrocínio do Presidente da União, S. Exc^a John A. Kufuor, Presidente da República do Gana, foi honrada com a sua presença efectiva, assim como pela presença de S. Exc^a Meles Zenawi, Primeiro-Ministro da República Federal Democrática da Etiópia. Durante a cerimónia, realizaram-se os seguintes acontecimentos:

- O lançamento do Passaporte Diplomático Africano em conformidade com a Decisão EX.CL/Dec.337 (X), do Conselho Executivo. A partir de agora, os funcionários da União dispõem de um documento fiável e seguro para as suas deslocações no Continente, talvez brevemente em alguns países parceiros de África, quando forem feitas negociações que culminarão com o reconhecimento do referido Passaporte. Além dos funcionários, o Passaporte será atribuído a funcionários dos Estados Membros, de acordo com modalidades a serem fixadas;
- O lançamento da fase operacional do Projecto de Governação Electrónica (VSAT) da União que constitui para da transformação institucional, destinado a assegurar a conectividade total e a prestação de serviços modernos de telecomunicações entre a Sede da Comissão e os seus Escritórios Técnicos e de Representação, as Comunidades Económicas Regionais e os Estados Membros graças à criação de uma rede de interconexão Via Satélite. Cumpre-me levar ao conhecimento do Conselho que, graças a este sistema, a Presidente do Parlamento Pan-Africano (PAP) conversou com o Presidente da União através do video-conferência durante as cerimónias do 25 de Maio em Adis Abeba, de igual modo, a Presidente e os membros do Bureau do PAP foram capazes de acompanhar em directo toda a cerimónia de Adis Abeba, a partir de Midrand, Sede do Parlamento;
- A colocação da primeira pedra do novo Centro de Conferências da União, empreendimento que a República Popular da China se ofereceu a construir gratuitamente para a União Africana, como testemunho vivo de Parceria entre a África e a China. A primeira pedra foi colocada pelo Presidente da União, na presença do Primeiro-ministro da República Federal Democrática da Etiópia, de uma grande delegação chinesa, chefiada pelo Vice-ministro do Comércio daquele país e do Presidente da Comissão.

Além das actividades que mobilizaram o essencial da reflexão da Comissão durante o período em análise, a Comissão prosseguiu com as actividades regulares inscritas no seu calendário de trabalho e no Orçamento de 2007. Estas actividades inscrevem-se na continuidade da implementação das prioridades inscritas no Plano Estratégico de 2004-2007, quadro de acção da Comissão, que termina no fim do ano.

É com muito prazer que informo o Conselho que a Comissão, nós já iniciamos as acções que conduzirão à avaliação da implementação deste plano, a fim de se tirarem conclusões e lições necessárias para a preparação do segundo plano; o mesmo será apresentado para adopção do Conselho e da Conferência o mais tardar nas suas Sessões de Janeiro de 2008.

Um dos eixos prioritários deste Plano articula-se à volta da resolução de conflitos, da busca e da consolidação da paz, domínio no qual a Comissão continuou a fazer progressos sobretudo no que diz respeito ao conflito de Darfur para o qual foi alcançado um entendimento no âmbito da missão conjunta UA-ONU; os progressos são menos conclusivos no que respeita à Somália onde resta ainda muito por fazer; nós devemos renovar esforços para a questão da União das Comores.

Do mesmo modo, é com prazer que informo ao Conselho e à Conferência, que a Comissão continua a trabalhar com os Estados membros com vista a consolidar as bases das nossas novas democracias e as práticas de boa governação. A este respeito, e para além das observações das eleições nos Estados Membros, ela iniciou as acções necessárias para assegurar a entrada em vigor, o mais breve possível, da *“Carta sobre a Democracia, Eleições e Boa Governação”*, Adoptada em Janeiro de 2007.

No que diz respeito a outros domínios abrangidos neste relatório, salientam-se particularmente as actividades relativas ao desenvolvimento social, cultural e humano propício à implementação acelerada da Agenda para a Integração Económica de África. Algumas destas actividades constituem pontos separados na Agenda do Conselho a título informativo das conferências ministeriais sectoriais e de reflexões estratégicas para acções concertadas nos planos regional e continental.

O Conselho assinalará também que no domínio administrativo e financeiro a Comissão continua a desdobrar esforços necessários para melhorar os métodos de trabalho, nomeadamente no que respeita a gestão dos recursos humanos e financeiros da União. Já se iniciaram acções concretas através da implementação da fase 2 do Projecto de Transformação Institucional. Os empreendimentos desta segunda fase prosseguem através dos seguintes projectos: VSAT; Gestão Integrada dos Sistemas Administrativos e Financeiros; Gestão de Partilha do Saber; Processo de Facilitação; Cultura Logo que todos estes projectos atingirem a sua fase de implementação operacional, a Comissão será melhor equipada para garantir uma gestão sã e transparente de todos os recursos que serão postos à sua disposição.

Convém todavia salientar, que se através das diversas parcerias que estamos a criar para que a União seja mais visível e o lugar de África consolidado no Mundo, os nossos parceiros continuam a honrar os seus compromissos em termos de assistência financeira e outras ajudas quer colectivamente (UE), quer individualmente, nós lamentamos como sempre os atrasos da transferência das contribuições dos nossos Estados Membros. Na altura da conclusão deste relatório, o montante das contribuições em dívida, equivalente ao ano de 2007, era de 70.619.460,27 \$EU e o dos anos anteriores era de 37.112.646,47 \$EU cuja soma total eleva-se a 107.732.106,74 \$EU.

Cabe-me nesta ocasião:

- Lançar um apelo urgente aos Estados Membros para que cumpram com as suas obrigações financeiras em relação ao Orçamento da União;
- Expressar a nossa profunda gratidão e agradecimentos aos parceiros pela assistência financeira que eles continuam a prestar à União e particularmente à Comissão pela implementação dos seus programas.

Na sequência do alargamento desta base de parcerias estratégicas equilibradas e responsáveis, o período em análise foi caracterizado pelos trabalhos conjuntos UA-UE no âmbito do diálogo África-UE na perspectiva da Cimeira de Lisboa que terá lugar provavelmente no fim deste ano. Os preparativos para o Fórum da Cimeira para a Parceria África-Índia continuam igualmente e a segunda reunião preparatória teve lugar em Adis Abeba a 23 e 24 de Maio de 2007. Já se iniciaram também as consultas para a realização de um Fórum de Parceria com a Turquia previsto para o próximo ano. Outras parcerias com a Rússia, os Estados Árabes e o Irão estão em fase de preparação. Finalmente, permitam-me renovar toda a gratidão à Comissão no seu conjunto, ao CRP, ao Conselho e em seu nome, à Conferência, pelo seu apoio incessante e renovado a fim de facilitar a sua tarefa tão nobre na condução da Visão da União em prol de uma África integrada e unida, dona do seu destino e de um melhor futuro para os seus povos.

Alpha Oumar Konaré

A. QUESTÕES JURÍDICAS

A.I. FUNÇÕES DEPOSITÁRIAS

1. Apraz-me informar o Conselho Executivo que, desde a submissão do último relatório em Janeiro de 2007, não se registaram desenvolvimentos significativos em relação ao estado dos Tratados da OUA/UA. O ritmo com que os Estados Membros assinaram e ratificaram os Tratados da OUA/UA tem sido sempre demasiado lento. Todavia, a adopção da Carta Africana sobre a Democracia, as Eleições e a Governança, em Janeiro de 2007, em Adis Abeba, Etiópia, é um marco importante para o continente e mais uma prova adicional da determinação dos nossos líderes em prosseguir a caminhada rumo ao fortalecimento dos processos democráticos nos nossos diversos países. Tenho o prazer de informar o Conselho Executivo que a Carta foi aberta à assinatura dos Estados Membros e que até a data, dois (2) Estados Membros já a assinaram, nomeadamente, a Guiné e a Namíbia. É escusado realçar a importância desta Carta e não tenho a mínima dúvida que os Estados Membros assegurarão a rápida entrada em vigor. Além disso, a Carta será disponível para assinatura em Acra, Gana. Exorto a todos os Estados Membros no sentido de assinar.

A.II. ACREDITAÇÃO DOS ESTADOS NÃO-AFRICANOS JUNTO DA UNIÃO AFRICANA

2. Em conformidade com a Parte II, Secção II (3) dos Critérios para a Concessão do Estatuto de Observador e de Acreditação junto da União Africana (os Critérios) adoptados pelo Conselho Executivo em Julho de 2005, continuei a receber e a analisar pedidos de acreditação de vários Estados não-Africanos, tendo em mente o interesse supremo da União e as preocupações dos Estados Membros. Apraz-me informar o Conselho que desde o último relatório deferi as cartas credenciais de onze (11) Estados não-Africanos e de uma (1) organização internacional para além dos que foram acreditados anteriormente, em conformidade com a Parte II, Secção II (3) dos Critérios para a concessão do Estatuto de Observador e de um Sistema de Acreditação junto da União. Os nomes dos representantes acreditados desde o meu último relatório e os seus respectivos Estados/organizações são enumerados na tabela abaixo:

Nº	Nomes dos Representantes Acreditados	País
1.	Sua Excelência Sr. Kiomars Fotouhi Ghiam	Irão
2.	Sua Excelência Sr ^a Cindy L. Couville	Estados Unidos da América
3.	Sua Excelência Dr. Rudolf Agstner	Áustria
4.	Sua Excelência Sr. Bruce Goodwin	Antígua e Barbuda
5.	Dr. Roger Salla Ntougá	Representante da ONUSIDA junto da UA
6.	Sua Excelência Sr. Peter Reinhardt	Suíça
7.	Sua Excelência Sr ^a Sigridur Duna Kristmundsdottir	Islândia
8.	Sua Excelência Sr ^o Dr ^a Vera Maria Fernandes	Portugal
9.	Sr. Iftikhar A. Arain	Paquistão
10.	Sua Excelência Sr. Hector Humberto Valezzi Zafra	México
11.	Sr. Gabriel Irine Branzaru	Roménia

O número total dos Estados não-Africanos acreditados junto da União eleva-se actualmente a quarenta e sete (47).

A.III. REGISTO E PROTECÇÃO DE NOMES, SIGLAS E SÍMBOLOS DA UA E NEPAD NA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL (OMPI)

3. O Conselho recordar-se-á que em Janeiro de 2007, tive o prazer de informar os Estados Membros que a paraferália da UA foi registada junto da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e está agora protegida em conformidade com a Convenção de Paris para a Protecção da Propriedade Industrial (Convenção de Paris). Neste contexto, gostaria de reiterar o meu apelo ao Conselho quanto à necessidade para os Estados Membros que ainda não o fizeram, a tomar as medidas necessárias para assegurar a protecção dos Direitos de Propriedade Intelectual da União Africana, nos seus respectivos países através da aprovação da legislação nacional apropriada e informar devidamente a Comissão. Gostaria de recordar que o Artigo 6º da Convenção de Paris solicita os Estados Membros a recusar o registo das marcas contraditórias e ofensivas e a proibir o uso da bandeira, outros símbolos e siglas da União Africana.

A.IV. HARMONIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS DE RATIFICAÇÃO DOS TRATADOS

4. O Conselho recordar-se-á também que, através da Decisão EX.CL/Dec. 128 (V), a Comissão foi solicitada a levar a cabo um estudo sobre os procedimentos de ratificação dos Tratados nos Estados Membros, bem como sobre as formas de os harmonizar com vista a acelerar o processo de ratificação.

5. Gostaria de informar o Conselho que a Comissão deu início ao estudo e, através das Notas Verbais com a referência BC/OLC/66.5-1/11/Vol. IV e BC/OLC/24.18/5/Vol. I datadas de 5 de Outubro de 2006 e 3 de Maio de 2007

respectivamente solicitou os Estados Membros a submeterem à Comissão os procedimentos para a ratificação dos Tratados nos seus países. Todavia, somente nove (9) dos cinquenta e três (53) Estados Membros responderam e isto atrasou, por conseguinte, a conclusão e a submissão do estudo. Gostaria de informar ainda o Conselho que a Comissão pensa submeter o documento em Outubro de 2007 à consideração da Conferência da UA dos Ministros da Justiça e dos Procuradores Gerais.

A.V. COMITÉS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS (CTEs)

6. Durante a 10ª Sessão Ordinária do Conselho, em Janeiro de 2007, apresentei um relatório sobre os Comitês Técnicos Especializados. O Conselho lembrar-se-á que solicitou os Estados Membros a realizarem consultas à escala nacional com os actores interessados e a submeterem quaisquer comentários e observações à Comissão da UA. Além disso, o Conselho solicitou ao CRP e à Comissão da UA a analisarem as propostas contidas no relatório da Comissão e as observações recebidas dos Estados Membros e a submeterem recomendações concretas à próxima sessão do Conselho Executivo.

7. Neste contexto, a Comissão convidou os Estados Membros através das Notas Verbais com referência BC/OLC/27.2 –1/40/Vol.II e BC/OLC/27.2-1/2Vol. III datadas de 21 de Fevereiro e 19 de Março de 2007, respectivamente, a realizarem as consultas necessárias nos seus países e submeterem quaisquer comentários e observações à Comissão até 30 de Abril de 2007. Até à data, somente três (3) Estados Membros submeteram as suas reacções à Comissão.

8. Recorde-se ainda que na 10ª Sessão Extraordinária do Conselho Executivo, realizado em 10 de Maio de 2007, em Durban, África do Sul, o Conselho recomendou uma auditoria a todos os Órgãos da União Africana, tendo aprovado os termos de referência para a auditoria, pelo que as propostas finais sobre os CTEs devem ser sujeitos à auditoria.

B. MULHER, GÉNERO E DESENVOLVIMENTO

9. Gostaria de chamar a atenção do Conselho pelo facto de que uma das principais responsabilidades da União Africana que congrega todos os decisores políticos da África ao mais alto nível consistem em sensibilizar e encorajar os líderes africanos a envidar grandes esforços e prever a integração das questões relativas à mulher na sua agenda. A Direcção da Mulher, Género e Desenvolvimento da Comissão (DMGD) é este ponto focal que identifica as preocupações das mulheres, e através de intervenções eficazes, incorporá-las nas políticas, programas e actividades da União, a nível da Comissão da UA, de outros Órgãos, das CERs e dos Estados Membros. A Direcção coordena também a voz da África aos níveis continental e internacional.

10. Neste aspecto, o objectivo bicéfalo da DMGD é de (a) encorajar e apoiar os Estados Membros da UA a implementar políticas que visam a realização da equidade entre ambos os sexos assegurando que os homens e as mulheres tenham as mesmas oportunidades de acesso aos órgãos do poder que controlam a sociedade e determinam as questões do desenvolvimento e as iniciativas de paz; (b) adoptar medidas para a implementação eficiente dos acordos, recomendações e decisões existentes sobre as questões que afectam as mulheres na perspectiva do género.

11. Neste aspecto e durante os últimos três anos e meio, a Comissão centrou as suas actividades nas áreas seguintes: estabelecimento das estruturas institucionais necessárias; reforço da capacidade interna com vista à integração do género; implementação da Declaração Solene sobre a Igualdade do Género em África adoptada pelos Chefes de Estado; Consolidação da parceria e da sensibilização; e reforço das vozes das mulheres nos processos da paz.

12. **Relativamente ao estabelecimento do quadro institucional necessário e ao reforço da capacidade interna para a integração do género,** Apraz-me informar o Conselho que a Comissão procedeu a uma Auditoria da Perspectiva do Género dos Departamentos da Comissão da UA. O objectivo principal desta Auditoria era saber até que ponto a CUA dá ênfase aos quadros institucionais, instrumentos jurídicos, políticos, programas e actividades ao abordar as questões do género e da autonomização da mulher. A auditoria procurou também definir as modalidades sobre a melhor forma de integrar a especificidade do género e da autonomização da mulher no seio da UA.

13. A Auditoria do Género preparou a base para o Projecto do Plano Estratégico da Integração do Género da UA (2008-2011) para as componentes Política e Social dos programas da UA. Uma Política do Género da UA está em fase de elaboração. Uma vez adoptada, a Política do Género da UA vai constituir um quadro para a integração do género e a emancipação da mulher em África. Neste aspecto, vários Workshops de Validação de Peritos foram realizadas sobre estas três contribuições, com participantes seleccionados no seio da Comissão da UA, de outros Órgãos da UA e das CERs. Outros processos de Validação estão previstos sobre a Política do Género da UA.

14. A Comissão publicou também um Manual sobre as Boas Práticas na **Integração do Género em África** realçando estudos de casos onde foram registadas mudanças positivas, leis, políticas, programas e orçamentos. Neste contexto, a DMGD organizou em Maio de 2006, na Sede da CUA, uma **Feira de Conhecimentos e uma Oficina Consultiva** com o tema *“Boas Práticas na Integração do Género e Emancipação da Mulher”*. O Workshop procurou identificar estratégias, instrumentos e mecanismos que podem ser adoptados com vista à integração das questões do género no seio da CUA, nas CERs noutros Órgãos e Estados Membros da UA.

15. No mesmo domínio, a Comissão organizou em Março de 2006 um Workshop sobre o Desenvolvimento de Currículo para um Curso dedicado ao Género para os decisores económicos. Foi uma iniciativa conjunta com o Instituto das NU para a Planificação Económica e o Desenvolvimento (UNIDEP). Este curso, o primeiro do género em África, visa colmatar a falta de capacidade dos decisores económicos africanos, dos técnicos de planificação do orçamento, dos profissionais do desenvolvimento e dos defensores de políticas na concepção e implementação de políticas económicas e programas sensíveis a especificidade do género. Procurou também preencher o fosso de conhecimentos dos economistas sobre as questões do género e melhorar os conhecimentos económicos dos peritos do género. O primeiro curso foi organizado de 23 de Novembro a 24 de Dezembro de 2006, na Sede da Comissão da UA, em Adis Abeba.

16. **Implementação da Declaração Solene dos Chefes de Estado da UA sobre a Igualdade do Género em África (DSGA).** Recorde-se que na Declaração, os Chefes de Estado e de Governo Africanos reafirmaram o seu compromisso ao princípio da igualdade do género em conformidade com o Artigo 4º (i) do Acto Constitutivo da União Africana, bem como outros compromissos, princípios, objectivos e acções existentes estipulados nos vários instrumentos regionais, continentais e internacionais sobre os direitos humanos e da mulher.

17. Foi nesta ordem de ideias que a Comissão organizou, em Outubro de 2005, em Dakar, Senegal, a “*Primeira Conferência dos Ministros Responsáveis pelos Assuntos das Mulheres e do Género*”. Durante esta conferência, os Ministros adoptaram dois documentos que podem facilitar a implementação da Declaração Solene pelos Estados Membros, nomeadamente o Quadro de Implementação da Declaração Solene sobre a Igualdade do Género em África, e as Orientações para a implementação relativa à Declaração Solene sobre a Igualdade do Género em África. Analisaram também o seu próprio papel no processo da DSIGA e na concepção do programa do Género da União Africana.

18. De acordo com o calendário adoptado pelos Ministros Responsáveis pelos Assuntos da Mulher e pelo Género e aprovado pelo Conselho e pela Cimeira em 2006, em Cartum, Sudão, todos os Estados Membros da UA deviam submeter os seus relatórios sobre a Declaração Solene para análise nas sessões do Conselho e da Cimeira de Janeiro de 2007. Mas, apenas nove Estados Membros submeteram atempadamente os seus relatórios à referida sessão do Conselho e da Cimeira. Alguns parceiros da UA submeteram também os seus relatórios, nomeadamente o BAD, IAC, UNIDO e PAM.

19. Foi neste contexto que, nas sessões do Conselho e da Conferência em Janeiro de 2007, foram analisados em conformidade com as disposições da DSIGA, nomeadamente a Síntese dos relatórios submetidos pelos Estados

Membros e o Segundo relatório do Presidente sobre a implementação da Declaração Solene.

20. Do mesmo modo, criei, em 2006, um Comité Consultivo denominado “**o Comité das Mulheres da União Africana (CMUA)**”. O Comité presta assessoria ao Presidente e à CUA em geral sobre questões do género e do desenvolvimento. O CMUA é considerado também como um instrumento para a popularização das decisões e acções da UA sobre a promoção da igualdade do género e da emancipação da mulheres. O Comité desempenha também um papel especial na monitorização e promoção da implementação da DSIGA. O CMUA foi instaurado e realizou a sua primeira reunião em Abril de 2006, em Adis Abeba, Etiópia. A sua segunda reunião realizou-se em Abril de 2007 em Adis Abeba, no decurso da qual adoptou o seu plano de trabalho e os seus membros tiveram uma sessão de formação em matéria de género.

21. No domínio do reforço da parceria e da sensibilização, a CUA organizou, em Novembro de 2006, uma consulta das OSC (Organizações da Sociedade Civil) subordinada ao tema “O Papel das OSC na monitorização e nas informações sobre a Declaração Solene sobre a Igualdade do Género em África (DSIGA)”. O objectivo da consulta era conceber uma forma de colaboração entre os parceiros das OSC e a Divisão do Género na monitorização anual e na apresentação do relatório sobre a implementação da DSIGA. Ao concluir a consulta, as OSC adoptaram os mecanismos a fim de coordenar o seu relatório paralelo sobre o DSIGA; desenvolver um Directório das OSC em todos os sectores do desenvolvimento para o WGDD; de elaborar as iniciativas das políticas do desenvolvimento; e coordenar as actividades das organizações das mulheres na sociedade civil durante as pré-Cimeiras da UA.

22. O Conselho concordará comigo que a adopção e a entrada em vigor do **Protocolo à Carta Africana sobre os Direitos do Homem e dos Povos relativo aos Direitos das Mulheres em África** constitui um marco importante na promoção, na protecção e no respeito pelos direitos das mulheres em África. Por conseguinte, as mulheres africanas podem utilizar o Protocolo para a promoção, o respeito e a defesa dos seus direitos.

23. Consequentemente, a Comissão reforçou as parcerias e desenvolveu campanhas de sensibilização sobre os direitos humanos das mulheres visando especialmente a ratificação rápida do Protocolo, a sua popularização e a sua inclusão no sistema jurídico nacional.

24. É neste contexto que a Comissão, em colaboração com “a Solidariedade com os Direitos da Mulher Africana” publicou um livro intitulado “**Vulgarização do Protocolo da União Africana sobre os Direitos da Mulher em África**”. A Comissão e a SOAWR organizaram também conjuntamente a “**Consulta Regional sobre as Estratégias para a Aceleração da ratificação do**

Protocolo da UA sobre os Direitos da Mulher em toda a África do Norte, em Abril de 2007, em Tunes, Tunísia.

25. Como a monitorização, a avaliação e a implementação das **Plataformas de Acção Africana e Mundial** foram confiadas à UA e à CEA, entre outros, a Comissão continua a intensificar e a expandir a sua cooperação com as organizações internacionais, agências de desenvolvimento, instituições regionais e sub-regionais e os Estados Membros da UA no quadro dos esforços no sentido de impulsionar o estatuto da Mulher Africana.

26. **Reforço das Vozes das Mulheres nos processos de Paz.** Como parte dos esforços da UA no reforço das Vozes das Mulheres nos processos de Paz, especialmente nos países que emergem de conflitos, a Comissão estabeleceu uma Rede do Género, da Consolidação da Paz e da Governação, em parceria com o Programa Regional do Género do PNUD em África. A Rede congrega vários indivíduos e instituições com vista a reforçar a capacidade e promover a governação sensível à especificidade do género nos países que emergem de conflitos. Além do mais, a Comissão trabalha estreitamente com a UNIFEM no reforço das Vozes das Mulheres nos processos de Paz, especialmente nos eventos que conduziram à assinatura do Acordo de Paz do Darfur.

C. ACTIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA

C.I. ACTIVIDADES

27. A missão do Gabinete de Auditoria Interna (GAI) é garantir a confiança e a assessoria na gestão da Comissão. O Gabinete apoia também a direcção executiva no cumprimento eficaz das suas responsabilidades disponibilizando-lhes análises, avaliações, pareceres e recomendações sobre as actividades analisadas.

28. Desde a Cimeira de Adis Abeba, realizada em Janeiro de 2007, as actividades de auditoria levadas a cabo pelo Gabinete de Auditoria Interna incluem a análise de:

- a) Verbas e gestão das Verbas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006;
- b) Actividades de Recrutamento na Sede para os vinte e quatro meses, de Janeiro de 2005 a Dezembro de 2006;
- c) Missão da União Africana no Burundi (MUAB);
- d) Missão da União Africana no Sudão (AMIS) – Facilitar a entrega de pastas dos funcionários das Finanças;

- e) Execução do Orçamento e Controlo das Despesas na Sede para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006;
- f) Escritório Regional da África Austral (SARO) –Lilongwe para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006;
- g) Missão Permanente junto da Liga dos Estados Árabes – Cairo;
- h) Projecto e Fundos Especiais na Sede para os 24 meses de Janeiro de 2005 a Dezembro de 2006.

29. Além disso, em conformidade com o Plano Estratégico da Comissão para o período 2004-2007, o GAI está a finalizar a preparação da Carta e do Manual da Auditoria através da firma de consultoria Deloitte & Touche.

C.II. IMPACTO E DESAFIOS

30. O Gabinete apoia a Gestão na realização da visão, da missão e do objectivo da Comissão promovendo o estabelecimento de um controlo interno eficaz e eficiente, avaliando os riscos e recomendando medidas com vista a mitigar estes riscos. Portanto, o Gabinete está a desempenhar um papel pró-activo e crucial na consolidação de uma Comissão eficiente, transparente e responsável.

31. Todavia o Gabinete de Auditoria Interna depara-se com uma falta de recursos humanos para a concretização dos seus objectivos preconizados e para prestação dos serviços necessários. Acredita-se que este problema será resolvido com o processo de recrutamento em curso e com a revisão da Estrutura de Maputo.

C.III RUMO A SEGUIR

32. Antes do fim do ano orçamental, o GAI organizará uma oficina sobre o papel da auditoria interna, a avaliação de riscos e a boa governação, a favor dos gestores da CUA. Com o intento de facilitar a realização da oficina, a Deloitte & Touche foi contratada para apoiar o GAI. A oficina incentivaria uma abordagem pró-activa do processo de gestão de riscos e encorajaria os gestores a trabalhar diligente e positivamente com o Gabinete de Auditoria Interna.

D. CIDADÃOS AFRICANOS E DIÁSPORA

33. Durante o período em análise, a Comissão levou a cabo as seguintes actividades relacionadas com os Cidadãos Africanos, as Organizações da Sociedade Civil e a Diáspora.

D.I. APOIO PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ECOSOC

34. O Conselho recordar-se-á que, uma vez que o Comité Permanente Interino do ECOSOCC não pôde levar o seu mandato até ao fim, a 10ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo prorrogou o mandato do ECOSOCC interino até 31 de Dezembro de 2007, e solicitou o Comité Permanente a tomar medidas necessárias para assegurar que o processo de eleições na Assembleia pós-interina seja concluído na data prevista. Solicitou a Comissão a tomar medidas necessárias para apoiar este processo. Por conseguinte, a Comissão deferiu o pedido apresentado pela Presidente, Prof. Wangari Maathai, de convocar uma reunião do Comité Permanente Interino (ISC) da ECOSOCC no Cairo, Egipto, de 24 a 26 de Fevereiro de 2007, a fim de elaborar os processos e os procedimentos para o cumprimento deste mandato. A reunião do ISC desenvolveu um programa de trabalho para a popularização do processo do ECOSOCC e para a realização de eleições entre Junho e Dezembro de 2007.

35. Subsequentemente, sob a égide do ISC, o Comité do Programa de Trabalhos e de Credenciais do ECOSOCC, o Secretariado do ECOSOCC concebeu um padrão para as eleições que foi lançado nos websites da União Africana e do ECOSOCC e publicado nos meios de comunicação nacionais, regionais e outros. Os padrões estipularam os critérios de elegibilidade e apelaram às organizações interessadas a submeterem as suas candidaturas. No fim do mandato, o Secretariado do ECOSOCC recebeu cerca de 250 candidaturas vindas de várias regiões do Continente. O Comité de credenciais reuniu-se a 17 e 18 de Junho de 2007, no Gana, para verificação das credenciais dos candidatos. Com este avanço, pode afirmar-se que o processo está a evoluir positivamente. Espero que as eleições sejam realizadas na data marcada de 31 de Dezembro de 2007, para que o ECOSOCC pós-interino possa ser inaugurado em 2008.

36. É importante observar que os processos eleitorais em curso são regionais, nacionais e continentais. A Diáspora Africana deve também eleger 20 representantes para a Assembleia Geral do ECOSOCC.

37. No entanto, uma vez que as disposições do artigo 3º relativo à composição do ECOSOCC realçam estritamente os grupos sociais e profissionais no Continente, seria aconselhável assegurar que os critérios de participação da Diáspora no ECOSOCC sejam claramente definidos no documento quadro que deve ser endossado pelos órgãos decisores competentes com vista a assegurar a legitimidade do processo. A Direcção dos

Cidadãos Africanos deve debruçar-se sobre o referido documento o mais depressa possível para assegurar a participação atempada e eficiente dos representantes da Diáspora no processo do ECOSOCC:

D.II INCENTIVAR AS PARCERIAS SECTORIAIS: O FÓRUM DAS ASSOCIAÇÕES SINDICAIS

38. Além disso, a Comissão intensificou os esforços tendentes a integrar a participação da sociedade civil nos assuntos da União, em geral, e da Comissão, em particular. Neste âmbito, a Comissão iniciou um programa visando incentivar as parcerias entre a União e os vários grupos profissionais e sectoriais começando com o movimento sindical conforme previsto no Plano de Acção Estratégico da Comissão aprovado pela Conferência em 2007. Assim, a Comissão, em colaboração com a Organização dos Sindicatos Africanos, realizou o Fórum de Parceria UA-OUA, em Acra, Gana, de 3 a 5 de Abril de 2007 com vista a partilhar e trocar informações sobre as questões de extrema importância para a UA, elaborar um quadro institucional mais estruturado para a associação e as directrizes para um tal relacionamento, assim como uma agenda para cooperação e acção. O Fórum, que contou com a participação do mais alto nível de dirigentes Sindicais Africanos aos níveis nacional, regional e continental, elegeu um Comité Director composto por 5 membros para dirigir este processo e realçou também as áreas específicas de cooperação nas quais o Movimento Sindical pode trazer mais-valia às acções da UA. Além disso, o Fórum decidiu realizar uma Conferência prática estratégica em finais de 2007, com vista a elaborar o roteiro desta cooperação. Abordou também outras questões importantes, tais como o financiamento da União, o ECOSOCC e as propostas para o Governo da União. Dando seguimento a este processo, a Comissão tem a intenção de inaugurar o Conselho Ecuménico no segundo semestre de 2007.

D.III. CONSULTAS DA ESTRATÉGIA CONJUNTA UA-EU

39. Para vincar o seu compromisso de transformar as OSC Africanas em parceiros eficazes na União Africana, a Comissão promoveu a participação eficiente e reforçada das organizações da sociedade civil na evolução da Estratégia Conjunta UA-UE. Neste contexto, ela iniciou consultas com as Organizações Africanas da Sociedade Civil sobre a Estratégia Conjunta UA-EU para o Desenvolvimento da África em Acra, Gana, de 26 a 28 de Março de 2007, bem como apoiou e financiou a participação da Sociedade Civil Africana nas consultas da Sociedade Civil Europeia, em Bad Honnef, Alemanha, aos 23 e 24 de Abril de 2007. A consulta de Acra analisou o documento-quadro emergente e fez recomendações concretas para a sua melhoria. Acordou também sobre algumas decisões, que incluem o processo de acompanhamento para assegurar uma participação contínua e activa das OSC no processo até à Cimeira de Lisboa e depois, a fim de facilitar o processo de implementação. Estabeleceu também o Comité Director para colaborar com CIDO com vista a assegurar um

acompanhamento eficiente das consultas das OSC Africanas sobre a Estratégia Conjunta UA-UE. A realização de um workshop de seguimento para análise das actividades a meio percurso está prevista para Agosto de 2007 e pretende-se que os processos de sociedade civil da UA e UE venham a convergir efectivamente numa reunião intercontinental das OSC em Outubro de 2007.

D.IV. GOVERNO DA UNIÃO

40. Apraz-me informar o Conselho que a Comissão promoveu também a participação activa das OSC no debate sobre o Governo da União. A questão foi submetida em várias reuniões das OSC para análise e através da agenda da parceria sectorial que está a evoluir. Além disso, as OSC foram activamente envolvidas nas consultas continentais globais sobre o Governo da União, realizadas de 29 a 31 de Maio de 2007, em Adis Abeba, Etiópia.

D. V. CONSOLIDAÇÃO DA INICIATIVA DA DIÁSPORA

41. Os esforços para desenvolver e consolidar a Iniciativa da Diáspora continuam a bom ritmo. A consolidação das redes da Diáspora continua a ser uma prioridade. As Redes nacionais estão sendo constituídas na Europa como uma base para uma plataforma continental. A Rede Sul-americana será também finalmente estabelecida em Agosto de 2007.

42. Além disso, a Comissão trabalha activamente com o Governo da África do Sul na preparação para a Cimeira da Diáspora Africana, prevista para princípios de 2008, na África do Sul. Várias Conferências Consultivas já foram realizadas a níveis nacional, regional e da Diáspora em Pretória, Londres e Nova Iorque, entre Março e Junho de 2007. Outras estão previstas nas Bahamas e em Adis Abeba, Etiópia. As consultas regionais, reuniões de Peritos e uma Conferência Ministerial serão realizadas entre Outubro e Novembro de 2007, no quadro dos preparativos para a Cimeira.

43. Convém acrescentar que as Reuniões Consultivas estão a gerar um grande impulso de apoio ao processo da Diáspora dentro e fora do Continente, sensibilizando e consciencializando as populações de vários continentes, assim como analisando as estratégias e os procedimentos para promover leis eficazes de engajamento, modalidades para a criação de parcerias auto-centralizadas e satisfatórias. Um relatório formal sobre este processo e as suas vantagens acumuladas será apresentado na próxima sessão do Conselho e da Cimeira. Entretanto, é necessário observar que este processo contribui também para a consolidação das redes da Diáspora.

44. Durante o período em análise, a Comissão, através de CIDO, deu efectivamente continuação ao processo de integração da participação da Sociedade Civil e da Diáspora Africanas nos assuntos da União, no quadro do Plano Estratégico da Comissão, aprovado pela Conferência em 2004. Além

disso, o programa e o processo são caracterizados pela inovação, criatividade, flexibilidade e planificação de perspectiva. A abordagem baseada nos resultados contribui imenso para a Comissão alcançar resultados credíveis apesar de constrangimentos de capacidade.

E. PLANIFICAÇÃO ESTRATÉGICA DAS POLÍTICAS, MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS (PEPMAMR)

45. Gostaria de levar ao conhecimento do Conselho que as actividades relativas à Planificação Estratégica das Políticas, Monitorização, Avaliação e Mobilização de Recursos (PEPMAMR) são cruciais para a gestão da Comissão e das acções dos seus vários Departamentos e Direcções porque diz respeito à implementação dos seus programas e a mobilização de recursos externos para apoiar estes programas.

46. Durante o período em análise, as seguintes actividades foram levadas a cabo na área do PEPAMR:

E.I. ACTIVIDADES DE PLANIFICAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

47. Apraz-me informar o Conselho que foram alcançados resultados significativos e notáveis nos domínios de planificação e monitorização, avaliação e implementação dos programas da Comissão. Neste contexto:

- Um manual de monitorização e de avaliação foi desenvolvida e começou a formação para o uso do manual;
- O processo de reflexão para o Plano Estratégico da UA 2008 – 2011 já deu início;
- A preparação do Orçamento-Programa para 2007 começou logo no princípio de 2006 em colaboração com os Departamentos da CUA. O resultado deste exercício foi o Orçamento-Programa para 2007, que foi subsequentemente aprovado durante a Cimeira da UA, em Janeiro de 2007, em Adis Abeba;
- No seguimento da aprovação do Orçamento-Programa para 2007; e em resposta aos pedidos feitos pelo Estados Membros e pelos parceiros, o plano de implementação do Orçamento-Programa para 2007, já foi concluído e enviado a todos os Directores antes da sua distribuição aos Estados Membros e aos parceiros.
- O desenvolvimento de um sistema informatizado de Monitorização e Avaliação dos Projectos/Programas encontra-se actualmente numa fase

adiantada. A primeira demonstração do sistema realizou-se em Abril de 2007, conforme previsto;

- Os preparativos para o workshop sobre a Gestão Baseada nos Resultados para os Directores da CUA estão quase concluídos. Esta oficina é a primeira etapa da 2ª fase da Transformação Institucional da CUA. Ela está prevista para Agosto com a Assistência Técnica da GTZ; destina-se aos Directores de todos os Departamentos da CUA. O objectivo principal desta oficina será:
 - Reforço das capacidades de monitorização e de avaliação do pessoal da CUA;
 - Melhor compreensão do processo de gestão e de planificação baseadas nos Resultados;
 - Entendimento comum do processo de planificação e de monitorização nos vários níveis de gestão;
- Apoio à elaboração do Relatório de Monitorização e Avaliação a meio percurso para o Orçamento-Quadro da CUA;
- **Arranque do Sistema AMERT:** Apesar do Plano Estratégico 2004-2007 da Comissão da União Africana proporcionar um quadro de orientação em torno do qual se poderiam consolidar as intervenções da Comissão, o mesmo não previu um mecanismo através do qual poderia ser monitorizado e avaliado. Neste contexto, a Comissão iniciou um processo visando desenvolver um instrumento informatizado partilhável de Monitorização e Avaliação (AMERT) que vai apoiar, não só a monitorização e disponibilização da informação sobre a implementação do Quadro Estratégico da CUA, mas também a monitorização e a disponibilização sobre todas as decisões, declarações, políticas e programas da UA, incluindo todos os consensos mundiais e continentais que a Comissão deve promover e acompanhar constantemente em nome da UA. O AMERT está sendo desenvolvido graças ao apoio financeiro e material do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP).

48. Em 17 de Abril de 2007, a Comissão coordenou um workshop prático com o FNUAP no Kuriftu Resort, em Debre Zeit, arredores de Adis Abeba, para uma sessão de demonstração do Instrumento de Monitorização, Avaliação e Informações (AMERT) da Comissão da União Africana. A Oficina teve os seguintes objectivos:

- a) Obter comentários e sugestões sobre as formas de melhorar o instrumento;

- b) Receber pareceres sobre como o instrumento pode contribuir melhor para a concretização dos esforços do M&E da CUA;
- c) Alcançar um consenso sobre a melhor forma de avançar com o processo de desenvolvimento do instrumento, agora que a demonstração do instrumento está quase pronto para ensaios.

49. Foi uma reunião de alto nível com a duração de meio-dia e foi caracterizada por apresentações bem inspiradas seguidas de debates muito informativos, ricos e estimulantes. A oficina destinou-se a todos os Directores da CUA ou os seus representantes que são os funcionários principais responsáveis pelas tarefas diárias dos seus respectivos Departamentos/Direcções.

E.II. NO DOMÍNIO DE GESTÃO DOS CONHECIMENTOS

50. Apraz-me informar o Conselho que esforços foram envidados para melhorar a partilha da gestão dos conhecimentos na Comissão. Neste contexto, um Sistema de Gestão dos Conhecimentos (SGCCUA) foi desenvolvido com vista a conectar as várias entidades (no seio da Comissão e fora) e ser utilizado como o interface entre os departamentos funcionais da Comissão.

51. A concepção do projecto e o tratamento de todos os aspectos técnicos para a implementação do sistema foram concluídos em Maio de 2007. A concepção da Arquitectura do SGCCUA e o desenvolvimento num Software de Fonte Aberta foram realizados com sucesso. O primeiro servidor já está instalado. O Grupo de Trabalho foi criado para os primeiros ensaios no servidor – (depuração e ajustamento). Actualmente, o sistema está operacional e está em curso o registo progressivo dos utilizadores do Sistema (Pessoal da CUA, Embaixadas, Parceiros Internacionais, etc.) para que possam ter acesso ao SGCCUA. O referido Sistema incluirá também a biblioteca e o serviços bibliotecários assim como os Arquivos.

E.III. NO DOMÍNIO DA MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

52. Durante o período em análise, as actividades da Comissão no domínio da Mobilização de Recursos centraram-se no acompanhamento dos compromissos assumidos pelos Parceiros com vista à implementação das actividades prioritárias da UA para 2007 em conformidade com o Orçameto-Programa aprovado. Simultaneamente a Comissão continuou a envolver os Parceiros internacionais na busca das vias e meios para melhorar os acordos de cooperação e reforçar a eficácia na prestação da assistência ao desenvolvimento, com o objectivo final de passar cada vez mais para a exploração em comum dos fundos, a fim de reduzir os custos das transacções da Comissão.

Respostas e Quadro para a Implementação

53. Neste contexto, várias actividades cruciais foram levadas a cabo da seguinte forma:

- Continuação do diálogo nacional mensal com os Parceiros Internacionais estabelecido no âmbito do novo quadro de parceria. O diálogo visa reforçar a qualidade e a eficácia da ajuda oficial ao desenvolvimento proporcionada à Comissão da UA e, como tal, é também centrada na exploração dos mecanismos colectivos de apoio com vista a introduzir a previsibilidade e a flexibilidade dos fluxos dos recursos para a implementação dos fluxos dos recursos para a implementação do Plano Estratégico da UA. Conforme aprovado pelo CRP, os Estados Membros participaram activamente nestas reuniões através do Presidente do Subcomité Consultivo para as Questões Administrativas, Orçamentais e Financeiras, do Subcomité Consultivo sobre as contribuições e do Subcomité sobre a Cooperação Multilateral.
- Reuniões estruturadas que envolveram os pontos focais de todos os Departamentos/Direcções/Unidades foram realizadas, com vista a preparar os planos de trabalho detalhados e as previsões das verbas para a implementação do Programa de Apoio da CE de 55 milhões de Euros. O primeiro Plano de Trabalho Anual para este programa é avaliado em 12 milhões de Euros e a primeira prestação no valor de 5,4 milhões de Euros foi transferida para a Conta Bancária da CUA, em 23 de Março de 2007. Este programa está agora a ser implementado e a primeira revisão semestral terá lugar em Julho de 2007.
- Os instrumentos e os modelos desenvolvidos no contexto do Processo de Facilitação foram finalizados e o recrutamento do pessoal, a revisão das operações de abastecimento, as instalações do escritório, a aquisição do Hardware e do Software iniciaram e encontram-se numa fase adiantada de finalização.
- Um Acordo de Financiamento Conjunto que visa a mobilização dos fundos dos parceiros para financiar o Mecanismo do Processo, IMIS e os Programas VSAT (os componentes essenciais do Programa de Transformação Institucional) foi assinado e encontra-se numa fase adiantada de negociações com os Parceiros. A disposição de mobilização dos fundos vai trazer benefícios em forma de redução dos custos das transacções, bem como o financiamento previsível e flexível. Esta disposição proporcionará também algumas lições sobre a necessidade da passagem gradual do financiamento individual de projectos para maior apoio pragmático e por último o apoio directo ao orçamento.

- Relatórios regulares financeiros e narrativos foram elaborados e submetidos aos Parceiros Internacionais em cumprimento das obrigações emanadas dos acordos de financiamento em vigor.
- Compromissos assumidos pelos Parceiros Internacionais foram acompanhados e as negociações com a Fundação de Reforço das Capacidades Africanas para a doação de 5 milhões de Dólares Americanos à Comissão da UA foram concluídas. Este acordo será assinado brevemente.

F. INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

54. Gostaria de informar o Conselho que o sector de Informação e Comunicação da União Africana continuou a registar avanços progressivos e importantes ao nível tanto do seu estatuto como dos meios de acção e das actividades realizadas. No decurso do primeiro trimestre de 2007, resultados concretos foram realizados com vista ao restabelecimento da visibilidade da União Africana e da popularização da sua visão. Convém assinalar as seguintes realizações:

F.I. IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGICA DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA

55. Apesar das dificuldades estruturais e da falta de recursos materiais e humanos, a implementação da Estratégica de Comunicação Integrada e Global tendo em conta a necessária popularização das actividades da União Africana, ao nível tanto interno como externo, permaneceu no centro do programa de acção da Divisão de Comunicação que multiplicou as iniciativas a fim de aproximar a União dos seus utentes.

56. Diversos eventos específicos e temáticos mediatizados foram desenvolvidos e implementados juntamente com as actividades organizadas pela União, incluindo nomeadamente a 8ª Cimeira da UA, realizada em Janeiro em Adis Abeba, que registou a presença de cerca de 500 jornalistas, bem como as grandes conferências ministeriais realizadas na Sede da UA ou em certas capitais africanas ou ainda fora do espaço africano.

57. No âmbito da previsão do novo Plano Estratégico (2008-2011), a Comissão concebeu um documento de Termos de Referência para o lançamento de uma consulta sobre a definição de uma nova estratégia de comunicação que deve orientar o novo Plano Estratégico. Esta nova estratégia, que será reflectida nos planos de meios de comunicação sectoriais, resulta da vontade de vincar uma maior profissionalização do sector da comunicação e da informação. A implementação desta estratégia já beneficiou do apoio de vários parceiros da UA (UE e FNUAP).

F. II. MEDIATIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES DA COMISSÃO

58. A Comissão zela pela maior divulgação de informações relativas às actividades de todos os seus departamentos técnicos que envolvem a promoção e a defesa dos valores e dos ideais da União. Para o efeito, são tomadas medidas para assegurar a mediatização das actividades de todas as estruturas activas realizadas em Adis Abeba ou em outros países fora da Sede. Essa divulgação é materializada pela publicação e difusão de comunicados de imprensa enviados a todos os órgãos de informação africanos e internacionais, através de uma base de dados de jornalistas que a Comissão criou e alimenta progressivamente por meio de novos contactos de representantes dos média especializados em questões do Continente e de todo o Mundo pela imprensa escrita (Agências de Informação e Jornais), o audio-visual (Rádio e Televisão) bem como a imprensa electrónica (e-mail).

F.III. CRIAÇÃO DE UM SERVIÇO DE ACREDITAÇÃO DE JORNALISTAS

59. Para efeitos de uma melhor acreditação de jornalistas durante todas as conferências e reuniões organizadas pela União, a Comissão iniciou um projecto de criação de um serviço de acreditação permanente de jornalistas junto da Sede da Comissão da União Africana, um serviço que fazia paradoxalmente falta, não obstante o interesse cada vez maior de meios de informação para as actividades da União. O serviço de acreditação permanente, que entrará em breve em actividade e que deve ser testado durante as reuniões da Cimeira de Acra, fornecerá aos jornalistas devidamente acreditados todas as facilidades necessárias para o bom desempenho do seu trabalho, essencialmente um cartão de acesso à sede da organização (pessoal e para a viatura), uma sala de imprensa equipada com computadores, Internet, telefone público, etc.

F.IV. ACTIVIDADES DE EDIÇÃO E PUBLICAÇÃO DE CONTEÚDOS

60. A Comissão está empenhada actualmente na produção de uma série de publicações periódicas, no quadro da estratégia de comunicação e informação. Esta actividade permitiu a produção de vários documentos relativos às actividades da Comissão, entre os quais:

- O BOLETIM DE INFORMAÇÃO DA COMISSÃO DA UA: publicação mensal sobre os trabalhos da Comissão;
- A CARTA DO PRESIDENTE DA COMISSÃO: o número 1 para o ano 2007 da “Carta do Presidente da CUA” foi publicado em Março do corrente ano. Essa publicação, trimestral, de informações destinadas exclusivamente aos Chefes de Estado e de Governo, aos Ministros dos Negócios Estrangeiros e aos Secretários Executivos das CERs, é um instrumento útil de comunicação

privilegiado entre o Presidente da Comissão e os dirigentes africanos. O número 2/2007 surgirá em finais do mês de Junho;

- O RELATÓRIO ANUAL DA COMISSÃO: tenho o prazer de informar o Conselho da publicação do primeiro número do Relatório da Comissão sobre as actividades realizadas em 2006. Esta nova publicação, a primeira do género, constitui um suporte de informação suplementar e necessária para a divulgação das actividades anuais levadas a cabo pelos diversos Departamentos da Comissão. O relatório anual é publicado em quatro versões nas duas línguas de trabalho da União, nomeadamente em inglês e francês, numa fase inicial

F.V. CRIAÇÃO DE UMA CADEIA PAN-AFRICANA DE RÁDIO E TELEVISÃO

61. O Conselho recordar-se-á que a Comissão, no quadro da implementação da vertente da Comunicação no seu Plano Estratégico prioritário, havia iniciado um Projecto de uma Cadeia Pan-africana de Rádio e Televisão. Para o efeito, a Comissão está actualmente a preparar a realização de um estudo, que foi objecto da decisão do Conselho Executivo durante a Cimeira de Banjul. Os termos de referência relativos a esse estudo já estão prontos e a Comissão encontra-se no processo de procura do perfil adequado de peritos que vão realizar o referido estudo. Uma vez terminado, esse estudo será submetido à reunião de altos dirigentes que precederá a Conferência dos Ministros de Informação e Comunicação, ao abrigo da recomendação dessa Conferência, realizada em Adis Abeba, de 14 a 15 de Junho de 2006, que foi adoptada pelo Conselho Executivo em Banjul, Gâmbia.

F.VI. ORGANIZAÇÃO DO CONCURSO PARA UMA NOVA BANDEIRA DA UA

62. O Conselho estará recordado que, através da Decisão Assembly/AU/Dec. 151 (VIII), a Conferência mandatou a Comissão a iniciar um novo processo de selecção de uma Bandeira da União. Durante o período em análise, o concurso foi lançado e os anúncios foram largamente difundidos. Actualmente, o período de candidaturas está encerrado e as propostas submetidas serão, nos próximos meses, objecto de uma primeira selecção a ser feita por um Comité criado pelo Presidente da Comissão, com o respectivo relatório a ser apresentado na Sessão de Janeiro de 2008.

F.VII. RESTRUTURAÇÃO DA DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

63. Face à extensão da missão da Comissão na divulgação dos ideais da União e à falta de meios de trabalho consequentes e necessários para a execução da estratégia de informação digna de uma grande Organização como

a União Africana, iniciei um plano de reestruturação dos órgãos responsáveis por essas tarefas; essa nova estrutura foi concebida na base da nova estratégia de comunicação ora criada. O plano deverá dotar a União de um sistema de comunicação e informação efectivo, moderno e integrado, e habilitar os dirigentes do sector para o bom desempenho da sua missão com eficácia e profissionalismo exigidos. No devido momento, gostaria de contar com a boa compreensão do Conselho para aprovar esta reestruturação.

G. ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS

64. Durante o período em consideração, a Comissão realizou as seguintes actividades:

G.I. NA ÁREA DO RECRUTAMENTO

65. Oitenta e Cinco (85) candidatos bem sucedidos foram nomeados em 31 de Maio de 2007. Além disso, a Comissão tomou as medidas necessárias para preencher os postos vagos de Secretários e Amanuenses. Quatro (4) postos de Director foram anunciados no Portal da UA e nos Estados Membros.

66. De igual modo, efectuaram-se amplas consultas entre os Departamentos da Comissão, com o objectivo de se preencher postos vagos da estrutura aprovada depois de Maputo (partes A e B). As descrições dos cargos estão a ser feitas para fins de anúncio dos postos. Neste base, prevê-se a publicação de um número total de 261 anúncios. Do mesmo modo, a Comissão está a trabalhar para fazer o ajustamento constante da estrutura do seu mandato. Para o efeito, os Departamentos trabalharam no sentido de apresentar propostas de uma estrutura pós Maputo (C). As propostas foram submetidas ao Sub-Comité de Estrutura para consideração e, na devida altura, o Conselho irá também pronunciar-se sobre as mesmas.

G.II. FUNDO PARA O PROJECTO DE TRANSFORMAÇÃO INSTITUCIONAL DA CUA

67. Um Comité de Trabalho Inter-departamental foi criado, a fim de conceber, executar e gerir o Fundo para o Projecto de Transformação Institucional da UA. O objectivo deste projecto é de harmonizar e reforçar os sistemas e processos na Comissão da União Africana (CUA), com vista a melhorar o método de gestão/responsabilização dos fundos de Doadores/Parceiros e de actividades afins, no quadro do Fórum de Cooperação para a Revisão do Desenvolvimento organizado com os Doadores/Parceiros.

G.III. PENSÃO E SEGUROS

68. Tenho a honra de informar o Conselho que a Comissão prosseguiu os seus esforços tendentes à melhoria dos Planos de Pensão e Seguros em benefício dos funcionários. Neste contexto, foi realizada uma primeira reunião em Abril de 2007 com o Sub-Comité Consultivo sobre as Questões Administrativas, Orçamentais e Financeiras relativamente ao estudo sobre a Reforma do Plano de Segurança Social. Tenho a esperança de que este processo terá uma conclusão satisfatória. De igual modo, a Comissão introduziu o Apólice de Seguro de Viagem para os seus funcionários.

69. Tendo em conta a importância da Comissão de dispor de um plano para as equipas de Observadores de Eleições e tomando em consideração os riscos aos quais esses observadores estão muitas vezes expostos, a Comissão estabeleceu um plano separado de seguro de viagem para este grupo de pessoas.

70. A Comissão acompanhou de perto a execução do contrato de seguro pela empresa ALICO, principalmente no que diz respeito à supressão da cláusula de exclusão da cobertura do risco de VIH/SIDA. Prosseguem as negociações em torno deste ponto. Mais tarde informarei o Conselho sobre os resultados das negociações.

G.IV. BEM-ESTAR DOS FUNCIONÁRIOS

71. Gostaria de informar o Conselho que tomei medidas que visam a melhoria significativa das condições de vida dos funcionários recrutados a nível internacional nos Escritórios de Nova Iorque e Washington. É importante sublinhar que os funcionários em causa enfrentam enormes dificuldades, devido ao aumento do custo de vida. Com base na decisão do Conselho Executivo, adoptada em Cartum, em Janeiro de 2006, instrui que o princípio do cálculo do subsídio de ajustamento de posto adoptado para os Escritórios de Genebra e Bruxelas seja estendido para as Representações de Nova Iorque e Washington D.C. por questões de justiça e equidade. É evidente que essas medidas são de carácter provisório, devendo ser revistas globalmente no quadro do estudo relativo à harmonização da política salarial em curso sob a égide do CRP.

72. De igual modo, devido às distorções constatadas na grelha salarial, a Comissão se apercebeu que as remunerações pagas aos funcionários dos Escritórios estabelecidos na Europa e nos Estados Unidos da América eram inferiores ao SMIC. Trata-se de uma situação embaraçosa que coloca a União Africana numa posição de violação da legislação interna. Ao mesmo tempo, o baixo salário desta categoria de funcionários coloca-os numa situação de extrema precaridade no seu local de afectação. A título de medidas intermédias, enquanto se espera pelas recomendações do CRP sobre a harmonização da

política salarial, decidi aumentar o nível do subsídio especial pago aos funcionários em causa.

73. Tenho igualmente o prazer de informar o Conselho que o Sub-Comité Consultivo iniciou a análise das propostas relativas à harmonização da política salarial da Comissão. Com base na decisão do Conselho adoptada em Janeiro de 2007 (EX.CL/Dec.342 (X)), a Comissão lançou dois estudos sobre:

- A remuneração dos funcionários eleitos, dos dirigentes de outros órgãos da União e dos Enviados Especiais e Representantes Especiais;
- O projecto piloto sobre a remuneração baseada no mérito.

Os respectivos trabalhos estão em curso. A Comissão apresentará as suas conclusões nas próximas reuniões do Conselho.

G.V. SEGURO DE FUNCIONÁRIOS EM MISSÕES DE PAZ E DE OBSERVAÇÃO

74. Uma atenção particular é dada à Missão no Sudão (AMIS). Tenho o prazer de informar o Conselho que, depois de vários meses de negociação, a Comissão obteve importantes quantias e iniciou o pagamento às vítimas e suas famílias os montantes estipulados nos Memorandos de Entendimento assinados com os países que contribuíram com tropas. Todavia, o Conselho estará recordado que a Comissão rescindiu a apólice de seguro, devido ao seu custo exorbitante. Está prevista a criação de um fundo a ser financiado, em parte, por contribuições de parceiros. A Comissão terminou recentemente a preparação das normas de gestão do Fundo. Falta a elaboração das modalidades da implementação do Fundo, de que o Conselho será informado em tempo oportuno.

G.VI. COMITÉ RESPONSÁVEL PELAS NOMEAÇÕES, PROMOÇÕES E RECRUTAMENTO (APROB)

75. A decisão de Maputo, de Julho de 2003, havia solicitado à Comissão para proceder à criação de um Comité responsável pelo Recrutamento, Promoção e Desenvolvimento de Carreiras. No cumprimento dessa decisão, decidi pela criação de um Comité Responsável pelas Nomeações, Promoções e Recrutamento (APROB). O documento orgânico indica a composição e o mandato do Comité. Esse órgão terá como tarefa primordial a reflexão sobre a situação de 120 funcionários que atingiram o limite das suas categorias e não foram promovidos há alguns anos. O Comité deverá formular propostas no quadro do regulamento existente, em particular os Planos de Desenvolvimento de Carreiras adoptados respectivamente em 1994 e 1999.

G.VII. ESTATUTOS E REGULAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS

76. O novo projecto dos Estatutos e Regulamento dos Funcionários foi concluído pela Comissão. Esse documento será submetido à análise pelo Sub-Comité competente. O texto final será submetido ao Conselho em tempo oportuno.

G.VIII. FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CARREIRAS

77. A Comissão atribuiu uma importância particular à formação e ao desenvolvimento das competências dos funcionários. Neste contexto, foram envidados esforços para:

- i) O desenvolvimento da nova política de formação;
- ii) A conclusão do Plano das necessidades em termos da formação dos funcionários

78. Esses importantes instrumentos estão em processo de análise, devendo ser submetidos aos órgãos decisórios para análise.

79. Por outro lado, a Comissão elaborou, com o apoio de parceiros, o novo instrumento de avaliação do desempenho dos funcionários. Esse instrumento foi objecto de consultas ao nível dos serviços competentes da Comissão.

G.IX GESTÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO

80. Apraz-me informar que a Comissão está a implementar, no quadro do melhoramento do sistema informático e da modernização dos seus métodos de trabalho, os vários projectos a seguir indicados com base na Tecnologia de Informação (TI).

G.IX.1. Rede de Infra-estruturas e Projecto de Gestão Electrónica “E-Governança (VSAT)”

- Este projecto visa;
 - (a) estabelecer uma Rede Institucional Privada para a Comissão da União Africana (com vista a ligar a Sede da CUA, os Escritórios Regionais (R/O) e as CERs), que será segura, constante e fiável;
 - (b) prestar serviços de Telecomunicações através de Vídeo Conferência e telefonia IP;
 - (c) servir de infra-estruturas para apoiar o pedido de trabalho da CUA.

- Os benefícios do projecto são:
 - (a) conceder acesso aos sistemas de gestão de informação institucional, tal como o sistema de Gestão Financeira Integrada (IFMIS) de qualquer Escritório Regional;
 - (b) prestar serviços de vídeo conferência via Telefone, Internet e Vídeo;
 - (c) redução dos custos de comunicação por telefone;
 - (d) promover o espírito de colaboração entre os funcionários da CUA.
- O projecto está a ser implementado da seguinte maneira:
 - (a) construção de uma Antena Central (hub) de Comunicações na Sede da UA, em Adis Abeba;
 - (b) construção de uma estação terrestre (VSAT) em 21 áreas em África (13 Escritórios Regionais e 8 CERs);
 - (c) instalação de 4 Linhas Especiais (4IPL) para Nova Iorque, Genebra, Bruxelas e Washington;
 - (d) melhoria da Rede Local (LAN) e as infra-estruturas de telecomunicações nos Escritórios Regionais e na Sede;
 - (e) activação de todos os serviços – VOIP, VC e dados institucionais.

Progressos na implementação do Projecto

- Durante o período em análise, foram realizadas as seguintes acções:
 - (a) Construção de uma Antena Central (hub):
 - a montagem do equipamento central e dos aparelhos electrónicos internos na Sede está concluída;
 - os ajustes e os ensaios estão a ser realizados com vista a estarem prontos para a inauguração no dia 25 de Maio do corrente ano.
 - (b) quatro sites remotos (África do Sul, Malawi, Nairobi e CEDEAO) já estão concluídos;

- (c) já foi feita a aquisição dos equipamentos para a montagem de Linhas Especiais (IPL), VC e VOIP em 4 sites remotos, na Europa e nos EUA;
 - (d) a aquisição do outro equipamento para 17 VSAT será concluída no dia 21 de Maio de 2007 e outras actividades arrancarão tal como agendadas;
 - (e) o lançamento dos sites para LAN e VSAT foi feito em 12 locais, dos 21 existentes;
 - (f) licenciamento: o processo de aquisição de licenças para os 21 VSAT está em curso;
 - (g) o estudo foi concluído nos seguintes sites:
 - IGAD
 - CEDEAO
 - SADC
 - SOMESA
 - CEAO
 - CEEAC
 - (h) O processo de pedido de licença já teve início em todas as CERs;
 - (i) A instalação já foi concluída na CEDEAO e será inaugurada em 25 de Maio de 2007;
 - (j) O Projecto será lançado pelo Presidente da União Africana no Dia de África, em 25 de Maio de 2007.
- A discriminação Orçamental é a seguinte:
 - (a) custo directo do projecto VSAT: 4.535.264,00 \$EU
 - equipamento de VSAT 4.192.074,00 \$EU
 - equipamento de Vídeo Conferência 285.810,00 \$EU
 - custo do equipamento VOIP 57.380,00 \$EU

OBS: A verba de 1.317.999,00 \$EU foi concedida pela Noruega e Suécia.
 - (b) custo indirecto da preparação dos sites: 582.400,00 \$EU
 - este é o custo do processo de melhoramento da Rede Local (LAN) e do equipamento de telecomunicações nos escritórios Regionais.

- (c) Custo de viagens: 81.600,00 \$EU
 - Este é o custo dos estudos dos sites efectuados pelas equipas do projecto.
- (d) Honorários pelos serviços de Consultoria: 173.000,00 \$EU
 - A CUA contratou um consultor para gerir o processo de implementação.
- (e) Total Geral do Projecto: 5.372.264,00 \$EU
- O orçamento do projecto está a ser executado de acordo com o seguinte programa:
 - (a) custo do equipamento de VSAT: 2 milhões de \$EU (90% do custo do equipamento) foram gastos na compra do equipamento;
 - (b) os restantes 10% das despesas com o equipamento serão gastos até o final de Maio de 2007.
 - (c) Depois de Maio de 2007, se o processo de instalação estiver concluído, serão efectuadas despesas recorrentes mensais de (10% do valor de 1.571.326,00 \$EU – aluguer da Banda Larga, Ligação de Internet e de Linhas Telefónicas Especiais (IPL);
 - (d) Foi executado cerca de 10% do orçamento afecto aos itens, 3 e 4.

G.IX.2. Implementação dos Sistemas de Gestão de Informação Integrada: Sistema de Gestão das Finanças e dos Recursos Humanos

- O projecto visa melhorar a gestão administrativa e financeira da Comissão. O projecto é um componente do programa de Transformação Institucional (PTI). O objectivo do projecto é de aplicar ferramentas tecnológicas modernas e de modernizar os serviços da Direcção das Finanças e da Administração da Comissão, de modo a torná-los mais eficientes. Durante o período em análise foram realizados os seguintes trabalhos:
- O processo de adjudicação foi dividido em dois lotes:
 - Lote 2 - Compra da aplicação integrada (programa informático) de Finanças e Recursos Humanos
 - Lote 1 - Compra de programas de Hardware e Software para apoiar as aplicações dos Sistemas de Gestão Integrada de Informação sobre Finanças (SGIIF).

- As avaliações da adjudicação foram concluídas, tanto do Lote 1, como do Lote 2;
- Um vendedor foi identificado para o Lote 2 e será convidado a negociar e a assinar o contrato em finais de Julho;
- No mês de Julho, iremos visitar os sites de fornecedores do Lote 1.

G.IX.3. Implementação de um Sistema de Registos Médicos Electrónicos

- Um outro projecto que visa melhorar os serviços do Centro Médico da CUA já está implementado. O objectivo do projecto é implementar um sistema de gestão de registos médicos modernos, que facilitarão a:
 - digitalização dos registos médicos de pacientes e da farmácia;
 - automatização do fluxo do trabalho; marcação de consultas; registo de pacientes; informação clínica e de consulta dentária; gestão e facturação de contas dos pacientes;
 - criação de condições de informação mais flexíveis favoráveis aos utentes, eficientes e periódicas, que proporcionam acesso e análise de dados de pacientes e da gestão.
- Até ao momento, a aquisição de um sistema de registo médico e de outros requisitos técnicos para o sistema está a ser processada e está em curso o lançamento do concurso para o início do processo de aquisição.

G.IX.4. Introdução de programas informáticos de Ajuda à Tradução de Documentos no Departamento de Conferências

- Para ajudar os Serviços de Conferências a responder melhor aos desafios da tradução de documentos de conferências, assim como para introduzir ferramentas de tecnologia moderna, que melhorarão a qualidade e informatização a tradução e o processamento da documentação, está em curso o seguinte projecto que visa:
 - transformar os actuais Serviços de Conferências (Tradução, Interpretação, Documentação, Reprodução e Arquivo) num Sistema de Gestão Moderna de Conferências, que utilizará as tecnologias de ponta no mercado;
 - informatizar todo o procedimento de trabalho, da solicitação de tradução à tradução propriamente dita;

- captar, criar e armazenar a memória institucional da tradução, isto é, banco de dados terminológicos, teste de referência de tradução.
- Quando este projecto estiver implementado e concluído, ele ajudará a Comissão a responder em tempo oportuno às necessidades de tradução dos seus serviços e dos Estados Membros.

G.IX.5. Reforçar a Capacidade da Rede da Internet da Comissão e dos Escritórios Regionais

- Este projecto foi lançado com vista a implementar uma infra-estrutura moderna da LAN na Comissão e dos Escritórios Regionais, que incluirá o seguinte:
 - estabelecimento de redes locais de Internet em todos os Escritórios Regionais da CUA;
 - reforçar a capacidade da LAN na Sede da Comissão.

H. PAZ E SEGURANÇA

H.I. INTRODUÇÃO

81. Por ocasião da 10ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo e da 8ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, realizadas em Adis Abeba em Janeiro de 2007, as questões de paz e segurança foram objecto de discussões aprofundadas, e na base dos relatórios apresentados pela Comissão. Na sequência dessas discussões, a Conferência adoptou uma decisão sobre as situações específicas de conflito bem como de outras questões afins, que se trata do estabelecimento da arquitectura continental de paz e de segurança, da prevenção de conflitos, incluindo a prevenção estrutural através da implementação do Programa fronteiriço da União Africana, ou do financiamento das operações de manutenção da paz conduzida sob os auspícios da União Africana através das contribuições obrigatórias das Nações Unidas ([Décision Assembly/AU/Dec.145(VIII)]).

82. No período que se seguiu, a Comissão dedicou-se ao seguimento da decisão e, de uma forma geral, a continuar a promover a agenda de paz e segurança da União Africana. Os parágrafos seguintes consideram as actividades empreendidas pela Comissão a esse respeito desde o passado mês de Janeiro. Essas actividades referem-se à criação da arquitectura continental de paz e de segurança, ao Programa fronteiriço da União Africana, à reconstrução e ao desenvolvimento pós-conflito, às situações de conflito e pós-conflito, e às questões de desarmamento.

H.II. Estabelecimento da arquitectura de paz e segurança

H.II.1 Força de Reserva Africana (ASF)

83. Como é do conhecimento do Conselho, os últimos 18 meses foram caracterizados por esforços visando a formulação de políticas em conformidade com o Roteiro para a Operacionalização da ASF. Estes esforços centraram-se na Doutrina, Procedimentos Operacionais Padrão (SOPs), Comando, Controlo, Sistemas de Comunicação e Informação (C³IS), Formação e Avaliação, e Logística. Foram efectuados outros trabalhos sobre os aspectos médicos e legais, assim como a dimensão civil da ASF, tendo todos sido claramente articulados no documento Quadro das Políticas da ASF. Os projectos dos documentos políticos devem ser submetidos à próxima reunião dos Chefes Africanos do Pessoal de Defesa e Ministros de Defesa e Segurança, para aprovação.

84. A Comissão entrou agora na Fase 2 da criação da ASF, que implica, *inter alia*, a consolidação dos documentos de políticas existentes, desenvolvimento de conceitos de operações de acordo com os cenários de instalação da ASF, e desenvolvimento de capacidades. Outros trabalhos devem ser realizados para o aperfeiçoamento dos aspectos jurídicos de instalação, desenvolvimento da capacidade de rápida instalação, realização de visitas de verificação no terreno às regiões da ASF para averiguar o seu estado de desenvolvimento a níveis estratégico e operacional.

85. No âmbito da Fase 2, e com base nos resultados dos workshops de políticas, foram efectuados especificamente alguns trabalhos sobre a dimensão civil e a logística. Foi desenvolvido um plano de implementação sobre a dimensão civil, abordando questões como a elaboração de um plano de serviço para o destacamento de civis nas operações de apoio à paz da ASF e políticas de gestão de recursos humanos para regular a mobilização de civis e aspectos ligados ao género. Sobre a logística, deve-se evocar que o documento Quadro de Políticas da ASF previa a criação de depósitos logísticos da ASF que apoiariam e sustentariam os destacamentos da ASF. A este respeito, um grupo de estudos começou o seu trabalho em Fevereiro do corrente ano visitando as cinco regiões da ASF com vista a determinar a viabilidade dos depósitos de logística, bem como o trabalho feito pelas regiões nesta área. O grupo submeterá as suas recomendações em Julho deste ano...

86. Num esforço de construir uma parceria forte e segura com as instituições de ensino africanas, a Comissão organizou um workshop com a Associação Africana de Formação para o Apoio à Paz (APSTA), com o objectivo de identificar as instituições de formação africanas para o desenvolvimento da

ASF. Da mesma forma, e no quadro do programa das Nações Unidas de capacitação de 10 anos para a UA, o UNDPKO destacou uma equipa para trabalhar com a Divisão da UA das Operações de Apoio à Paz em todos os aspectos de manutenção da paz. Além disso, a Comissão e o UNDPKO acolheram o primeiro Curso Superior de Chefia das Missões de NU/UA sobre as Operações de Apoio à Paz.

87. Devido à necessidade crescente de a Comissão destacar missões, não obstante a falta de pessoal suficiente e estruturas de gestão adequadas, tornou-se imperiosa a criação de uma estrutura adequada bem dotada de pessoal para atender às operações de contingências de apoio à paz que surgem enquanto o desenvolvimento da ASF estiver em curso. Isto é para evitar que os oficiais da ASF sejam desviados para missões de contingências, interrompendo assim o processo de estabelecimento da ASF.

H.II.2 Sistema Continental de Alerta Prévio (CEWS)

88. Na sua 10ª Sessão Ordinária, o Conselho aprovou o Quadro para a Operacionalização do CEWS adoptado pela reunião de peritos governamentais realizada em Kempton Park, África do Sul, em Dezembro de 2006. O Conselho solicitou a Comissão a tomar todas as medidas necessárias para a implementação oportuna e total do Quadro, incluindo a mobilização dos recursos financeiros e técnicos exigidos dos Estados Membros da UA e parceiros, o rápido recrutamento dos recursos humanos necessários e outras medidas relevantes.

89. Como seguimento desta decisão, a Comissão realizou várias actividades. Entre outros, foram tomadas medidas para a elaboração de uma metodologia específica de Avaliação Estratégica de Conflitos (SCA), com vista a aperfeiçoar o módulo de indicadores genéricos estabelecidos no Quadro para a Operacionalização do CEWS e facilitar o controlo e a avaliação de potenciais situações de conflitos no continente. A metodologia será discutida com os Mecanismos Regionais para a Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos, antes da finalização. Foram ainda envidados esforços para analisar os requisitos de IT do CEWS, em conformidade com as disposições relevantes do Quadro, tal como aprovado pelo Conselho. Isso incluirá a aquisição de software adequado para aumentar a capacidade de recolha de dados da Sala de Situação da UA. Finalmente, a Comissão está a fazer os preparativos para o recrutamento, através dos recursos extra-orçamentais, de pessoal adicional para reforçar a sua capacidade analítica.

H.II.3. Painel dos Sábios

90. O Conselho recordará que, em conformidade com as disposições relevantes do Protocolo do Conselho de Paz e Segurança (CPS), a 8ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo designou, por um

período de três anos, os membros do Painel dos Sábios. Posteriormente, e com base nas disposições do Protocolo do CPS, os projectos de Modalidades para o funcionamento do Painel foram elaborados pela Comissão e analisados pela 73ª Reunião do CPS, realizada em 16 de Março de 2007. A Comissão está a analisar os projectos de Modalidades à luz das observações feitas pelo CPS, com vista a submetê-los de novo para aprovação. A Comissão está igualmente a tomar medidas para a inauguração formal do Painel, bem como para a preparação de um programa de trabalho.

H.III. IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA FRONTEIRIÇO DA UA

91. Por ocasião da sua Sessão de Janeiro, informei o Conselho sobre as iniciativas tomadas pela Comissão para fazer avançar o Programa Fronteiriço da UA, que é um dos componentes do seu Plano de Acção de 2004 – 2007, tal como definido pela Visão, Missão e Quadro Estratégico da Comissão, aprovado em princípio pela 3ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, realizada em Adis Abeba em Julho de 2004. Pelo seu lado, a 8ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo encorajou a Comissão a prosseguir os seus esforços no sentido da prevenção estrutural dos conflitos, através da implementação do Programa Fronteiriço da UA.

92. Apraz-me informar o Conselho que os esforços envidados pela Comissão conduziram à realização, em 7 de Julho de 2007, da 1ª Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelas Questões de Fronteira. Esta Conferência, que foi precedida de uma Reunião Preparatória de Peritos Governamentais, em 4 e 5 de Junho de 2007, adoptou uma Declaração sobre o Programa Fronteiriço e as Modalidades da sua implementação. Esta Declaração consiste nos seguintes pontos : a justificação do Programa, os seus objectivos e princípios de implementação, a parceria e a mobilização dos recursos, assim como as medidas iniciais para o lançamento do Programa fronteiriço e do seguimento da Declaração. Um relatório separado os procedimentos e os resultados dessa Conferência foi submetido ao Conselho Executivo, para análise e medidas julgadas convenientes.

H.IV. RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO PÓS-CONFLITO (PCRD)

93. No passado mês de Janeiro, informei o Conselho sobre as medidas tomadas pela Comissão no sentido da implementação do Quadro de Acção para a Reconstrução e o Desenvolvimento Pós-conflito adoptado em Banjul em Junho de 2006. Realcei particularmente que a Comissão tinha preparado um documento de implementação que foi objecto de um Atelier de Validação realizado em Adis Abeba em Setembro de 2006.

94. Depois, prosseguiram-se os esforços visando a concretização do Quadro de Acção e da Decisão de Banjul. Deste modo, a Comissão organizou em Adis Abeba, em 12 e 13 de Março de 2007, uma reunião consultiva com as

organizações africanas da sociedade civil. Uma segunda reunião, organizada conjuntamente com COMESA, está prevista para o próximo mês de Julho em Lusaka. O objectivo pretendido é ao mesmo tempo sensibilizar as organizações da sociedade civil e outras partes interessadas e envolvê-las na implementação do Quadro de Acção para a Reconstrução e Desenvolvimento Pos-conflito, em conformidade com a Decisão tomada em Banjul. De forma mais geral, esforços estão em curso para garantir a maior difusão possível do Quadro de Acção para a RDPC. É nesta perspectiva que se situam a concepção de uma página especial dedicada ao Quadro de Acção para RDPC no Website da União Africana, e as disposições tomadas para a publicação de brochuras sobre esta questão.

95. Convém igualmente salientar que a Comissão prosseguiu os seus esforços de elaboração de directivas operacionais para a implementação de RDPC. Neste quadro, uma atenção especial foi atribuída à elaboração de directivas para as missões de avaliação da UA nos países que emergem de conflitos, que estão actualmente em fase de finalização. Por outro lado, os Departamentos relevantes da Comissão prepararam um documento de orientação sobre a criação de um corpo de voluntários africanos, de acordo com a decisão de Banjul que aprovou o Quadro de Acção sobre RDPC. Após a conclusão, este documento será submetido às instâncias competentes da UA para análise e adopção.

96. Num plano mais prático, a Comissão dispõe-se a enviar uma missão de avaliação à Libéria e Sierra Leone, a fim de identificar as necessidades destes dois países e formular recomendações sobre a assistência que os Estados Membros e a Comissão poderiam proporcionar para apoiar os seus esforços de reconstrução e de desenvolvimento pós-conflito. Esta missão será a segunda do género, depois da que efectuou à República Centro Africana em Abril de 2006.

97. Por fim, a Comissão organizou, no passado mês de Abril, uma reunião de informação para os membros do Conselho de Paz e Segurança com o objectivo de fazer o ponto de situação da implementação do Quadro de Acção para RDPC. Nessa ocasião, foi decidida a organização de uma reunião de informação alargada para o Comité dos Representantes Permanentes.

H.V. SITUAÇÕES DE CONFLITO E PÓS-CONFLITO

H.V.1. COMORES

98. Na sua última Sessão, informei o Conselho sobre a evolução da situação nas Comores. Sublinhei que, apesar da eleição presidencial realizada em Maio de 2006, cujo êxito foi saudado por todas as partes comorianas e pela comunidade internacional, as relações entre a União e as Ilhas autónomas não tiveram a evolução desejada. A este respeito, convém realçar que a ausência de

progressos no processo de reintegração, no seio do Novo Conjunto comoriano da Ilha autónoma de Anjouan, onde não se estabeleceu a autoridade militar, administrativa e institucional da união. Esta situação contribuiu para a emergência de reivindicações separatistas nas outras ilhas autónomas, nomeadamente na Grande Comores. A 8ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo sublinhou a necessidade urgente de todas as partes comorianas tomarem as medidas necessárias para a consolidação do processo de reconciliação, e solicitou o Conselho de Paz e Segurança (CPS) a analisar a possibilidade de enviar uma missão ao Arquipélago a fim de contribuir para a criação de um ambiente favorável às eleições presidenciais nas Ilhas autónomas e empreender outras tarefas afins.

99. É neste contexto, e para prestar assistência ao Comité Inter-Comoriano criado para regular o problema da partilha de competências comorianas, que enviei, em Janeiro de 2007, o meu Enviado Especial às Comores, Francisco Madeira, ao Arquipélago, para analisar com as autoridades comorianas e outras partes interessadas as vias e os meios para ultrapassar as dificuldades que travam o processo de reconciliação; tratava-se também de facilitar a realização das eleições presidenciais nas Ilhas autónomas, previstas respectivamente para 10 de Junho, para a 1ª volta, e 24 de Junho de 2007, para a 2ª volta. Deve-se registar que, a pedido da UA, peritos da Organização Internacional da Francofonia e da Liga dos estados Árabes participaram nessa missão.

100. Importa salientar que o desacordo entre as partes comorianas sobre a questão relativa ao termo dos mandatos do Presidente das ilhas autónomas, então candidatos à sua própria sucessão. Em meados de Janeiro do corrente ano, a Conferência da União adoptou por unanimidade uma lei que exige que os candidatos à presidência das Ilhas autónomas renunciem às suas funções oficiais três meses antes da data da eleição. Depois, baseando-se num recurso apresentado pelos Presidentes das Ilhas autónomas, o Tribunal Constitucional rejeitou a lei por inconstitucionalidade.

101. Em 26 de Abril de 2007, o Tribunal Constitucional, sob petição, proferiu uma sentença constatando o termo do mandato do Presidente da ilha autónoma de Anjouan desde 14 de Abril de 2007, determinando que incumbia ao Presidente da União, símbolo da unidade nacional, de assumir o seu papel de árbitro e de moderador do funcionamento regular das instituições do Estado. Apoiando-se nessa sentença, o Presidente da União designou um Presidente Interino em Anjouan até a realização da eleição. As relações entre a União e as autoridades de Anjouan deterioraram-se, conduzindo à utilização, em 2 de Maio de 2007, de armas de guerra pela Polícia Estadual de Anjouan contra os edifícios do gabinete do Presidente da União em Anjouan e contra os elementos do exército comoriano presentes no terreno. Dois soldados foram mortos, enquanto que vários outros foram presos e/ou feridos.

102. Num comunicado datado de 3 de Maio de 2006, condenei veementemente o recurso às armas contra o exército nacional comoriano. Apelei às partes comorianas de se absterem de todas as acções que pudessem comprometer o processo de reconciliação. Por outro lado, enviei, de 5 a 16 de Maio de 2007, o meu Enviado Especial às Comores no Arquipélago, para ajudar as partes comorianas a ultrapassar essa crise. Os seus esforços conduziram à assinatura, em 11 de Maio de 2007, de um Acordo que estabelece as disposições transitórias relativas ao termo do mandato do Presidente da Ilha autónoma de Anjouan e válidas até a tomada de posse do novo Presidente eleito. Nos termos desse Acordo, o Coronel Bacar aceitou a decisão do Tribunal Constitucional que determina o fim do seu mandato e resolveu abandonar os edifícios da presidência da Ilha autónoma de Anjouan em 11 de Maio de 2007. Aceitou ainda libertar os militares detidos pela Polícia Estadual de Anjouan. Finalmente, o Acordo estipula que a segurança dos candidatos à eleição insular deve ser garantida no quadro do plano de segurança implementado pela UA.

103. Entretanto, em 9 de Maio de 2007, o CPS reuniu-se para analisar a situação em Anjouan. Esta reunião surgiu na sequência do pedido do Presidente da União das Comores, que me tinha endereçado várias notas chamando a minha atenção para a situação prevalecente em Anjouan e solicitando o destacamento de uma força da União Africana que procederia à recolha das armas pesadas de que dispunham as forças de Anjouan, em violação da Constituição da União e da lei sobre a segurança interna, e criaria o clima de segurança necessário à realização de eleições livres, transparentes e regulares. O CPS condenou vigorosamente os ataques perpetrados pela Polícia Estadual de Anjouan contra o exército comoriano, e me autorizou a tomar as disposições necessárias com vista a providenciar a assistência em termos de segurança necessária para facilitar o bom andamento das eleições dos presidentes das Ilhas autónomas, através do envio de uma Missão de Assistência Eleitoral e de Segurança (MAES), que abrange elementos da polícia civil.

104. Registo com satisfação que em resposta ao pedido do CPS, vários Estados Membros contribuíram, com os seus próprios meios, com o pessoal militar e da polícia, bem como equipamentos, para MAES. Queiram permitir que exprima a minha profunda gratidão à África do Sul, pelo seu apoio constante aos esforços envidados pela UA nas Comores e também à Tanzânia, que contribuiu com uma companhia. Louvo igualmente o Senegal e o Sudão que contribuíram com observadores militares e pessoal da polícia civil. Gostaria igualmente de exprimir o meu reconhecimento à Liga dos Estados Árabes pela ajuda financeira concedida ao destacamento da MAES. Agradeço também à Comissão do Oceano Índico pelo seu apoio ao processo em curso nas Comores.

105. A 1ª volta da eleição presidencial nas Ilhas autónomas realizou-se em 10 de Junho na Grande Comores e em Moheli, nas condições julgadas satisfatórias, e uma 2ª volta está prevista para 24 de Junho de 2007. Contudo, em relação a Anjouan, o Presidente da União decidiu, por decreto datado de 7

de Junho, adiar por uma semana a 1ª volta da eleição nessa Ilha. Esta decisão prende-se com a falta de um ambiente propício à realização de eleições livres, transparentes e regulares. Registaram-se numerosas violações do Acordo de 11 de Maio de 2007, particularmente em matéria de liberdade de movimento para os candidatos opositores ao Presidente cessante da Ilha, assim como graves disfuncionamentos a nível da Comissão eleitoral insular.

106. Reunido em 9 de Junho de 2007, o CPS analisou a situação das autoridades comorianas e exortou todas as partes interessadas a serem prudentes e a concederem à União Africana a colaboração necessária, com vista a criar as condições propícias à realização das eleições livres, regulares e transparentes na Ilha autónoma de Anjouan em 17 de Junho de 2007. A este respeito, o CPS acautelou-se contra todas as tentativas da parte das autoridades de Anjouan de organizar as eleições em 10 de Junho de 2007, e salientou que a União Africana e a comunidade internacional no seu conjunto não reconheceriam os resultados que resultassem dessa eleição.

107. Apesar do decreto presidencial, da decisão subsequente do CPS e dos esforços empreendidos pelo meu Enviado Especial, as autoridades de Anjouan organizaram a 1ª volta da eleição presidencial da Ilha em 10 de Junho de 2007. A segurança dessa eleição Polícia Estadual de Anjouan. A Comissão eleitoral anunciou a vitória do Presidente cessante desde a 1ª volta, com mais de 89% dos votos. Deve-se realçar que todos os outros candidatos se retiraram do processo devido às condições da sua organização. As autoridades de Anjouan procederam à investidura do Coronel Bacar em 14 de Junho de 2007. Num comunicado de imprensa datado de 11 de Junho de 2007, condenei veementemente a decisão das autoridades da Ilha de organizar as eleições e reafirmei a determinação da UA de continuar a ajudar as Comores a ultrapassar a crise actual no quadro de estrito cumprimento dos textos básicos que regem o funcionamento da União.

108. No momento da finalização do presente relatório, a Comissão estava a iniciar consultas com os países da região para decidir sobre o rumo a seguir face ao que parecia como uma violação flagrante pelas autoridades de Anjouan dos textos fundamentais que regem o funcionamento da União e como um desafio à União e à comunidade internacional de uma forma geral. Além disso, preparativos estavam em curso para a realização de uma reunião do CPS. É imperioso que a África tome as medidas apropriadas para enfrentar a situação, tendo em conta que a obstinação das autoridades de Anjouan teve pesadas consequências para o prosseguimento do processo de reconciliação nas Comores e para a unidade do Arquipélago.

H.V.2. ERITRÉIA E ETIÓPIA

109. Durante o período em apreço, não houve qualquer progresso no processo de paz entre a Etiópia e a Eritreia, uma vez que a demarcação

continuou paralisada, no meio de uma contínua situação volátil na Zona de Segurança Temporária (TSZ). Ademais, a Comissão de Coordenação Militar (MCC), que é um dos órgão chave previstos no Acordo de Cessação de Hostilidades de Junho de 2000 para lidar com importantes assuntos militares e de segurança, não pôde reunir-se desde Julho de 2006, e as operações da Missão das Nações Unidas na Etiópia e Eritreia (UNMEE) continuaram a ser impedidas por restrições impostas sobre a mesma.

110. No meu relatório de Janeiro de 2007, eu indicara que, na sua resolução 1710 (2006) de Setembro de 2006, o Conselho de Segurança das Nações Unidas exprimiu a sua intenção de transformar ou reconfigurar a UNMEE, na eventualidade de chegar a conclusão que as partes não demonstraram progresso em relação a demarcação até 31 de Janeiro de 2007. Aos 30 de Janeiro de 2007, o Conselho de Segurança adoptou a resolução 1741 (2007), através da qual aprovou a reconfiguração da componente militar da UNMEE, de 2.300 para 1.700 militares, vincando a necessidade de preservar capacidade militar suficiente para que a Missão possa implementar o seu mandato. Ademais, o Conselho de Segurança decidiu prorrogar o mandato da UNMEE por um período de 6 meses, até 31 de Julho de 2007.

111. No seu 23 relatório, que cobria o período entre 21 de Dezembro de 2006 e 31 de Março de 2007, A Comissão de Fronteiras entre a Etiópia e a Eritreia (EEBC) lamentou que as partes não tivessem actuado conforme o previsto na sua declaração de 27 de Novembro de 2006 e, de modo particular, pelo facto de não terem, por si próprias, chegado aos acordos necessários relativos a colocação de marcos, e não terem ido avante com a implementação da Declaração ou permitir que a Comissão retomasse as suas actividades. A este respeito, é de recordar que, na sua Declaração de 27 de Novembro, a EEBC indicou que, se as partes não implementassem qualquer uma das declarações acima indicadas dentro de 12 meses após a emissão da Declaração, a fronteira estaria automaticamente demarcada, com base nos pontos alistados no anexo à Declaração e que o mandato da Comissão poderia ser subsequentemente considerado cumprido.

112. Na sua resolução 1741 (2007), acima referida, o Conselho de Segurança, *inter alia*, lamentou a falta de progresso na demarcação, apelou às duas partes a cooperarem plenamente com a EEBC, realçou que as partes tem a responsabilidade primária pela implementação do Acordo de Argel, e convidou as partes a implementarem por inteiro e sem demoras ou pré-condições a decisão da EEBC e a darem passos concretos para a retomada total do processo de demarcação. O Conselho de Segurança também exigiu que as partes dessem a UNMEE o acesso, assistência, apoio e protecção, requisitos indispensáveis para o desempenho das suas funções. Finalmente, o Conselho de Segurança apelou ao Secretário geral das Nações Unidas e à Comunidade Internacional que convençam a Etiópia e a Eritreia a ajudarem a normalizar as

suas relações com vista a promoverem a paz e estabilidade entre as partes, e a lançarem a fundação de uma paz sustentável na região.

113. Em 8 de Maio de 2007, o Conselho de Segurança emitiu um comunicado de Imprensa, exprimindo a sua séria preocupação em relação ao impasse no processo de paz entre a Etiópia e a Eritreia e a crescente tensão entre os dois países. As partes foram convidadas a exercer máximo comedimento e a evitar declarações públicas hostis e quaisquer ameaças ou uso da força um contra o outro. Os Membros do conselho de Segurança indicaram que ficaram encorajados pelo discurso feito pelo Primeiro Ministro da Etiópia no Parlamento aos 29 de Março de 2007, indicando que o Governo Etíope aceitou a decisão final vinculativa do EEBC, e pediu que a Etiópia implementasse por inteiro e sem delongas a decisão do EEBC.

114. A situação na TSZ continua estável apesar de volátil. Devido a restrições impostas em relação aos seus movimentos, a UNMEE está incapaz de, efectivamente acompanhar a integridade da TSZ. Na sua declaração de 8 de Maio, acima referida, o Conselho de segurança reafirmou, mais uma vez, a integridade da TSZ e exortou as duas partes a retirarem imediatamente as suas tropas e equipamento da e nas proximidades da TSZ.

115. Tal como já foi indicado, o MCC não se reuniu desde 29 de Julho de 2006. Por um lado, a Etiópia continua defendendo que só voltará a participar na reunião do MCC depois da Eritreia ter retirado a sua artilharia pesada da TSZ. A Eritreia, por outro lado, alega que a não participação da Etiópia é uma violação do Acordo de Cessação de Hostilidades e deu a entender que não participará em actividades do MCC até que a UNMEE dê uma explicação oficial sobre a suspensão das reuniões desde Julho de 2006. É útil mencionar aqui que, no seu comunicado de imprensa de 8 de Maio, os membros do Conselho de Segurança reiteraram o seu apoio a UNMEE e a sua exigência da Eritreia reverter, sem demoras ou pré-condições, todas as restrições em relação aos movimentos e operações da UNMEE, e apelou às duas partes a cooperarem por inteiro com a Missão, com vista a retomada das reuniões do MCC.

116. Gostaria de reiterar o meu apreço sobre o continuado impasse no processo de paz entre a Eritreia e a Etiópia. Esforços devem ser envidados para assistir os dois países a ultrapassar as actuais dificuldades com vista a uma paz duradoira.

H.V.3 SOMÁLIA

117. Em Janeiro, eu informei o Conselho sobre a situação na Somália, de modo particular sobre os desenvolvimentos dramáticos que ocorreram no país em Dezembro de 2006, altura em que o Governo Federal de Transição (TFG), com o apoio da Etiópia, ganhou o controlo das áreas que antes estiveram sob o controlo da União dos Tribunais Islâmicos (UIC), incluindo a capital, Mogadíscio.

Também informei ao Conselho sobre os esforços ora exercidos pela Comissão com vista a ajudar ao TFG a estabilizar a situação e a criar um ambiente favorável para que haja uma paz duradoira e reconciliação na Somália. Durante a sua 8ª Sessão Ordinária, a Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo adoptou uma decisão sobre a Somália, na qual, *inter alia*, notou com satisfação os desenvolvimentos positivos na Somália, que resultaram na intervenção da Etiópia a convite do Governo do TFG legítimo e que criou uma oportunidade sem precedentes para uma paz duradoira no país.

118. O Conselho recordará que, na sequência dos acontecimentos acima referidos, o Conselho de Paz e Segurança (CPS) reuniu-se aos 19 de Janeiro de 2007 para rever a situação na Somália. Nessa ocasião, o CPS exprimiu a sua convicção de se estar diante de uma única oportunidade sem precedentes de se restaurar as estruturas de governação na Somália e trazer uma paz e reconciliação duradoiras, que o povo Somali, seus líderes e a Comunidade Internacional no seu todo deviam aproveitar. Subsequentemente, o CPS tomou a decisão de autorizar o desdobramento da Missão da União Africana para a Somália (AMISOM), por um período de seis meses, com o mandato de: (i) apoiar as Instituições Federais de Transição (TFIs) nos seus esforços de estabilização da situação no país e o melhoramento do diálogo e reconciliação; (ii) facilitar a provisão da assistência humanitária; e (iii) criar condições favoráveis para uma estabilização, reconstrução e desenvolvimento a longo prazo na Somália. O CPS decidiu ainda que a AMISOM seria composta por 9 batalhões de infantaria de 850 homens cada, apoiados por componentes de guarda costeira e força aérea para além de uma componente civil. Aos 21 de Fevereiro de 2007, O Conselho de Segurança das Nações Unidas adoptou a resolução 1.744 (2007) na qual decidiu autorizar a criação da AIMSOM, por um período de seis meses, e encorajou aos Estados Membros a concederem recursos para a Missão.

119. Na sequência da decisão do CPS, a Comissão abordou aos Estados Membros para que contribuíssem com pessoal militar para a AMISOM. A este respeito, e para além do Uganda que tinha feito um compromisso a longa data no sentido de providenciar dois batalhões de infantaria para operações de apoio a paz na Somália, os seguintes Estados Membros confirmaram a sua prontidão de participar na Missão: Nigéria, 1 batalhão de infantaria; Gana, 350 homens – pessoal militar; e Burundi, 2 batalhões de infantaria.

120. O desdobramento da AMISOM começou aos 5 de Março de 2007, com o apoio directo do Governo dos Estados Unidos, que prestaram assistência em termos de transporte aéreo, equipamento e apoio logístico e sustentação da Missão na área. O Uganda também beneficiou do apoio da Argélia, que prestou assistência para o transporte aéreo para a Somália. A chegada do contingente Ugandês não aconteceu sem incidentes. De facto, durante a operação, duas das aeronaves que transportavam equipamento e alguns militares foram atacadas. Ademais, o contingente Ugandês, desde o seu desdobramento, sofreu algumas baixas no terreno, e vários outros militares foram feridos em vários incidentes,

incluindo ataques por elementos armados. Porém, e a despeito destes constrangimentos logísticos e de outra natureza com que a AMISOM se depara, o desempenho das tropas ugandesas, tenho o orgulho de dizer, foi deveras impressionante. Para além da protecção das instituições do Governo, as tropas gradualmente ampliaram as suas actividades, prestando assistência à população civil. Em virtude dos seus actos, os militares da AMISOM têm sido, de modo geral, bem acolhidos pela população.

121. É com base nestes antecedentes que a Comissão intensificou os seus esforços no sentido de acelerar o desdobramento de tropas adicionais no terreno. A este respeito, de 11 a 15 de Junho de 2007, uma equipa da UA visitou Bunjumbura, para avaliar o grau de prontidão das tropas Burundesas. Está previsto que uma equipa Burundesa de reconhecimento viaje para a Somália dentro em breve para finalizar os preparativos para o desdobramento do contingente Burundês. Quero exprimir a minha gratidão ao Reino Unido, que, para além do apoio financeiro que já concedeu a AMISOM, também concordou em apoiar a missão Burundesa de reconhecimento. Também gostaria de exprimir apreciação ao Governo Americano, Itália e União Europeia, bem como a Argélia, pelo apoio que prestaram para a facilitação do desdobramento da AMISOM. Também gostaria de exprimir a minha apreciação à Nigéria que, em resposta ao meu apelo aos Estados Membros para que apoiassem o desdobramento da AMISOM, comprometeu-se a conceder dois milhões de dólares. Espero que outros preparativos necessários sejam finalizados dentro em breve para permitir que a Nigéria e o Gana possam fazer o desdobramento dos seus contingentes. Ademais, a Comissão abordou outros Estados Membros, convidando-os a contribuírem tropas, bem como assistência aérea e marítima.

122. Apesar da União dos Tribunais Islâmicos como organização ter sido banida, certos grupos continuam activos, e alguns deles estão de facto a reorganizar-se como insurgentes. Esta insurgência, promovida por extremismo e actos de terrorismo, é agora a maior causa de instabilidade, particularmente em Mogadíscio e algumas áreas do sul da zona central da Somália. Durante o mês de Março deste ano, elementos insurrectos fizeram ataques coordenados em Mogadíscio. As actividades de tais elementos e os esforços do TFG e das forças Etíopes no sentido de expulsá-los resultou em combates em áreas densamente habitadas de Mogadíscio, com consideráveis danos colaterais entre a população civil e a propriedade. Note-se que a 3 de Junho de 2007, o Primeiro-Ministro do TFG escapou a uma tentativa de assassinato. Num comunicado emitido a 4 de Junho, condenei este acto. Apelei ao povo da Somália a continuar com o espírito de paz e reconciliação e evitar qualquer recurso a violência, e reiterei o compromisso da UA em ajudar o processo de paz e reconciliação na Somália.

123. Numa reunião realizada em Londres, a 6 de Junho de 2007, o Grupo de Contacto sobre a Somália tomou nota da actual situação de paz e segurança naquele país. Ao mesmo tempo, o Grupo de Contacto exprimiu a sua séria preocupação perante a continuação de violência em Mogadíscio. O Grupo de

Contacto condenou o ataque contra o Primeiro-Ministro e apelou a todas as partes para acordarem imediatamente a cessação sustentável de hostilidades e a protecção de civis. O Grupo de Contacto condenou seriamente os actos de extremistas e terroristas e de todos que estão contra o processo político e de reconciliação, e apelou à comunidade internacional para fazer tudo o que poder para prever ataques futuros.

124. Numa Declaração Presidencial datada em 14 de Junho de 2007, o Conselho de Segurança exprimiu a sua séria preocupação em relação ao recente padrão de ataques por elementos extremistas na Somália, incluindo o aumento do uso de engenhos explosivos, e condenou todas as tentativas de uso da violência para por em causa o processo político. O Conselho de Segurança apelou aos Estados Membros a cessarem imediatamente qualquer apoio aos elementos extremistas ou aos que tentam bloquear o progresso através de meios violentos, e a apoiarem os esforços em curso rumo a um diálogo político inclusivo. O Conselho de Segurança também condenou o ataque ao Primeiro Ministro do TFG, de 3 de Junho de 2007, bem como os ataques a AMISOM.

125. Na altura em que este relatório foi elaborado, a Comissão estava a dar passos no sentido de transferir o meu Representante Especial em Nairobi para a Mogadíscio. O objectivo pretendido através deste processo é permitir que a AMISOM tenha liderança política e promover um processo político e de reconciliação que seja totalmente inclusivo, através da abertura de canais de comunicação com as partes intervenientes na Somália, no âmbito do quadro da Carta Federal de Transição.

126. Como é do conhecimento do Conselho, o CPS e a Assembleia, nas suas reuniões de Janeiro, realçaram a necessidade das Instituições Federais de Transição (TFIs) embarcarem num processo genuíno e inclusivo de diálogo e reconciliação no âmbito da Carta Federal de Transição. O Conselho de Segurança das Nações Unidas, na sua resolução 1744 (2007), também vincou a necessidade de se consolidarem instituições com base sólida e representativas através de um processo inclusivo, e acolheu de bom agrado as iniciativas das TFIs de embarcarem num processo político intra-somali inclusivo.

127. A este respeito, apraz-me notar que, desde o seu regresso a Mogadíscio, o TFG deu passos no sentido de colmatar as diferenças que existiam entre alguns dos clãs. A maior concentração foi dedicada ao diálogo com o clã Hawiye que é o dominante em Mogadíscio. Apraz-me também informar que o TFG tomou a iniciativa de convocar um Congresso de Reconciliação Nacional. O objectivo declarado do congresso é reunir, de modo abrangente, todos os representantes dos clãs para discutir assuntos de interesse e elaborar um roteiro para o resto do processo político, em conformidade com a Carta Federal de Transição. O referido Congresso será organizado e orientado por um comité nacional de governação e reconciliação independente, liderado pelo antigo Primeiro Ministro Ali Mahdi Mohamed.

128. A 20 de Março de 2007, o Comissário para a Paz e Segurança visitou Mogadíscio. Nessa ocasião, ele encontrou-se com o chefe da AMISOM, a quem exprimiu o apreço da UA ao trabalho levado a cabo pela Missão. Também teve encontro com os representantes do TFG, incluindo o Presidente Abdullahi Yussuf, e encorajou-lhes a continuar a envidar esforços com vista à promoção da paz e reconciliação sustentáveis na Somália e garantir-lhes o apoio contínuo da UA.

129. Como indiquei acima, o CPS, na sua reunião de 19 de Janeiro de 2007, vincou a estabilização pós conflito da Somália a longo prazo requereria o forte envolvimento das Nações Unidas. A este respeito, o CPS exortou ao Conselho de Segurança a tomar em consideração a autorização de uma operação das Nações Unidas na Somália que substituiria a AMISOM no fim do seu mandato de seis meses. Na sua resolução 1744(2007), acima referida, o Conselho de Segurança solicitou ao Secretário Geral que enviasse uma equipa técnica de avaliação à sede da União Africana e à Somália o mais de pressa possível para que possa prestar relatório sobre a situação política e de segurança e sobre a possibilidade de uma operação de manutenção de paz na sequência do desdobramento das forças da UA, e que desse recomendações sobre o envolvimento das Nações Unidas em apoio a paz e segurança na Somália, bem como recomendações sobre a estabilização e reconstrução.

130. Em conformidade com esta resolução, o Secretário Geral enviou uma equipa técnica multidisciplinar de avaliação para a região, de 15 a 26 de Março de 2007. A Comissão teve consultas com a referida Missão. Nas suas principais constatações, constantes no relatório do Secretário Geral das Nações Unidas sobre a situação na Somália, datado em 20 de Abril de 2007, a Missão formulou dois possíveis cenários em relação a uma operação de manutenção de paz das Nações Unidas. O primeiro cenário tem em conta a situação na zona sul do centro da Somália, onde as hostilidades cessaram e todos ou a maior parte dos grupos armados e comunidades assinaram um acordo que permitiria um acompanhamento externo. Sob esse cenário, o envolvimento das Nações Unidas primariamente estaria orientado rumo à assistência em relação aos esforços de reconciliação, reconstrução e desenvolvimento, apoiados por uma presença adequada da força de manutenção de paz. No segundo cenário, o processo político teria feito progresso insuficiente ou teria falhado por inteiro. Em paralelo, a situação permaneceria seriamente volátil ou teria deteriorado ainda mais. O envio de uma força de manutenção de paz das Nações Unidas não seria possível ou apropriada sob esse cenário, e seria útil considerar o recurso à opções alternativas, incluindo a imposição da paz. A Missão concluiu que uma operação mandatada pelas Nações Unidas, composta por uma coligação dos que têm boa vontade, com capacidade adequada, seria melhor apropriada para as circunstâncias relativas a este cenário.

131. Da sua parte, o Secretário-geral das Nações Unidas recomendou que o Conselho de Segurança revisse a situação na Somália nos meados de Junho de 2007, com vista a determinar se há condições para o envio de uma operação de manutenção de paz das Nações Unidas. Na sua Declaração Presidencial de 14 de Junho de 2007, o Conselho de Segurança enfatizou a necessidade urgente de uma planificação de contingência para uma possível missão das Nações Unidas, a ser enviada para a Somália se o Conselho de Segurança decidir-se a autorizar tal missão. O Conselho de Segurança deverá receber um relatório do Secretário Geral sobre o progresso a esse respeito nos meados de Junho.

132. Para concluir, não posso deixar de realçar que a Somália está numa fase crítica; hoje existe a oportunidade de se abrir um novo capítulo na história daquele país e tal possibilidade devia ser aproveitada por inteiro. Ademais, é necessário que se garanta que as instituições de governação que agora existem e que os esforços em curso no sentido de promover a paz duradoira e reconciliação na Somália sejam apoiados por inteiro. Apelei aos Estados Membros e aos nossos parceiros que dessem o apoio necessário para permitir que a Comissão possa ser capaz de fazer o desdobramento completo da AMISOM. Encorajei as Nações Unidas a acelerarem os preparativos para o desdobramento de uma missão que substituiria a AMISOM. Exorto a quem de direito que faça os esforços necessários para prestar assistência humanitária à Somália, bem como a apoiar a reconstrução pós-conflito daquele país. Exorto também aos países da região a demonstrarem a coesão necessária em apoio ao processo em curso na Somália e em relação aos esforços do TFG. Como a responsabilidade primária de se alcançar uma paz duradoira no seu país depende do povo Somali e dos seus líderes, mais uma vez, exorto-os a envidarem todos os esforços possíveis e necessários para ultrapassarem as suas diferenças através de um processo político inclusivo. Por seu turno, a UA, nos seus esforços para reforçar a AMISOM, vai continuar a trabalhar em estreita colaboração com as NU, IGAD e a Liga dos Estados Árabes, e outros membros da comunidade internacional, para garantir a paz e reconciliação na Somália.

H.V.4 SUDÃO

(I) Darfur

133. Desde a sua última sessão ordinária, a Comissão, em colaboração com o Secretariado das Nações Unidas, envidou esforços no sentido de relançar o processo político e fortalecer a operação de manutenção de paz em Darfur, através da implementação da abordagem de três fases, em conformidade com o que foi acordado durante as Consultas de Alto Nível feitas em Adis Abeba em Novembro de 2006. O Conselho recordará que as conclusões das consultas foram aprovadas pelo Conselho de Paz e Segurança da União Africana e o Conselho de Segurança das Nações Unidas, em Novembro e Dezembro respectivamente.

134. Como parte dos esforços que visam relançar o processo político, o meu Enviado Especial para Darfur, Salim Ahmed Salim, e o seu homólogo das Nações Unidas, Jan Eliasson, fizeram quatro missões para o Sudão, tendo as últimas duas sido feitas em conjunto. Durante essas missões, eles fizeram consultas com os signatários do Acordo de Paz de Darfur (DPA), os signatários da Declaração de Compromisso (DoC), o SPLM, os partidos de oposição, as partes não signatárias, incluindo os comandantes de campo do SLM/A baseados em Darfur, bem como líderes políticos baseados no Chade. Também participaram nas consultas os representantes dos Deslocados Internos (IDPs) líderes tribais, representantes da sociedade civil, bem como representantes da comunidade internacional e actores regionais no Chade, Eritreia, Líbia e Egipto.

135. Quase todas as partes envolvidas no conflito exprimiram o seu apoio à iniciativa liderada pela UA/ONU no sentido de revitalizar o processo político, e concordaram que não poderá haver uma solução militar para o conflito de Darfour. Eles também concordaram em relação à necessidade de ter uma cessação de hostilidades para criarem uma atmosfera favorável para o diálogo e promoção de confiança mútua, particularmente entre a população civil em Darfur. Mas também houve áreas de divergência. Não obstante o facto de alguns dos actores que participaram nas consultas dos enviados especiais concordarem e insistirem que o Acordo de Paz de Darfur devia ser a base para o diálogo futuro, outros porém rejeitaram o DPA, e deram mais ênfase à Declaração de Princípio (DoP), que foi assinada em Abuja, em Julho de 2005.

136. Por sua parte, os Enviados vincaram que a preocupação da União Africana e das Nações Unidas, era com base no Acordo de Paz de Darfur, levar a cabo um processo transparente que lidaria com as razões que impedem que haja uma paz abrangente e duradoira em Darfur. Os Enviados observaram que há uma lacuna entre os comandantes no terreno dos grupos não signatários e os seus líderes políticos que vivem no estrangeiro, daí surge a necessidade de ajuda-los a unificar as suas posições em relação aos aspectos controversos, antes das negociações previstas.

137. Subsequentemente, os Enviados Especiais elaboraram um roteiro conjunto para o Processo Político de Darfur. Para além das consultas de Adis Abeba e das consultas feitas pelos enviados especiais, o referido documento também teve elementos trazidos do Consenso de Tripoli, adoptado durante a reunião realizada de 28 a 29 de Abril de 2007, a convite das autoridades líbias, que contou com a participação de representantes do Sudão, Chade, Líbia, Egipto, Eritreia, a União Africana, as Nações Unidas, a Liga dos Estados Árabes, os Estados Unidos, Reino Unido, China, Noruega, França e Canadá. O Consenso de Tripoli vincou a urgência de se chegar a uma solução abrangente e sustentável para a crise. Reconhecendo o valor das iniciativas regionais sob a liderança da União Africana e das Nações Unidas.

138. Como ponto de partida para a implementação Roteiro, a União Africana e as Nações Unidas esperam que todas as partes declarem o seu sério compromisso no que concerne a consecução de uma solução política para a crise de Darfur, criação de um ambiente seguro e favorável para as negociações, participação nas negociações e compromisso de cumprir com os resultados dos esforços de negociação e cessar imediatamente as hostilidades. O roteiro tem os seguintes três elementos:

- Fase de convergência de iniciativas e consultas (Maio – Junho de 2007) – durante esta fase, a União Africana e as Nações Unidas trabalharão com todos os actores nacionais, regionais e internacionais para garantir que todas as iniciativas que actualmente existem convirjam e que sejam integradas no quadro abrangente da União Africana – Nações Unidas. Simultaneamente, a União Africana e as Nações Unidas continuarão a fazer consultas extensivas em relação ao processo político e às posições das partes, com todos os actores dentro e fora do Sudão.
- Fase pré-negociação (Junho – Julho de 2007) – durante esta fase, espera-se que todas as partes demonstrem sério compromisso em relação ao processo político através da aceleração dos preparativos para as negociações em boa fé. Simultaneamente a União Africana e as Nações Unidas finalizarão as consultas com todos os actores Sudanese, com vista a aprumar melhor a estratégia de negociação; e
- Fase de negociações (Agosto de 2007) – espera-se que a implementação da fase 2 terá contribuído para diminuir o fosso entre as posições das partes e determinado os parâmetros de para um acordo inclusivo abrangente. Os enviados especiais prevêm ser convidados para uma sessão de negociações que seja breve e intensiva.

139. Quanto à abordagem de três fases, com vista a fortalecer a presença de manutenção de paz em Darfur, durante o período em apreço foi feito considerável progresso. No concernente ao *Light Support Package*, que visa ajudar a AMIS a criar uma estrutura integrada de comando e controlo e para melhorar a efectividade e coordenação das suas operações, as Nações Unidas já fizeram o desdobramento e destacamento de um certo número de elementos, entre pessoal militar, policial e civil, quer para Cartum quer para Darfur. Ademais, também foi disponibilizado equipamento para a AMIS.

140. Em cartas semelhantes enviadas para o Presidente El Bashir em 24 de Janeiro, o Secretário Geral das Nações Unidas e eu informamos ao Governo do Sudão sobre os pormenores relativos ao *Heavy Support Package (HSP)*, que compraz pessoal militar, policial e pessoal de apoio à Missão bem como

equipamento, para além de pessoal civil para prestar apoio numa vasta gama de áreas. Na sua resposta, datada em 6 de Março de 2007, o Presidente El Bashir, apesar de concordar com alguns aspectos do pacote, exprimiu reservas em relação a outros aspectos, e propôs que houvesse deliberações para lidar com tais aspectos. Em conformidade com o acordado, na Cimeira sobre o Darfur, realizada em Riyad, Arábia Saudita, em 28 de Março de 2007, uma equipa de Alto Nível da União Africana e das Nações Unidas reuniu-se com uma delegação sudanesa, em Adis Abeba, em 9 de Abril de 2007, para deliberar sobre o assunto. Na referida reunião as partes chegaram a acordo sobre todos os aspectos relativos ao *HSP*, com a excepção dos seis helicópteros tácticos/de ataque, que foi eventualmente resolvida quando o Governo Sudanês deu a sua aprovação formal em relação à inclusão de tais helicópteros no pacote, nos meados de Abril de 2007.

141. Entre a União Africana e as Nações Unidas foram acordados vários princípios básicos relativos à operação híbrida. Tais incluem a nomeação de um Representante Especial Conjunto, bem como um Comandante da Força. A União Africana e as Nações Unidas concordaram sobre um documento quadro sobre a operação híbrida, que foi transmitido às autoridades sudanesas em 6 de Março de 2007. Aprecia-me informar ao conselho que o Secretário Geral nomeou o Sr. Rodolphe Adada, ex-primeiro Ministro do Congo, como Representante Especial Conjunto, em 8 de Maio de 2007, depois de consultas com o Secretário Geral, eu nomeei o General Martin Luther Agawi, da Nigéria, como Comandante da Força para a operação. Enquanto se aguarda o desdobramento da operação híbrida, ele será o novo Comandante da Força da AMIS. As autoridades Sudanesas acolheram de bom agrado as duas nomeações.

142. De 19 a 26 de Março de 2007 em Adis Abeba, as equipas multidisciplinares fizeram planificação conjunta para a operação híbrida. Subsequentemente, foi preparado um relatório conjunto que delineia os parâmetros da operação híbrida, que foi apresentado ao Presidente El Bashir anexo a cartas semelhantes enviadas pelo Secretário Geral e por mim. Nas Consultas técnicas de Alto Nível entre a União Africana e as Nações Unidas com o Governo do Sudão, na sequência das explicações e esclarecimentos dados pela União Africana e pelas Nações Unidas na sua apresentação, aceitou a proposta conjunta sobre a operação híbrida, constante no relatório.

143. Por enquanto, o processo de implementação do DPA continua. Quanto às disposições relativas à partilha do poder do DPA, foi feito um total de 87 nomeações a nível sénior, a nível dos estados e a nível do Governo nacional/federal entre os signatários do Acordo de Paz de Darfur e do Documento de Compromisso. No princípio de Abril de 2007, foi emitido um decreto presidencial que cria a Autoridade Regional de Darfur. O Decreto foi seguido pelo lançamento oficial da Autoridade e a investidura da sua sede posteriormente no mesmo mês.

144. Quanto à partilha de poder, e conforme o previsto no Acordo de Paz de Darfur, foi anunciada uma série de nomeações pelo Governo. Ademais, o Governo providenciou 500.000,00\$EU para operacionalizar o Fundo de Reconstrução e Desenvolvimento de Darfur (DRDF). O Acordo de Paz de Darfur prevê o depósito de 300 milhões de Dólares Americanos para 2006, 200 Milhões de Dólares Americanos para 2007 e 200 Milhões de dólares para 2008 no DRDF. O Governo indicou que estão sendo dados passos para responder ao seu compromisso em relação ao DRDF para os anos de 2006 e 2007.

145. A Missão Conjunta de Avaliação de Darfur (D-JAM) foi operacionalizada, em conformidade com o previsto no Acordo de Paz de Darfur. Foi feito um considerável trabalho no que concerne aos projectos de recuperação rápida, por parte das Nações Unidas, e pelo Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento em relação aos projectos de desenvolvimento a longo prazo. Porém o Grupo Central de Coordenação (criado para fazer a supervisão do processo) tomou a decisão de suspender o trabalho das equipas técnicas até o fim de 2006, indicando preocupação em termos de segurança. Consequentemente, a conferência de doadores que teria lugar em Haia em Outubro de 2006 foi adiada *sine die*.

146. Apesar do Governo ter assumido o compromisso de depositar um fundo inicial de 30 Milhões de Dólares Americanos no Fundo de Compensação previsto no Acordo de Paz de Darfur, na altura em que este relatório foi finalizado, a Comissão de Gestão do Fundo e a Comissão de Compensações não tinham sido criadas. Ademais, o Presidente da Comissão de Compensação ainda não tinha sido nomeado.

147. Devido a constrangimentos em termos de recursos humanos e em termos logísticos, a AMIS ainda não foi capaz de implementar por inteiro o seu mandato, incluindo os aspectos relativos à protecção de civis e deslocados internos. Pior ainda, a AMIS não foi capaz de se proteger a si própria, e sofreu algumas baixas durante o período em apreço. Os trabalhadores de organizações humanitárias e as suas colunas continuam a ser atacadas. Todos estes aspectos constituem uma séria ameaça em relação ao futuro da assistência humanitária em Darfur, porque as organizações humanitárias ameaçam retirar-se *en-masse* da região.

148. Esta situação cada vez mais grave de inumeráveis problemas com que se deparam os mecanismos de cessar fogo do Acordo de Paz de Darfur (a Comissão do Cessar-fogo – CCF – e a Comissão Conjunta). De facto, não obstante o facto das partes signatárias se terem recusado reunir-se com as partes não signatárias; as partes não signatárias insistiram em trabalhar sob as disposições do quadro do Acordo de Cessar Fogo de N'djamena, que foi integrado no Acordo de Paz de Darfur. Para lidar com este problema, foi feita uma proposta no sentido de se criar uma segunda Câmara da Comissão do Cessar Fogo para permitir que o Comandante da força lide com as violações do

cessar fogo por parte dos signatários e dos não signatários. Até agora, esta Câmara não funcionou adequadamente.

149. Apesar da verificação das posições das várias partes continuar a ser um principal requisito para o Acordo de Paz de Darfur, tal processo continua a ser posto em causa pelos problemas de acesso, particularmente nas áreas controladas pelas partes não signatárias. Não obstante, a CCF verificou por inteiro o Sector 2 (Nyala), no Sul de Darfur, porém o mapeamento das outras áreas foi terminado e apresentado às partes da CCF.

150. No que respeita ao desarmamento das milícias Janjaweed, e na sequência do plano de desarmamento por parte do Governo e os comentários da CCF, a Comissão conjunta criou uma estrutura, Comissão Conjunta de Cessar Fogo- Equipa Militar do Governo do Sudão, para rever o plano e finalizar os passos conducentes à sua implementação.

151. A implementação das disposições de segurança do Acordo de Paz de Darfur prevêem a provisão de apoio logístico não militar aos combatentes dos movimentos depois do acantonamento, limitado ao controlo de armas, e re-dobramento de forças. De facto, era indispensável para apoiar os ex-combatentes que concordaram em parar com os combates na sequência da assinatura do Acordo de Paz de Darfur. Porém, devido aos desenvolvimentos no terreno em Darfur, tornou-se imperativo acelerar o processo. De facto, a não provisão de apoio foi indicada como um dos factores que contribuem para a deserção de combatentes, principalmente do SLM/A (Minni), para a Frente de Redenção Nacional (NRF) e os ataques contra colunas humanitárias e comerciais. A AMIS está actualmente a compilar listas das necessidades dos Movimentos, com vista a fazer as diligências necessárias, em coordenação com o SLM/A e o Governo, junto da comunidade internacional, para garantir contribuições para a provisão de apoio logístico não militar aos movimentos. Apesar de não ter obrigações em termos jurídicos, no âmbito do Acordo de Paz de Darfur, o Governo ajudou os movimentos, respondendo as suas necessidades, mas tal assistência não é suficiente e deve ser aumentada.

152. Apraz-me informar o Conselho que, no período em apreço, o Presidente do Comité Preparatório (Prepcom) de Consultas e Diálogo Darfur-Darfur (DDDC) fez intensas consultas com uma vasta gama de intervenientes e individualidades proeminentes em Darfur, Cartum e Europa. O objectivo dessas consultas era verificar como preparar melhor posicionar o processo DDDC, dadas as circunstâncias de segurança e a situação política, e como melhor preparar o terreno para um diálogo efectivo e consultas frutíferas. A principal constatação feita é que não se pode ir avante com qualquer diálogo nem consultas até que haja um acordo de paz que tenha o apoio de todas as comunidades em Darfur. Porém, consultas sobre o Diálogo podem e devem continuar com vista a forjar confiança e lidar com as questões em causa.

153. Claramente, com a elaboração do roteiro conjunto União Africana-Nações Unidas e a aceitação do Governo Sudanes das propostas conjuntas relativas à operação híbrida, o período em apreço teve consideráveis progressos nos esforços envidados com visada a terminar o conflito. Espero que todas as partes envolvidas demonstrem a vontade política necessária para levar o processo a bom porto. A este respeito, eu gostaria de exprimir a minha apreciação ao Governo do Sudão pela cooperação que demonstrou à União Africana e às Nações Unidas, particularmente no que diz respeito à implementação da abordagem de três fases.

(ii) Implementação do Acordo de Paz Abrangente (CPA)

154. O período em apreço revelou progressos dignos de apreciação no que concerne a implementação do CPA. As partes deram vários passos no sentido de aprofundarem os seus compromissos. A este respeito, é útil fazer menção da formação da “Comissão para a protecção dos direitos dos não Muçulmanos na Capital Nacional”. A estrutura da Comissão foi aprovada pela Presidência Sudanesa em Agosto de 2006, e os seus membros foram nomeados através de um Decreto Presidencial em 15 de Fevereiro de 2007. A principal função da Comissão, que realizou a sua primeira reunião em 12 de Abril de 2007, é garantir que os direitos dos não Muçulmanos não sejam adversamente afectados pela aplicação da Sharia em Cartum.

155. Entretanto, a Comissão Técnica de Fronteiras, *ad hoc*, que foi criada pela Presidência em Novembro de 2005 para demarcar a fronteira Norte/Sul de 1/1/1956, continua a reunir-se e a fazer consultas com as comunidade ao longo da fronteira. Espera-se que o Comité apresente as suas recomendações finais à Presidência em Outubro de 2007. O resultado do trabalho da Comissão é crucial porque terá grandes implicações sobre os Protocolos do CPA no que concerne às áreas contestadas, arranjos relativos à segurança, partilha do poder e da riqueza.

156. Em Abril de 2007, na sequência de deliberações entre o Presidente El Bashir e os seus dois Vice-Presidentes, foi lançado o projecto piloto de censo nacional. O processo de Censo Nacional é um dos percursos necessários para o processo eleitoral, conforme o previsto no CPA. Por outro lado, apesar de ter sido emitido o Decreto sobre os Partidos políticos, o que permite que os partidos políticos Sudaneses se concentrem nos preparativos para as eleições intermédias previstas para 2009, o Projecto de Lei Eleitoral ainda não foi promulgado como Lei eleitoral. Em conformidade com as modalidades de implementação do CPA, a lei devia ter sido promulgada seis meses após o princípio do período interino. Este período expirou em 9 de Janeiro de 2006. Não obstante, os actores nacionais e a Comissão Nacional de Revisão Constitucional (NCRC) continuaram fazendo consultas sobre a lei eleitoral. Uma vez que a Lei Eleitoral Nacional tenha sido promulgada, será criada a Comissão Nacional de Eleições.

157. A quarta sessão da Assembleia Nacional reuniu-se em 2 de Abril de 2007, e espera-se que termine em Junho de 2007. Durante essa sessão, espera-se que a Assembleia debruce-se sobre o Projecto de Lei Eleitoral, o Projecto de Lei sobre Serviços Nacionais de Segurança, Projecto de Lei dos Serviços Policiais, e o Projecto de Lei sobre As Forças Armadas. Entretanto, a sessão da Assembleia Legislativa do Sul do Sudão reuniu-se no dia 14 de Maio para deliberar sobre uma série de projectos de lei, incluindo o Código de Processo Criminal, Código do Direito Civil, e o Código do Direito Penal, entre outros.

158. Em Março de 2007, o Comité Político Conjunto do Partido do Congresso Nacional (NCP) e o Movimento Popular de Libertação do Sudão (SPLM) criou um sub-comité, *inter alia*, para preparar uma estratégia para a sua parceria e para lidar com questões controversas do CPA. Em Maio de 2007, os dois partidos reuniram-se para resolverem as questões pendentes na implementação do CPA. Os partidos criaram um Comité Executivo presidido pelo Governo de Unidade Nacional, na pessoa do Vice-Presidente Ali Osman Taha e Governo do Sul do Sudão, na pessoa do Vice-Presidente Dr. RiekMachar, para lidarem com questões que careciam de atenção especial. As partes dizem ter feito progresso em muitos assuntos, incluindo o impasse de Abeyi e questões relativas a contratos para a exploração petrolífera.

159. Durante a sua reunião realizada em *Yei River County* em Fevereiro de 2007, o Conselho Nacional Interino do SPLM (INC) decidiu transferir a sua sede para Cartum. Estes esforços são envidados com vista a tornar o SPLM em partido político nacional. O SPLM-INC declarou que tinha voltado a dedicar-se a visão do novo Sudão, caracterizado por um sistema de governo livre, justo democrático, secular e descentralizado, baseado na livre vontade do seu povo diverso.

160. Por outro lado, o Governo do Sul do Sudão, liderado pelo SPLM, enfrentou alguns desafios na implementação do CPA. Durante as celebrações do segundo aniversário da assinatura do CPA em 9 de Janeiro de 2007, houve alegações de práticas de corrupção por parte de alguns membros do Governo do Sul do Sudão. Por conseguinte, o Presidente El Bashir exigiu contas sobre a forma como tinham sido usados os fundos adiantados para o SPLM antes da tomada de posse do Governo de Unidade Nacional. Como resultado, o Ministro das Finanças foi eventualmente demitido das suas funções, enquanto as investigações sobre o assunto continuavam. O Presidente do Governo do Sul do Sudão, por sua vez, apelou a todos os actores no Sudão a levarem a cabo uma campanha contra a corrupção a todos os níveis na sociedade Sudanesa.

161. Durante o período em apreço, foi realizada a Segunda Conferência sobre o Sudão em Cartum e, em Juba de 19 a 21 de Março de 2007. A Conferência, na qual a Comissão da União Africana participou, foi convocada

com vista a rever o desempenho do CPA face aos comentários da Missão Conjunta de Avaliação. Maior atenção foi dedicada ao orçamento, transparência e boa governação. Foi acordado de modo geral que tinha havido progresso em 2006, mas muito mais tinha sido alcançado em 2007.

162. Apraz-me informar o Conselho que, durante o período em apreço, não houve informação sobre quaisquer violações relevantes ao acordo de cessar fogo. As Forças Armadas do Sudão (SAF) e o Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLA), com a assistência das Nações Unidas, continuam a realizar reuniões da Comissão Conjunta de Monitorização do Cessar Fogo (CJMC) e da Comissão política do Cessar Fogo (CPC). Essas reuniões ajudaram consideravelmente a resolver possíveis problemas na implementação do acordo de cessar fogo.

163. As reuniões acima referidas também ajudaram às forças Sudanesas nos seus esforços rumo ao desdobramento de tropas. De acordo com o CPA, espera-se que as Forças Armadas do Sudão até 9 de Julho de 2007. Consta que o SPLA já completou o re-desdobramento das suas tropas do leste do Sudão. Porém, até Abril de 2007, relatórios das Nações Unidas indicaram que o re-desdobramento do SPLA do Sul do Kordofan e Blue Nile ainda não tinha iniciado. Este atraso foi atribuído ao lento progresso na criação de Unidades Conjuntas Integradas (JIUSs). Porém, é de notar que o Conselho Conjunto de Defesa (JDB) terminou a elaboração da doutrina e o código de conduta militar.

164. Os outros Grupos Armados (OAG), grupos armados que ainda não se juntaram ao SPLA e continuam a operar no sul do Sudão continuam sendo a fonte da insegurança. Esperava-se que esses grupos se tivessem integrado no SPLA ou nas Forças Armadas do Sudão até Janeiro de 2006. Em Maio de 2007, as Forças Armadas do Sudão disseram não mais ter qualquer Outro Grupo Armado aliado a si, operando no Sudão. Em Junho de 2007, constou-nos que a maior parte das Forças de Defesa do Sul do Sudão (SSDF) finalmente juntara-se ao SPLA. Entretanto, também consta que a segurança no sul do Sudão foi posta em causa em consequência das actividades do LRA (*Lord's Resistance Army*), durante o período em apreço.

165. Também gostaria de informar que a reunião do Conselho de Ministros do IGAD, realizada em Nairobi, em 13 de Abril de 2007, deliberou sobre o processo de implementação. O Conselho recomendou a realização de uma reunião extraordinária urgente da Assembleia dos chefes de estado do IGAD, para rever a implementação do CPA. Por sua parte, o Comité Ministerial da Reconstrução do Sudão Pós-Conflito, da União Africana reuniu-se à margem da sessão de reflexão dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, realizada em Durban de 7 a 11 de Maio de 2007. O Comité venceu a necessidade de se abrir um Escritório da UA (*Liaison Office*) em Juba. Também concordou em visitar o Sudão em Agosto de 2007, para avaliar o progresso feito na implementação do CPA.

166. Para concluir, gostaria de encorajar às partes sudanesas a envidarem e a intensificarem os seus esforços para garantir que haja uma fiel e bem sucedida implementação do CPA. Exorto também à comunidade internacional, incluindo Estados Membros da União Africana, a continuarem a apoiar o processo de implementação do CPA.

H.V.5 BURUNDI

167. O período em análise foi marcado pelo prosseguimento dos esforços de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito no Burundi. A respeito, é importante realçar a realização, de 24 a 25 de Maio de 2007, da Mesa Redonda dos parceiros do Burundi, tendo em vista o financiamento do Quadro Estratégico trienal da Luta contra a Pobreza (PRSF). De uma forma mais específica, o objectivo prosseguido foi o de fazer o ponto de situação no país, analisar o CSLP e o seu instrumento de implementação, nomeadamente o programa de acções prioritárias 2007-2010, bem como a mobilização dos meios humanos e financeiros necessários para a execução do referido programa, incluindo o mecanismo de acompanhamento dos resultados da Mesa Redonda.

168. Creio ser importante sublinhar que os parceiros do Burundi comprometeram-se a apoiar os esforços de reconstrução deste país com um montante adicional de 665,6 milhões de \$EU, dos quais 175,2 são destinados ao apoio orçamental. Com efeito, as promessas feitas pelos doadores ultrapassaram os pedidos do Governo, que havia calculado o seu programa de acções prioritárias em 1.320 milhões de \$EU, dos quais 785 milhões já tinham sido programados no decurso da Mesa Redonda. Esta Mesa Redonda, que foi a IV do género para o Burundi, teve a participação de vários países e organizações.

169. Esta Mesa Redonda, a quarta numa série organizada para o Burundi, contou com a participação de vários países e organizações. Do lado africano, importa realçar a presença da África do Sul, Argélia, Egipto, Líbia, Marrocos, Nigéria, Ruanda, Sudão, Tanzânia, assim como do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), da Comunidade da África Oriental (EAC), do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), do Secretariado da Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos e da Comissão da UA. Gostaria de destacar a adopção, em 13 de Junho, do quadro estratégico de consolidação da paz elaborado pelo Governo, com o apoio do Escritório Integrado das Nações Unidas no Burundi, no âmbito da Comissão da Consolidação da Paz.

170. No que diz respeito à integração e cooperação internacional, é encorajador notar que o Burundi recuperou o seu lugar no seio da região. Foi neste contexto que o país acolheu a Sede do Secretariado da Conferência

Internacional para a Região dos Grandes Lagos, para além de ser membro da EAC.

171. Ao mesmo tempo, continuam a ser encontradas dificuldades na implementação do Acordo Geral de Cessar-fogo, assinado em 7 de Setembro de 2006, entre o Governo do Burundi e o Palipehutu/FNL. Iniciada seis meses depois da assinatura deste acordo, em 19 de Fevereiro de 2007, a implementação entrou efectivamente num impasse, decorrido um mês e meio, mais precisamente em 26 de Março de 2007, tendo como consequência a suspensão indefinida das actividades do Mecanismo Conjunto de Verificação e Seguimento (MCVS). Foram envidados esforços a diferentes níveis para o relançamento do processo. A este respeito, enviei uma carta ao Presidente Yoweri Museveni, na sua qualidade de Presidente da Iniciativa Regional para a Paz no Burundi, ao Jakaya Kikwete, Vice-presidente da Iniciativa Regional, e ao Presidente Thabo Mbeki, cujo país assegura a mediação entre o Governo do Burundi e o Palipehutu/FNL, com o objectivo de chamar a atenção para as dificuldades encontradas na implementação do Acordo Geral de Cessar-fogo e encorajá-los a tomar todas as medidas necessárias para ultrapassar esses obstáculos. O Secretário Geral das Nações Unidas fez diligências semelhantes; ao mesmo que, no terreno, o meu Representante Especial, em colaboração com o Facilitador e o Chefe do BINUB, tudo faziam para o relançamento do processo de paz. É importante sublinhar que o MCVS retomou os seus trabalhos em 1 de Junho de 2007, estando prevista uma reunião entre o Presidente Pierre Nkurunziza e Agathon Rwasan, dirigente do Palipehutu/FNL, para 17 de Junho de 2007, em Dar-es-Salaam.

172. No âmbito do processo de implementação do Acordo Geral de Cessar-fogo, e em conformidade com a decisão da 65ª Reunião do Conselho de Paz e Segurança (CPS), oito observadores militares provenientes da República do Congo, Egipto, Etiópia, Gâmbia, Mali, Chade, Tunísia e Zimbabwe foram enviados ao Burundi pela UA, para participar nas equipas de coordenação, que constituem os órgãos subsidiários do MCVS. Quanto ao Níger, este país enviou o conselheiro militar da missão que representa a UA no seio do MCVS, com o Comandante da Força Especial da UA. Esta força conta actualmente com 752 efectivos provenientes da África do Sul, prevendo-se que venha a atingir 1.088 elementos.

173. Finalmente, durante o período em análise, foram tomadas algumas iniciativas sobre a questão da justiça de transição no Burundi. O Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, que esteve no Burundi de 19 a 23 de Maio de 2007, informou que o Governo e as Nações Unidas chegaram a um consenso sobre a natureza das consultas nacionais a serem feitas para o funcionamento da Comissão da Verdade e Reconciliação, bem como sobre o princípio da não aplicação da amnistia aos crimes de guerra, crimes contra a humanidade e crimes de genocídio. As consultas nacionais que precederão a criação da Comissão da Verdade e Reconciliação serão dirigidas

por um comité directivo constituído pelo Governo, Nações Unidas e a Sociedade Civil. Essa comunicação pode iniciar as suas funções no próximo mês de Julho.

174. Uma vez mais, gostaria de exprimir a minha gratidão pelos progressos importantes registados no Burundi. Encorajo as partes ao Acordo Geral de Cessar-fogo a intensificar os seus esforços para a implementação rápida deste instrumento. Gostaria igualmente de manifestar os meus agradecimentos aos países da região pelos seus esforços contínuos, assim como a África do Sul pelo seu papel de mediador e pela contribuição no envio da Força Especial encarregue pela supervisão da aplicação do Acordo Geral de Cessar-fogo.

H.V.6. REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (RDC)

175. Na sequência das eleições realizadas em 2006 e princípios de 2007, as instituições da 3ª República estão a ser implantadas progressivamente. É neste contexto que, depois da tomada de posse dos membros da Assembleia Nacional, em 22 de Setembro de 2006, do juramento do Presidente Joseph Kabila em 6 de Setembro de 2006, o Senado, eleito pelas Assembleias Provinciais, realizou a sua primeira sessão em 3 de Fevereiro de 2007. Em 11 de Maio de 2007, esta instituição elegeu a sua Mesa presidida pelo Sr. Léon Kengo Wa Dondo, antigo Primeiro-Ministro. Na sequência de intensas consultas, o Primeiro-ministro Antoine Gizenga, nomeado em 30 de Dezembro de 2006 pelo Presidente Kabila, anunciou a formação do seu Governo, em 5 de Fevereiro de 2007.

176. Em 24 de Fevereiro de 2007, a Assembleia Nacional aprovou o programa do Governo para o período 2007-2011. Este programa articula-se em torno de “cinco áreas” definidas pelo Presidente Kabila durante a sua investidura: infra-estruturas, emprego, educação, água e electricidade e saúde. Estas vertentes inscrevem-se num pacote de programas baseado na consolidação da paz, construção do Estado e restauração da sua autoridade, relançamento da economia, luta contra a pobreza e desigualdades sociais, bem como a restauração da família e dos valores morais.

177. Os doadores comprometeram-se a apoiar este programa, na condição de que sejam envidados esforços para assegurar a boa governação e a redução da pobreza. É importante sublinhar que estas duas questões constituíram os temas essenciais do seminário que foi organizado, de 2 a 4 de Abril de 2007, para os membros do Governo. Esse seminário cujo objectivo era garantir a homogeneidade no seio do Governo, na percepção dos desafios políticos, económicos e sócio-culturais, abordou outros temas tais como a deontologia e a sinergia no trabalho governamental. Em seguida, o Executivo submeteu o projecto do Orçamento de 2007 à Assembleia Nacional.

178. A partir de Fevereiro de 2007, a Comissão Eleitoral Independente iniciou os preparativos para a organização de eleições locais, municipais e

urbanas. Os peritos realizam, há várias semanas, sessões de trabalho sobre a planificação e o orçamento das operações eleitorais. Por seu turno, o governo acaba de solicitar a assistência técnica e logística das Nações Unidas assim como a sua ajuda para a mobilização de recursos que garantirão a preparação e a organização das eleições.

179. O período em análise foi também marcado por confrontos sangrentos entre o exército congolês e a guarda do antigo Vice-presidente e Senador Jean-Pierre Bemba, que ocorreram de 22 a 23 de Março de 2007 em Kinshasa. Esses combates, que fizeram várias vítimas entre a população civil, surgiram num contexto de tensão caracterizado pela controvérsia sobre a protecção do Sr. Jean-Pierre Bemba.

180. Em reacção a estes incidentes, emiti, em 23 de Março de 2007, um comunicado manifestando a minha grave preocupação e condenando a violência que aconteceu em Kinshasa. Fiz apelo às partes no sentido de darem prova de bom senso para a preservação da paz e a salvaguarda dos progressos significativos alcançados durante o longo período de transição na RDC. O Conselho de Paz e Segurança (CPS), durante a sua reunião de 24 de Março de 2007, condenou firmemente estes actos de violência. O CPS apelou as partes interessadas a se conterem com o objectivo de preservar a paz e evitar que os grandes avanços registados ao longo do período de transição sejam postos em causa. O CPS sublinhou a necessidade de todos os congolezes respeitarem sem alteração estritamente a supremacia da Constituição da RDC e preservarem a primazia do Estado do Direito no país bem como o papel e as prerrogativas das instituições congoleesas, incluindo as Forças de Defesa e de Segurança. Por outro lado, o CPS sublinhou a necessidade de se encontrar uma solução para a crise, através do diálogo e pela via pacífica.

181. Em seguida, graças aos esforços envidados pela MONUC, o antigo Vice-presidente foi autorizado pela Mesa Provisória do Senado a deslocar-se a Portugal, com a sua família, por um período de 60 dias. Todavia, as relações entre o Movimento de Libertação do Congo (MLC), do Senador Jean-Pierre Bemba, e o Governo permaneceram difíceis. Foi neste contexto que, através de um comunicado divulgado em 8 de Abril de 2007, o MLC denunciou “as prisões arbitrárias e os actos de intimidação contra os seus quadros e militantes” assim como a ocupação da sua Sede por elementos das Forças Armadas Congoleesas. Em 13 de Abril de 2007, os deputados do MLC suspenderam a sua participação nos trabalhos da Assembleia Nacional, em protesto contra a ocupação da Sede do seu Partido e das cadeias de rádio e televisão próximas do Senador Jean-Pierre Bemba. Por outro lado, reclamaram garantias para a sua segurança, na sequência de uma série de mandatos de busca nas residências de alguns membros da oposição.

182. No entanto, em 10 de Abril de 2007, o Procurador Geral da República enviou ao Presidente da Mesa Provisória do Senado um pedido para levantar a

imunidade do Senador Jean-Pierre Bemba, acusado principalmente de “alta traição e homicídio”. Esse pedido, que se seguiu à abertura de um inquérito judiciário pela Procuradoria Geral, em 23 de Março, no âmbito dos confrontos sangrentos de 22 e 23 de Março, não teve seguimento até ao presente.

183. Apraz-me constatar que a situação política parece estar a melhorar. Em 20 de Abril, na sequência de uma reunião entre o Vice-ministro da Segurança, o Secretário Executivo Nacional do MLC e o Presidente da Assembleia Nacional, foi levantada a ocupação da Sede do MLC e dos meios de informação próximos ao Senador Jena-Pierre Bemba. Os deputados da oposição retomaram os seus assentos na Assembleia Nacional. É importante notar que o prazo fixado para o regresso do Senador Bemba expirou em 11 de Junho de 2007.

184. No plano da segurança, a situação no Leste da RDC continua volátil, principalmente em Kivu. Deste modo, na noite de 26 - 27 de Maio de 2007, a localidade de Kaniola, situada a cerca de 50 km de Bukavu, no Sul de Kivu, foi atacada por assaltantes, identificados pelos aldeões como sendo rebeldes hutus do Ruanda. Prosseguiram-se os confrontos entre as Forças Armadas Congolesas e elementos da FDLR/Interhamwe que continuaram a perpetrar actos de roubo, pilhagem e raptos contra a população civil.

185. No entanto, foram registados progressos consideráveis na RDC. A comunidade internacional deve continuar a ser mobilizada para prestar toda a assistência necessária para a reconstrução do país e a consolidação dos avanços registados.

H.V.7 CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE A REGIÃO DOS GRANDES LAGOS

186. Em Janeiro último, apresentei um relatório sobre a evolução do processo da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos. Informei principalmente que a 2ª Cimeira desta Conferência decorreu em Nairobi de 14 a 15 de Dezembro de 2006, tendo culminado na adopção do Pacto de Segurança, Estabilidade e Desenvolvimento na Região dos Grandes Lagos, bem como a Declaração relativa implementação do Pacto, antes da sua entrada em vigor.

187. Durante o período que se seguiu, o Secretariado Conjunto da União Africana/Nações Unidas proporcionaram assistência técnica e material aos países da região para a organização da 2ª Cimeira, apoiou os esforços que visam o estabelecimento do Secretariado Executivo da Conferência com Sede em Bujumbura. É importante sublinhar que o mandato do Secretariado Conjunto expirou em 31 de Março de 2007. Além disso, o Secretariado Conjunto deu o seu apoio técnico ao Secretariado Executivo para a organização da reunião regional dos Parlamentares, que teve lugar em Kinshasa, de 26 a 28 de

Fevereiro de 2007. Essa reunião permitiu a sensibilização dos Deputados da Região sobre o Pacto adoptado em Nairobi assim como a análise das vias e dos meios de assegurar a sua ratificação rápida. A reunião adoptou uma declaração, na qual os Parlamentares reafirmaram o seu compromisso de contribuir para a implementação do Pacto.

188. Em 12 de Março de 2007, o Conselho de Paz e Segurança (CPS), analisou as conclusões da 2ª Cimeira da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos. Nessa ocasião, o CPS saudou a adopção do Pacto e exortou os Estados-membros a tudo fazerem para acelerar o processo de ratificação do Pacto. Exprimiram a sua satisfação pelo trabalho realizado pelo Secretariado Conjunto UA/Nações Unidas e agradeceu aos parceiros da UA e parceiros dos países da região envolvidos na organização da Conferência, principalmente os países e os membros das Organizações Internacionais do Grupo dos Amigos da Região dos Grandes Lagos, pelo apoio ao processo da Conferência. O CPS exortou-os a apoiar, com a mesma generosidade, a implementação do Pacto. Solicitou-me a analisar, em colaboração com as Nações Unidas, o tipo de parceria que pode ser estabelecido pelas duas organizações para acompanhar e apoiar o Secretariado Executivo na implementação do Pacto, no respeito do princípio da apropriação de todo o processo pelos países da região. Paralelamente, o CPS autorizou-me a pôr termo às actividades do Gabinete de Coordenação para a Região dos Grandes Lagos, sediado em Nairobi, e a proceder ao reforço do Escritório da UA em Bujumbura, de tal modo a permitir-lhe dar, durante a fase inicial, o apoio necessário ao Secretariado Executivo da Conferência.

189. No âmbito do cumprimento da referida decisão, o Gabinete de Coordenação da União Africana para os Grandes Lagos, com Sede em Nairobi, terminou efectivamente as suas actividades em Abril de 2007. Estão em curso medidas que visam o reforço do Escritório da UA em Bujumbura, de modo a permitir-lhe dar o apoio necessário. Por outro lado, é conveniente realçar que o Secretário Executivo da Conferência Internacional dos Grandes Lagos trabalha em Bujumbura desde meados de Fevereiro de 2007, onde o país anfitrião disponibilizou instalações para o Secretariado. No entanto, o Secretariado não está efectivamente em funcionamento, devido à falta de recursos e de pessoal.

190. Decorreu em Bujumbura, de 3 a 4 de Maio de 2007, uma reunião do Comité Inter-ministerial Regional (CIR). Esta reunião, que foi precedida de um encontro dos Coordenadores Nacionais, realizada de 1 a 2 de Maio, tinha como objectivo proceder à inauguração da Sede do Secretariado da Conferência e o lançamento oficial das suas actividades. Neste contexto, a reunião do CIR analisou, entre outros, (a) o programa de actividades do Secretariado para o ano de 2007; (b) o orçamento ordinário do Secretariado da Conferência para 2007; (c) as modalidades de recrutamento dos funcionários internacionais da Conferência; e (d) o relatório do Grupo de Trabalho sobre os manuais de

funcionamento do Secretariado da Conferência. Fui representado nesta reunião pelo meu Representante Especial no Burundi.

H.V.8 CHADE E SUDÃO

191. As relações entre o Chade e o Sudão mereceram a atenção da 8ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana que exprimiu a sua séria preocupação perante a tensão nas relações entre estes dois países, tendo o Chade solicitado ao Conselho de Paz e Segurança (CPS) para analisar a questão com urgência.

192. No âmbito do cumprimento desta decisão, o CPS reuniu-se de 12 a 13 de Fevereiro de 2007, para analisar as relações entre o Chade e o Sudão. Num comunicado divulgado no final das suas deliberações, o CPS notou que, apesar dos esforços firmes envidados pela UA, pela CEN-SAD e pela comunidade internacional, continua viva a tensão entre o Chade e o Sudão, com uma insegurança persistente na sua fronteira comum. Sublinhou a importância de uma abordagem regional coerente e integrada para a promoção de uma paz e estabilidade duradouras na região e encorajou a Comissão bem como as organizações regionais competentes, em estreita colaboração com as Nações Unidas e outras partes interessadas, a trabalhar conjuntamente para a organização de uma concertação regional sobre os problemas da região. O CPS realçou a necessidade de o Chade e o Sudão respeitarem escrupulosamente os compromissos que tomaram, tendo exortado os dois países a criar mecanismos de implementação e de acompanhamento previstos nos acordos assinados e tudo fazer para a sua implementação efectiva.

193. O CPS decidiu enviar, no mais curto prazo possível, uma missão ao Chade, República Centro-africana, Sudão e, se possível, a outros países da região para efectuar uma avaliação exaustiva da situação e analisar os obstáculos que impediu a implementação dos acordos assinados entre as duas partes, em particular o Acordo de Trípoli, de tal modo a poder formular recomendações que facilitem a resolução duradoura e global dos problemas que afectam a região. O CPS decidiu que o relatório dessa missão seria enviado a uma reunião do CPS a nível apropriado.

194. Em conformidade com a referida Decisão, uma delegação do CPS deslocou-se ao Sudão, de 21 a 24 de Maio de 2007; ao Chade, de 5 a 7 de Junho e à RCA, de 8 a 22 de Junho de 2007. Como decidido pelo CPS, o relatório dessa missão, será submetido ao Conselho numa altura apropriada.

195. Em 22 de Março de 2007 as autoridades do Chade afirmaram que aviões sudaneses tinham bombardeado as suas localidades de Guregui, a 25 km de Tine, e de Kanari, a 35 km de Bahai. Em 31 de Março de 2007, as cidades chadianas de Tiero e Marena foram alvo de ataques que terão feito entre 200 e 400 mortos, de acordo com o ACNUR, tendo provocado a fuga de

cerca de 9.000 pessoas. O Governo do Chade acusou às milícias Janjaweed, provenientes do Sudão.

196. A partir de 4 de Abril de 2007, o Chade lançou uma contra-ofensiva contra as milícias, incluindo os grupos rebeldes estacionados no Leste do país. Houve, em 9 de Abril, uma grande confrontação com esses rebeldes. Num comunicado de imprensa, datado de 10 de Abril de 2007 sobre a situação, o Ministro da Comunicação e porta-voz do Governo informou que o Exército Nacional do Chade (ANT) tinha seguido os rebeldes até à fronteira sudanesa, usando assim o seu direito de perseguição e sublinhou que “as forças de defesa e segurança foram surpreendidas pelo contacto directo com as forças armadas sudanesas”.

197. No mesmo dia, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Chade recebeu o Embaixador do Sudão acreditado em Ndjamena para lhe apresentar as desculpas do seu governo em relação aos confrontos do dia anterior. Por outro lado, o Ministro chadiano afirmou que dirigiria uma delegação do seu país a Cartum para explicar de viva voz às autoridades sudanesas a posição do seu país sobre esses acontecimentos. Essa delegação deslocou-se efectivamente a Cartum, no dia 14 de Abril de 2007. No que me diz respeito, exprimi a minha séria preocupação pelos confrontos e solicitei os dois governos a darem prova de bom sendo e retomar o diálogo, no espírito do Acordo de Tripoli bem como de outros acordos anteriores assinados pelas duas partes.

198. Por seu turno, o líder Muammar Kaddafi enviou a N'djamena, no dia 11 de Abril de 2007, uma delegação para manifestar a sua preocupação. Nessa ocasião, a delegação da Líbia anunciou que o Chade e o Sudão tinham criado um Comité Militar e de Segurança, no quadro da implementação do Acordo de Tripoli, assinado em 8 de Fevereiro de 2006 e que observadores da CEN-SAD seriam enviados para a fronteira entre os dois países.

199. Esta situação foi discutida durante várias reuniões internacionais. É importante referir que, durante a 8ª Cimeira de CEMAC, realizada em N'djamena, de 24 a 25 de Abril de 2007, foi adoptada uma declaração especial de apoio ao Chade e à RCA. Além disso, a reunião sobre Darfur, que teve lugar em Tripoli, em finais do mês de Abril, encorajou os dois países a prosseguirem os seus esforços para a implementação do Acordo de Tripoli, de 8 de Fevereiro de 2006. A terminar, foi assinado um acordo em Ryad, em 3 de Maio de 2007, pelos Presidentes Idris Deby Itno e Omar Hassan El-Bashir, no qual se comprometeram a trabalhar com a UA e as Nações Unidas para pôr termo ao conflito de Darfur e no Leste do Chade.

200. Gostaria de saudar o líder da Líbia pelos seus esforços incansáveis para a normalização das relações entre o Chade e o Sudão e para a facilitação da implementação dos acordos assinados. Encorajo os dois países a prosseguirem e intensificarem os seus esforços para a promoção da paz e

estabilidade na região, devendo continuar a mostrar a vontade política necessária para a aplicação dos acordos que assinaram.

H.V.9 REPÚBLICA CENTRO AFRICANA

201. Ao longo do período em análise, a Comissão empenhou-se no cumprimento da decisão adoptada pelo CPS durante a sua reunião de 7 de Dezembro de 2006, particularmente no que respeita ao apoio aos esforços de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito na RCA. A este respeito, tenho o prazer de salientar as iniciativas tomadas por alguns Estados-membros em resposta ao apelo lançado pelo CPS. Além dos países da região, cuja assistência à RCA nunca foi desmentida, gostaria de informar o Conselho sobre a decisão do Governo do Senegal de enviar uma delegação militar à RCA para avaliar o tipo de assistência que aquele país poderá prestar no domínio da defesa e segurança. De igual modo, gostaria de realçar a assinatura de um acordo de cooperação bilateral entre a África do Sul e a RCA. Encorajei outros Estados-membros, à altura de o fazer, para apoiarem os esforços envidados pelas autoridades da RCA.

202. Desde a última sessão do Conselho Executivo, a evolução da situação sócio-económica é encorajadora. Em 2006, a economia registou um crescimento moderado de 2,9%. O orçamento geral do país para o ano de 2007, aprovado pela Assembleia Nacional, em 21 de Dezembro de 2006 e promulgado pelo Chefe do Estado em 28 de Dezembro do mesmo ano, atinge cerca de 125,3 biliões de FCFA. Perto de 40 biliões de FCFA, ou seja, 32% do orçamento total, devem ser concedidos pelos parceiros externos. Por outro lado, foram assinados dois acordos, de um montante global de 68,5 milhões de Euros entre a UE e o Governo da RCA, cobrindo o período de 2008-2013, com o objectivo de apoiar os esforços de recuperação económica. Alguns parceiros bilaterais da RCA deram também um apoio orçamental.

203. No mês de Janeiro de 2007 a situação de segurança no terreno foi marcada por confrontos entre as Forças Armadas da RCA e elementos rebeldes do “Exército Popular para a Restauração da República e da Democracia (APRD)”, que fazem incursões principalmente no Norte e Noroeste da RCA, essencialmente em Kaga Bandoro e Paoua. Esses combates provocaram a fuga das populações locais, algumas das quais se refugiaram no Sul do Chade e nos Camarões. Foram igualmente registados confrontos, em 4 de Março de 2007, em Birao, entre os rebeldes da União das Forças Democráticas (UFDR) e as tropas francesas estacionadas na região, desde os ataques de Outubro de 2006.

204. É neste contexto que devem ser enquadrados os esforços do Líder da Líbia, Muammar El Kaddafi, Alto Mediador Permanente para a Paz e Segurança no espaço CEN-SAD, que culminaram com a assinatura, em 2 de Fevereiro de 2007, em Sirte, de um acordo de paz entre o Governo da RCA e a Frente Democrática Popular Centro-africana (FDPC), dirigida por Abdoulaye Miskine.

Na própria RCA, o Painel de Sábios, criado em Janeiro de 2005, foi encarregue de iniciar consultas com os partidos políticos, sindicatos, organizações e associações da sociedade civil e como com os Embaixadores acreditados junto da RCA para encontrar as vias de saída da crise. A maioria dos membros do Painel defendia a realização de um diálogo político inclusivo. O Presidente François Bozizé concordou com a proposta e encarregou o Grupo de Sábios de preparar e organizar o referido diálogo. É neste contexto que o Grupo deu prosseguimento às suas consultas no exterior com o antigo Presidente Ange-Félix Patassé e com dirigentes de movimentos políticos/militares para conferir um carácter abrangente ao diálogo.

205. Depois da assinatura em 13 de Março de 2007, em Birao, de um outro acordo entre o Governo e o Chefe de Operações de UFDR, Zackaria Damana, o Grupo de Sábios solicitou ao Governo a libertação de Abakar Sabone e Michel Djotodja, dois dirigentes da UFDR presos em Cotonou. O Governo criou um grupo de contacto que prosseguiu às consultas com os movimentos armados, em particular com UFDR.

206. A Força Multinacional da Comunidade Económica e Monetária da África Central (FOMUC), estacionada no país desde Dezembro de 2007, deu seguimento às suas actividades e continuou a desempenhar um papel activo na estabilização da situação de segurança, com o apoio financeiro da UE, através do Fundo para a Paz em África. As actividades da FOMUC estenderam-se por todo o país, com uma terceira base a funcionar em Kaga Bandoro, perto das outras bases de Bria e Bozoum.

207. Uma missão conjunta UA/UE de avaliação da FOMUC deslocou-se à RCA de 26 de Abril a 3 de Março de 2007. Essa missão chegou à conclusão de que é necessário prolongar as actividades da FOMUC até Dezembro de 2007, enquanto o final do seu mandato estava previsto para 30 de Junho de 2007. A missão realçou a necessidade de programar, a partir de Janeiro de 2008, um plano de actividades para a Força, que incluirá o papel da FOMUC no processo político e no diálogo com os diferentes grupos rebeldes, a reforma do sector de segurança, ora em preparação pelo governo, assim como o projecto de “Pólos de Desenvolvimento” programados pela UE, a partir de 2008, no âmbito do FED 10 (Fundo Europeu de Desenvolvimento).

208. Em 11 de Maio de 2007, o Presidente El Hadji Omar Bongo Ondimba, na sua qualidade de Presidente do Comité Ad Hoc sobre a RCA, criado pela CEMAC, enviou-me uma carta a respeito do financiamento da FOMUC. Ele solicitou o apoio da UA para que a UE continue a garantir o financiamento das actividades da FOMUC, no quadro do Fundo para a Paz em África. A este respeito, é importante sublinhar que durante a Cimeira da CEMAC, realizada em N'djamena, em Abril de 2007, os Chefes de Estado e de Governo desta organização decidiram pela manutenção da FOMUC, pelo menos por um período adicional de um ano, a fim de consolidar os progressos registados e

assegurar com a eficácia necessária a transferência de responsabilidades para o Estado da RCA. Além disso, a Comissão abordou oficialmente a sua congénere europeia no sentido de apoiar o pedido da CEMAC, tendo solicitado a mobilização de recursos adicionais para o prosseguimento das actividades da FOMUC.

209. A terminar, gostaria de informar o Conselho que, no âmbito da implementação da decisão tomada pelo CPS, durante a sua reunião de 12 de Fevereiro de 2007, uma delegação deste órgão deslocou-se à RCA, de 8 a 11 de Junho de 2007. Essa delegação realizou sessões de trabalho bem sucedido com os dirigentes do governo, bem como com outras partes interessadas. O relatório da delegação será submetido a uma reunião do CPS a um nível apropriado.

H.V.10 LIBÉRIA

210. Desde o meu último relatório, a situação geral na Libéria tem sido caracterizada por progressos contínuos nos esforços da consolidação da paz e reconstrução do país. O Governo tem intensificado os seus esforços para assegurar o aumento das receitas públicas, o progresso na criação de oportunidades no sector económico e nos serviços sociais de base bem como no respeito pela justiça, direitos humanos e boa governação.

211. No meu último relatório ao Conselho fez-se uma referência à tensão étnica criada, na sequência do regresso das Pessoas Internamente Deslocadas (PIDs) e dos refugiados às suas localidades. Embora o risco dos conflitos inter-étnicos localizados resultantes do litígio das terras e do património não deixe de ser preocupante, é gratificante notar que a Comissão Presidencial, que foi criada para investigar os diferendos inter-étnicos das terras e do património na área afectada (Condado de Nimba), submeteu o seu relatório ao Presidente e a recomendação relativa a este Condado como por exemplo a instituição urgente de mecanismos para reconciliar as comunidades feudais incluindo a necessidade de formular uma política baseada no uso da terra e a criação de uma Comissão sobre o Uso da Terra, foi aceite.

212. A situação da segurança na Libéria permanece calma e estável. As actividades criminais incluindo o roubo à mão armada diminuíram consideravelmente na Monróvia e arredores. A redução das actividades criminais e a contenção do protesto público de escalar para a desordem pública reflecte a eficácia do UNMILCIVIPOL e da Polícia Nacional Liberiana reestruturada (LNP). Na verdade a reestruturação e formação da LNP registou um nível elevado de sucesso. Até a data, cerca de 2610 oficiais da Polícia Nacional Liberiana terminaram a formação. Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer à Nigéria e ao Gana pelo seu apoio contínuo em termos de equipamento e formação da força policial.

213. A reforma e a reestruturação das Forças Armadas da Libéria continuam a conhecer um ligeiro atraso. De acordo com a graduação da primeira série de 106 soldados, o programa de formação para a segunda série de recrutas foi adiado de Janeiro para Abril de 2007. Contudo, a segurança pessoal particularmente daqueles que foram destituídos das forças armadas continua a constituir um problema para a sua desmobilização no seio das forças armadas. Eles questionam a interpretação do Acordo de Paz Global de Acra relativamente à reestruturação das Forças Armadas da Libéria e consideram que os antigos membros do exército deviam ter mais prioridade no recrutamento do que na desmobilização. Convém referir que cerca de 23.000 ex-combatentes deverão beneficiar ainda do programa de reabilitação e de reintegração. Estima-se que são necessários cerca de \$EU 18 milhões para completar o programa.

214. No domínio económico, a Libéria continua a demonstrar fortes sinais de recuperação. A situação financeira do Governo é considerada encorajadora, uma vez que as perspectivas a médio prazo conheceram melhorias consideráveis. O crescimento do país estima-se em cerca de 7.8% do PIB, derivado principalmente da construção, recuperação do sector agrícola e das despesas financiadas pelos doadores.

215. Estas realizações foram possíveis graças ao apoio contínuo da comunidade internacional. A este respeito, pode-se mencionar o resultado do Fórum dos Parceiros da Libéria realizado em Washington no passado mês de Fevereiro. Gostaria de saudar os compromissos bem como o cancelamento das dívidas anunciados nesta reunião e encorajar as agências financeiras multilaterais a incentivarem com os credores bilaterais para o cancelamento da dívida da Libéria.

216. A Libéria conseguiu reunir as condições para o levantamento das sanções contra os diamantes. O Governo aderiu ao Plano de Certificação do Processo de Kimberly e uma missão de avaliação foi enviada ao país nesse sentido. É neste contexto que em 27 de Abril de 2007 o Conselho de Segurança das Nações Unidas adoptou a resolução 1753 (2007) na qual decidiu levantar a sanção sobre a importação de diamantes da Libéria que durava há mais de três anos. O Conselho de Segurança felicitou a iniciativa do Governo da Libéria de continuar a cooperação com o Plano de Certificação do Processo de Kimberly e salientou o progresso da Libéria em adoptar as medidas internas e outras condições necessárias do Processo Kimberly.

217. Relativamente à situação humanitária, até 1 de Março de 2007, cerca de 89.344 refugiados regressaram voluntariamente aos seus locais de origem com assistência do ACNUR, enquanto se estima que cerca de 36.000 regressaram pelos seus próprios meios. Há actualmente cerca de 107.348 refugiados que ainda aguardam a repatriação na sub-região. Do lado da Libéria, ainda há cerca de 16.168 refugiados residindo na Libéria, principalmente da Sierra Leone, da Guiné e da Côte d'Ivoire.

218. Finalmente, aprez-me anunciar que, na sequência da decisão da 60ª Reunião do Conselho de Paz e Segurança, realizada em 18 de Agosto de 2006, uma equipa multidisciplinar deve ser enviada em breve à Libéria. O objectivo da missão será consultar as autoridades liberianas sobre as formas e meios de apoiar os esforços de recuperação pós-conflito do país.

H.V.11 CÔTE D'IVOIRE

219. O ano de 2007 começou sob bons auspícios em Côte d'Ivoire. Com efeito, no seu discurso pronunciado por ocasião do Novo Ano, o Sr. Guillaume Soro, Secretário Geral das Forças Renovadas", deu o seu acordo de princípio para o diálogo directo proposto pelo Presidente Laurent Gbagbo na sua mensagem à Nação de 19 de Dezembro de 2006. Recordemos que na sua mensagem, o Chefe do Estado da Côte d'Ivoire tinha formulado cinco propostas de saída da crise, nomeadamente a instauração de um diálogo directo com a rebelião com vista ao desarmamento e reunificação do país, a supressão das zonas de confiança, a criação de um serviço cívico nacional, amnistia geral e a criação de um programa de ajuda para o regresso dos deslocados de guerra.

220. As Forças Renovadas e os seus aliados do Grupo do "Houphouetistes" para a democracia e a paz (RHDP) concertaram-se com vista a harmonizar as suas ideias em 18 de Janeiro de 2007. No final desta reunião, os líderes do G7 (RHDP e as Forças Renovadas) comunicaram o seu acordo ao Secretário-geral das Forças Renovadas de aceitar a proposta do diálogo directo com o Chefe de Estado, mas no estrito respeito da Resolução 1721 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

221. Gostaria de evocar que durante a Cimeira da CEDEAO realizada em Ouagadougou em 19 de Janeiro de 2007, os dirigentes da região saudaram a iniciativa do Presidente Gbagbo de manter o diálogo com o Secretário-Geral das Forças Reservadas e convidaram o Presidente em Exercício da CEDEAO a facilitar este diálogo para dinamizar o processo de paz. Do mesmo modo, a Conferencia dos Chefes de Estado e de Governo por ocasião da sua 8ª Sessão Ordinária realizada em Adis Abeba em Janeiro de 2007 exortou as partes marfinenses a redobrem esforços para concluir o processo de paz na base da Resolução 1721 através do diálogo directo proposto pelo Presidente Laurent Gbagbo.

222. O diálogo directo entre o Presidente e as Forças Renovadas foi assim iniciado em Ouagadougou em 5 de Fevereiro de 2007 e facilitado pelo Presidente Blaise Campaoré, designado pelas partes e mandatado pela CEDEAO. O Facilitador iniciou consultas separadas com cada uma das delegações e com alguns intervenientes da comunidade internacional. Ele consultou igualmente RDR e PDCI-RDA. Estes esforços conduzidos com eficácia e discrição permitiram que o diálogo fosse concluído com a assinatura

de um Acordo político de Ouagadougou entre o Presidente Laurent Gbagbo e o Secretário-geral das Forças Renovadas, Guillaume Kigbafori Soro, em 4 de Março de 2007.

223. O Acordo político de Ouagadougou foi favoravelmente acolhido pela população e todos os partidos políticos. Representam um compromisso para a resolução dos principais bloqueios do processo de paz. No que respeita a identificação e o processo eleitoral, o Acordo determina modalidades simplificadas para a obtenção do bilhete de identidade nacional e da carta do eleitor e esclarece as responsabilidades para a emissão destes documentos. Em relação às Forças de Defesa e de Segurança, o Acordo consagra a reintegração das Forças dos ex-combatentes e a criação de um Centro de Comando Integrado (CCI) responsável pela reunificação e reestruturação dessas forças. O Acordo prevê igualmente a supressão progressiva da zona de confiança bem como a concertação entre as duas partes signatárias para a designação dos responsáveis no quadro da reestruturação da Administração. Entre as outras disposições importantes do Acordo, convém salientar a criação de dois mecanismos de acompanhamento do Acordo e a adopção de um cronograma de execução com uma duração de 10 meses.

224. A comunidade internacional reagiu favoravelmente à assinatura do Acordo político de Ouagadougou. Foi neste contexto que o Conselho de Mediação e de Segurança da CEDEAO reunido em 16 de Março de 2007 formulou recomendações segundo as quais o Conselho de Paz e de Segurança (CPS) da União Africana, reunido em 19 de Março de 2007, decidiu aprovar plenamente este Acordo. Por seu lado, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adoptou o Acordo político de Ouagadougou através de uma declaração presidencial datada de 28 de Março de 2007.

225. Em conformidade com as disposições do Acordo político de Ouagadougou e do Acordo complementar assinado em 27 de Março de 2007, o Sr. Guillaume Kigbafori Soro foi nomeado Primeiro-Ministro em 29 de Março e um novo Governo incluindo todos os signatários do Acordo de Limas- Marcoussis foi criado em 7 de Abril de 2007. Durante a sua 74^a Reunião realizada em 29 de Março de 2007, o CPS aprovou o Acordo complementar bem como a designação de Guillaume Soro para o cargo de Primeiro-Ministro.

226. Aproveito a oportunidade para saudar as mensagens de paz, de perdão e de reconciliação que o Presidente e o Primeiro-ministro endereçaram às populações em diferentes ocasiões para afirmar que a guerra acabou e sublinhar a sua determinação em implementar integralmente os seus compromissos. Houve outras iniciativas nomeadamente da parte do Congresso dos jovens patriotas (COJEP) que organizou durante três meses uma caravana de paz em várias cidades do país, na zona governamental e que prosseguirá na zona sob controlo das Forças Renovadas. O Governo por seu lado, organizou um seminário governamental em 2 de Maio de 2007 cujo objectivo consistia em

criar as condições de apropriação do Acordo de Ouagadougou e de o transformar num roteiro coerente.

227. No plano de segurança e no quadro da implementação do Acordo político de Ouagadougou foram tomadas várias medidas. A este respeito, convém salientar a assinatura de um acordo entre os Chefes de Estado Maior das Forças Armadas de Côte d'Ivoire, das Forças Armadas das Forças Renovadas e dos Comandantes das Forças Imparciais sobre a supressão progressiva da zona de confiança a 11 de Abril de 2007; a assinatura pelo Chefe de Estado de uma ordem sobre a lei da amnistia pelo delitos e crimes de atentado à segurança do Estado a 12 de Abril de 2007; e a inauguração do CCI a 16 de Abril de 2007 bem como o início do desmantelamento da zona de confiança através da supressão do posto de controlo de Tiébissou e a inauguração da brigada mista da polícia de N'gattadolikro.

228. Durante o período em análise, o Grupo de Trabalho internacional (GTI) prosseguiu com as suas reuniões mensais; foi assim que se realizaram três reuniões respectivamente a 12 de Janeiro, a 2 de Março e a 13 de Abril de 2007. Além destas recomendações relativas à implementação da resolução 1721, o GTI mostrou-se favorável ao diálogo directo e encorajou o Presidente Blaise Compaoré a prosseguir os seus esforços com vista a ajudar as partes marfinenses a alcançarem um acordo susceptível de relançar o processo de paz de acordo com as expectativas das populações marfinenses. A fim de considerar a nova situação criada pelo Acordo de Ouagadougou, o GTI solicitou aos seus dois Co-Presidentes durante a sua reunião de 13 de Abril de 2007 de realizar consultas com as instâncias competentes da CEDEAO e da União Africana sobre o estatuto e o papel do GTI e de fazer recomendações ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

229. Uma missão de avaliação técnica conduzida pelo Sub-Secretário-geral das Nações Unidas para as Operações de manutenção de paz. Hédi Annabi permaneceu em Côte d'Ivoire de 9 a 22 de Abril de 2007 a fim de definir o papel das Nações Unidas na implementação do Acordo Político de Ouagadougou. Esta missão vinha na sequência da solicitação do Conselho de Segurança ao Secretário-geral das Nações Unidas para que lhe fossem submetidas antes de 15 de Maio de 2007 as recomendações sobre o papel que esta instituição poderia desempenhar com vista a apoiar a implementação do processo de paz, tomando em conta os últimos acontecimentos ocorridos em Côte d'Ivoire.

230. Convém indicar que durante o período em análise, o país conheceu alguns incidentes no plano de segurança. Trata-se nomeadamente de um ataque na noite de 11 para 12 de Janeiro de 2007 nos postos aduaneiros de Noé na fronteira com o Gana que causou 5 mortos e vários feridos assim como manifestações de descontentamento dos jovens soldados recrutados em 2002 que dispararam tiros nos dias 2 e 3 de Fevereiro de 2007 em algumas localidades do país para reclamarem os seus honorários e a sua integração nas

forças de defesa e de segurança e registaram-se também combates intercomunitários no Oeste, originados por conflitos entre autóctones e o aumento da criminalidade na zona de confiança.

231. O clima social foi caracterizado por greves que paralisaram a actividade profissional em vários sectores, nomeadamente ao sector do ensino. As dificuldades de abastecimento de água potável em algumas regiões do Norte e do Oeste estiveram na base das doenças ligadas à água. Registaram-se epidemias de meningite e de febre amarela em várias localidades de Côte d'Ivoire e foram combatidas pelas equipas de vacinação destacadas no local. Paralelamente, o país repôs-se progressivamente dos danos causados pelo despejo de resíduos tóxicos no distrito de Abidjan em Agosto de 2006 e que tinha causado mais de 10 mortos e afectado milhares de pessoas. Foi assinado um acordo amistoso a 13 de Fevereiro de 2007 entre a Presidência da República e a multinacional TRAFIGURA que aceitou reembolsar cerca de 100 milhões de FCFA em vez de qualquer processo contra a empresa.

232. Em conclusão, gostaria de felicitar a evolução encorajadora da situação na Côte d'Ivoire. Exorto as partes ivorienses a prosseguirem e a intensificarem os seus esforços com vista a promover uma paz e uma reconciliação duradoiras no seu país. Expresso igualmente o meu apreço ao Facilitador, o Presidente Blaise Compaoré pelo seu papel e empenho.

H.V.12 MAURITÂNIA

233. Em Janeiro de 2007, eu tinha informado sobre os desenvolvimentos positivos ocorridos na Mauritânia com vista ao regresso da ordem constitucional. Desde então, o principal elemento foi a realização a 11 e 25 de Março de 2007 da primeira e da segunda volta da eleição presidencial que marcou o fim do processo eleitoral com a vitória do Sr. Sidi Mohamed Ould Cheikh Abdellahi. O meu Enviado Especial e uma Missão de Observação da UA conduzida pelo Ilustre Benjamim Bounkoulou, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros e actual Vice-presidente do Senado da República do Congo observaram o escrutínio presidencial. Nas suas declarações publicadas no final das duas voltas das eleições, a missão da UA reconheceu que as eleições foram regulares, livres, democráticas e transparentes.

234. Em seguida, o Conselho de Paz e de Segurança (CPS) reuniu-se em 10 de Abril de 2007 para analisar a evolução da situação. Nesta ocasião, o CPS tomou nota com satisfação sobre a evolução verificada na Mauritânia depois do Golpe de Estado de 3 de Agosto de 2005, do desenrolar positivo do processo de transição democrática e do regresso à ordem constitucional. O CPS felicitou o Presidente e os membros do Conselho militar para a justiça e democracia (CMID) bem como ao Primeiro-ministro e aos membros do Governo de Transição por terem respeitado os compromissos tomados e o processo de regresso à ordem Constitucional. O CPS felicitou igualmente ao Presidente

eleito e encorajou-o a empenhar-se na consolidação dos êxitos alcançados de transição, reforçar o estado de direito e a boa governação, aprofundar o processo democrático e de tomar todas as medidas necessárias para reforçar a unidade e a coesão nacionais. O CPS por outro lado, decidiu suspender a medida tomada contra a Mauritânia na sua 36ª reunião realizada a 4 de Agosto de 2005.

235. Após a tomada de posse do Presidente eleito em 19 de Abril de 2007, em que a Comissão foi representada pelo Comissário Responsável pela Paz e Segurança, o governo foi constituído a 28 de Abril de 2007 e as duas câmaras do Parlamento, a Assembleia Nacional e o Senado realizaram a sua primeira sessão parlamentar a 14 de Maio de 2007. Felicito a classe política e o povo mauritaniano pela maturidade e sentido de responsabilidade demonstrados ao longo do processo de regresso à ordem constitucional. Por seu lado, a UA continuará a apoiar e a acompanhar os esforços do Governo nos seus esforços de consolidação e a aprofundamento dos progressos registados.

H.V.13 SAHARA OCIDENTAL

236. Durante o período em análise, a Comissão, através do meu Representante Sénior da Missão das Nações Unidas no Sahara Ocidental (MINURSO) continuou a acompanhar o desenrolar dos acontecimentos no Sahara Ocidental. A 13 de Abril de 2007, o Secretário-geral das Nações Unidas submeteu o relatório sobre o Sahara Ocidental ao Conselho de Segurança. Nesse relatório, e entre outros, ele indicou que recebeu duas propostas das partes em disputa: a Frente POLISÁRIO submeteu a proposta com vista a uma solução política aceitável mutuamente que promove a autodeterminação do povo Saharaoui enquanto que o Reino de Marrocos avança com uma Iniciativa para a negociação de um estatuto autónomo para a região do Saara. O Secretário-geral recomendou que o Conselho de Segurança fizesse um apelo às partes nomeadamente a Marrocos e à Frente Polisário para que entrassem em negociações directas sem condições prévias com vista a alcançar uma solução política justa, duradoira e mutuamente aceitável que conduzirá à autodeterminação do povo do Sahara Ocidental.

237. Por sua vez, o Conselho de Segurança da Nações Unidas adoptou em 30 de Abril de 2007, a Resolução 1754 (2007). Embora, tenha tomado em consideração as propostas submetidas pelas duas partes o Conselho de Segurança, entre outras disposições, apelou às partes a iniciarem negociações sem condições prévias e de boa fé, tendo em conta os acontecimentos dos últimos meses com vista a alcançar uma solução política, justa, duradoira e mutuamente aceitável que conduzirá à autodeterminação do povo do Sahara Ocidental". O Conselho de Segurança solicitou igualmente ao Secretário-geral a submeter o relatório sobre os progressos a este respeito no final do mês em curso. Ao mesmo tempo, o Conselho de Segurança decidiu prolongar o mandato da MINURSO até 31 de Outubro de 2007.

238. De acordo com a resolução do Conselho de Segurança e na base das consultas com todas as partes, o Secretário-geral das Nações Unidas já anunciou que as conversações directas entre Marrocos e a Frente POLISÁRIO serão realizadas em Nova Iorque de 18 a 19 de Junho de 2007. As conversações foram presididas pelo Enviado Especial, Embaixador Peter Van Walsum.

239. Espero que as conversações directas previstas permitirão a ambas as partes procederem e discutirem, de boa fé, as suas divergências no contexto dos princípios e resoluções das Nações Unidas com vista a alcançar uma solução para o diferendo que perdura há décadas causando não somente sofrimento para o povo Saharaoui mas também impedindo qualquer cooperação construtiva entre os países da sub-região. A comunidade internacional não deveria poupar esforços em encorajar as partes a aproveitar esta oportunidade.

H.VI. FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DE PAZ DA UA EMPREENDIDAS SOB A SUA AUTORIDADE ATRAVÉS DAS CONTRIBUIÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS

240. Na sua decisão Assembly/AU/Dec. 145 (VIII) adoptada durante a sua 8ª Sessão Ordinária que teve lugar em Janeiro de 2007, a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo lembrou que a responsabilidade da manutenção da paz e da segurança internacionais é incumbida principalmente ao Conselho de Segurança das Nações Unidas e solicitou às Nações Unidas de analisar no quadro do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, a possibilidade de financiar através das contribuições obrigatórias, as operações de apoio de paz levadas a cabo pela UA ou sob sua autoridade com o consentimento das Nações Unidas. A Conferência solicitou os Estados Membros em colaboração com a Comissão a garantir o acompanhamento necessário da decisão.

241. Na sequência desta decisão, a África do Sul aproveitou a ocasião da sua presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas em Março de 2007 para organizar um debate sobre o tema “Relações entre a Organização das Nações Unidas e as organizações regionais particularmente com a União Africana para a manutenção da paz e da segurança internacionais”. O Comissário responsável pela paz e segurança participou nesta reunião. Nesta ocasião, o mesmo apresentou a posição da UA sobre a questão tal como emana da decisão adoptada pela Conferência e sublinhou que a aceitação das Nações Unidas em financiar as operações de manutenção de paz conduzidas sob a autoridade da UA com o consentimento do Conselho de Segurança reforçaria igualmente a autoridade e a credibilidade deste órgão.

242. No final das deliberações, o Conselho de Segurança salientando a preponderância em matéria de manutenção da paz e de segurança internacionais, sublinhou a importância de que se reveste o apoio à União

Africana e a melhoria duradoira do capital de meios e de capacidades da UA. A este propósito, o Conselho solicitou ao Secretário-geral que lhe apresentasse um relatório, em consulta com as organizações regionais competentes e em particular com a União Africana no qual constariam propostas indicando como é que a ONU poderia apoiar melhor os mecanismos próprios para estreitar a cooperação e a coordenação com as organizações regionais relacionadas com as disposições ao título do Capítulo III a fim de contribuir consideravelmente para a solução dos problemas comuns de segurança nas zonas que suscitam mais preocupação e de promover o aprofundamento e o alargamento do diálogo e da cooperação entre o Conselho e o Conselho de Segurança das Nações Unidas e o Conselho de Paz e Segurança da União Africana.

243. Esta questão foi debatida durante a consulta anual entre a União Africana, as Comunidades Económicas Regionais/Mecanismos Regionais para a prevenção, a gestão e a resolução de conflitos, os países membros do G8 e outros parceiros, que teve lugar em Adis Abeba, a 14 de Maio de 2007. A reunião constatou a necessidade de se acordar um interesse particular à proposta da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo em financiar as missões de apoio à paz conduzidas sob a autoridade da UA com o consentimento do Conselho de Segurança da ONU através de contribuições obrigatórias das Nações Unidas. A este respeito, a reunião felicitou-se pelo debate organizado pelo Conselho de Segurança no passado mês de Março de indicou que aguardava com interesse o relatório que o Secretário-geral da INU deve apresentar no quadro do acompanhamento da Declaração presidencial de 28 de Março de 2007.

244. Durante a Cimeira do G8 realizada em Heilingendamm (Alemanha) a 8 de Junho de 2007, os países do G8 afirmaram que se empenhariam, com outros intervenientes, a identificar, acertar e apoiar as soluções duradoiras sobre questões relacionadas com o financiamento duradoiro bem como ao apoio operacional, à planificação e à gestão das operações de manutenção de paz conduzidas ao nível do continente. Durante os próximos meses, a Comissão, em colaboração com os Estados Membros continuará a envidar esforços com vista a sensibilizar os parceiros da UA sobre a necessidade de regularizar continuamente a questão do financiamento das Operações de manutenção da paz conduzidas a nível do continente.

I. Assuntos Políticos, Democratização, Governação, Direitos Humanos e Assuntos Humanitários

245. É meu dever informar o Conselho que a democracia, as eleições, a governação e os direitos humanos são questões fundamentais, que precisam de ser acompanhados de perto e constantemente. Hoje, a África está confrontada com desafios de consolidação e realização dos valores democráticos, bem como da restauração da cultura de paz e de reconciliação, depois de ter vivido longos anos de conflitos. As eleições livres, transparentes e justas, constituem

um dos pré-requisitos para a instauração de governos democráticos e a promoção da boa governação.

246. Processos eleitorais, como parte de um processo de democratização e também como meio de trazer a estabilidade, estão a ser realizados nos Estados-membros, embora enfrentando problemas. Os povos de África e os seus dirigentes lutam para puderem responder aos desafios e realizar com sucesso esses processos.

247. Em relação a governação e ao combate à corrupção, a Comissão concentrou, durante o período em análise, os esforços na promoção da Convenção da União Africana sobre a Prevenção e o Combate à Corrupção (e outras infracções relacionadas), com vista a assegurar o maior número de ratificações possível. Ela continuou a implementar as disposições da Declaração de adis Abeba emanadas da 5ª Conferência dos Ministros da Administração Pública.

248. A promoção e a protecção dos direitos humanos, que são essenciais para o estabelecimento de um sistema democrático eficiente, têm sido também levados a cabo com firmeza, através de uma maior sensibilização e divulgação das provisões dos diversos tratados regionais e internacionais sobre os direitos humanos, bem como do reforço dos mecanismos da União Africana para os direitos humanos, em conformidade com a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos e outros instrumentos pertinentes.

249. A seguir se indica as actividades que a Comissão desenvolveu nas áreas da democracia, governação, direitos humanos e assuntos humanitários.

I.I. GOVERNAÇÃO, DEMOCRACIA , ELEIÇÕES E DIREITOS HUMANOS

250. Eu gostaria de informar o Conselho que a Comissão (CUA), proporcionou uma liderança activa no campo da governação, democracia, eleições e direitos humanos. O importante no trabalho da Comissão foi a organização de várias conferências e reuniões.

I.I.1. GOVERNAÇÃO E DEMOCRACIA

251. Gostaria de informar o Conselho que a Conferência Internacional sobre a Manutenção do Ímpeto da Democracia em África teve lugar na África do Sul, de 5 a 7 de Março de 2007. Para além de ter reflectido sobre o progresso da democracia no Continente, a Conferência proporcionou uma plataforma de debate exaustivo sobre as questões de governação, democracia e eleições em África. A conferência foi organizada em parceria com a Comissão Eleitoral da África do Sul (IEC) e o Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA).

252. A Conferência serviu para promover a Carta Africana sobre a Democracia, Eleições e Governação e, com isso, proporcionou uma ocasião importante para a CUA divulgar o referido instrumento. Como houve um grande interesse na Carta, a Conferência serviu ainda para sublinhar a necessidade urgente de ratificá-la e de se tornar num instrumento-chave da CUA para os seus trabalhos com os Estados-membros, em matéria de Democracia, Eleições e Governação.

253. A Comissão deu também início ao processo de indicação das iniciativas de governação no Continente, como base de orientação do papel estratégico da UA no domínio da governação. Essa indicação servirá para identificar o papel de todos os parceiros activos no processo de governação e abrir caminho a uma maior cooperação, parcerias e harmonização das acções de governação no continente.

I.I.2. ANTI-CORRUPÇÃO

254. Várias actividades relacionadas com a anti-corrupção realizaram-se durante o período em revista. A mais importante delas foi a promoção da Convenção da União Africana sobre a Prevenção e o Combate à Corrupção (e outras infracções afins).

a) 2ª Reunião dos Organismos Nacionais de Combate à Corrupção

255. A Comissão organizou, na África do Sul, a 2ª Reunião das Comissões Nacionais de Combate à Corrupção, de 23 a 24 de Fevereiro e 2007. A reunião realizou-se de acordo com o plano da Comissão de levar adiante o processo de implementação da Convenção da União Africana e do estabelecimento do mecanismo de monitorização necessário. A reunião contou com a orientação da CUA e uma reflexão sobre o estado de implementação nos Estados Membros.

256. A Declaração adoptada no final da reunião colocou ênfase na necessidade de ratificação imediata da Convenção por todos os Estados Membros. Por outro lado, ela deu uma orientação pormenorizada sobre o estabelecimento de um Conselho Consultivo da UA sobre a Luta contra a Corrupção e um mandato específico à Mesa da Reunião de prosseguir as suas recomendações, que incluíram um Plano de Acção que prioriza o apoio aos Estados Membros na implementação da Convenção.

b) Fórum Africano sobre a Luta Contra a Corrupção

257. O Fórum Africano sobre a Luta contra a Corrupção realizou-se na África do Sul, de 28 de Fevereiro a 2 de Março de 2007. Para além de consolidar a perspectiva africana sobre a luta contra a corrupção, o Fórum visava reforçar as parcerias africanas e os esforços de combate à corrupção.

258. A reunião foi importante para a CUA, porque ela permitiu-lhe clarificar a influência da perspectiva emergente relacionada com abordagens que visam prevenir e combater a corrupção no continente. Com o Fórum e o seu sucesso evidente, a Comissão da União Africana reafirmou o seu lugar como líder credível e capaz dos esforços colectivos que promoverão a agenda comum africana.

259. A reunião adoptou a Declaração de Ekurhuleni que estabeleceu uma ampla parceria para as acções africanas de combate à corrupção. De igual modo, a Declaração apela para a ratificação e implementação da Convenção da UA. Na ocasião, a reunião considerou a necessidade da harmonização dos instrumentos regionais e internacionais de combate à corrupção.

c) 5º Fórum Global sobre a Luta contra a Corrupção e a Salvaguarda da Integridade

260. O Conselho recordará que o 5º Fórum Global sobre a Luta Contra a Corrupção e a Salvaguarda da Integridade realizou-se em Joanesburgo, África do Sul, de 2 a 5 de Abril de 2007. Essa reunião foi uma ocasião histórica, porque foi a primeira vez que uma reunião dessa magnitude sobre questões de combate à corrupção e de salvaguarda da integridade teve lugar no solo africano e com a participação activa da CUA.

261. A Comissão orientou activamente a região africana nas negociações das conclusões e recomendações do Fórum. Especificamente, a Comissão foi capaz de reafirmar o papel da UA, na arena global, como importante para liderar os esforços colectivos que advogam uma perspectiva comum para o combate à corrupção no Continente africano.

262. As principais conclusões do Fórum foram: a necessidade de se reforçar mais os esforços para se garantir a ratificação dos instrumentos relevantes sobre a prevenção e o combate à corrupção; o reforço dos órgãos regionais e sub-regionais que têm responsabilidades no domínio da prevenção e o combate à corrupção; e a necessidade de uma coordenação efectiva e de harmonização das condições de informação relativa aos instrumentos multilaterais e regionais de prevenção e combate à corrupção.

d) Investigação sobre a Luta contra a Corrupção

263. Uma iniciativa de investigação ampla sobre a magnitude da corrupção no continente está actualmente a ser considerada. A intenção da investigação é de obter uma maior compreensão das realidades da corrupção, em vez das provas anedóticas e com base na percepção que normalmente são utilizadas para descrever os níveis de corrupção em África. Está em curso um plano

minucioso e uma campanha de mobilização das parcerias para apoiarem a implementação dessa investigação.

I.I.3. FUNÇÃO PÚBLICA

264. Durante o período em análise, duas reuniões da Mesa da 5ª Conferência Ministerial tiveram lugar, com vista a informar e avaliar os progressos realizados na implementação da Declaração de Adis Abeba da 5ª Conferência dos Ministros da Função e Serviços Públicos. Para além disso, a reunião ministerial teve lugar com o objectivo de prestar uma informação geral das actividades no âmbito da Função Pública.

a) Carta sobre os Serviços Públicos Africanos

265. Como parte do processo de revisão do actual projecto de Carta, estão planeadas consultas sob a direcção da Mesa da 5ª Conferência pan-africana. Uma Carta actualizada será apresentada à reunião de peritos governamentais, antes da realização da 6ª Conferência Africana dos Ministros da Função e dos Serviços Públicos. A Carta estabelecerá as normas para uma prestação efectiva, eficiente e responsável dos Serviços Públicos em África.

b) Prémio de Inovação da Função Pública

266. Os processos de planificação dos prémios de Inovação da Função Pública foram já concluídos. Os prémios de Inovação estão actualmente a ser activamente divulgados em todos os Estados Membros. Os primeiros prémios serão apresentados durante a 6ª Conferência dos Ministros da Função e dos Serviços Públicos. Para além de reconhecerem a inovação na função pública africana, os prémios servirão para transmitir e divulgar as boas práticas dos serviços públicos em África e no mundo.

c) O Dia da Função Pública em África

267. O Dia da Função Pública Africana é comemorado a 23 de Junho de cada ano. O objectivo da proclamação do Dia da Função Pública Africana é reconhecer e promover o valor do serviço público para o desenvolvimento da África. Este ano o tema central da celebração será “promover a Boa Governação com ênfase na Luta Contra a Corrupção e nos Valores Éticos”. O tema e sub-temas foram comunicados a todos os Estados Membros, de modo a servir de guia para as comemorações desse dia no continente e espera-se que, como nos anos anteriores, haja uma participação activa em todas as regiões nessa ocasião importante.

d) **Rede de Institutos Africanos de Desenvolvimento da Gestão (AMDIN)**

268. A rede recentemente inaugurada de Instituto Africano de Desenvolvimento da Gestão serve, para proporcionar uma base para o reforço dos Institutos de Desenvolvimento da Gestão dos Estados Membros, com vista a promoção dos seus serviços públicos. Para além do facto de ter tido um papel importante na inauguração da rede, a CUA continua também a dar orientações actuais para o estabelecimento da rede. Durante este período, a AMDIN levou a cabo programas de formação de formadores e está a preparar-se para realizar a sua 1ª Conferência pan-africana, em Agosto de 2007.

269. O Conselho Executivo da AMDIN, realizou a sua 3ª Sessão Ordinária de 10 a 11 de Maio de 2007. A Comissão participou. Essa sessão revelou as dificuldades enfrentadas pela AMDIN, devido à falta de meios de financiamento autónomo, embora haja vontade óbvia de cumprir o mandato incumbido a esta rede. Cabe à União Africana garantir a assistência técnica a esta instituição para a implementação dos seus programas. A Comissão vai envidar esforços para cumprir o seu mandato.

e) **Programa de Desenvolvimento de Capacidades**

270. Houve uma manifestação de preocupação pelo tempo que se levou a ceder às verbas para a implementação das actividades de desenvolvimento das capacidades no domínio da Governação e Administração Pública. Acções estão em curso, para facilitar a transferência das verbas prometidas pela União Europeia à CUA para a implementação do programa. Outras parcerias estão também a ser formadas com vista ao desenvolvimento de capacidades.

271. Um programa vasto de desenvolvimento da capacidade inter-sectorial foi apresentado pelo Secretariado da NEPAD. O problema desse programa prende-se com a natureza da sua integração nas acções em curso de reforço da capacidade no quadro da CUA e no continente. Foram feitas concertações com o Secretariado da NEPAD, que visam estabelecer os parâmetros para as actividades de desenvolvimento da capacidade com o objectivo de se reforçarem as outras acções em curso neste domínio.

f) **6ª Conferência dos Ministros responsáveis pela Função Pública dos Estados Membros do Observatório dos Funcionários Públicos Africanos (OFPA)**

272. A Comissão participou nesta Conferência, realizada em Ouagadougou, de 17 a 18 de Maio de 2007. Essa participação tinha em vista o estabelecimento de uma ponte entre a União Africana, através da Conferência Pan-africana dos Ministros da Função Pública, por um lado, e o OFPA, por outro

lado, para estudar em que medida uma sinergia poderia ser desenvolvida entre as duas instituições, por intermédio de acções coordenadas e harmonizadas. Afigura-se urgente a necessidade de uma tal interacção, uma vez que ambos as instituições tem o mesmo objectivo, designadamente a modernização da função pública africana, através de reformas que visam, entre outros, a boa governação. A Conferência de Ouagadougou tinha como tema “Função Pública e Boa Governação”.

I.I.4. OBSERVAÇÃO DE ELEIÇÕES

273. Gostaria de informar o Conselho que a Comissão enviou missões de observação de eleições legislativas na Gâmbia, no Lesoto e no Burkina Faso.

- Na Gâmbia, as eleições legislativas de 25 de Janeiro de 2007 foram ganhas pela Aliança Patriótica para a Renovação e Construção, partido no poder, com 42 assentos, num total de 53;
- No Reino do Lesoto, o partido do Congresso para a Democracia, no poder conquistou 61 dos 120 assentos nas eleições de 17 de Fevereiro de 2007;
- No Burkina Faso, o escrutínio parlamentar de 6 de Maio de 2007 foi ganho pelo partido no poder, o Congresso para a Democracia e Progresso (CDP), com 73 dos 111 lugares a serem preenchidos na Assembleia Nacional.

274. Os processos eleitorais decorreram, de uma maneira geral, satisfatoriamente.

275. Por outro lado, a Comissão não conseguiu enviar observadores para as eleições presidenciais de 25 de Fevereiro de 2007 no Senegal, de 27 de Abril de 2007 na Nigéria e de 29 de Abril de 2007 no Mali, em cumprimento das disposições pertinentes da Declaração de Durban de Julho de 2002 relativa aos princípios que regem as eleições democráticas em África, principalmente no que toca o prazo de dois meses imposto aos Estados Membros para convidar a União Africana para a observação de eleições.

I.I.5. ACÇÕES FUTURAS

276. Durante os próximos meses, as actividades relativas à democracia, governação e eleições estarão viradas para a promoção da Carta Africana sobre a Democracia, Eleições e Governação, em estreita colaboração com as Comunidades Económicas Regionais e os nossos parceiros interessados, tendo como objectivo suscitar a assinatura e a ratificação rápida deste importante instrumento. A Comissão procederá igualmente a uma avaliação da observação de eleições pela União Africana para determinar como melhor essa observação

a fim de lhe conferir mais credibilidade. A necessidade do acompanhamento tanto no início como no final dos processos eleitorais afigura-se muito crucial. Em fim, a comissão prosseguirá os seus esforços para a implementação da agenda da Organização em matéria da Função Pública.

I.I.6. PROMOÇÃO E PROTECÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

277. Durante o período em análise, a Comissão da União Africana desenvolver as seguintes actividades:

a) Centro para a Democracia, Governação e Direitos Humanos

278. O Centro para a Democracia, Governação e Direitos Humanos continua a fazer progressos nas áreas de aquisição de publicações pertinentes, catalogação dessas publicações, visitas de representantes de potenciais doadores e de organizações interessadas, de aquisição de materiais audiovisuais e o acesso gratuito à Internet. Todas as actividades do Centro visam facilitar a concretização dos seus objectivos, nomeadamente:

- i) proporcionar uma audiência multi-sectorial com informação em primeira mão;
- ii) contribuir para a construção e consolidação da capacidade institucional da União Africana; e
- iii) servir como ponto de referência, para o acesso à informação especializada interactiva e física sobre os direitos humanos, democracia e boa governação em África.

279. O Centro de Recursos encontra-se também no processo de introdução de acesso a novos serviços como a Biblioteca Digital. Esta concentrar-se-á nos recursos electrónicos (e-recursos) sobre democracia, governação, direitos humanos, eleições e género; a Rede Virtual Africana de Bibliotecas e Informações (AVLIN) e o PressDisplay (um portal baseado na Web que proporciona acesso no mesmo dia a mais de 450 jornais e revistas de todo o mundo em 38 línguas).

280. Essas iniciativas de melhoramento são levadas a cabo num esforço que visa oferecer um serviço eficaz ao crescente número de utilizadores diversos, incluindo representantes dos Estados Membros, Instituições Nacionais dos Direitos Humanos, organizações da Sociedade Civil, investigadores, estudiosos, etc. A Comissão saúda os esforços de todos os seus parceiros que têm contribuído para estes desenvolvimentos e solicita que renovem a sua cooperação.

b) Oficina sobre a Realização dos Direitos da Mulher através de Educação sobre os Direitos Humanos

281. A Comissão da União Africana, em colaboração com o Governo da República Popular Democrática da Argélia e as Nações Unidas, a Comissão Económica para África (ECA) organizou uma Oficina Sub-Regional sobre a Educação dos Direitos Humanos na África Norte com o tema “Realização dos Direitos da Mulher através de Educação sobre os Direitos Humanos”, que foi realizada de 17 a 20 de Março de 2007, em Argel, Argélia.

282. O objectivo geral da Oficina era contribuir para a implementação do Programa Mundial de Educação sobre os Direitos Humanos e criar sensibilidade sobre os mecanismos e instrumentos africanos dos Direitos Humanos na promoção de Educação sobre os Direitos Humanos. A Oficina contou com a presença assistida de representantes dos seguintes Estados Membros: Argélia, Egipto, Tunísia, Líbia e República Árabe Saharaoui Democrática bem como representantes da Comissão da União Africana, da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), CEA, Organização Liga Árabe para a Educação, Ciência e Cultura (ALECSO), Centro de Formação e Pesquisa das Mulheres Árabes (CAWTAR) e Solidariedade para os Direitos da Mulher Africana (SOAWR).

283. A Oficina apelou para o reforço da parceria entre os Estados Membros da Região da África do Norte na promoção e protecção dos Direitos Humanos através do ensino universal e também apelou para a inclusão do género em todas as políticas e programas.

c) Comemoração do Genocídio de Ruanda

284. No dia 7 de Abril de 2007, a Comissão da União Africana, em colaboração com as autoridades da República do Ruanda, assinalou, na sua Sede, o 13º Aniversário do Genocídio de Ruanda. A cerimónia compreendeu um minuto de silêncio, orações e apresentações sob o tema “Compreensão e Luta contra a Ideologia de Genocídio”.

285. O evento contou coma presença de representantes do Corpo Diplomático, da Comissão da União Africana, dos Órgãos da União Africana, Agências da ONU, Tribunal Penal Internacional para o Ruanda, Comunidade Ruandesa na Etiópia, organizações humanitárias e da sociedade civil.

d) **Apoio da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (ACHPR)**

286. A Comissão da União Africana continua a priorizar o apoio à ACHPR como um dos principais mecanismos dos Direitos Humanos no Continente.

287. A Comissão organizou uma sessão de reflexão entre o Comité dos Representantes Permanentes e a ACHPR, a 4-5 de Maio de 2007, em Maseru, Reino do Lesoto com vista a fortalecer as relações entre os dois órgãos e reforçar a ACHPR para que possa executar de forma eficaz o seu mandato. A Reunião recomendou à organização de fóruns semelhantes para consolidar as relações entre a ACHPR e os Órgãos da UA na promoção e protecção dos Direitos do Homem e dos Povos.

e) **Reuniões às Margens da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos**

288. A Comissão da União Africana organizou vários eventos às margens da 41ª Sessão da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, em Acra, Gana, a saber:

- Oficina sobre a implementação das Decisões da União Africanas relativas aos direitos humanos;
- Oficina para as Instituições Nacionais dos Direitos Humanos sobre a Monitorização e Documentação de violações dos Direitos Humanos em África;
- Reunião Consultiva de Peritos dos Meios de Comunicação Social sobre a Liberdade de Imprensa em África.

289. Estes eventos contaram com a participação de representantes da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, do Escritório do Alto Comissário para os Direitos Humanos, Instituições Nacionais dos Direitos Humanos, Peritos dos Meios de Comunicação Social e Organizações da Sociedade Civil.

290. As Reuniões apelaram para o reforço dos Mecanismos Africanos dos Direitos Humanos - Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos, Comité dos Direitos e Bem-estar da Criança - e para a capacitação das Instituições Nacionais dos Direitos Humanos e das Organizações da Sociedade Civil nas áreas de promoção e protecção dos Direitos Humanos no Continente.

291. Também apelaram para a organização de reuniões anuais congregando todos os Órgãos da UA, as Instituições Nacionais dos Direitos Humanos, o Comité de Peritos dos Direitos e Bem-estar da Criança, Profissionais dos Meios de Comunicação Social, Comunidades Económicas Regionais, Organizações da Sociedade Civil, com vista a trocar informações e explorar formas de reforçar a colaboração na promoção e protecção dos Direitos Humanos.

292. A Comissão da União Africana aprecia o apoio de todos os seus parceiros na organização destes eventos, incluindo o apoio técnico e financeiro providenciados pelo Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento através dos seus Escritórios em Adis Abeba. A Comissão continuará a apoiar os Mecanismos Africanos dos Direitos Humanos de modo a capacitá-los para efectivamente levarem a cabo os seus mandatos na protecção e promoção dos Direitos Humanos no Continente.

f) Planos Futuros

293. As actividades a serem levadas a cabo na área dos direitos humanos durante o próximo semestre, incluem:

- Reforço da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (em curso)
- Oficina sobre Prevenção de Conflitos através da Promoção da Democracia, Boa Governação e dos Direitos Humanos dirigidos aos Países em ou emergindo de situações de Conflito
- Comemoração do Dia Africano dos Direitos Humanos e Fórum da CSO sobre a Promoção dos Direitos Humanos e da Boa Governação
- Lançamento da Publicação Anual dos relatórios temáticos sobre a Liberdade da Imprensa e Pena de Morte bem como Comemoração do Dia Internacional da Tolerância
- Oficina sobre o Reforço dos Mecanismos Africanos de Promoção e Protecção dos Direitos Humanos
- Capacitação em Direitos Humanos para os Funcionários da UA e Celebração do Dia Internacional dos Direitos Humanos.

I.II. ASSUNTOS HUMANITÁRIOS, DOS REFUGIADOS E DAS PESSOAS DESLOCADAS

294. Durante o período em análise, gostaria de informar ao Conselho que embora a situação das pessoas deslocadas constitua ainda uma grande preocupação, alguns Estados Membros criaram condições favoráveis para o regresso dos seus nacionais com segurança e dignidade. Foram registadas nos Estados Membros operações de repatriamento organizadas e espontâneas. Burundeses, ruandeses e congolezes da República Democrática do Congo (RDC), sudaneses e somalianos da parte norte da Somália regressaram às suas casa e, por conseguinte, alguns campos de refugiados foram fechados. A Comissão continuará a exortar os países de origem no sentido de criarem condições conducentes ao regresso dos seus nacionais.

295. Contudo, apesar do regresso de milhares de refugiados e pessoas deslocadas internamente, a África continua a acolher o maior número de refugiados, estimado em cerca de 3 milhões e mais de 15 milhões de pessoas deslocadas internamente que, amiúde, carecem das necessidades mais básicas.

296. O conselho lembrará que a Comissão chamou a sua atenção para a persistente deterioração da situação humanitária no Sudão, no Chade e na República Centro-africana - a região de Darfur no Sudão encontrando-se no centro à medida que a crise se alastra para os vizinhos do Chade e República Centro-africana e causando novas vagas de deslocamento de pessoas nestes dois países. Ocorre deslocamento forçado contínuo, ocupação de aldeias e incidentes de segurança em volta dos campos de pessoas deslocadas internamente. Para agravar ainda mais a situação, a provisão da ajuda humanitária é severamente impedida pela insegurança que prevalece nestes países.

297. A Comissão tem estado muito activa na implementação dos seus programas e actividades, em especial, em conformidade com as recentes decisões do Conselho Executivo e da Cimeira. Esta implementação tem sido levada a cabo em estreita cooperação e colaboração com os nossos parceiros, designadamente: Acção Humanitária para África (AHA), Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Programa Mundial de Alimentação (PMA), Organização Internacional de Migração (OIM) e outras agências de ajuda.

298. Dentro do quadro do Programa de Trabalho do Sub-Comité do CRP sobre os Refugiados, foi levada a cabo uma missão de averiguação na Guiné e Costa do Marfim, em Maio de 2007. A missão reuniu-se com os Oficiais do Governo, Representantes dos Escritórios da União Africana, ACNUR e outras Agências da ONU e Humanitárias e trocaram pontos de vista sobre a situação humanitária. Foram recolhidas importantes informações que retratam o

verdadeiro quadro da situação humanitária no terreno nos dois países e contribui para a comunicação de informações precisas aos Estados Membros.

299. O Sub-Comité do CRP sobre os Refugiados e a sua Mesa reuniram-se e passaram em revista a situação dos refugiados, das pessoas retornadas e das pessoas deslocadas internamente bem como outras actividades a favor de vítimas de deslocamento forçado.

300. Tiveram igualmente lugar vários outros conjuntos de reuniões; muitas das quais com os nossos parceiros para traçar o rumo a seguir na busca de uma solução duradoura para o problema do deslocamento forçado. As reuniões também incluíram o processo Consultivo da UA relativo ao Projecto de Convenção da União Africana sobre a Protecção e Assistência a Pessoas Deslocadas Internamente em África, Reunião da UA com os parceiros em conexão com a implementação de actividades específicas conjuntas até Julho de 2007, bem como as Reuniões dos Embaixadores Africanos com o CICV, que se concentraram na promoção da Direito Humanitário Internacional.

301. Gostaria de fazer menção ao muito importante Projecto de Convenção sobre as Pessoas Deslocadas Internamente, na qual a Comissão está a trabalhar desde o ano passado. A Reunião sobre o Projecto de Convenção com parceiros e outros actores intervenientes-chave foi construtiva e enriquecedora. Além de providenciar comentários úteis que serão levados em conta no Projecto de Convenção a ser apresentado aos Juristas dos Estados Membros para consideração em Setembro do ano corrente, as consultas também contribuíram para consolidar ainda mais a relação entre a UA e os seus parceiros.

302. Agora, gostaria, em particular, de chamar a atenção do Conselho a duas das suas decisões, designadamente, EX.CL/Dec.289(IX) e EX.CL/Dec.319(X) relativas à realização da Cimeira Especial dos Chefes de Estado e de Governo sobre os Refugiados, Retornados e Pessoas Deslocadas Internamente agendada para ter lugar em 2008. Os preparativos estão em curso, em estreita colaboração com o devidamente constituído Grupo de Trabalho compreendendo a Mesa do Sub-Comité do CRP sobre os Refugiados, as Representações Regionais dos Estados Membros e a UA/Parceiros bem como alguns membros do Comité de Coordenação da Assistência e Protecção dos Refugiados, Retornados e Pessoas Deslocadas Internamente (CCAR). A Cimeira revestir-se-á de grande importância não só para o Continente como também para a comunidade internacional. Por isso, a União Africana tem o desafio de assegurar o seu êxito.

303. O Conselho lembrar-se-á de que o Dia Mundial/Africano do Refugiado é comemorado anualmente no dia 20 de Junho. O tema este ano é "A Criança Refugiada e o Desporto". Foram organizadas actividades conjuntas entre a UA/ACNUR e o Sub-Comité do CRP sobre os Refugiados nos campos de refugiado na Etiópia e a União Africana doou US\$10.000 em apoio às crianças

necessitadas nos campos. As celebrações na Sede da UA incluíram uma exposição e actividades culturais.

304. Embora, por lado nos concentremos nas vítimas de deslocamento forçado, não devemos também perder de vista outras categorias de movimentos de massa de pessoas por causa de calamidades naturais e provocadas pelo homem, a migração ilegal e irregular no Continente bem como o problema da insegurança alimentar que a FAO reportou afectam milhares de vítimas de deslocamento forçado, principalmente devido à fadiga dos doadores. A União Africana continuou a demonstrar solidariedade para com os países afectados pelas calamidades. Durante o período em análise, Burundi e Moçambique receberam cada uma doação de US\$50.000 para aliviar o sofrimento das vítimas das calamidades naturais. Este problema foi muito enfatizado nas reuniões com os parceiros e com a colaboração destes, a Comissão brevemente implantar mecanismos para fazer face aos desastres em África. Por outro lado, a Comissão promoverá e estimulará os Estados Membros a adoptarem a abordagem de cooperação e parceria com entidades não governamentais para efectivamente garantir e ir de encontro às necessidades humanitárias das populações migrantes.

305. Finalmente, gostaria de informar ao Conselho que a Comissão implementou a sua decisão sobre a Livre Circulação de Pessoas em África, Decisão EXICL.Dec.337(X). Na sequência dos intensos preparativos e de várias reuniões ao nível do Comité de Peritos dos Estados Membros sobre a Livre Circulação de Pessoas e do Comité Interno que compreende representantes de vários Departamentos e Unidades, foram lançados o Passaporte de Diplomático e de Serviço da União Africana no Dia de África, 25 de Maio de 2007, em Adis Abeba. Os primeiros recipientes do Passaporte Diplomático foram o Presidente da União Africana Sua Exci^a. Sr. John Agyekum Kufuor, Presidente da República do Gana e Sua Exci^a., o Primeiro-ministro Meles Zenawi da República Democrática Federal da Etiópia.

306. Nos próximos meses, os esforços serão orientados com vista à continuação de missões de avaliação no terreno, a elaboração de um projecto de Convenção sobre Pessoas Deslocadas, a preparação da Cimeira Especial, a implementação da Agenda da União sobre a Livre Circulação em África, e a revitalização do Comité de Coordenação para a Assistência aos Refugiados e Pessoas Deslocadas.

I.III. COOPERAÇÃO AFRO-ÁRABE

307. Durante o período em análise, a Comissão manteve o ímpeto na implementação do Programa de Cooperação Afro-Árabe. Assegurou a supervisão eficaz e o acompanhamento do **Estudo sobre “O Desenvolvimento de um Mecanismo Institucional dos Estudos Estratégicos Afro-Árabes/Redefinição do Papel do Instituto Cultural Afro-Árabe”**, que iniciou

em Novembro de 2006. O estudo, que está a ser conjuntamente levada a cabo pela Comissão da União Africana e pelos consultores do Secretariado Geral da Liga dos Estados Árabes (LEA) encontra-se na sua fase final de conclusão.

308. Os consultores reuniram-se duas vezes, em Adis Abeba e Cairo, com o pessoal relevante da Comissão da UA e da LEA e os funcionários do Instituto Cultural Afro-Árabe e trocaram pontos de vista e opiniões. Depois disso, submeteram um relatório preliminar, que está actualmente a ser considerado pelas duas partes.

309. O Conselho lembrar-se-á de que foi celebrado em Dezembro de 2006, um **Memorando de Entendimento entre a Comissão da União Africana e o Fundo Árabe para Assistência Técnica aos Países Africanos (AFTAAC)**. Similarmente, a Comissão está actualmente a considerar projectos de instrumentos com o Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África (BADEA), Organização Árabe para o Desenvolvimento Agrícola (AOAD) e com a Autoridade Árabe para o Investimento Agrícola (AAAI), enquanto estão em curso discussões sobre as modalidades de implementação das disposições do Memorando de Entendimento firmado anteriormente com o AFTAAC. Estes mecanismos directos com instituições árabes especializadas ajudarão a Comissão a coordenar eficácia e eficiência a cooperação entre a África e o mundo árabe.

310. A Comissão também empreendeu os preparativos para o **Estudo de Avaliação do Projecto da Feira Industrial Afro-Árabe**. O estudo avaliará o impacto da Feira nas trocas comerciais e de investimento, examinará a sua contribuição na facilitação de ligações directas entre as comunidades empresariais das duas regiões e identificará os problemas organizacionais e práticos que impediram o progresso deste projecto com vista a melhorar a sua eficiência e eficácia no futuro. A Comissão finalizou agora os preparativos necessários e submeteu a sua proposta de financiamento à BADEA.

311. Como seguimento à recomendação da Segunda Reunião Inter-Secretariados da UA/LEA, para a UA facilitar a criação de "**Comités Afro-Árabes de Embaixadores**" em Adis Abeba, Bruxelas, Cairo, Genebra e Nova Iorque, a Comissão, em colaboração com o Presidente do Sub-Comité Multilateral do CRP e a Delegação Permanente da Liga dos Estados Árabes na UA e na CEA, iniciou o processo de estabelecimento do um "Comité Afro-Árabe de Embaixadores" em Adis Abeba. O objectivo é fortalecer as relações políticas e diplomáticas entre as regiões africana e árabe e permitir consultas mútuas e a adopção de posições comuns sobre as principais questões regionais e globais de interesse comum às duas partes.

312. Com base no entendimento alcançado entre a UA e a LEA, criar um **Fórum Afro-Árabe de Desenvolvimento** permanente para facilitar contactos mais estreitos e diálogo aberto e franco entre intelectuais africanos e árabes,

académicos, investigadores e sociedade civil sobre questões de interesse comum, a Comissão finalizou a preparação dos documentos de fundo necessários para consideração pela reunião de funcionários da União Africana e da Liga dos Estados Árabes pertinentes, que terá lugar brevemente no escritório da Delegação Permanente da UA na LEA em Cairo.

313. Chefeei uma delegação da Comissão da União Africana à **19ª Cimeira da Liga Árabe** que teve lugar em Riade, Arábia Saudita, de 27 a 29 de Março de 2007. A Cimeira de Riade levantou e debateu várias questões de interesse para África e para a Cooperação Afro-Árabe.

314. À margem da Cimeira, também procedi à assinatura de um novo **“Acordo Geral sobre Cooperação entre a União Africana e a Liga dos Estados Árabes”** com o meu homólogo da Liga Árabe, Sua Excelência Amre Moussa, Secretário-geral da LEA. Este Acordo visa substituir o acordo anterior assinado em 1986 entre a então Organização da Unidade Africana e a LEA e reflecte as mudanças e os novos desenvolvimentos desde então.

315. O Acordo apela para que a UA e a LEA adotem políticas comuns em relação às questões regionais e internacionais, através de consultas regulares e troca de informações. O mesmo também prevê a organização de reuniões, seminários, oficinas, feiras industriais, exposições, etc., para a coordenação e o reforço da cooperação e dos laços de fraternidade entre a África e o mundo árabe. As duas partes também acordaram em concederem-se mutuamente o estatuto de observador às delegações de cada uma das partes em reuniões ao nível ministerial, da cimeira e em outras conferências que não abertas a observadores mas que discutam pontos de agenda identificados e acordados como sendo de interesse comum às duas organizações.

316. Este Acordo entrará em vigor depois da sua adopção e troca dos documentos de ratificação relevantes, gostaria, por conseguinte, de solicitar ao Conselho que endosse o Acordo.

317. Durante os próximos seis meses, a Comissão dedicará a sua atenção ao avanço do Programa de Cooperação Afro-Árabe em benefício das duas regiões. O foco incidirá na conclusão das iniciativas supracitadas e dos processos já iniciados incluindo:

- Prosseguimento das recomendações do Estudo sobre o Instituto Cultural Afro-Árabe e facilitação do processo de transformação previsto;
- Realização da Avaliação do Projecto de Feira Comercial Afro-Árabe e preparação para a próxima edição da Feira;
- Finalização dos Memorandos de Entendimento entre a UA e BADEA, AOAD e AAAID;

- Facilitação do estabelecimento dos Comitês Afro-Árabes de Embaixadores em Adis Abeba e em outras capitais com Escritórios de Representação da UA; e
- Facilitação do estabelecimento do Fórum de Desenvolvimento Afro-Árabe.

J. ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DA UA

J.I. MISSÃO PERMANENTE DA UA EM BRUXELAS

318. Apraz-me informar o Conselho que para além das suas actividades tradicionais, a nossa Missão permanente em Bruxelas teve, durante o período em análise, uma Agenda muito carregada. Com efeito, o ano 2007 é crucial para o futuro da cooperação UA/UE. Vários eventos importantes ocorreram e necessitam de um acompanhamento constante; entre outros:

- A programação do 10º FED que deve ser encerrada antes de Dezembro de 2007 e cuja implicação principal para a UA é a Facilidade para a Paz em África (APF);
- As negociações dos APE cujo encerramento está previsto para Dezembro de 2007;
- A elaboração da Estratégia conjunta UA/UE com vista à sua adopção durante a Cimeira UE-África prevista para Dezembro de 2007, em Lisboa, Portugal;
- O Programa de Apoio da Comissão da UE à Comissão da União Africana, etc.

319. Todas estas acções que devem ser levadas a cabo em conjunto, necessitam por um lado, de uma mobilização do Grupo dos Embaixadores Africanos em Bruxelas e, por outro lado, um trabalho de grupo de pressão junto de todos os Parceiros a nível, quer da UE, quer dos Estados ACP.

320. A fim de garantir o sucesso de todo este trabalho, a missão deve assegurar uma boa circulação da informação entre a sede da UA e os diferentes actores envolvidos.

J.I.1 ACTIVIDADES TRADICIONAIS

321. Um dos maiores desafios era criar uma dinâmica e um espírito de equipa a nível do Grupo dos Embaixadores Africanos em Bruxelas. Para este efeito, as seguintes actividades foram realizadas.

- Realização regular das reuniões estatutárias do Grupo (pelo menos uma vez por mês);
- Multiplicação das ocasiões de discussão em torno das questões temáticas com valor acrescentado, para as actividades do Grupo (debate sobre as condições sociais da Diáspora africana na Bélgica, nomeadamente a questão do VIH/SIDA, o debate em torno do lugar da Diáspora Africana nas estruturas da Comissão da UA, et.);
- Organização, em colaboração com a embaixada da África do Sul, de um encontro com os representantes da Diáspora Africana na Bélgica, para os sensibilizar e recolher as suas contribuições com vista à realização da Cimeira sobre a Diáspora prevista para a África do Sul.
- Organização de um encontro a 24 de Maio de 2007 entre S.E. J. Kufuor, Presidente do Gana e Presidente em exercício da UA e o Presidente da Comissão da União Africana, em missão em Bruxelas e a Mesa do Grupo dos Embaixadores nas instalações da Missão Permanente.
- Comemoração do Dia da África, durante a noite de 24 a 25 de Maio de 2007, no Palácio de Tervuren, na presença de inúmeros convidados de marca, entre os quais o Comissário para o Alargamento da UE que transmitiu uma mensagem de solidariedade de S.E. Manuel BARROSO, Presidente da Comissão da UE. A referida noite de gala foi abrilhantada por grupos culturais do Gana e do Ruanda.
- Organização, aos 2 e 3 de Junho de 2007, em Oostende, de um retiro do Grupo dos Embaixadores e dos Representantes das CER's acreditados na Bélgica (CEDEAO, COMESA, UEMOA). Esta manifestação que é a primeira, realizou-se graças ao apoio financeiro da CEA e foi uma ocasião de um intercâmbio franco e rico sobre a dinamização do Grupo e todas as questões de interesse para o continente. As conclusões deste retiro são transmitidas à Comissão da União Africana sob a forma de contribuições para todas as questões em debate com a UE, nomeadamente o Projecto da Estratégia Conjunta, as negociações dos APE, etc.

J.I.2 PROGRAMAÇÃO DO 10º FED

322. Apraz-me lembrar o Conselho que uma das principais implicações da programação do 10º FED para a UA é a renovação da Facilidade para a Paz em África. Neste sentido, na sequência de um pedido da Comissão da UA, de 26 de Fevereiro de 2007, a Missão Permanente enviou, por um lado, uma Nota Verbal a todas as Missões da UA, com vista a sensibilizá-las sobre a questão. De igual modo, a Missão Permanente fez diligências junto do Comité de Financiamento

do Desenvolvimento ACP, assim como a Direcção Geral do Desenvolvimento da Comissão da UE.

323. Todas as diligências viram apoiar os compromissos anteriores dos parceiros e permitiram, por um lado, a alocação de um montante de 100 milhões de Euros à Facilidade para a Paz para o ano 2007 e, por outro lado, a programação de 600 milhões de Euros sobre o 10º FED, respectivamente para o período 2008-2010 e 2011-2013. Convém saudar a contribuição da Mesa dos ACP sob a Presidência do Embaixador do Lesoto no seu Comité de Financiamento do Desenvolvimento, presidido pelo Embaixador de Djibuti.

324. Ao concluir, sobre a Facilidade para a Paz em África (APF), convém insistir sobre a decisão de associar o Secretariado Geral dos ACP ao Comité responsável pela gestão dos Fundos da APF.

J.I.3 A ESTRATÉGIA CONJUNTA UE/ÁFRICA

325. O Conselho lembrar-se-á de que desde a Cimeira de Cartum, a Comissão da UA e a da UE receberam o mandato de elaborar, sob a supervisão da Troika UA/UE, um projecto de Estratégia Conjunta UE/África que deve ser submetido à Segunda Cimeira UE/África. Desde então, um processo de negociações foi iniciado sob a forma de reuniões e alternativamente em Bruxelas e em Adis Abeba.

326. Todavia, o problema que a Missão Permanente da UA em Bruxelas enfrenta consiste na desmobilização do Grupo dos Embaixadores Africanos de Bruxelas que se considera afastado das discussões com a UE sobre o Projecto de Estratégia, enquanto são os principais interlocutores dos Parceiros Europeus. Neste momento, a Missão Permanente formalizou reuniões de intercâmbio entre o Grupo de Embaixadores de Bruxelas e a Delegação dos Negociadores da Estratégia na véspera de cada encontro com a parte europeia. Este mecanismo funciona bem doravante.

327. Além disso, durante cada encontro entre as delegações dos negociadores, as conclusões são automaticamente comunicadas às Missões Diplomáticas Africanas em Bruxelas pela Missão Permanente da UA, que desempenha o papel de interface. Este procedimento permitiu, por um lado, preencher o défice de informação e, por outro, para a parte africana harmonizar mais bem as suas posições sem discordar. Neste contexto, na véspera da Troika Ministerial UE/África de 15 de Maio de 2007, a Missão organizou um encontro de informação sob a condução do Ministro ganense dos Negócios Estrangeiros, o que permitiu uma contribuição coerente e mais bem estruturada da parte africana.

328. A Missão Permanente participou de igual modo num seminário organizado pelo Centro Europeu para a Gestão das Políticas de

Desenvolvimento (ECDPM) aos 23 e 24 de Abril de 2007, em Bona, Alemanha, destinado à sociedade civil e relativo ao projecto da Estratégia Conjunta. O seminário visava informar a sociedade civil sobre o projecto e recolher as suas preocupações.

J.I.4. AS NEGOCIAÇÕES DOS APE

329. Gostaria de chamar a atenção do Conselho sobre o facto de que na sequência do mal entendido entre a nossa Comissão e o Grupo dos Embaixadores Africanos e também na sequência de várias explicações, tudo parece agora voltar ao normal e hoje, o Grupo mostra-se cada vez mais activo sobre os APE. Além disso, em todos os encontros, defende e apoia o papel de coordenação das negociações dos APE atribuído à Comissão da UA e que considera primordial para acordos harmonizados e no interesse da África. Neste sentido, graças à iniciativa da Comissária para o Comércio e Indústria, o Grupo Africano dos Embaixadores de Bruxelas foi convidado a participar na 3ª Sessão Extraordinária dos Ministros do Comércio da União Africana, realizada em Adis Abeba, aos 15 e 16 de Janeiro de 2007. Quatro Embaixadores representantes das quatro regiões africanas dos ACP, designados pelo Grupo, participaram nesta reunião sob o financiamento do Departamento do Comércio e da Indústria da Comissão da UA. A sua contribuição foi muito positiva.

330. Durante o período em análise, a Missão Permanente da UA participou em todas as reuniões dos ACP sobre os APE, tal como a reunião do Comité Técnico sobre a Revisão a meio percurso dos APE que se realizou em Março de 2007 em Bruxelas. A Missão Permanente participou de igual modo a todas as reuniões dos Ministros Africanos responsáveis pelas Negociações sobre os APE, que se realizam na Sede dos ACP, tais como as últimas reuniões do Comité dos Ministros ACP e do Conselho Ministerial Conjunto ACP-UE, que tiveram lugar de 22 a 25 de Maio de 2007 em Bruxelas, assim como um seminário organizado em Cotonou, Benin, pela CEA e relativo aos produtos sensíveis e os produtos especiais nas negociações dos APE.

J.I.5. OUTRAS ACTIVIDADES

331. Com vista a vulgarizar e dar uma certa visibilidade à UA na Europa:

- 1) Por ocasião da realização em Bruxelas da 7ª Sessão da Assembleia Parlamentar ACP-UE, e a convite do Escritório, o Representante Permanente animou em 21 de Março de 2007, uma Conferência Debate sobre o **Projecto da Estratégia Conjunta destinada aos Parlamentares**;
- 2) A convite do Director do Instituto dos Altos Estudos de Defesa Nacional (IHEDN), o Representante Permanente participou no Oitavo Fórum sobre o Continente Africano (FICA), realizado em

Paris a 4 de Junho de 2007 e no decurso do qual animou um debate sobre o tema: “**Abordagem Africana da Parceria Estratégica**”;

- 3) A convite do Presidente da Confederação Europeia das ONGs de Emergência e de Desenvolvimento (CONCORD), o Representante Permanente animou uma Conferência Debate sobre **O Futuro da Cooperação UE/África**, a 7 de Junho de 2007, por ocasião da Assembleia Geral.

J.I.6. CONCLUSÃO

332. Para concluir, gostaria de chamar a atenção do Conselho sobre o facto de que as instalações onde funciona actualmente o Escritório de Representação da UA em Bruxelas tornaram-se inadequadas tendo em conta o número crescente de representações dos Estados-membros em Bruxelas. A aquisição de um outro edifício que tenha uma grande sala de reuniões que possa acolher todo o Grupo dos Embaixadores Africanos torna-se necessária e prioritária.

J.II. REPRESENTAÇÃO PERMANENTE DA UNIÃO AFRICANA EM GENEBRA

333. No decurso do período em análise, a Comissão, através da sua Delegação Permanente em Genebra, conheceu um período de intensas actividades tanto no que diz respeito ao apoio e à coordenação do Grupo Africano como a representação da Comissão da União Africana. As actividades a nível das organizações internacionais foram diversas e os resultados obtidos são muito satisfatórias com a excepção da OMC, onde as negociações marcam passos. As manifestações das comemorações do Dia da África acolheram mais de 800 convidados. Altos responsáveis das organizações internacionais reiteraram, durante a Conferência Debate, a sua aptidão em manter parcerias estratégicas com a África e a União Africana.

334. No quadro da reforma do Sistema das Nações Unidas e com a criação do novo Conselho dos Direitos do Homem, as actividades da nossa representação nos domínios da promoção e da protecção dos direitos do homem e dos assuntos humanitários multiplicam-se e tornam-se cada vez mais criativas e produtivas, ao acompanhar de uma maneira dinâmica o Grupo Africano em Genebra.

335. Convém sublinhar que a 5ª Sessão do **Conselho dos Direitos do Homem (CDH)** iniciou os seus trabalhos. Esta sessão é considerada como decisiva para a criação e o futuro deste órgão. Todas as delegações e todos os grupos regionais entraram numa fase de intensas actividades a fim de encontrar um consenso sobre um dado número de questões pendentes.

336. O Grupo Africano que, com o apoio contínuo do Escritório de Representação de Genebra, realizou várias reuniões de consulta a nível de peritos e dos Embaixadores, conseguiu também definir uma posição comum relativa, em particular, à necessidade de eleger os detentores de mandatos pelo CDH a quem devem prestar contas.

337. Este procedimento é vivamente combatido pelos ocidentais que insistem que os titulares de mandatos sejam designados pelo Presidente do CDH numa lista que será estabelecida pelo Alto Comissariado pelos Direitos do Homem. O Grupo Africano realçou entre outros um mandato claro e preciso que deve ser remetido a cada titular e que se ponha termo a mandatos que se perdem nas generalidades e que muitas das vezes são fontes de derrapagens.

338. No que diz respeito ao **Código de Conduta dos Titulares de Mandatos**, que é a contribuição concreta do Grupo Africano, apoiado pela Comissão da União Africana, no estabelecimento de novas instituições, o projecto já foi introduzido junto do Secretariado do CDH. Entretanto, consultas foram realizadas com os diferentes grupos regionais para se assegurar o seu apoio em caso de votação.

339. Este exercício permitiu constatar que a grande maioria das delegações apoiam o texto africano e consideram que salvaguardas são necessárias para prevenir o comportamento de alguns relatores especiais, cuja independência não foi posta em causa pelo Código. São também da opinião que as novas instituições devem ser fundadas num espírito de diálogo e de cooperação consultiva, em conformidade com a resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas relativa ao estabelecimento do CDH.

340. No que diz respeito à crise que continua a abalar o **Darfur**, o CDH criou com base numa resolução adoptada por consenso, um grupo de peritos que logo se dedicou ao trabalho. Submeteu nomeadamente ao Governo sudanês um quadro de recomendações da Comissão e do Conselho dos Direitos do Homem sobre o Darfur, a implementar a curto e médio prazos. Uma missão de alto nível foi enviada de Cartum para Genebra a fim de discutir com o Grupo de Peritos que submeterá o seu relatório à 5ª Sessão do CDH, que lhe vai encorajar sem dúvida a continuar os seus esforços.

341. Quanto às actividades do **Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)** e do seu impacto sobre a África e os africanos, o Grupo Africano tomou posição perante uma certa extensão do mandato do ACNUR destinada a cobrir os deslocados no interior dos seus próprios países. Sob o constrangimento da urgência humanitária, o ACNUR leva a cabo operações para assistir e proteger os deslocados avaliados em mais de 15 milhões em África, num total de 21 milhões. Isto acontece sem nenhum instrumento jurídico internacional. As pessoas deslocadas são da

responsabilidade do seu próprio Estado no interior do qual se encontram. O ACNUR e qualquer agência humanitária que quiser prestar assistência a esta população em dificuldade deve obter o consentimento do governo em questão.

342. Neste processo, dois princípios poderiam entrar em conflito, o princípio da soberania dos Estados e o da responsabilidade de proteger da comunidade internacional. Tratar-se-á, portanto, de encontrar um equilíbrio óptimo entre estas duas exigências, tendo ao mesmo tempo em mente o bem-estar das vítimas. Neste contexto, o Grupo Africano começou a fazer diferença ao sublinhar em particular a necessidade de não atentar aos direitos e aos interesses dos refugiados, nem de violar o princípio do direito de asilo e não pôr em questão do princípio de não ingerência.

343. No decurso deste semestre de 2007, os domínios da propriedade intelectual, das tecnologias, das telecomunicações e dos correios foram marcados por acontecimentos importantes. **A nível da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)**, duas sessões do Comité Permanente dos Direitos do Autor e os Direitos conexos consagrados à protecção dos organismos de radiodifusão tiveram lugar e um processo está em curso para a convocação de uma conferência diplomática visando negociar e celebrar um tratado actualizado destinado a proteger os organismos de radiodifusão no sentido tradicional.

344. Por um lado, os trabalhos do Comité Intergovernamental responsável pela elaboração de mecanismos jurídicos e toda uma série de instrumentos práticos relativos à protecção dos saberes tradicionais e das expressões culturais tradicionais (FOLCLORE) contra a sua apropriação ilícita e a sua utilização abusiva, assim como os aspectos de propriedade intelectual relativos ao acesso e à partilha dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos não tiveram progressos suficientes em virtude das reticências de alguns países desenvolvidos.

345. As deliberações do Comité Provisório da OMPI sobre a Agenda de Desenvolvimento que visam ter em conta a dimensão desenvolvimento em todas as actividades desta Organização e que continuam, culminaram com recomendações importantes. Com efeito, no que diz respeito às questões relativas à OMPI, o Grupo Africano, com o apoio logístico, e mesmo técnico do Escritório de Genebra, conseguiu obter resultados notáveis, daí a necessidade de organizar seminários durante o ano de 2008.

346. No quadro das actividades da **União Internacional da Telecomunicações (UIT)**, e desde a ascensão de um africano à frente desta Organização, os encontros e trocas multiplicaram-se entre a nova direcção, o Grupo Africano e a nossa representação. O novo Secretário-geral da UIT nutre ambições para o continente africano e conta muito com a Comissão da União Africana que lhe serve de elo de ligação para um dado número dos seus

projectos nomeadamente, a segurança das casas de Internet Café, a directiva para a inclusão da fibra óptica em todos os projectos de infra-estrutura, a tutela da rede dos regulares africanos das telecomunicações, a realização das actividades acordadas no Protocolo de Acordo UIT-União Africana, a mobilização para uma participação activa no encontro “Connect Africa” que será organizado aos 29 e 30 de Outubro de 2007 no Ruanda, etc. Com vista a consolidar a parceria com esta importante organização, o Escritório de Genebra pensa organizar, em 2008, seminários técnicos para reforçar as capacidades do Grupo Africano, para que este último se torne verdadeiramente pró-activo sobre as questões tratadas pela UIT.

347. Quanto à **União Postal Universal (UPU)**, a Comissão da UA manteve relações muito boas com a direcção desta Organização que consolida cada vez mais as suas actividades em África. Dos resultados do Conselho das Operações Postais da UPU, foi apurado que na sua estratégia, cerca de 83 projectos são identificados alguns dos quais estão em curso de realização. Todavia, foi notado que apesar dos resultados concretos e com a falta de meios, todos os projectos não são concretizados, em razão do crescimento zero do orçamento da UPU. A África está na região onde o sistema dos correios é menos desenvolvido e a UPU parece estar disponível a fazer esforços neste sentido. Seria importante para os países africanos militarem a favor do levantamento desta medida de crescimento zero do orçamento da UPU. Para além disso, seria também importante que **os países africanos se mobilizem para conceder as facilidades necessárias aos projectos da UPU e participar activamente no seu Congresso previsto para 2008, em Nairobi.**

348. Gostaria de informar o Conselho que, no que diz respeito **aos assuntos comerciais e ao estado das negociações no seio da Organização Mundial do Comércio (OMC)**, a prioridade da Comissão era a preparação e o sucesso da Terceira Sessão da Conferência Extraordinária dos Ministros Africanos do Comércio, realizada na Sede da União Africana, em Adis Abeba, aos 15 e 16 de Janeiro de 2007 cujo sucesso contribuiu amplamente para a retoma das negociações.

349. Os membros da OMC mostram sinais de preocupação perante a lentidão do ritmo das negociações. O Decreto americano sobre a promoção comercial está prestes a chegar ao termo, isto no fim do mês de Junho e isto constitui uma fonte de preocupação. Por conseguinte, os membros pediram que o processo multilateral das negociações seja intensificado e contínuo.

350. Esta iniciativa não conseguiu atingir o progresso esperado apesar das afirmações de engajamento repetidas da parte dos principais parceiros em realizar o ciclo das negociações até à sua conclusão, daqui ao fim do mês de Dezembro de 2007. O compromisso de todos os membros da OMC é crucial para o processo multilateral em curso em Genebra. Os Presidentes dos Grupos de Negociações devem demonstrar a sua vontade de negociar, o que significa

que mesmo se defenderem as suas posições, eles devem demonstrar igualmente uma certa flexibilidade necessária.

351. A delegação da UA deu também a sua contribuição no quadro dos preparativos do Grupo Africano no que diz respeito à sua participação na reunião de alto nível da OMC sobre o algodão. Os membros da OMC e a comunidade internacional foram convidados a fazerem tudo que estiver ao seu alcance para que o mandato da OMC sobre o algodão seja plena e escrupulosamente implementado.

352. A África deve igualmente mobilizar todas as suas energias e as suas capacidades disponíveis para exercer cada vez mais pressão sobre as negociações a fim de fazer vincar os seus interesses. Esta será uma oportunidade para testar a vontade da comunidade internacional de dar forma à expressão cooperação internacional e coerência política, assim como implementar as conquistas alcançadas em matéria de desenvolvimento a favor da África.

353. Apraz-me recordar o Conselho que, no que diz respeito à África, o segundo desafio por vencer para a África, a nível da **Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED)** reside na preparação da **CNUCED XII** a ter lugar em Abril de 2008, em Acra, Gana. Divergência apareceram entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos sobre os pontos relativos ao impacto, o conteúdo e as incidências da globalização. Depois de dois meses de intensas negociações, acordaram nos sub-temas e no tema da Conferência que será subordinada às **"Perspectivas e implicações da globalização para o desenvolvimento"**.

354. O Grupo Africano está neste momento engajado com o G77 nos preparativos da Cimeira do G77 que terá lugar de 3 a 5 de Setembro de 2007, em Muscat. Durante esta Cimeira, os Ministros pronunciar-se-ão sobre as opiniões e as expectativas do Grupo relativas aos aspectos-chave do desenvolvimento no seio do Sistema das Nações Unidas e irão avaliar a sequência que foi dada à Segunda Cimeira do G77, realizada em 2005 em Doha, Qatar.

355. No domínio dos assuntos sociais, o período em análise conheceu importantes negociações tanto a nível da **Organização Mundial da Saúde (OMS)** como da **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**.

356. No decurso da 120ª Sessão do Conselho Executivo da OMS, a África exprimiu com força a sua posição sobre a necessidade do acesso aos medicamentos essenciais a preços acessíveis para a prevenção das doenças. Esta posição foi particularmente reflectida quando a África apoiou o projecto de Resolução sobre o Paludismo e que exortava os Estados-membros a utilizarem plenamente as flexibilidades contidas no Acordo sobre os Aspectos dos Direitos

da Propriedade Intelectual que afectam o comércio (ADPIC) a fim de promover o acesso aos produtos farmacêuticos. A divergência de pontos de vista sobre esta questão particular continuam no decurso dos trabalhos da 60ª Sessão da Assembleia Mundial da Saúde. Entretanto, depois de um longo debate no quadro do Grupo de Redacção, a África conseguiu atrair outros parceiros à sua posição e a resolução foi finalmente adoptada pela Assembleia Mundial da Saúde.

357. Em conformidade com a prática estabelecida, os Ministros da Saúde do Grupo AFRO e os Chefes de delegação reuniram-se antes da abertura da 60ª Sessão da Assembleia Mundial da Saúde para realizar reuniões quotidianas de coordenação. Convém sublinhar que entre as questões que preocupavam as delegações africanas, temos o programa da reforma das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e das relações entre a OMC e as instituições como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e as Instituições de Bretton Woods.

358. A questão do “assédio” de que são alvo alguns altos funcionários africanos, que participam em conferências internacionais, nos aeroportos europeus e outros destinos, foi levantada com insistência. As delegações africanas solicitaram à Comissão da União Africana que esta questão seja analisada pela Conferência da UA.

359. Durante a 121ª Sessão do Conselho Executivo da OMS, a questão da rotação geográfica para o posto de Director-geral foi longamente debatida. Apoiando esta posição, o Grupo AFRO informou a reunião que a 3ª Sessão da Conferência dos Ministros da Saúde da União Africana que se realizou em Joanesburgo, em Abril de 2007, orientou a Comissão da União Africana a contactar a OMS sobre esta questão.

360. Quanto à OIT, convém mencionar que a 298ª Sessão do Conselho de Administração realizada em Genebra, de 8 a 30 de Março de 2007, o Grupo Africano realizou reuniões quotidianas de coordenação para analisar as questões de interesse comum. No decurso destas reuniões, o Grupo Africano levantou a questão dos dois postos permanentes (pelo menos) para a África no seio do Conselho de Administração do BIT. A revisão do método de trabalho da Comissão da Aplicação das Normas e aumento do número dos membros da Comissão da Liberdade Sindical estiveram no centro dos debates.

Comemoração do Dia da África

361. Sob o alto patrocínio do Presidente da Comissão da União Africana, vários eventos marcaram as comemorações do Dia da África na Suíça, com a participação de vários convidados de marca, entre os quais o Ministro ganense dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Regional e da NEPAD, os Directores e Secretários-gerais das Organizações Internacionais, inúmeros quadros internacionais, representantes do sector privado, representantes da sociedade

civil e da diáspora; os quais convidados avaliados em cerca de 800, assistiram a diversas manifestações: Conferência Debate relativa ao tema “Reforcemos o lugar da África no Mundo através de Parcerias Estratégicas, Equilibradas e Responsáveis”. Uma exposição de obras de arte africana, um desfile de traje tradicional e grupos musicais africanos animaram o evento. Finalmente, os resultados de um estudo realizado pela OCDE e o BAD em África, relativo ao acesso à água e às condições sanitárias foi objecto de uma troca frutuosa durante uma mesa-redonda.

362. Resumindo, as actividades a nível da representação de Genebra foram intensas como no passado. O apoio prestado ao Grupo Africano contribuiu para a obtenção de resultados concretos. Se o Escritório tivesse um orçamento-programa, o enquadramento e apoio do Grupo Africano seria mais consequente e, sem dúvidas, teria melhores resultados. Com efeito, em razão da falta de pessoal, inúmeras actividades importantes não são cobertas, tal é o caso da Conferência sobre o Desarmamento. Um apoio em termos de meios humanos e financeiros contribuiria para dar mais visibilidade à Comissão da União Africana, e defender mais bem os interesses da África. As comemorações do Dia da África constituem um dos meios que devem ser considerados, uma vez que durante manifestações deste ano promessas de reforço das parcerias com o continente africano foram claramente confirmadas, o que nos encoraja a multiplicar tais ocasiões de diálogo e de trocas, bem como assegurar o seu acompanhamento com metas definidas.

J.III. MISSÃO DE OBSERVAÇÃO DA UNIÃO AFRICANA EM NOVA IORQUE

363. No decurso do período em análise, a Comissão, através da sua representação em Nova Iorque, assegurou o acompanhamento das actividades da ONU e zelou pela boa coordenação do processo de candidaturas aos órgãos das Nações Unidas, para o ano 2007, e prestou o seu pleno apoio ao Grupo Africano de Nova Iorque, para a organização de mais de 35 reuniões realizadas a nível dos Embaixadores e dos peritos.

J.III.1 QUESTÕES POLÍTICAS

a) Promoção da Paz e da Segurança em África

364. A representação consagrou uma parte considerável do seu trabalho ao acompanhamento das questões analisadas pelo Conselho de Segurança e que dizem respeito ao Darfur, Somália, Côte d'Ivoire, Sahara Ocidental, RD Congo, Libéria, Chade e República Centro-africana, assim como à situação no Médio Oriente, em particular a Palestina.

365. Neste contexto, várias consultas, reuniões e sessões de informação foram realizadas a diversos níveis. Convém citar nomeadamente, a sessão de informação do Comissário da União Africana para a Paz e Segurança com o

Departamento das Operações de Manutenção da Paz (DPKO) e os membros do Conselho de Segurança, a 27 de Fevereiro de 2007; a sua participação no debate público e na Conferência do Conselho de Segurança sobre as Relações entre a ONU e as organizações regionais, em particular a União Africana, para a manutenção da paz e da segurança internacionais, a 28 de Março de 2007; a consultar de alto nível entre o Presidente da União Africana e o Secretário-geral das Nações Unidas, a 17 de Abril de 2007; as sessões de informação do Representante Permanente da União Africana em Nova Iorque no quadro da reunião do DPKO com os países potencialmente contribuintes com contingentes militares e de polícia para a AMIS, a 19 de Abril de 2007; a reunião informal do Conselho de Segurança sobre a AMISON, a 24 de Abril de 2007; bem como a reunião DPKO/UA sobre a AMISON, a 13 de Junho de 2007.

366. Relativamente à Somália, os esforços centraram-se na mobilização do apoio a favor da AMISON e do envio, em breve, de uma missão das Nações Unidas. Foi realçada constantemente a importância da intensificação da cooperação entre a UA, a ONU e os outros parceiros internacionais para tratar de questões de paz e de segurança em África, em geral.

b) Consolidação da Paz e Reconstrução Pós-conflito

367. A representação acompanhou de igual modo o trabalho da Comissão de Consolidação da Paz nas suas componentes sobre a Sierra Leone e o Burundi, onde missões foram enviadas. A sua escolha como países pilotos resulta de uma intensa acção de grupo de pressão levada a cabo pelo Grupo Africano. Convém também notar que progressos significativos foram registados na Libéria e na República Democrática do Congo (RDC), na sequência das eleições bem sucedidas neste país.

J.III.2. REFORMA DAS NAÇÕES UNIDAS

368. O Conselho lembrar-se-á que esta questão é de interesse particular para a nossa Organização e para todo o continente. Hoje, a questão da reforma do Conselho de Segurança conhece um novo interesse com debates e novas consultas levadas a cabo a nível da Assembleia Geral. A importância de apoiar esta dinâmica é largamente expressa e diversas propostas foram avançadas, entre as quais a necessidade de passar a negociações concretas. Neste contexto, o Grupo Africano considerou que esta questão mereceria ser reconsiderada pelos Chefes de Estado e de Governo africanos.

J.III.3. NÃO-PROLIFERAÇÃO, DESARMAMENTO E LUTA CONTRA O TERRORISMO

369. A representação participou nos trabalhos da sessão de 2007 da Comissão do Desarmamento. Monitorizou de igual modo o processo preparatório da proposta de Convenção sobre o Comércio das Armas Ilícitas e acompanhou as questões relativas à luta contra o terrorismo e a não-proliferação de armas nucleares.

J.III.4 QUESTÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS

370. A representação participou activamente nas diversas actividades da ECOSOC, nomeadamente a reunião de alto nível da ONUCID na qual participou a Comissária da União Africana para os Assuntos Sociais, em Fevereiro de 2007; a 51ª Sessão da Comissão da Mulher em Fevereiro – Março de 2007; a 46ª Sessão da Comissão de Desenvolvimento Social em Abril – Maio de 2007; 15ª Sessão da Comissão sobre o Desenvolvimento Duradouro em Abril de 2007; a 15ª Sessão do Comité de Alto Nível da ONU sobre a Cooperação Sul-Sul, em Maio de 2007; a reunião do Comité das Organizações Não Governamentais, de 14 a 18 de Maio de 2007; bem como a sessão de informação do Banco Mundial sobre o seu relatório mundial de 2007, a 5 de Junho de 2007. A representação permanente fez, entre outros, uma declaração no quadro do debate temático intitulado “Civilizações e Desafios da Paz: Obstáculos e Oportunidades”, aos 10 e 11 de Maio de 2007, no decurso do qual a importância do diálogo no tratamento das questões de paz e segurança foi sublinhada.

371. Além disso,, a Representação de Nova Iorque, em colaboração com o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA) participou nos trabalhos do Comité Director Preparatório da Oficina das Organizações Internacionais sobre a Protecção dos Civis nos Conflitos Armados, que se realizou em Dakar. A representação permanente contribuiu, além disso, para diversas reuniões e manifestações organizadas por ONGs, a sociedade civil e a diáspora americanas, que realçaram o papel da União Africana face aos desafios da África.

J.III.5. FACILITAÇÃO DO TRABALHO DO GRUPO AFRICANO

372. A representação em Nova Iorque prestou o seu pleno apoio ao Grupo Africano para a organização das suas reuniões essencialmente dedicadas às questões relativas à reforma da ONU; o projecto de Declaração sobre os Direitos das Populações Autóctones; assim como sobre a resolução relativa à Cooperação entre a UA e a ONU. Um aumento significativo do número de comunicações feitas perante o Grupo Africano por diversas personalidades foi também notado.

373. De igual modo, a Troika do Grupo Africano manteve um contacto estreito com os seus homólogos dos outros grupos regionais nomeadamente a CARICOM e a União Europeia, assim como o Secretário-geral das Nações Unidas e a Presidente da 61ª Sessão da Assembleia Geral com as quais analisou questões de interesse comum.

J.III.6. CANDIDATURAS AFRICANAS AOS ÓRGÃOS DAS NU

374. A representação em Nova Iorque assegurou, devidamente, a coordenação eficaz das candidaturas africanas aos diversos postos dos órgãos das Nações Unidas para as eleições em 2007, em colaboração com o Grupo Africano que conseguiu manter o seu espírito único de organização e de coesão. Grandes sucessos foram registados nas eleições que já tiveram lugar, nomeadamente a nível do Comité sobre os Direitos da Criança em diversos órgãos da ECOSOC, no Conselho dos Direitos do Homem, para a 16ª Sessão da Comissão do Desenvolvimento Duradouro, na Comissão das Nações Unidas sobre o Direito Comercial Internacional; assim como a nível das seis grandes Comissões e da Mesa da 62ª Sessão da Assembleia Geral.

J.III.7. INTERACÇÕES BILATERAIS E MULTILATERAIS

375. Logo que assumiu as suas funções, em Janeiro de 2007, o Representante Permanente da UA levou activamente a cabo consultas bilaterais com altos responsáveis das Nações Unidas e das suas diversas instituições, os Representantes Permanentes junto da ONU, assim como outros representantes de organizações da sociedade civil presentes em Nova Iorque. Estas trocas contribuíram para o reforço dos laços essenciais que existem entre a África e a comunidade internacional.

376. A Representação em Nova Iorque facilitou a participação e o apoio do Grupo Africano para a comemoração do Bicentenário da Abolição do Tráfico de Escravos, a 26 de Março de 2007, o que realçou a importância das relações entre a África e a Comunidade das Caraíbas.

377. A comemoração do Dia da África em Nova Iorque foi organizada conjuntamente pelo Grupo das Esposas dos Embaixadores Africanos, pelo Grupo Africano e a Representação da UA em Nova Iorque. Esta comemoração incluiu uma manifestação cultural intitulada “A Beleza e o Espírito da África”, realizada na Sala da Assembleia Geral, a 31 de Maio de 2007. Mais de dois mil convidados, entre os quais o Secretário-geral das Nações Unidas, participaram neste evento que fez amplamente honra ao património cultural africano na plenitude da sua riqueza e da sua diversidade; bem como pôs em relevo o apoio da comunidade internacional à paz, integração e desenvolvimento sustentável em África.

J.III.8. OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

378. A reforma em curso das Nações Unidas levou a um forte aumento do volume de trabalho do sistema e conduziu à criação de novos órgãos encarregues de questões de uma importância capital para a África. Tal é o caso da Comissão de Consolidação da Paz, o Conselho dos Direitos do Homem e outros mecanismos para a revitalização da ONU. O Conselho de Segurança continuou, por seu turno, a consagrar uma grande parte da sua atenção aos conflitos em África. Note-se que a Visão da UA de uma segurança humana mundial e de um desenvolvimento económico teve um impacto real na Agenda das Nações Unidas.

379. A questão da representação da África nos postos de responsabilidade no seio do Secretariado da ONU, permanece plenamente. Entretanto, a nomeação, do Secretário-geral de uma africana ao posto elevado de Secretária-geral Adjunta foi calorosamente acolhida.

380. Em virtude das suas fracas capacidades, a Representação da UA em Nova Iorque foi obrigada a limitar-se ao acompanhamento das questões essenciais e prioritárias, tais como a paz e a segurança, a consolidação da paz, a reforma do Conselho de Segurança, bem como as questões essenciais de natureza económica e social. Entretanto, o Escritório desempenhou activamente as suas funções de representação e a sua participação crescente em diversas actividades de interesse para a África foi reconhecida e altamente apreciada. Por conseguinte, há uma necessidade crucial e urgente de reforçar as capacidades do Escritório para ter em conta as suas funções essenciais e as suas responsabilidades.

381. À luz do que antecede, recomenda-se que seja criado um mecanismo para uma melhor coordenação entre o Grupo Africano e a Representação da União Africana em Nova Iorque.

J.IV. MISSÃO DA UNIÃO AFRICANA AOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

382. A Missão da União Africana aos Estados Unidos tem como mandato desenvolver, manter e consolidar relações institucionais construtivas e produtivas entre a União Africana e o Governo dos Estados Unidos da América, as Instituições Bretton Woods, as organizações não-governamentais/da sociedade civil e académicas (*think-thanks*), empenhados em questões africanas e na promoção da política dos E.U.A. relativamente a África, assim como à Diáspora Africana.

J.IV.1 **ACTIVIDADES EMPREENDIDAS DURANTE O PERÍODO EM ANÁLISE**

383. Durante o período em análise, a Missão da União Africana desenvolveu e apresentou à Comissão da UA o seu Plano Estratégico de Trabalho, o qual identificou as actividades-chave a serem levadas a cabo durante o biénio.

384. As principais prioridades da Missão da União Africana para o biénio incluem:

- **Relações Públicas, Extensão e Visibilidade** de modo a dar um perfil e uma "marca" à nova Missão da União Africana;
- **Construir um círculo político forte** que ajude a formar e a influenciar a política dos E.U.A. relativamente a África, assim como a reforçar a Diáspora Africana;
- **Criar/Reforçar as relações institucionais de trabalho.**

385. Durante o período em análise, a Missão da União Africana encetou contactos com o Deão e com Membros do Corpo Diplomático Africano, Oficiais Sêniores do Governo dos E.U.A., tanto da área Executiva como Legislativa do Governo, com o Presidente do Sub-Comité para África e a Saúde Global, Membros do Congresso, Representantes de organizações da sociedade civil centradas em África, Organizações Não-Governamentais, inclusive de cariz religioso, e com académicos. Foram ainda encetados contactos com a Organização dos Estados Americanos e as Instituições de Bretton Woods. A Missão da União Africana entrou também em contacto com a Comunidade Empresarial. A Missão participou ainda em palestras, em Audiências do Congresso e outros fóruns com o objectivo central de projectar a presença da União Africana em Washington, bem como a articular e promover as prioridades e os interesses de África.

386. Nas **áreas do comércio, investimento e desenvolvimento económico**, a Missão da UA encetou contactos com o Representante do Comércio dos E.U.A. para África e com o Gabinete dos Fundos do Milénio (MCA). Estas reuniões representaram oportunidades únicas para troca de pontos de vista e para sublinhar algumas das preocupações associadas a desafios inerentes relacionados com os critérios de elegibilidade para o MCA, por um lado, e com a falta de capacidade no seio da maioria dos países africanos, por outro lado, de acederem de forma eficaz aos mercados dos E.U.A. no contexto de AGOA. A Missão participou ainda, juntamente com o Gabinete de Ligação da UA na Libéria, no Fórum de Parceiros na Libéria e garantiu o reconhecimento por parte do Fórum do gesto de boa vontade da União Africana

para com a Libéria, no que diz respeito aos atrasos de longa data das contribuições e da inclusão deste reconhecimento no comunicado final do fórum.

387. **Na área da Paz e da Segurança**, o compromisso da Missão da UA com o Gabinete de África do Ministério dos Negócios Estrangeiros dos E.U.A. e do Ministério da Defesa providenciou uma perspectiva interna da Política dos E.U.A. para com África, em geral, e na área da paz e da segurança em particular. A mensagem central nas discussões políticas foi a do compromisso para reforço da parceria e da relação de trabalho com a União Africana a todos os níveis, o reconhecimento do papel de liderança de África e o papel renovado de África de resolução dos seus próprios problemas no contexto de mecanismos criados internamente e o empenho contínuo e apoio por parte do governo dos E.U.A. para com os esforços de paz da UA no continente. A Missão participou na sessão de consulta organizada pelo Ministério da Defesa sobre a proposta de um Comando Africano (AFRICOM) e aconselhou devidamente a Comissão sobre a necessidade de discussões aprofundadas entre a Comissão da União Africana e os Estados-membros da União Africana sobre as implicações desta proposta de iniciativa dos E.U.A. para África.

388. **Na área de reforço das relações multilaterais**, a Missão da UA encetou contactos com a Organização dos Estados Americanos, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional com vista à exploração de oportunidades, para a criação de relações institucionais formais de trabalho entre a Comissão da União Africana e estas instituições multilaterais. Resultantes destes contactos são os compromissos expressos no sentido de um empenho mais sistemático para com a Comissão da UA.

389. **Na área da realização de palestras**, a Missão da UA acedeu a vários convites para palestras e outros acontecimentos importantes. Estes eventos ofereceram oportunidades únicas de articulação da perspectiva geral da União Africana e da promoção de várias iniciativas e programas, assim como da visão da Missão da União Africana para os Estados Unidos da América;

- Alocução no Almoço de Embaixadores da Aliança de Mulheres de Negócios Africanas e Americanas;
- Discussão em mesa redonda pela Mesa Redonda do Conselho Empresarial;
- Alocução na Reunião Política da Unidade Africana Americana;
- Orador Convidado da Comemoração do Dia de África em celebração do 50º Aniversário do Gana e da 15ª Edição dos *Africa Achievement Awards* em Los Angeles na Califórnia;
- Alocução da Cimeira Sobre Transporte Aéreo E.U.A.-África, em Miami na Flórida;
- Orador Convidado, Comité Municipal sobre Assuntos de Imigrantes Africanos/Caribenhos da Cidade de Filadélfia;

390. A Missão participou ainda nas consultas da Diáspora Regional organizadas pela África do Sul em Nova Iorque e nas Bahamas em preparação da Cimeira de 2008 a realizar na África do Sul.

391. Um ponto de destaque das actividades da Missão da UA abrangendo o período em análise foi a comemoração conjunta do Dia Internacional da Criança Africana, com o Conselho da Saúde Global a 14 de Junho em Capitol Hill, a Câmara dos Representantes. O Evento, patrocinado pela congressista Betty McCollum, uma democrata do estado do Minnesota, centrou-se no tema deste ano da União Africana "O Combate ao Tráfico de Crianças" e os membros do Painel abordaram as questões da saúde, da nutrição, bem como da Educação da Menina.

J.IV.2 OBSERVAÇÕES

392. A criação de uma Missão da União Africana aos Estados Unidos da América é, até agora, a primeira acreditação da União Africana num país bilateral, o que despertou um enorme interesse e gerou grandes expectativas. Igualmente importante é a criação de uma Missão dos E.U.A. acreditada na União Africana, aumentando assim o âmbito do compromisso e da relação dos E.U.A. com África em geral e com a União Africana em particular.

393. O sucesso da Missão da União Africana para os Estados Unidos só poderá, portanto, ser assegurado se forem criadas condições que garantam o impacto desejado da presença da UA em Washington. Sem os suportes das capacidades financeiras e de recursos humanos, as metas e os objectivos da Missão não poderão ser alcançados de um modo realista. Há que dar também particular atenção à melhoria da comunicação e da coordenação entre a Comissão da UA e a Missão da UA para os Estados Unidos da América.

K. RECURSOS HUMANOS, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

K.I. RECURSOS HUMANOS E ACTIVIDADES JUVENIS

K.I.1. Carta da Juventude Africana

394. O Conselho lembrará que, na Sessão de Janeiro, apresentei um relatório sobre a adopção e lançamento da Carta da Juventude Africana. Depois da sua adopção pelos Chefes de Estado e de Governo, em Julho de 2006, e o seu lançamento oficial, em Novembro de 2006, a Carta da Juventude Africana está a ser popularizada através de anúncios, sensibilização e processos oficiais de advocacia. O Departamento está a usar as estratégias desenvolvidas para a popularização de modo a envolver todos os actores sociais e políticos relevantes incluindo a juventude para a popularização da Carta ao nível nacional e local nos Estados Membros. Somente quatro países assinaram a Carta até então: Mali, Burundi, Togo e Benin.

395. Foram organizadas duas oficinas regionais dos actores intervenientes e peritos na África Central e Ocidental, Brazzaville e Monróvia, respectivamente. Em Brazzaville envolveu reuniões com o Presidente de Parlamento Nacional e Ministros; enquanto que em Monróvia envolveu reuniões com o Vice-Presidente e Chefe de Estado. Nas regiões, as reuniões foram alvo de muita publicidade na rádio e na televisão. Os delegados comprometeram-se a acelerar o processo de ratificação e assinatura. Muitas organizações juvenis estão a promover a Carta da Juventude através de diferentes actividades. O Dia Africano, 25 de Maio de 2007, foi usado por várias organizações da juventude nos países, incluindo Costa do Marfim, Libéria, Congo, RDC, Togo, Camarões e Djibouti entre outros, para promover as actividades dos jovens e popularizar a Carta da Juventude. A União Pan-africana da Juventude e outras organizações internacionais e Agências da ONU estão a providenciar o apoio necessário aos Estados Membros.

K.I.2. REVITALIZAÇÃO DA UNIÃO PAN-AFRICANA DA JUVENTUDE

396. A Decisão de Banjul EX.CL/Dec.292 (IX) recomendou a revitalização da União pan-africana da Juventude e sua utilização como uma estrutura continental da juventude. Em Outubro de 2007, a reunião do Comité Directivo, seguida pela reunião da Mesa dos Ministros da Juventude da UA considerará, entre outros documentos, a Estratégia desenvolvida para a revitalização da União. A missão principal da União é trabalhar, em colaboração com a CUA, no campo de empoderamento da Juventude, promover continuamente a Carta de modo a assegurar a sua popularização e implementação, liderar e facilitar a comunicação entre a juventude e a Comissão da União Africana. A estratégia proposta inclui propostas de medidas para assegurar a provisão sustentável de recursos técnicos e financeiros da União pan-africana da Juventude.

K.I.3. CAPACITAÇÃO NO ENSINO E FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL (EFTP)

397. Uma das áreas-chave do Plano de Acção para a Segunda Década de Educação para África (2006-2015) é o Ensino e Formação Técnico-Profissional (EFTP), a ser abordado através de programas de educação formal, não formal e informal. No programa de educação não formal, o EFTP é apresentado como uma forma de abordar o desenvolvimento de habilidades para um grande número de jovens desempregados e fora da escola em África. O EFTP também será dirigido a jovens sem educação ou com um baixo nível de escolaridade para dotá-los com habilidades técnico-profissionais e um meio de subsistência. O Departamento está em processo de negociação com o Banco Africano de Desenvolvimento e outros parceiros com vista a desenvolver um fundo de capital de risco para a formação de jovens africanos em EFTP, a fim de apoiar iniciativas de auto-emprego.

398. As oficinas regionais de EFTP para as zonas em situação de pós-conflito foram realizadas nas regiões da África Central e Ocidental (Brazavile e Monróvia) a fim de avaliar as facilidades de formação em EFTP e os recursos humanos disponíveis, desenvolver, com os actores intervenientes-chave, o quadro para projectos-piloto de EFTP Não Formal, e disseminar estratégias de revitalização de EFTP em África. Os jovens são actores-chave e o principal alvo da oficina, pois, o EFTP será usado para envolvê-los no desenvolvimento e reconstrução dos seus países. O Departamento está a planificar o desenvolvimento de um plano de implementação com vista a assegurar a mobilização de recursos em apoio aos cursos de formação, provisão de equipamento e desenvolvimento de instrumentos. Serão necessárias forte parcerias para os projectos-piloto planificados, que incluirão a alfabetização de adultos, em especial, na Libéria onde o número de jovens sem escolarização é muito elevado.

K.II. ACTIVIDADES DE ENSINO

K.II.1. IMPLEMENTAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DA SEGUNDA DÉCADA DE EDUCAÇÃO PARA ÁFRICA

399. Apresentei o informe ao Conselho, no meu relatório anterior, de que o *“Plano da Acção para a Segunda Década de Educação para África”* foi lançado em Maputo, em Setembro de 2006. O Plano da Acção é a base de todos os programas de Educação da Comissão. O mesmo consiste das seguintes áreas de foco:

- Género e Cultura
- Sistemas de Informação de Gestão de Educação
- Desenvolvimento de Professores
- Ensino Superior
- Ensino e Formação Técnico-profissional
- Currículo e Materiais de Ensino e Aprendizagem
- Gestão da Qualidade.

400. A Comissão iniciou com o estabelecimento de parcerias estratégicas com instituições intervenientes-chave para a implementação do Plano de Acção nestas áreas de foco. Foram igualmente desenvolvidas as estratégias de implementação nas áreas de desenvolvimento de professores; ensino superior, em particular, nas áreas de harmonização e qualidade; Ensino e Formação Técnico-Profissional. Foi apresentado ao Comité Directivo do COMEDAF o progresso relativo à implementação do Plano da Acção, como também às reuniões da Mesa Ministerial que tiveram lugar em Adis Abeba de 29 a 31 de Maio de 2007.

K.II.2. ENSINO SUPERIOR

401. Para prestar apoio na implementação desta área de foco, a Comissão assinou um memorando de entendimento com a Associação das Universidades Africanas. Isto permitirá que ambas as partes conjuguem esforços na harmonização do Ensino Superior em África.

402. Para o efeito, a Comissão organizou duas reuniões de Peritos Africanos em Fevereiro e Maio de 2007, para proceder à revisão do projecto de estratégias para a harmonização do Ensino Superior e para desenvolver um mecanismo de avaliação de qualidade para o Ensino Superior em África. As duas estratégias foram apresentadas ao Comité Directivo da COMEDAF e às reuniões da Mesa Ministerial que tiveram lugar em Adis Abeba, em Maio de 2007. Os processos para se avançar com estas iniciativas envolverão um engajamento abrangente com as comunidades de peritos relevantes. Estão a ser envidados todos os esforços no sentido de se integrar, harmonizar e coordenar outras iniciativas relevantes. Em especial, será assegurada uma estreita colaboração com a UNESCO na revisão ou reformulação da Convenção de Arusha relativa à harmonização do Ensino Superior em África. Estão igualmente a ser levadas em conta as iniciativas no âmbito da CAMES e das CERs.

K.II.3. DESENVOLVIMENTO CURRICULAR E MATERIAIS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

403. Este trabalho foi iniciado em Janeiro de 2007 com o Centro de Estudos sobre o Renascimento Africano da Universidade de África do Sul (CARS), foram produzidos relatórios exaustivos sobre a indústria de publicação educacional em África; e sobre a actualização dos livros escolares de ciências para escolas, usando novos conhecimentos gerados em jornais académicos de Universidades Africanas. A formalização da colaboração com a UNISA-CARS de ONU iniciou com uma oficina de peritos da Indústria de Publicação Africana, realizada em Pretória, em Janeiro de 2007. Através da mesma parceria, o departamento organizará uma conferência semestral de Editores e Escritores Africanos, a iniciar em Novembro de 2007.

K.II.4. DESENVOLVIMENTO DE PROFESSORES

404. A Comissão iniciou discussões com o Centro de Matemática, Ciência e Tecnologia de Educação de África (CEMASTE) em Nairobi, Quênia, com o apoio do Governo deste país e da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), para o estabelecimento de colaboração no melhoramento do ensino e da aprendizagem de Ciência, Tecnologia e Matemática nas escolas africanas. O CEMASTE está já a formar com sucesso nesta área professores de vários países africanos e a ajudar a desenvolver a capacidade com o

patrocínio da JICA. Esta colaboração será concretizada no Segundo Semestre de 2007.

405. A Comissão também está a colaborar com o Instituto de Capacitação em África da UNESCO (ICBA), em Adis Abeba, no desenvolvimento de uma estratégia de implementação holística do desenvolvimento de professores, usando métodos contemporâneos e de ensino e aprendizagem aberta e à distância, para futuros professores em formação e para professores em exercício bem como outros profissionais de educação. Será realizada em Setembro de 2007, uma reunião de peritos e de parceiros potenciais a fim de atribuir funções e responsabilidades na implementação do Plano da Acção nesta área.

K.II.5. PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTUDO MWALIMU NYERERE DA UNIÃO AFRICANA

406. Chama-se a atenção do Conselho para o facto de que a implementação Programa Mwalimu Nyerere, um importante programa da União Africana, progrediu com a recepção de candidaturas de estudantes de todas as regiões de África. A etapa seguinte será a organização da reunião do Comité de Selecção que procederá à selecção final dos candidatos bem sucedidos do primeiro grupo. O seguinte anúncio será para estudantes que prosseguindo estudos ao nível de graduação e pós-graduação em Universidades Africanas. Para assegurar a admissão dos estudantes nas principais universidades africanas, foram desenvolvidos critérios de qualidade que serão usados para determinar que instituições qualificarão para receber estudantes ao abrigo do Programa Mwalimu Nyerere.

407. Entretanto, a União Europeia providenciou financiamento para o recrutamento de um Oficial Superior para dirigir o programa das bolsas de estudo. A chegada tardia do financiamento e o processo lento de recrutamento poderão retardar a implementação da seguinte fase do programa, que envolve o estabelecimento e a implementação da colaboração com o programa European Erasmus Mundus. No âmbito da colaboração, haverá intercâmbio de estudantes e de funcionários entre as principais universidades europeias e africanas.

K.II.6. Observatório de Educação da União Africana

408. Para se iniciar como exercício de capacitação do Instituto Pan-africano de Educação para o Desenvolvimento (IPED), foi esboçado um projecto de memorando de entendimento com a Comissão. O projecto de memorando foi apresentado à Presidência do IPED (Ministro da Educação da República de Angola) para endosso. Foi elaborada uma nova estrutura do IPED, a ser aprovada pela próxima Cimeira da União Africana.

K.III. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

K.III.1. IMPLEMENTAÇÃO DAS DECISÕES DA CIMEIRA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO EM JANEIRO DE 2007

409. O Conselho lembrará que a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, em Janeiro de 2007, teve como tema “Ciência, Tecnologia e Pesquisa para o Desenvolvimento em África”. A Cimeira tomou decisões importantes e as seguintes são as acções levadas a cabo para a sua implementação:

i. Assembly/AU/Dec.138 (VIII)

410. Nesta decisão, a Assembleia tomou nota da necessidade de se estabelecer uma única Organização Pan-africana de Propriedade Intelectual (PAIPO), face ao facto de que existem actualmente duas organizações de propriedade intelectual em África, que basicamente dividiram o continente numa base linguística, excluindo um grande número de países africanos.

411. Estão em curso os preparativos para uma reunião interdepartamental de reflexão sobre o estabelecimento da PAIPO. Depois disso, vai se realizar no próximo semestre, uma reunião com a Organização Mundial de Propriedade Intelectual, a Organização Regional Africana de Propriedade Intelectual (ARIPO) e Organização Africana da Propriedade Intelectual (OAPI), na qual a Comissão apresentará a sua estratégia de implementação para debate e aceitação por estas importantes instituições.

ii. Assembly/AU/Dec.161 (VIII)

412. Esta decisão apoia a declaração de 2007, como o ano de lançamento do desenvolvimento de actores e promotores de ciência, tecnologia e inovação em África e exorta veementemente os Estados Membros no sentido de alocarem, pelo menos, 1% do Produto Interno Bruto (PIB) das economias nacionais até de 2010, em conformidade com o acordado no âmbito da Decisão de Cartum (EX.CL/DEC.254 (VIII)).

413. Os documentos de conceito foram preparados para as seguintes actividades e apresentados ao Comité Directivo e à Mesa Ministerial das reuniões da AMCOST realizadas em Pretória, em Junho de 2007:

(a) Programas baseados na decisão *Assembly/ALJ/Dec.161 (VIII)* para o lançamento do programa de capacitação em Ciência e Tecnologia para o Actores Intervenientes em 2007

Dia Africano de Ciência e Tecnologia

414. O Dia Africano de Ciência e Tecnologia, comemorado a 30 de Junho de cada ano proporciona uma oportunidade para se destacar o papel da Ciência e Tecnologia no desenvolvimento socioeconómico de África. Também proporciona uma oportunidade para saudar todos os cientistas, do passado e do presente, por terem contribuído tanto para o melhoramento dos seus países e do continente em geral. Neste contexto, a Comissão está a preparar-se para partilhar programas de sensibilização da comunidade sobre o papel central da ciência e tecnologia nos Estados Membros através de exposições, seminários e oficinas. Na sede, o departamento está a discutir com a agência etíope de Ciência e Tecnologia a celebração do Dia Africano de Ciência e Tecnologia.

(b) Programas baseados na decisão *Assembly/AU/Dec.161 (VIII)* relativa ao Alcance de 1% do PIB para Ciência e Tecnologia até 2010

415. No contexto da consecução do investimento de 1% do PIB na ciência e tecnologia, uma infra-estrutura sólida de política de ciência e tecnologia desenvolverá a confiança nacional para se efectuar este investimento. Assim, a Comissão iniciou um programa para facilitar o desenvolvimento e a harmonização de políticas optimizadas sobre ciência e tecnologia nos Estados Membros da União Africana. Isto envolverá o desenvolvimento de um quadro de política da União Africana baseado em indicadores acordados pelos Estados Membros. A Comissão está a planificar criar um programa de formação no desenvolvimento de políticas para funcionários dos Estados Membros em colaboração com alguns parceiros internacionais. A Comissão está também em processo de facilitar a produção do quadro de política africana de ciência e tecnologia e desenvolvimento de iniciativas de capacitação nos Estados Membros, em colaboração com as CERs.

K.III.2. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

416. A reunião do Comité Directivo e da Mesa da Conferência Ministerial sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) foi realizada no Cairo, Egipto (25-26 de Março: reunião de Comité Directivo e 27 de Março: Reunião de Mesa). As reuniões debateram e produziram as suas recomendações sobre projectos de ponta ARAPKE; mobilização de recursos; Princípio de 1% de DSF; quadros de Política e Regulatório favoráveis ao

desenvolvimento das telecomunicações, de Redes e Serviços das tecnologias de informação e comunicação (TICs) em África. O Comité Directivo formalizou um grupo de trabalho para empreender o processo de identificação dos projectos de ponta ARAPKE. O grupo procedeu à selecção de 11 projectos e o processo de mobilização de recursos determinará a fase de implementação dos projectos seleccionados bem como as modalidades.

K.III.3. UNIDADE DE BIOSSEGURANÇA

417. O objectivo primordial do Projecto de Biossegurança da UA é incorporar o tópico de biossegurança nos quadros políticos e institucionais dos Estados Membros. Na consecução deste objectivo, o Projecto também pretende desenvolver uma Estratégia Africana sobre Biossegurança com vista a implementar as disposições da Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança da ONU e a revisão da Legislação Modelo Africana sobre Segurança na Biotecnologia e a sua aplicação aos níveis nacional e regional. O Projecto desenvolveu a Estratégia Africana sobre Biossegurança, que foi endossada concomitantemente com o Relatório do Painel Africano de Alto Nível sobre Biotecnologia através da Declaração de Cairo (EXT/AU/EXP/ST/Decl/13(II)\Rev.1) e AMCQST (EXT/AU/MIN/ST/Rpt. (II)), em Novembro de 2006.

418. AMCOST também recomendou que as questões de biotecnologia e biossegurança fossem tratadas em conjunto de forma complementar harmonizando ao mesmo tempo os regulamentos no continente. A Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo, realizada em Janeiro de 2007, também considerou e adoptou as recomendações do AMCOST.

419. Na mesma perspectiva e para adoptar a Legislação Modelo Africana de 2001 aos actuais desafios e recentes desenvolvimentos nos domínios da bio-segurança e bio-tecnologia, um documento que estabelece os detalhes das tendências seguidas para a revisão da Legislação Modelo foi elaborado e discutido no Comité Directivo e nas Reuniões da Mesa de AMCOST em Junho de 2007. A revisão dessa legislação está em curso.

L. ASSUNTOS SOCIAIS

L.I. SAÚDE, NUTRIÇÃO E POPULAÇÃO

420. Gostaria de informar ao Conselho que a Comissão realizou com sucesso a Terceira Sessão da Conferência dos Ministros da Saúde da União Africana em Joanesburgo, África do Sul, de 9 – 13 de Abril de 2007, que adoptou a Estratégia Africana de Saúde, o Plano de Acção relativo à Prevenção da Violência, o Plano de Manufatura Farmacêutica para África e o Quadro de Monitorização para a Implementação dos Resultados da Cimeira Especial de Abuja sobre o VIH/SIDA, Malária e TB. Durante a fase preparatória da

Conferência, a Comissão organizou uma Reunião de Peritos em Adis Abeba, Etiópia, para finalizar a elaboração do projecto da Estratégia Africana de Saúde.

421. A Comissão organizou igualmente uma Reunião da Mesa da Conferência dos Ministros da Saúde da UA em Genebra, Suíça, à margem da 60ª Assembleia Mundial da Saúde, que adoptou um Plano de Trabalho para a implementação dos resultados da Terceira Sessão da Conferência dos Ministros da Saúde da UA.

422. Em Dezembro de 2006, a Comissão da UA organizou uma Reunião de Peritos com o fim de harmonizar os Programas de Nutrição da NEPAD e da Comissão da UA. O resultado desta reunião foi um Plano de Acção com prazos definidos para a implementação da Estratégia Regional Africana de Nutrição (2005 – 2015). A Comissão está actualmente em fase de revitalização da Equipa de Trabalho de Nutrição Africana que irá supervisionar, entre outras, a implementação do plano de trabalho.

423. Apraz-me informar ao Conselho que, com relação à população, a Comissão finalizou a publicação do Relatório sobre a Situação da População Africana de 2006 que será lançado durante a 6ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Comissão da População Africana agendada para 16 e 17 de Julho de 2007, na África do Sul.

L.II. SAÚDE E DIREITOS À SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA

424. Deve ser recordado que o Plano de Acção de Maputo (2006) para a operacionalização do Quadro de Políticas Continentais sobre a Saúde e os Direitos à Saúde Sexual e Reprodutiva (2005) foi adoptado durante a Cimeira de Janeiro de 2007.

425. Desde essa altura, a Comissão envidou esforços no sentido de promover, divulgar e fazer o acompanhamento da implementação do Quadro de Políticas relativo à Saúde e Direitos à Saúde Sexual e Reprodutiva. Neste sentido, as principais actividades realizadas no sector da saúde reprodutiva incluíram (a) a advocacia e promoção do Quadro de Políticas Continental bem como o Plano de Acção de Maputo e (b) a participação em fóruns regionais e internacionais em que a saúde e os direitos à saúde sexual e reprodutiva fossem os temas ou pontos importantes de debate na agenda.

426. Em relação à divulgação e publicidade, a Comissão, em colaboração com o UNFPA, o IPPF e outros parceiros, fez novamente a impressão e distribuição em grandes quantidades das cópias do Quadro de Políticas e do Plano de Acção de Maputo para os peritos em saúde reprodutiva, instituições e órgãos de políticas/tomada de decisão tanto de África como do exterior. Para além disso, utilizando todos os fóruns disponíveis, foram empreendidos esforços concertados para a publicitação desses instrumentos e consciencialização num

maior leque mais alargado de parceiros e intervenientes acerca desses documentos bem como sobre a importância da abordagem dos desafios que se apresentam nas necessidades não satisfeitas da saúde reprodutiva incluindo o VIH/SIDA.

427. Em relação à participação nos fóruns regionais e internacionais, deve ser feita menção da participação nos seguintes eventos:

- Em Março de 2007, a Comissão participou de forma activa na Conferência da População da África Austral realizada sob o tema “Institucionalização do Diálogo entre a Pesquisa da População e Políticas de Desenvolvimento em África em que foi apresentado um Relatório sobre “Saúde Materno-Infantil” à Reunião à Porta Fechada dos Estados Membros da Região Austral, da Comissão da População Africana (CPA) e da União Africana (UA).
- A Comissão da UA foi igualmente representada, em conjunto com alguns Estados Membros, por uma delegação de alto nível na “Reunião Técnica sobre as Políticas de Saúde Sexual e Reprodutiva em África”, realizada em Barcelona, Espanha, de 27 de Fevereiro a 3 de Março de 2007. A Comissão aproveitou esta ocasião para a advocacia e mobilização de apoios internacionais para a implementação do Plano de Acção de Maputo.
- Além do mais, como parte do seu plano de realizar vários fóruns consultivos sub-regionais sobre a implementação do Quadro de Políticas relativo à Saúde e Direitos à Saúde Sexual e Reprodutiva, a CUA participou numa Conferência Regional sobre Melhorias na Saúde e Direitos à Saúde Sexual e Reprodutiva, organizado pela Federação Internacional de Planeamento Familiar (FIDPF) para o Mundo Árabe, incluindo a África do Norte, de 19 a 21 de Maio de 2007.
- A Comissão da UA colaborou igualmente com a FIDPF para a Região África e com o FNUAP para organizar uma Reunião Consultiva Planificada com as CERs, principais agências das Nações Unidas tais como a OMS e outros parceiros no ramo da saúde reprodutiva. Essa reunião foi realizada em Nairobi, Quênia, de 21 a 23 de Junho de 2007 com o objectivo de:
 - coordenação de esforços na implementação bem como na monitorização e avaliação do Plano de Acção de Maputo sobre Saúde e Direitos à Saúde Sexual e Reprodutiva;

- o revisão e acordo em relação ao projecto da ferramenta de **Monitorização e Avaliação** desenvolvido pela Comissão da UA; e
- o identificar as funções entre a Comissão da UA, as CERs e outros parceiros no processo de implementação do Plano de Acção.

428. Em resumo, pode ser destacado que as questões da saúde e dos direitos à saúde sexual e reprodutiva são abordados pela União Africana com base num Quadro de Políticas Continental e no Plano de Acção de Maputo. A Comissão rege-se pelas importantes decisões das Cimeiras dos Chefes de Estado e de Governo de 2006 e 2007

L.III. VIH/SIDA, TB E MALÁRIA INCLUINDO A AIDS WATCH AFRICA

429. Na implementação das recomendações da AIDS Watch Africa (AWA) o Comité dos Chefes de Estado e de Governo, foi realizada uma reunião de Conselheiros para os Membros da AWA na Sede da UA em Adis Abeba, Etiópia aos 19 – 20 de Fevereiro de 2007. Esta 2ª Reunião tinha como objectivo não só rever os relatórios de actividade e planos de acção para cada membro da AWA mas também para identificar as dificuldades vividas pelos Conselheiros e pelo Secretariado na prossecução do seu mandato bem como as vias e meios para às ultrapassar. As contribuições da AWA para a 3ª Sessão da Conferência dos Ministros da Saúde da UA realizada em Joanesburgo, África do Sul, de 9 – 13 de Abril de 2007, foram igualmente debatidas, e três Conselheiros da AWA participaram na Conferência. Como uma plataforma de advocacia, os Membros da AWA e os Conselheiros necessitam desempenhar um papel mais visível na resposta continental contra o VIH/SIDA.

430. Durante a reunião, foi feita a revisão do Plano Estratégico da Comissão para 2005 – 2007 e o Quadro Estratégico da AWA, e para o desenvolvimento de mecanismos de monitorização e informação tanto para esses planos como para a implementação dos Compromissos de Abuja sobre os Serviços de VIH/SIDA, TB e Malária. Nesse sentido, foi apresentado e adoptado pela 3ª Sessão da Conferência dos Ministros da Saúde da UA um Projecto do Mecanismo de Monitorização e Informação. Este projecto define as funções de todos os intervenientes e os planos para a preparação dos relatórios de actividades para 2008 e 2010. Em Janeiro – Fevereiro de 2007 iniciaram e foram realizadas acções para desenvolver um Plano de Implementação da Comissão e relacionados com os Planos Estratégicos e Quadros da AWA VIH/SIDA para 2007/2008. O documento final irá orientar a Comissão e a AWA no desempenho das suas respectivas funções nos esforços para reverter a emergência continental.

431. Apraz-me informar ao Conselho que, como parte dos esforços da União Africana na contribuição para a aceleração do acesso universal aos Serviços do VIH/SIDA, TB e Malária, lancei uma Campanha Continental Renovada de Eliminação da Malária em 10 de Abril de 2007 durante a 3ª Sessão da Conferência dos Ministros da Saúde da UA com o lema “*Ninguém deve morrer de Malária!*” Nessa ocasião, foi amplamente difundido um documento de advocacia sobre a Eliminação da Malária desenvolvido em parceria com o programa da *Parceria da Erradicação da Malária* e da OMS. Entretanto, todos os intervenientes necessitam demonstrar um compromisso renovado na campanha de eliminação e eventual erradicação da malária, uma doença que é prevenível e curável.

432. Na mesma linha de ideias, para incrementar a advocacia no sentido de implementar estratégias contra a Malária, a jornada da Malária em África foi comemorada em todo o continente durante a semana de 25 de Abril de 2007. As actividades centraram-se no tema: “Liderança e parceria para os Resultados” e com o lema: “Libertemos África da Malária Já!” A Comissão participou igualmente no Programa da Jornada Nacional Etíope da Malária.

433. Relativamente à questão do Género, Juventude e VIH/SIDA e dos esforços conjuntos para a avaliação da situação da mulher e das raparigas em situações de conflitos e de pós-conflito em várias regiões do continente, foi criada uma equipa multi-sectorial e inter-agências. Deverá ser prestada atenção à ameaça ou realidade do VIH/SIDA e outras questões de saúde e dos direitos à saúde sexual e reprodutiva. No final do mês de Maio de 2007, foi realizada uma reunião inter-agências para analisar a proposta com importantes Departamentos da Comissão, Agências das Nações Unidas e Termos de Referência das CERs, com vista a determinar o que já foi feito sobre a questão para evitar a duplicação, avaliar a viabilidade do projecto e finalmente distribuir tarefas de execução para cada interveniente. Espera-se que o resultado da avaliação seja usado numa política com base em evidência e advocacia de programas nos países em conflitos e naqueles que estejam a realizar actividades de reabilitação e integração pós-conflito.

434. Finalmente, durante o período em análise, a Comissão desenvolveu algumas missões no quadro da colaboração com os vários parceiros dentre as agências das Nações Unidas, CERs, Organizações Internacionais da Sociedade Civil e ONGs. Entre outras, tiveram a oportunidade de promover e divulgar as Políticas e Programas da União Africana bem como a divulgação e popularização do trabalho da AIDS Watch Africa. Foi igualmente feita a mobilização do envolvimento dos parceiros interessados no trabalho da AWA e programas e actividades da Comissão da UA.

L.IV. TRABALHO, EMPREGO E MIGRAÇÃO

L.IV.1. SECTORES INFORMAIS EM ÁFRICA

435. A economia informal em África continua a representar um desafio ao mercado laboral no continente. O segmento formal em África emprega apenas 10% da força do trabalho e o resto encontra-se na economia do sector informal. As mulheres representam um grande número na economia informal e, muitas vezes, encontram-se na base da pirâmide. O sector ressent-se da falta de reconhecimento legal, protecção em termos de segurança social, que é usufruída pelo segmento da economia formal. A Comissão recrutou um consultor para analisar as possibilidades de expandir a cobertura dos esquemas de protecção social para os trabalhadores do sector informal e aconselhar a Comissão da UA; este trabalho está em curso.

L.IV.2. PROTECÇÃO SOCIAL

436. A visão da Comissão é de “Protecção Social para todos” uma vez que a segurança social é um instrumento chave na promoção do desenvolvimento harmonioso, económico e social. O sistema de segurança social organiza a partilha dos riscos enfrentados pelos trabalhadores em várias fases da sua vida prestando cuidados médicos e subsídios de morte. Existem países no continente que já possuem sistemas fortes de segurança social e espera-se que outros países aprenderão estas boas práticas.

437. Nesse sentido, a Comissão notou que é necessária a concepção e a adopção de uma política de segurança social a longo prazo pelos estados membros dentro do contexto de diálogo nacional tripartido mais abrangente. Para este fim, os planos estão em curso no sentido de realizar um estudo para analisar as possibilidades de garantir segurança social para todos os trabalhadores do continente.

L.IV.3. ADMINISTRAÇÕES DO TRABALHO E ORGANIZAÇÕES DE EMPREGADORES E TRABALHADORES

438. Os Ministérios do Trabalho e dos assuntos sociais, conjuntamente com as organizações dos empregadores e dos trabalhadores, desempenham o papel chave no desenvolvimento e implementação das políticas sobre o alívio a pobreza e promoção do emprego. Eles são preponderantes no alívio a pobreza e têm que fazer com a política seja coerente com a realidade integrando o alívio a pobreza e a promoção das prioridades de emprego nos planos de desenvolvimento nacional. A Comissão da UA organizou a 5ª Sessão tripartida da Comissão dos Assuntos Laborais e Sociais, que decorreu em Adis Abeba em Abril de 2007. Um número de recomendações foi feito na área dos assuntos

laborais e sociais, incluindo a criação de mais programas e emprego para jovens de África. O Relatório está na Agenda do Conselho para fins de análise.

L.IV.4. MIGRAÇÃO

439. O Conselho recordará os instrumentos sobre a migração e desenvolvimento adoptados pelos Chefes de Estado e de Governos da União, o Quadro da Política de Migração para a África, a Declaração Conjunta África-UE sobre migração e desenvolvimento e a Posição Comum de África sobre migração e desenvolvimento que precisam de ser implementados. Portanto, a Comissão e os seus parceiros estão a dar passos para a sua implementação. O roteiro da implementação destes instrumentos está numa fase avançada e espera-se que seja concluído antes da próxima reunião da troika em Outubro de 2007. Os Estados Membros foram sensibilizados a participarem num Fórum Global sobre migração e desenvolvimento que terá lugar em Bruxelas em Julho de 2007.

L.V. DIVISÃO DE SEGURANÇA SOCIAL

L.V.1. SOBREVIVÊNCIA, PROTECÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

440. A Comissão continuou a colocar as questões relacionadas com crianças no topo do seu programa de actividades. Ao implementar estas actividades, tem estado em estreita colaboração com o UNICEF, com o Plano Internacional e com outros parceiros de desenvolvimento. Contudo, o maior desafio continua a fraca ratificação da Carta Africana sobre os Direitos e Bem-estar das Crianças. Até agora, apenas 39 dos 53 Estados Membros ratificaram a Carta Africana. A Comissão continua a fazer uso de todas as oportunidades disponíveis para apelar aos Estados Membros que ainda não o fizeram no sentido de acelerarem o processo de ratificação da Carta. Gostaria de, mais uma vez, fazer uso desta oportunidade para apelar os Estados Membros que ainda não o fizeram para que ratifiquem e adiram à Carta sem mais demora.

L.V.2. POSIÇÃO COMUM AFRICANA SOBRE A CRIANÇA – ÁFRICA APTA PARA CRIANÇAS

441. O Conselho recordará que passam agora cinco anos depois da adopção da Posição Comum Africana sobre a criança – África Apta para Crianças que foi a contribuição de África para a Sessão Especial da Assembleia Geral das UN (UNGASS) sobre a Criança em 2002. Os preparativos estão agora em curso para a realização de uma reunião de avaliação a meio termo em Setembro de 2007 para avaliar o progresso feito no cumprimento dos compromissos feitos na Declaração e no Plano de Acção. A este respeito, um questionário foi concebido e enviado à todos os Estados Membros da UA para reportar sobre a implementação das áreas prioritárias identificadas no Plano de

Acção. Os relatórios a serem recebidos serão utilizados para redigir um relatório consolidado sobre progresso, que servirá de principal documento de trabalho da reunião. Uma nota conceptual foi igualmente preparada e será brevemente enviada a todos os Estados Membros. Os Estados Membros são solicitados a responder o questionário e devolvê-lo à Comissão o mais cedo quanto possível. O outro documento a ser analisados a reunião é o Roteiro sobre a Sobrevivência da Criança. O principal resultado de revisão de Médio Prazo será uma solicitação para uma Acção Célere para a Sobrevivência, Protecção, Desenvolvimento e Participação da Criança, que será a contribuição de África para a Sessão Especial das Nações Unidas sobre a Criança a ser realizada em Novembro de 2007.

L.V.3. COMITÉ AFRICANO DE PERITOS SOBRE OS DIREITOS E O BEM-ESTAR DA CRIANÇA

442. Recorde-se que o Comité Africano de Peritos sobre os Direitos e o Bem-estar da Criança (ACERWC) foi criado em 2001 para acompanhar a implementação das disposições da Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-estar da Criança. Seis anos depois da sua criação, e apesar da falta de um Secretariado completamente apetrechado, o Comité conseguiu adoptar um dado número de documentos importantes que lhe permitam cumprir efectivamente o seu mandato. O Comité realizou a sua 9ª Sessão, de 29 a 31 de Maio de 2007, durante a qual adoptou um dado número de recomendações pertinentes, incluindo um quadro para a realização da pré-sessão para analisar os relatórios dos Estados Partes. Até ao momento, o Comité só recebeu relatórios de cinco Estados-membros. Gostaria de instar os outros Estados-membros a fazerem o mesmo enviando os seus relatórios ao Comité. Um relatório detalhado das actividades do Comité será apresentado separadamente ao Conselho Executivo.

L.V. 4. Questões relativas à Deficiência

443. O Conselho lembrar-se-á que as questões relativas à deficiência no continente são coordenadas pelo Instituto Africano de Reabilitação (IAR), uma agência especializada da União Africana. Como membro do Conselho de Administração do IAR, a Comissão da União Africana participou na 6ª reunião do Comité Consultivo Técnico e na 18ª reunião do Conselho de Administração, realizada no Lesoto, de 27 de Fevereiro a 3 de Março de 2007. Mais uma vez a reunião reconheceu os problemas que o IAR enfrenta e a sua limitação no cumprimento efectivo do seu mandato. A reunião solicitou à Comissão a apoiar o Instituto, contratando um consultor para levar a cabo um estudo e fazer propostas concretas sobre a melhor forma de revitalizar e reforçar o IAR, bem como torná-lo mais eficiente. Em seguida, uma sessão extraordinária do Conselho de Administração do IAR será convocada para analisar o relatório do consultor e acordar no caminho a seguir. Entretanto, instam-se os Estados-membros a apoiarem o IAR em tudo que for possível, e os Estados-membros do

IAR a cumprirem com as suas obrigações financeiras para com o Instituto para que possa funcionar normalmente.

444. Gostaria também de recordar os Estados-membros que o período 1999-2009 foi proclamado como Década Africana das Pessoas Portadoras de Deficiência. Neste contexto, um plano de acção continental foi também adoptado a fim de implementar os objectivos da década. Todavia, uma vez que a década está quase ao fim, parece que não há mais progressos registados na implementação do Plano de Acção. Por conseguinte, é necessário para os Estados-membros acelerarem as acções a nível nacional no sentido de alcançar os objectivos da década e enviarem os seus relatórios à Comissão da União Africana.

L.VI. COMBATE À DROGA

445. Gostaria de chamar a atenção do Conselho sobre o facto de que o tráfico e o abuso das drogas ilícitas agravaram-se consideravelmente no continente africano. O posto de “Funcionário Sénior de Políticas para o combate à droga” foi preenchido na estrutura da Comissão, no seio do Departamento dos Assuntos Sociais (DAS); O posto foi preenchido desde 1 de Julho de 2006. Em seguida, missões de avaliação foram realizadas aos Secretariados de seis (6) CER’s sobre o estado de implementação da Declaração e do Plano de Acção da União Africana sobre o combate ao Tráfico e Abuso das Drogas (2002-2006). As recomendações das referidas avaliações serão tomadas em conta na elaboração do próximo plano de acção da União Africana sobre o combate à droga (2007-2010), que será submetido à 3ª Sessão da Conferência Ministerial da União Africana sobre o Combate à Droga, prevista para o segundo semestre de 2007. A Comissão organizou uma série de reuniões com o Escritório das Nações Unidas sobre as Drogas e os Crimes conexos para um apoio técnico em perspectiva da próxima reunião ministerial assim como a implementação de um futuro plano de acção, incluindo um projecto que será implementado pelo DAS. A Comissão fez-se representar na 50ª Sessão da Comissão das Nações Unidas sobre as Drogas Estupefacientes, em Viena, Áustria, de 16 a 20 de Março de 2007. O resultado desta participação, depois de 3 anos de ausência, foi a renovação dos laços com o Grupo Africano sediado em Viena de Áustria, sobre o combate às drogas e os crimes conexos. Um Memorando de Entendimento entre a Comissão da União Africana e a Comissão das Nações Unidas sobre o Combate às Drogas (UNODC) foi elaborado e revisto por ambas as partes e encontra-se na sua fase de finalização.

L.VII. DESPORTOS

446. Desde que a UA lançou o Ano Internacional do Futebol Africano em 2007 (IYoAF), durante a 8ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, realizada em Adis Abeba, em Janeiro de 2007, a Comissão organizou um seminário técnico em Pretória, África do Sul, com vista

a enriquecer o programa das actividades previstas para ambos o IYoAF 2007 e o Programa da Contribuição Africana para a Copa do Mundo FIFA 2010, que serão implementadas até 2010. No quadro da implementação da Declaração da Conferência sobre o Ano Internacional do Futebol Africano, a Comissão organizou também a Primeira Sessão da Conferência dos Ministros dos Desportos da União Africana, em Junho de 2007, em Adis Abeba, Etiópia, durante a qual decisões importantes foram tomadas relativas, entre outros, às Políticas e Programas da União Africana sobre o Desporto, as relações entre os governos africanos, os Movimentos Desportivos Nacionais e as organizações internacionais de gestão do desporto, assim como sobre o Conselho Superior dos Desportos em África. Um relatório completo da reunião ministerial consta da agenda do Conselho para análise.

L.VIII. CULTURA

447. A Comissão acompanhou as resoluções do Primeiro Congresso Cultural Pan-africano, que se realizou em Adis Abeba, Etiópia, de 13 a 15 de Novembro de 2006. A Oitava Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, realizada em Adis Abeba, Etiópia, em Janeiro de 2007, endossou o relatório do Congresso Pan-africano e a Comissão está a acompanhar com os Estados-membros a implementação das recomendações do referido Congresso.

448. De igual modo, no contexto do Ano das Línguas Africanas, e em colaboração com a Associação Cultural “*Stories Across Africa*”, a União Africana lançou um projecto de publicação de livros destinados às crianças que já estão disponíveis em quatro línguas oficiais da União.

M. INFRA-ESTRUTURA E ENERGIA

M.I. INTRODUÇÃO

449. Apraz-me informar o Conselho que, durante o período de Janeiro a Junho de 2007, a Comissão levou a cabo inúmeras actividades de importância estratégica no domínio da Infra-estrutura e Energia. A prioridade foi dada à elaboração de políticas e estratégias nos domínios do transporte ferroviário, da electricidade, petróleo e gás, telecomunicações e TCI, assim como sobre a implementação dos projectos específicos visando o desenvolvimento da infra-estrutura e dos serviços das TCI em África. Estes projectos incluem o Projecto do VSAT e-Governança para a Comissão da União Africana e os seus Escritórios Regionais, o Projecto da e-Rede Pan-africana para a Tele-educação e a Telemedicina em colaboração com o Governo da Índia, assim como o Projecto da Numeração Unificada das Telecomunicações.

450. No quadro do reforço da cooperação com os seus parceiros, a Comissão participou na reunião do Consórcio das Infra-estruturas para a África

(ICA) e a Parceria Europa-África sobre a Infra-estrutura como parte dos esforços visando apoiar e acelerar o desenvolvimento da infra-estrutura em África. Neste mesmo quadro, foi adoptado um mecanismo de coordenação para o desenvolvimento das infra-estruturas em África. Este mecanismo foi elaborado em colaboração com os principais parceiros da UA, incluindo as Comunidades Económicas Regionais (CER's), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a Comissão Económica das Nações Unidas para a África (CEA) e o Secretariado da NEPAD.

451. Além disso, o Diálogo União Africana-União Europeia sobre a Cooperação para o Desenvolvimento das Infra-estruturas do Transporte, das Telecomunicações e da Energia em África registou progressos significativos com a realização da reunião Comissão da União Africana-Comissão da União Europeia bem como da Oitava Reunião Ministerial das Troikas UE-África, que teve lugar em Bruxelas, a 15 de Maio de 2007.

M.II. ACTIVIDADES NO DOMÍNIO DOS TRANSPORTES

M.II.1. PREPARAÇÃO DO PLANO DIRECTOR DAS INFRA-ESTRUTURAS DOS TRANSPORTES PARA A ÁFRICA

452. Está em curso a elaboração de um Plano Director Integrado dos Transportes para a África como um instrumento estratégico na planificação, promoção e facilitação dos programas da Comissão da União Africana no domínio dos transportes no continente. Progressos significativos foram feitos com realce ao desenvolvimento de um banco de dados sobre o Sistema de Informação Geográfica (SIG) para os diferentes corredores de transporte no continente. O Plano Director será uma componente técnica importante do Quadro Estratégico das Infra-estruturas (QEIMLP) a Médio a Longo Prazo.

453. Tendo em conta a necessidade de assegurar a participação de todos os actores interessados na elaboração do Plano Director, a Comissão organizou a Primeira Reunião de Coordenação sobre a Elaboração do Plano Director Integrado dos Transportes para a África (PDITA) com os actores africanos interessados, incluindo as CER's, a CEA e as agências especializadas, com vista a rever o trabalho realizado até ao momento, bem como definir o caminho em frente para o Projecto. A reunião teve lugar nos dias 12 e 13 de Abril de 2007 na Sede da União Africana, em Adis Abeba, Etiópia. Reuniões regulares de coordenação estão previstas para este empreendimento, com vista a assegurar a sua apropriação por todos os actores interessados e, daí, a sua durabilidade quanto à sua implementação.

M.II.2. PRIMEIRA REUNIÃO DA MESA DA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS RESPONSÁVEIS PELOS TRANSPORTES

454. A Mesa da Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelos Transportes reuniu-se em Argel, Argélia, nos dias 6 e 7 de Abril de 2007, a fim de rever um dado número de actividades planificadas e que estão sendo implementadas no sector dos transportes sob a égide da União Africana. A Mesa em exercício foi eleita para um período de dois anos (2006-2008) durante a Primeira Conferência da União Africana dos Ministros responsáveis pelo Transporte Ferroviário, realizada em Brazzaville, República do Congo, em Abril de 2006. A mesma é composta pelos seguintes Estados-membros:

Presidente: Congo (África Central)
1º Vice-presidente: Argélia (África do Norte)
2º Vice-presidente: Djibouti (África Oriental)
3º Vice-presidente: África do Sul (África Austral)
Relator: Burkina Faso (África Ocidental)

455. Em Brazzaville, os Ministros do sector decidiram estabelecer uma Conferência dos Ministros Africanos dos Transportes, como órgão central para a coordenação continental das políticas e estratégias do sector dos transportes. Neste sentido, durante a sua primeira reunião, a Mesa analisou detalhadamente e emendou o Regulamento Interno da Conferência dos Ministros Africanos dos Transportes, sendo considerado como uma etapa importante para a sua futura operacionalização.

456. A Mesa procedeu também à revisão do trabalho realizado até aqui e em curso de preparação pelos Ministros responsáveis diversos sectores dos transportes e fez recomendações. Os seguintes pontos principais foram particularmente analisados:

- Implementação do Plano de Acção sobre o Transporte ferroviário;
- Implementação do Plano de Acção sobre o Transporte Aéreo;
- Implementação do Plano de Acção sobre o Transporte Marítimo;
- Plano Director Continental Integrado sobre os Transportes;
- Desenvolvimento dos Caminhos de Ferro em África: Visão 2025;
- Preparação da Terceira Conferência da União Africana dos Ministros responsáveis pelo Transporte Aéreo;
- Preparação da Conferência dos Profissionais sobre a Interconexidade e a Inter-operacionalidade das Redes Ferroviárias Africanas; e
- Preparação da Terceira Conferência da União Africana dos Ministros responsáveis pelo Transporte Rodoviário.

M.II.3 Transporte Aéreo

a. Fórum Conjunto UA/OACI/GATA/BM sobre o Desenvolvimento do Transporte Aéreo em África

457. Um fórum de desenvolvimento sobre a **Maximização da Contribuição Económica da Aviação Civil nos Céus Africanos** organizado em conjunto pela União Africana, a Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), o Grupo de Acção sobre o Transporte Aéreo (GATA) e o Banco Mundial (BM) foi realizado na Sede da União Africana, em Adis Abeba, Etiópia, de 23 a 25 de Abril de 2007.

458. O objectivo deste fórum consistia em promover uma cooperação estreita entre os actores interessados africanos e a comunidade da aviação civil internacional para o desenvolvimento da indústria do transporte aéreo em África. O fórum realçou também a necessidade para uma parceria privado/público no desenvolvimento do transporte aéreo como catalisador para o crescimento económico em África. Foram também abordadas questões-chave relativas às reformas das políticas da gestão e da regulamentação visando vencer os constrangimentos operacionais e tecnológicos.

459. O fórum proporcionou uma contribuição importante para o esforço em curso da União Africana no âmbito da elaboração de um quadro político regulamentar e institucional apropriado para o transporte aéreo, assim como a promoção e aumento da segurança e da protecção da aviação e a protecção do meio ambiente em África no quadro da Decisão de Yamoussoukro de 1999 sobre a liberalização dos mercados do transporte aéreo em África.

b. Terceira Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelo Transporte Aéreo

460. Apraz-me informar o Conselho que a Comissão, em colaboração com o Governo da República Federal Democrática da Etiópia, organizou a Terceira Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelo Transporte Aéreo. A Conferência foi realizada em Adis Abeba, de 7 a 11 de Maio de 2007, sob o tema "*Alcançar um Espaço Aéreo Único, Seguro e Protegido para o Desenvolvimento e a Integração da África*". A Conferência tomou decisões depois de abordar os seguintes principais pontos:

- Implementação da Decisão de Yamoussoukro de 1999 sobre a Liberalização dos Mercados do Transporte Aéreo em África:
 - Criação da Agência de Execução prevista na Decisão de Yamoussoukro;
 - Harmonização das regras de concorrência no transporte aéreo;

- Estabelecimento de um mecanismo de resolução de diferendos para a aviação civil;
- Formulação de critérios de avaliação da implementação da Decisão de Yamoussoukro;
- Reforço das capacidades da Comissão Africana da Aviação Civil (CAFAC);
- Elaboração de uma política comum africana externa sobre o transporte aéreo: directrizes para a negociação de acordos de serviços aéreos entre os Estados da União Africana e os Estados da União Europeia;
- Adopção de uma política comum africana sobre a aviação civil; e
- Reforço da segurança e da protecção da aviação civil assim como protecção do meio ambiente em África.

461. Os Ministros adoptaram também os seguintes documentos importantes da sua Conferência:

- Resolução sobre a Atribuição das Funções da Agência de Execução da Decisão de Yamoussoukro à Comissão Africana da Aviação Civil (CAFAC);
- Declaração sobre a Segurança da Aviação Civil em África; e
- Plano de Acção Consolidado sobre o Transporte Aéreo.

462. Um relatório relativo a esta Conferência foi submetido como ponto separado da agenda do Conselho Executivo.

c. Nona Reunião dos Directores da Aviação Civil/Autoridades Aeronáuticas da COMESA

463. A Comissão participou na Nona Reunião dos Directores da Aviação Civil/Autoridades Aeronáuticas da região da COMESA que se realizou aos 4 e 5 de Abril de 2007 em Kigali, Ruanda. O significado desta reunião para a indústria do transporte aéreo no continente está ligado aos diversos desenvolvimentos em curso aos níveis regional, continental e mundial. Em particular no que diz respeito aos avanços na liberalização do transporte aéreo que a COMESA, em colaboração com a SADC e a CEA, alcançaram para as regiões da África Oriental e África Austral que constituem uma contribuição para o trabalho da

Comissão da União Africana sobre esta mesma questão da liberalização do transporte aéreo a nível continental.

464. Durante a reunião, foi realçado que as três CER's completaram em conjunto e adoptaram as regulamentações de Concorrência e que a preparação das disposições de implementação está numa fase adiantada. A reunião reconheceu também o progresso realizado pela União Africana a nível continental na implementação da Decisão de Yamoussoukro, em particular, no que se refere à harmonização das Regras de Concorrência, a elaboração de um mecanismo de resolução de diferendos, o reforço do Órgão de Monitorização assim como a criação de uma Agência de Execução.

465. A nível mundial, a reunião foi informada dos novos desenvolvimentos, em particular sobre a política comum da União Europeia sobre o Transporte Aéreo para a qual a África sob a liderança da União Africana está a preparar uma posição comum que vai guiar os países africanos a salvaguardarem colectivamente os seus interesses nas negociações de acordos de serviços aéreos com Estados terceiros. Neste contexto, a reunião exprimiu o desejo da região apoiar os esforços continentais sob a liderança da União Africana com vista a assegurar que todo o continente fale de uma só voz em matéria de aviação civil.

M.II.4 TRANSPORTE MARÍTIMO

466. A Comissão, em colaboração com o Governo da República Federal da Nigéria, organizou a Primeira Conferência da União Africana dos Ministros responsáveis pelo Transporte Marítimo subordinado ao tema "*O Papel do Transporte Marítimo no Desenvolvimento da África*". A Conferência realizou-se em Abuja, Nigéria, de 19 a 23 de Fevereiro de 2007.

467. Os Ministros analisaram e tomaram decisões sobre as principais questões de actualidade no sub-sector do transporte marítimo em África, incluindo:

- Revisão da Carta Africana do Transporte Marítimo;
- A necessidade do estabelecimento de uma organização continental do transporte marítimo;
- Reforço da segurança e da protecção marítima em África e protecção do meio ambiente marítimo;
- Aumento da eficiência da navegação e dos serviços portuários;
- Desenvolvimento dos recursos humanos no transporte marítimo; e

- Estabelecimento de uma forte cooperação com os actores principais internacionais na indústria marítima, em particular a Organização Marítima Internacional (OMI).

468. Finalmente, os Ministros adoptaram as seguintes conclusões das suas deliberações:

- Declaração de Abuja sobre o Transporte Marítimo em África; e
- Plano de Acção sobre o Transporte Marítimo 2007-2010.

469. Um relatório sobre esta Conferência foi submetido como um ponto separado da agenda do Conselho Executivo.

M.II.5 TRANSPORTE FERROVIÁRIO

470. Gostaria de levar ao conhecimento do Conselho que a Comissão da União Africana assinou a 6 de Abril de 2007, em Argel, Argélia, um Protocolo de Acordo com a União Internacional dos Caminhos de Ferro (UIC) para selar o quadro de cooperação entre as duas partes.

471. Duas actividades do Plano de Acção de Brazzaville sobre o Desenvolvimento dos Caminhos de Ferro em África {Primeira Conferência da União Africana dos Ministros responsáveis pelo Transporte Ferroviário, Abril de 2006, Brazzaville, endossado através da Decisão EX.CL/Dec. 294 (IX)} foram objecto de iniciativas no quadro da cooperação entre a UA e a UIC:

- A União Africana e a União Internacional dos Caminhos de Ferro, em colaboração com o Governo da África do Sul, preparam a Conferência Profissional sobre a Interconexão e a Interoperabilidade das redes ferroviárias africanas (Novembro de 2007);
- Estudo preliminar sobre a visão do desenvolvimento do transporte ferroviário em África no Horizonte 2025.

472. Foi finalizada a elaboração dos termos de referência relativos ao estudo sobre o Fundo para o Desenvolvimento Ferroviário em África, em conformidade com o Plano de Acção de Brazzaville. Este estudo deveria ser lançado durante o segundo semestre de 2007.

M.III. ENERGIA

M.III.1 HIDROCARBONETOS (PETRÓLEO E GÁS)

473. Gostaria de chamar a atenção do Conselho sobre o facto que no quadro da implementação das decisões da Sétima Cimeira da UA, relativas às conclusões da Primeira Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelos Hidrocarbonetos (Petróleo e Gás), realizada no Cairo, Egipto, a 14 de Dezembro de 2007, as seguintes acções foram levadas a cabo ou estão em curso:

- Finalização em Maio de 2007 dos estudos conjuntos UA/BAD sobre (i) o impacto da subida dos preços do petróleo sobre as economias africanas; (ii) as perspectivas do sector dos hidrocarbonetos (petróleo e gás) em África; e (iii) os mecanismos de estabelecimento e de funcionamento do Fundo Africano do Petróleo: uma oficina de validação destes estudos realizou-se na Sede temporária do BAD, em Tunes, Tunísia, nos dias 11 e 12 de Junho de 2007. Os resultados serão em seguida comunicados aos Estados-membros da UA, tal como orientado pela Conferência do Cairo acima referida;
- Elaboração do estudo sobre a política continental de desenvolvimento e de cooperação em matéria de hidrocarbonetos em África: a preparação dos termos de referência; a negociação do financiamento junto da Fundação Africana de Reforço de Capacidades (African Capacity Building Foundation – ACBF) em curso;
- Elaboração de um estudo sobre as energias novas e renováveis e, em particular, sobre os biocarburantes: preparação dos termos de referência do estudo e organização de um seminário sobre os biocarburantes, previsto para 30 de Julho a 1 de Agosto de 2007, em curso.

M.III.2 ENERGIA ELÉCTRICA

474. Gostaria de informar o Conselho que o estudo relativo à elaboração da Política Continental e do Plano Director do desenvolvimento do sector africano de electricidade foi lançado. As principais actividades em curso de realização são:

- Avaliação da situação actual do sector;

- Elaboração da política continental;
- Constituição do caderno de encargo para a elaboração do Plano Director do Desenvolvimento do sector.

475. Com efeito, o estudo apoia-se nas políticas e programas das Comunidades Económicas Regionais (CER's). Tanto para a definição de uma política continental como para o Plano Director, trata-se de se basear em elementos de política e planos directores regionais existentes, em curso de elaboração ou previstos a nível das regiões, tendo em particular em conta o papel das CERs que são os pilares da integração africana.

476. Deste modo, as missões junto das CERs, dos Pólos Energéticos e das Organizações das Bacias Fluviais e Lacustres foram efectuadas de Março a Junho de 2007, e serão seguidas de uma oficina de validação desta etapa do estudo a ter lugar de 1 a 4 de Outubro de 2007. Esta oficina reunirá os representantes das CERs, dos Pólos Energéticos Regionais e das instituições especializadas do sector, tais como a CEA, o BAD, o Secretariado da NEPAD, A AFREC e a UPDEA.

477. No que diz respeito à criação de uma Comissão de Coordenação dos Grandes Projectos Hidroeléctricos Integradores, a Comissão lançou a elaboração de um estudo jurídico e institucional com vista a dotar-se de um quadro apropriado e seguro para todas as partes envolvidas no desenvolvimento dos grandes projectos hidroeléctricos integradores como o projecto Grande INGA, na RDC.

478. O estudo prevê igualmente a elaboração de um esboço de estratégia para a realização do Projecto Grande INGA da RDC. Uma oficina de validação deste estudo está igualmente prevista de 1 a 4 de Outubro.

M.IV. TELECOMUNICAÇÕES E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO (TIC), CORREIOS

M.IV.1 PROJECTO DE REDE PAN-AFRICANA DE SERVIÇOS EM LINHA PARA A TELEMEDICINA E TELE-EDUCAÇÃO

a. Antecedentes do Projecto

479. O Conselho lembrar-se-á que o projecto de criação pela Índia de uma Rede Pan-africana de serviços em linha para a Fibra Óptica e Satélites destina-se a proporcionar aos 53 Estados-membros da União Africana, serviços de tele-educação e telemedicina.

480. Neste contexto, dois acordos foram assinados entre a Comissão da União Africana e a Índia. O primeiro acordo, entre o Governo da Índia e a

Comissão da União Africana, refere-se aos aspectos gerais da criação da rede pan-africana. O segundo acordo, entre a Comissão da União Africana e a empresa indiana “Telecommunications Consultants India Limited” (TCIL) é relativo ao fornecimento, instalação, operacionalização e manutenção da rede pela TCIL por um período de 5 anos.

481. Além disso, o acordo entre a Índia e cada Estado-membro desejando participar no projecto foi rubricado pelas duas partes.

b. Implementação do Projecto

482. A Comissão contribuiu para a implementação do projecto através das seguintes principais actividades:

- Elaboração dos textos dos diferentes Acordos e Protocolos nas quatro línguas da União Africana e a sua transmissão aos Estados-membros, para assinatura com vista a participar no projecto. Até ao momento, a Comissão da União Africana recebeu os Protocolos de Acordo assinados por vinte e dois (22) países;
- Sensibilização dos Estados e dos principais actores a participarem no projecto.

483. A construção da HUB está em curso, um programa de trabalho (plano de execução do projecto) será estabelecido entre a Comissão da UA, os países beneficiários e a empresa encarregue da execução dos trabalhos para um melhor acompanhamento do projecto.

M.IV.2 PROJECTO E-GOVERNAÇÃO (VSAT)

484. Tenho o prazer de informar o Conselho que está operacional o projecto e-Governança (VSAT) da União Africana, destinado, no quadro da transformação institucional da União Africana, a assegurar a conectividade total e a prestação de serviços modernos de telecomunicações entre a Sede da Comissão e os Escritórios Regionais, as Representações externas, as Comunidades Económicas Regionais e os Estados-membros, através do estabelecimento de uma rede de interconexão por satélite. A rede foi oficialmente inaugurada a 25 de Maio de 2007, por ocasião do Dia da África.

485. O projecto, permitirá à UA dispor de um sistema de comunicação e, daí, uma maior autonomia em termos de serviços e da sua disponibilidade. Esta rede fornecerá à União Africana, serviços de vídeo-conferência, acesso à Internet de banda larga, telefonia sobre IP e da facilidade de gestão integrada dos dados. A construção da Estação principal (HUB) na Sede da Comissão já foi concluída.

486. A implementação do projecto está numa fase adiantada, e a construção da Estação-mãe (HUB) foi concluída. A rede foi oficialmente inaugurada a 25 de Maio de 2007 por ocasião do Dia da África.

M.IV.3 HARMONIZAÇÃO DAS POLÍTICAS E QUADROS REGULAMENTARES DAS TELECOMUNICAÇÕES E DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO (TIC)

487. A Comissão realizou estudos relativos à elaboração de um quadro harmonizado de referência de política e de regulamentação, favorável ao desenvolvimento harmonioso e rápido das redes e serviços regionais e continentais de telecomunicações e das TIC.

488. Os principais resultados esperados do estudo são:

- A exposição de uma visão regional e continental comum sobre o papel, as expectativas e o impulso a dar ao sector das telecomunicações e das TIC;
- Um quadro harmonizado de referência de políticas de desenvolvimento do sector das telecomunicações e das TIC, assim como das práticas regulamentares, aplicável a nível das regiões e até a nível continental nomeadamente orientações estratégicas, pontos devendo ser objecto de directivas comunitárias a serem estabelecidas, etc.;
- A identificação de estudos transversais prioritários a serem feitos;
- Um mecanismo apropriado de concertação e de cooperação entre actores e parceiros principais, nomeadamente para reforçar as abordagens comunitárias nas acções de desenvolvimento do sector.

489. Um Comité de Peritos foi constituído em Julho de 2006 e os trabalhos começaram em Agosto de 2006. O relatório provisório das consultas foi apresentado e debatido durante a reunião do Comité Piloto, realizada aos 8 e 9 de Abril de 2007. De igual modo, a síntese dos trabalhos foi apresentada no Cairo, em 27 de Abril de 2007, à reunião da Mesa dos Ministros Africanos responsáveis pelas Comunicações e as Tecnologias de Informação.

490. O relatório final será submetido à sessão extraordinária da Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelas Comunicações e as Tecnologias de Informação, que terá lugar em Adis Abeba, em Outubro de 2007.

M.IV.4 PROJECTO DE CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO UNIFICADO DE NUMERAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES EM ÁFRICA

491. O projecto de criação do Espaço Unificado tem como principais objectivos:

- Suscitar o interesse dos operadores a construírem redes federativas regionais com pontos de intercâmbio Internet africanos;
- Reforçar a interconexão das redes e favorecer a criação de serviços pan-africanos;
- Dar um símbolo potente à unidade e à integração africana;
- Contribuir para o aumento da concorrência e o mercado dos serviços de telecomunicações e das TIC em África;
- Contribuir para a redução da fractura numérica.

492. O estudo preliminar efectuado em 2004 propôs as opções seguintes visando realizar o espaço unificado de numeração:

- Obter da União Internacional das Telecomunicações, em conformidade com a recomendação E164, um indicativo (+28 ou 288) do país comum ou grupo de países africanos que coexistirá com os indicativos internacionais individuais actuais dos países;
- Utilizar este indicativo do país comum para serviços pan-africanos essencialmente orientados para as TIC;
- Criação de um Espaço de Numeração das Telecomunicações Africanas (ATNS) que compreenderá todos os países que participarem no projecto.

493. As conclusões do estudo preliminar foram apresentadas aos peritos dos Estados-membros em Março de 2005, que aprovaram a opção, as fases e a metodologia da criação do Espaço Unificado de Numeração e recomendaram:

- Empreender as diligências necessárias para a mobilização de recursos com vista ao arranque das actividades preparatórias preliminares;

- Realizar estudos de oportunidades económicas a fim de favorecer o compromisso dos Estados-membros a participarem no projecto;
- Elaborar um plano de relações públicas para a promoção do projecto com vista a sensibilizar todos os actores e partes envolvidas e assegurar o apoio das outras regiões do mundo;
- Levar a cabo campanhas de sensibilização e de informação no decurso dos eventos regionais, continentais e internacionais do sector das telecomunicações.

494. A situação da implementação do projecto está caracterizada pela realização das seguintes principais actividades:

- Actividades de sensibilização e de informação, levadas a cabo pela Comissão, desde 2005, no decurso dos eventos do sector das telecomunicações;
- Elaboração e transmissão aos Estados para assinatura, de um Memorando de Acordo de participação no projecto;
- Realização no decurso de um estudo sobre os serviços potenciais e as oportunidades ofertas para o projecto ATNS.

495. A assinatura do Memorando permitirá constituir o grupo de países em nome do qual um pedido do código de numeração será submetido à União Internacional das Telecomunicações (UIT). Gostaria de convidar o Conselho a apoiar activamente este projecto que é de uma importância capital para os Estados-membros.

M.IV.5 HARMONIZAÇÃO DAS POLÍTICAS E REGULAMENTAÇÕES DOS CORREIOS E ESTRATÉGIAS PARA O REFORÇO DO SECTOR POSTAL EM ÁFRICA

496. A Comissão empreendeu a realização de um estudo sobre a harmonização das políticas e regulamentações dos correios, bem como as estratégias para o reforço do sector postal. Os trabalhos deste estudo começaram a 15 de Janeiro de 2007.

497. Uma reunião de peritos para análise e a apropriação dos resultados deste estudo está prevista para o quarto trimestre de 2007.

M.V. OUTRAS ACTIVIDADES

M.V.1 CONSÓRCIO DE INFRA-ESTRUTURAS PARA A ÁFRICA (ICA)

498. A Terceira Reunião de Altos Funcionários sobre o Consórcio de Infra-estruturas para a África realizou-se em Berlim, República Federal da Alemanha, aos 17 e 18 de Janeiro de 2007. A reunião foi precedida de uma outra reunião de coordenação para a parte Africana, realizada a 16 de Janeiro de 2007.

499. A reunião do ICA debateu o Mecanismo de Coordenação para o Desenvolvimento da Infra-estrutura elaborado pela União Africana que define os papéis dos vários actores, incluindo os Estados-membros, as CERs, as Instituições Especializadas, o Secretariado da NEPAD, o BAD e a União Africana. Esta foi uma das questões que precisou de ser resolvida em prioridade com vista a eliminar a sobreposição aparente ou a duplicação de esforços.

500. Também foi sublinhada a necessidade de reforçar as capacidades das Comunidades Económicas Regionais e da Comissão da União Africana com vista a promover e facilitar a implementação dos projectos regionais e continentais das infra-estruturas.

501. Uma outra questão que foi levantada, foi a necessidade para o Consórcio das Infra-estruturas para a África satisfazer as expectativas da África fazendo a diferença ao facilitar a mobilização de recursos. O Consórcio foi solicitado pela parte Africana a centrar-se nas novas estratégias que provocariam uma passagem radical das disposições tradicionais de financiamento e conduzir para um aumento maciço dos compromissos de financiamento e dos procedimentos de reembolso.

M.V.2 OFICINA SOBRE A INICIATIVA DE REFORÇO DE CAPACIDADES DO G8 VISANDO REFORÇAR A ESTRUTURA PAN-AFRICANA DE GOVERNAÇÃO PARA AS INFRA-ESTRUTURAS

502. A Comissão, com o apoio do Ministério da Cooperação Económica e do Desenvolvimento (BMZ) da República Federal da Alemanha e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), organizou uma oficina para analisar as estratégias da implementação da Iniciativa de Reforço de Capacidades para as CERs, na Sede da UA, em Adis Abeba, aos 5 e 6 de Março de 2007.

503. Durante esta oficina, as seguintes principais questões foram debatidas:

- Esclarecimento do papel de cada actor;

- Definição das necessidades de reforço de capacidades com base nos papéis e competências de cada actor;
- Harmonização das actividades dos doadores no apoio à integração regional.

504. Especificamente, a oficina analisou os papéis e necessidades das diversas instituições aos níveis nacional, regional e continental com vista à elaboração e implementação das políticas, estratégias, regulamentações, programas e projectos relativos às infra-estruturas. Mais tarde, em Maio de 2007, o BAD acolheu uma reunião de trabalho visando definir os detalhes técnicos para a Iniciativa de Reforço de Capacidades relativos às questões de governação estrutural, institucional e legal, assim como as metas dos níveis de financiamento e os prazos de implementação. De maneira geral, foi acordado que a estrutura de reforço de capacidade proposta seja integrada no Fundo Especial da NEPAD-IPPF com vista à necessidade de evitar a criação de novos instrumentos.

M.V.3. QUADRO ESTRATÉGICO DE MÉDIO A LONGO PRAZO DA NEPAD (QEMLP)

505. O Quadro Estratégico de Médio a Longo Prazo para as Infra-estruturas da NEPAD (QEMLP) em curso de preparação, é um Programa Quadro que vai suceder ao Plano de Acção a Curto Prazo para as Infra-estruturas (PACP) da UA/NEPAD em curso de execução. A Comissão da União Africana é um actor principal na formulação do QEMLP, que iria constituir o Programa Quadro continental global para o desenvolvimento das Infra-estruturas em África de médio a longo prazo. Neste contexto, a Comissão da União Africana tem um papel global de liderança como Presidente do Comité Director do QEMLP.

506. Uma equipa de consultores foi contratada pelo BAD com vista a levar a cabo um estudo para a elaboração do QEMLP. A equipa já submeteu a Primeira Parte do estudo, que compreende as propostas visando acelerar a implementação dos projectos do PACP, a análise das infra-estruturas e as lacunas dos serviços que afectam a competitividade das economias Africanas e o desenvolvimento de um banco de dados continental do desenvolvimento das infra-estruturas.

507. Workshops regionais foram realizados com vista a rever e validar os resultados do estudo antes do início da próxima fase. Os workshops nos quais a Comissão da União Africana participou e secretariou foram realizados em Libreville, Gabão, para a África Central, em Março de 2007; em Tunes, Tunísia, em princípios de Abril de 2007 para a África do Norte; em Arusha, Tanzânia, em finais de Abril de 2007 para a África Oriental e Austral; bem como em Abuja, Nigéria, em princípios de Maio de 2007 para a África Ocidental. Um workshop

continental, que será organizado pela União Africana, está prevista para finais de Julho de 2007 em Adis Abeba, Etiópia, com vista a concluir a revisão da Parte 1 do estudo.

**M.V.4 ADOÇÃO DO MECANISMO DE COORDENAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-
ESTRUTURAS**

508. O Mecanismo foi elaborado pela Comissão, em colaboração com o BAD e o Secretariado da NEPAD, e alargado às CERs e às instituições especializadas da UA.

509. O documento foi apresentado durante várias reuniões entre as quais a do ICA (G8) a 17 de Janeiro de 2007 em Berlim. A versão final do Mecanismo foi adoptada pela reunião do ICA (G8) realizada aos 6 e 7 de Março de 2007, em Adis Abeba, Sede da Comissão da União Africana.

**M.V.5 PARCERIA UNIÃO EUROPEIA – ÁFRICA SOBRE O
DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS EM
ÁFRICA**

510. A Comissão da União Africana e a Comissão Europeia previram lançar oficialmente aos 5 e 6 de Setembro de 2007, na Sede da União Africana, em Adis Abeba, as actividades da Parceria UE-África e do Comité Director sobre as Infra-estruturas em África.

511. Esta parceria visa acelerar o desenvolvimento das infra-estruturas dos sectores dos transportes, energia, água e saneamento, bem como das tecnologias da informação e da comunicação, com vista a assegurar uma melhor conectividade aos níveis continental, regional e nacional.

512. Os investimentos a níveis continental e regional serão facilitados através da criação de um Fundo Fiduciário constituído por nove Estados-membros da UE e localizado no Banco Europeu de Investimento (BEI). O valor das doações deste Fundo já constituído é de 87 milhões de Euros.

**M.V.6 LANÇAMENTO DA COMISSÃO AFRICANA DA ENERGIA
(AFREC)**

513. Tenho o prazer de informar o Conselho que o mínimo de ratificações necessárias para a operacionalização da AFREC (15) foi alcançado desde Dezembro de 2006. Desde então, três outros instrumentos de ratificação foram depositados junto da Comissão. Isto permitiu aos peritos iniciarem a análise dos textos jurídicos e regulamentares de estabelecimento e funcionamento dos órgãos da AFREC.

514. O lançamento oficial das actividades da AFREC, em conformidade com a Convenção relativa à sua criação, terá lugar a 22 de Outubro de 2007, na sua Sede em Argel, Argélia. Duas reuniões técnicas de peritos serão realizadas antes desta data, sob os auspícios da Comissão da União Africana. A primeira teve lugar, de 21 a 22 de Maio de 2007, em Adis Abeba, e a segunda terá lugar em Agosto ou Setembro de 2007 em Argel.

515. Com a operacionalização da AFREC, está igualmente previsto realizar em Novembro de 2007, em Acra, Gana, a Primeira Assembleia Geral da Comissão Electrónica Africana de Normalização (AFSEC), que é um órgão subsidiário da AFREC. Duas reuniões técnicas preparatórias já tiveram lugar sob os auspícios da CUA, cuja primeira teve lugar de 16 a 18 de Abril de 2007, na Sede da CUA, em Adis Abeba. É o momento oportuno para mim, lançar um apelo aos Estados-membros para que assinem ou ratifiquem todos estes importantes instrumentos cujo papel no domínio da energia em África será de um alcance capital.

N. ECONOMIA RURAL E AGRICULTURA

516. Desde a submissão do último relatório em Janeiro de 2007, foram registados desenvolvimentos significativos no âmbito da implementação da Agenda Africana da Agricultura no quadro do Programa Global do Desenvolvimento da Agricultura em África (PGDAA), da Declaração de Sirte sobre a Agricultura e a Água, e o acompanhamento dos processos de implementação das decisões anteriores da Cimeira da União Africana. A Comissão continuou a trabalhar com as Comunidades Económicas Regionais (CERs) e os seus parceiros e centrou as suas intervenções em áreas-chave seleccionadas de vantagens comparativas onde a sua liderança tem um valor acrescentado e pode ter um impacto significativo sobre o crescimento agrícola e o desenvolvimento rural em África, assim como a gestão dos recursos ambientais e naturais.

N.I. IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA AFRICANA DA AGRICULTURA NO QUADRO DA PGDAA-SIRTE

517. Na sequência da aprovação do Plano Integrado da PGDAA-Sirte pela Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo durante a sua Sétima Sessão Ordinária em Banjul, em 2006, através da Decisão EX.CL/Dec. 297 (IX) e com vista a operacionalizar o Plano Integrado, a Comissão, a NEPAD e as CERs tiveram uma reunião consultiva com vista a reforçar a sua capacidade de coordenação, harmonizar os esforços, definir os seus papéis respectivos e o seu esforço colectivo para mobilizar recursos para a Agenda Agricultura e o Investimento em África. As três instituições acordaram convocar e institucionalizar duas reuniões anuais entre as equipas agrícolas da Comissão, da NEPAD e das CERs para uma plataforma para as três instituições-chave com vista: à elaboração dos relatórios sobre os progressos, as realizações e definir

os desafios na implementação da Agenda da Agricultura em África; definir o entendimento colectivo e harmonizar os objectivos e metas do Programa Agrícola aos níveis continental, regional e nacional; interiorizar e institucionalizar as interacções entre a Comissão, a NEPAD e as CERs para uma coordenação flexível e um sistema de submissão de relatórios sobre os progressos relativos à Agenda Agrícola da África, entre outros. A primeira reunião, prevista para Maio de 2007, foi adiada para 26 a 28 de Setembro de 2007. Foram preparados termos de referência para a reunião de submissão de relatórios e a Nota de Orientação. O resultado da reunião vai servir de contribuição para a Reunião ministerial da União Africana prevista para Março de 2008. Outras questões de maior importância acordadas para os esforços colectivos no âmbito deste quadro incluem: o desenvolvimento de um sistema coerente de comunicação e uma estratégia conjunta para a mobilização de recursos de fontes locais e externas.

518. O resultado mais significativo foi o lançamento do processo PGDAA a nível dos países. O primeiro país que já levou este processo a cabo é o Ruanda. A Mesa Redonda ruandesa da PGDAA teve lugar em Março de 2007, as contribuições significativas deste processo incluem: (i) quadros de investimento dentro dos pilares do PGDAA e programas de acção anteriores; (ii) estrutura do PGDAA do Ruanda para apoiar a implementação do Plano Estratégico visando a transformação da agricultura no quadro da sua estratégia de desenvolvimento económico e de redução da pobreza.

N.II. DECLARAÇÃO DE MAPUTO SOBRE A ALOCAÇÃO DE PELO MENOS 10% DOS ORÇAMENTOS NACIONAIS AO SECTOR DA AGRICULTURA

519. No âmbito do acompanhamento da implementação da decisão sobre a alocação de 10% dos orçamentos nacionais ao sector da agricultura, a União Africana e a NEPAD continuam a monitorizar em conjunto a implementação da referida decisão pelos Estados-membros, bem como procedem regularmente à recolha e análise de dados dos Estados-membros. Com vista a melhorar a qualidade e a exactidão dos dados recolhidos a nível dos países, a CUA e a NEPAD mobilizaram 50.000 \$EU do Banco Mundial destinados a serem utilizados pela FAO com vista a aumentar e reforçar a capacidade dos Estados-membros na recolha e análise de dados. Depois da recolha inicial de dados de 19 países, a UA/NEPAD, em colaboração com a FAO, obtiveram os dados de 36 Estados-membros incluindo dados de 4 anos consecutivos de 2002 a 2005. A análise destes dados continua, como também está em curso a sensibilização para a implementação da Declaração de Maputo.

520. Mais especificamente no quadro do PGDAA-Sirte, a Comissão, através do seu Departamento da Agricultura e Economia Rural, realizou as suas actividades prioritárias:

N.II.1 IMPLEMENTAÇÃO DO PGDAA: PILAR 1: EXTENSÃO DA ÁREA DOS SISTEMAS DE CONTROLO DA GESTÃO DURADOIRA DA TERRA E DE ÁGUA FIÁVEL

a. Mudanças Climáticas

521. Na sequência da adopção de uma decisão sobre as Mudanças Climáticas pela Oitava Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, em Janeiro de 2007, a Comissão encetou a elaboração de um programa de implementação da decisão sobre a Estratégia e o Plano de Acção de Mudanças Climáticas para o Desenvolvimento. Este exercício está sendo realizado em colaboração com a Comissão Económica das Nações Unidas para a África (CEA) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). Depois de concluído, o Programa de Implementação, concebido para reforçar a implementação das medidas de adaptação e de alívio visando aumentar a resistência da África às mudanças e variabilidades climáticas, será submetido aos parceiros de desenvolvimento para apoio na sua implementação.

b. Iniciativa da Muralha Verde para o Sahara

522. Em Janeiro de 2007, a Conferência, em Adis Abeba, Etiópia, adoptou uma decisão endossando a Iniciativa da Muralha Verde para o Sahara. Desde a adopção desta decisão histórica, a Comissão iniciou um processo para o desenvolvimento de um plano director que se vai centrar mais especificamente nas questões Transfronteiriças relativas à implementação da Iniciativa. Esforços estão também sendo envidados para encorajar os Estados-membros interessados a continuarem com a implementação da Iniciativa a nível nacional.

c. Redução dos Riscos de Calamidades

523. Gostaria de informar o Conselho que a Comissão beneficiou da assistência técnica do Secretariado da Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução dos Riscos de Calamidades (UN/ISDR) para a implementação da Estratégia Regional Africana de Redução de Riscos de Calamidades. Através da colaboração com a UN/ISDR e a Facilidade Mundial para a Redução das Calamidades e a Retoma (GFDRR) no Banco Mundial, uma reunião ministerial e de peritos da CEDEAO, foi realizada aos 17 e 18 de Março de 2007 a fim de analisar as modalidades de transformação em acções das políticas da CEDEAO sobre a Redução dos Riscos de Calamidades, adoptadas em Janeiro de 2007. A Comissão vai continuar a trabalhar com outras CERs a fim de rever as suas estratégias ou elaborar novas, bem como desenvolver programas regionais de implementação.

d. Gestão de Águas Transfronteiriças

524. No quadro dos esforços de reforço da implementação da “Declaração de Sirte sobre os Desafios de Implementação Integrada e de Desenvolvimento Duradouro no domínio da Agricultura e da Água em África”, a Comissão continua a trabalhar em estreita colaboração com o Conselho dos Ministros Africanos sobre a Água (AMCOW) visando reforçar as organizações das Bacias Fluviais e Lacustres existentes (R/LBO) ao juntá-las, sob um único órgão organizacional. Neste contexto, a Comissão, em colaboração com a Rede Africana das Organizações das Bacias (ANBO) organizou uma reunião para os responsáveis executivos das organizações das Bacias Fluviais e Lacustres, na África do Sul, em Março de 2007. Consequentemente, a ANBO reviu a sua estrutura do estatuto de Membro com vista a dar às organizações das Bacias Fluviais e Lacustres uma estrutura central de filiação e prestar apoio técnico ao AMCOW sobre as questões de gestão das águas transfronteiriças no continente.

e. Monitorização Africana do Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável (AMESD)

525. No que diz respeito à implementação da Monitorização Africana do Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável (AMESD), progressos significativos foram registados. A Comissão e a UE estão actualmente no processo de identificação de uma empresa ou de um consórcio que vai prestar Assistência Técnica e espera-se que a implementação do projecto vai arrancar seriamente no último trimestre de 2007.

N.II.2. IMPLEMENTAÇÃO DA PGDAA: PILAR II: Melhoria das Infra-estruturas e das Capacidades Comerciais para o acesso aos Mercados**Estabelecimento do Mercado Comum Africano para os Produtos Alimentares**

526. O Conselho lembrar-se-á que, durante a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UA, que se realizou em Lusaka, em Julho de 2001, foi decidido que uma solução eventual aos problemas de insegurança alimentar da África consistia na criação de um Mercado Comum Africano para os Produtos Agrícolas. A Comissão, em parceria com a FAO, iniciou o processo para o estabelecimento do Mercado Comum Africano para os Produtos Agrícolas de Base. Na sequência de uma conferência prática do início do projecto, realizada em Setembro de 2007, na Sede da Comissão da União Africana, o projecto encontra-se neste momento na sua fase crucial; consultores foram recrutados e estão a trabalhar em várias componentes do projecto, tais como a identificação e análise dos constrangimentos do comércio e dos mercados, a análise dos fluxos dos produtos agrícolas no seio e entre as Comunidades Económicas Regionais,

a identificação dos produtos com maior potencial, assim como a análise das questões jurídicas que afectam o comércio em África. Aguarda-se a submissão do relatório final até finais de Junho de 2007; em seguida, uma oficina de consulta será organizada para os actores principais com vista a rever o relatório e elaborar uma estratégia e um plano de acção para o estabelecimento do Mercado Comum Africano para os Produtos Alimentares.

N.11.3. IMPLEMENTAÇÃO DO CAADP; PILAR III: AUMENTO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTOS E REDUÇÃO DA FOME

a. Programa Africano de Sementes e Biotecnologia (ASBP/PASB)

527. Durante a 5ª Sessão Ordinária da conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UA em Sirte, Líbia, em Julho de 2005, foi recomendada a necessidade de se formular um programa geral da semente e biotecnologia de África, como uma das áreas prioritárias para o desenvolvimento de África. Consequentemente, a CUA e a FAO elaboraram um documento conceptual para o proposto Programa Africano da Semente e Biotecnologia (PASB). O conceito-programa propõe uma abordagem integrada, visando conceber uma estratégia para o desenvolvimento geral do sector da semente e técnicas e produtos de biotecnologia apropriados para a África. O conceito PASB fora apresentado a peritos dos Estados Membros e a cimeira sobre a Segurança Alimentar de Abuja, tendo finalmente sido aprovado pela 8ª Sessão da Conferência da UA, em Janeiro de 2007. O documento-programa foi posto a circular em todos os Estados Membros, tendo sido enviadas cartas para potenciais doadores informando-lhes acerca da proposta do PASB, solicitando-lhes o seu apoio na execução da referida decisão. Um programa de formação previsto a ter lugar na Sede da FAO, em Roma, de 28 de Maio a 1 de Junho de 2007, abordaria também as estratégias e o quadro a utilizar em perfis de projectos de desenvolvimento necessários para a implementação do Programa nos Estados Membros.

b. Implementação da Declaração de Abuja sobre Fertilizantes para a Revolução Verde Africana

528. Aprecia-me recordar o Conselho que a Declaração de Abuja sobre Fertilizantes para a Revolução Verde Africana foi adoptada a 13 de Junho de 2006, em Abuja, Nigéria. Desde aquela data, foram levadas a cabo imensas actividades no âmbito da implementação dessa Declaração no Continente. Ao nível continental, 30 países e 4 Comunidades Económicas Regionais (CERs) desenvolveram estratégias nacionais e regionais, um instrumento de monitorização e avaliação para avaliar e informar sobre os progressos alcançados; estando em vias de ser divulgados nos Estados Membros com o fim de se obter informações sobre os progressos feitos no sentido da

implementação da referida decisão. Como um 1º passo em direcção à execução da Resolução 8 da Declaração, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA), estão a desenvolver um Plano de Acção para a aquisição e a distribuição de Fertilizantes. A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), já deu passos para a harmonização de políticas e regulamentos regionais com vista a assegurar a livre circulação e a execução de importar fertilizantes em todas as regiões, na execução da Resolução 2 da Declaração. A Autoridade Inter-Governamental para o Desenvolvimento (IGAD) submeteu um documento conceptual ao Banco Africano de Desenvolvimento para um estudo de 1 ano com vista ao desenvolvimento de uma política de fertilizantes. A Comunidade Económica dos Estados de África Central (CEEAC), está actualmente a debater com a UA/NEPAD a pontualidade de se identificar acções prioritárias-chave e desenvolver uma proposta de projecto para a execução da sua estratégia regional. A Comunidade da África Oriental (EAC), a União do Magrebe Árabe (UMA) e a Comunidade dos Estados Sahelo-Saharianos (CEN-SAD) devem também desenvolver estratégias regionais.

529. A nível nacional, a Resolução 3 (desenvolver e aumentar redes de distribuição de insumos) a Resolução 5 (assegurar subsídios-alvo) e a Resolução 10 (melhorar o acesso dos agricultores e insumos suplementares) geram o mais alto grau de resposta ao nível do país. Por exemplo. O Quénia, a Tanzânia, o Rwanda e a Suazilândia estão a melhorar o acesso aos fertilizantes, mediante o desenvolvimento e aumento gradual das redes de distribuição de insumos. O Madagáscar, o Egipto, o Botswana, a Tanzânia e a Suazilândia, estão a melhorar o acesso a insumos e serviços suplementares.

530. Quanto às iniciativas do sector privado para a produção de fertilizantes, o Malawi está a construir uma fábrica de granulação de fertilizantes, com a assistência do governo do Taiwan. Essa fábrica poderá arrancar com a produção ainda este ano. Há uma firma privada com planos de produzir fertilizantes compostos, e por especialidades, de modo a satisfazer a procura cada vez maior de produtos a satisfazer a procura cada vez maior de produtos agrícolas específicas no Quénia, enquanto que na Nigéria, a companhia nacional de fertilizantes é reabilitada na perspectiva de vir a produzir fertilizantes durante o segundo trimestre de 2007.

531. De acordo com a Resolução 11, que declara, inetr-alia, que“ o Banco Africano de Desenvolvimento, com o apoio da Comissão Económica para a África e a Comissão da UA, é instada a estabelecer até 2007, um Mecanismo Africano de Financiamento para o Desenvolvimento de Fertilizantes”. O BAD propôs um quadro e instrumentos jurídicos para o estabelecimento do Mecanismo Africano de Financiamento de Fertilizantes (MAFF). No dia 2 de Maio do corrente ano, o BAD convocou a 1ª Reunião Conjunta e Consultiva do BAD/Parceiros do Mecanismo Africano de Financiamento de Fertilizantes. Os resultados da reunião consultiva incluem uma reunião de acompanhamento a

ter lugar ulteriormente em Julho, sobre ao MAFF; o Conselho de Administração do BAD deverá analisar o MAFF até Setembro de 2007 e depois então, a organização de uma Conferência de Promessa dos Parceiros, sob os auspícios da CUA/CEA e o BAD, em Outubro de 2007.

N.II.4. Implementação do Documento Associado da CAADP

a) Indústria Pesqueira

532. A Declaração de Sirte de 2004, faz um apelo à CUA para “promover o desenvolvimento de recursos piscatorios, o desenvolvimento de métodos e equipamento de pescas, a melhoria das facilidades para a sua preservação, o armazenamento e o processamento, e a promoção da cooperação no domínio das pescas, incluindo a protecção dos recursos piscatórios nas nossas zonas económicas exclusivas”. Nesse contexto, a CUA está a colaborar com as Organizações Regionais Africanas de Recursos Piscatórios, as CERs e os Estados Membros no sentido da harmonização de políticas, especialmente, no que diz respeito à negociação de Acordos de Acesso à Indústria Pesqueira.

i) Acordos de Acesso à Indústria Pesqueira

533. Os Acordos de Acesso à Indústria Pesqueira são normalmente considerados como injustas para os respectivos Estados Costeiros Africanos, cujos benefícios envolvidos. Argumenta-se também e, frequentemente, que esses acordos contribuíra para a sobre-exploração dos recursos piscatórios e a práticas inaceitáveis. A Comissão tem trabalhado com a FAO num estudo de assistência aos Estados Membros para negociarem acordos que reflectam os direitos e os interesses dos países costeiros africanos, através do desenvolvimento de materiais/directrizes de negociação, assim como através da formação de pessoal dos Estados Membros, com vista a melhorar as suas respectivas capacidades de negociação. Durante os meses de Fevereiro e Março, levaram-se a cabo missões de consulta em vários países da África Ocidental, Oriental e Austral. O projecto de relatório, a estratégia e o plano de acção, foram concluídos e serão sujeitos à revisão num seminário, de 10 a 11 de Julho de 2007, pelos Estados Membros e principais partes interessadas.

ii) Parceria Estratégica para um Fundo de Investimento Sustentável da Indústria Pesqueira nos Maiores Ecossistemas Marinhos em África

534. A Parceria Estratégica para um Fundo de Investimento Sustentável da Indústria Pesqueira nos Maiores Ecossistemas Marinhos da África (LMEs), é uma nova iniciativa para financiamentos suplementares da FGA (Facilidade Global do Ambiente) e outros parceiros a favor dos países do litoral em África, com vista a ajudar a pesca marinha sustentável. A iniciativa inclui, essencialmente, o seguinte: (i) o Fundo de Investimento Sustentável da

Indústria Pesqueira, que é um Mecanismo Financeiro para disponibilizar 60 milhões de \$EU em Comissões da FGA nos próximos 10 anos, para o financiamento de projectos nacionais visados à pesca marinha sustentável; e (ii) a Parceria Estratégica de Intervenientes, doadores e organizações regionais, que é presidida pela União Africana. Durante os meses de Janeiro e Julho de 2007, foi aceite uma proposta senegalesa para financiamentos, tendo também sido considerada uma outra do Quénia. O Comité Consultivo Regional (CCR), que é presidido pela UA, negociou também uma concessão no valor de 1.000.000,00 \$EU para as suas actividades, por um período de três anos.

N.II.5. QUESTÕES TRANSVERSAIS

a) Quadro e Directrizes para a Política de Solos em África

535. Durante o período em análise, as diligências do consórcio Africano que integra três instituições gêmeas africanas, nomeadamente, a Comissão da União Africana (CUA), a Comissão Económica das Nações Unidas para a África (UNECA) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), sob a liderança da Comissão da União Africana (CUA), continuam a seguir e consolidar a sua parceria visada a conduzir o processo de desenvolvimento de um quadro e directrizes de uma Política Geral Africana da Terra, bem como as modalidades para a sua execução aos níveis nacional, regional e continental, com o objectivo de se assegurar os direitos da terra, o aumento da produtividade, a melhoria das condições de vida, a melhoria da gestão dos recursos naturais, e contribuir para o crescimento económico no continente. O consórcio edificou e consolidou os seus esforços de parceria e colaboração com instituições que estão na vanguarda de políticas regionais da terra e as iniciativas de reforma da terra. O consórcio continua a mobilizar recursos para a iniciativa.

536. Durante o período em análises foram realizadas duas actividades importantes: 1) uma reunião de Peritos, realizada em Maio de 2007, com o fim de se formular uma abordagem para o desenvolvimento de indicadores nacionais e regionais da terra a serem utilizados para a mediação do desempenho dos países na execução das suas políticas da terra e as reformas conexas. A reunião visava também a obtenção de uma lista inicial de marcas e indicadores para avaliar os progressos na abordagem das questões-chave da terra em África. Chegou-se a um consenso com respeito aos elementos do roteiro para o desenvolvimento, a revisão e a defesa (advocacia) do marco e indicadores em relação ao Quadro Pan-Africano de Políticas da Terra; 2) Está em curso um trabalho para avaliações regionais, em colaboração com a SADC, na África Austral, que vai documentar as especificidades e as realidades regionais no terreno. Noutras regiões levar-se-ão a cabo outras actividades semelhantes. As constatações dessas avaliações constituirão a base para os debates durante as próximas consultas regionais em todas as cinco regiões do Continente. Os resultados mais importantes dessas consultas regionais traduzir-

se-ão num rico projecto de quadro e directivas continentais da política e reformas da terra, com marcos e indicadores bem definidos.

b) Estabelecimento de um Fórum dos Agricultores Africanos (AFAFO)

537. Tenho a honra de informar o Conselho que, durante o período em revista, o processo de criação do Fórum dos Agricultores Africanos (AFAFO), que têm como base as iniciativas nacionais e regionais existentes, prossegue. A Comissão prevê tomar providências para assegurar que os agricultores e os suas organizações conduzam o processo. O Fórum vai, especificamente, promover a Integração Regional em África através do desenvolvimento de uma Plataforma de Ligação (rede) de organizações de agricultores que lhes permitam estabelecer uma intervenção em toda a África mediante reuniões, seminários, boletins, os meios de comunicação social e outros, por forma a que seja alcançado um entendimento comum dos seus problemas e compromissos, para a redução da fome e a pobreza, e contribuir para a prosperidade de África; forjar parcerias em áreas prioritárias de cooperação e reforçar a capacidade das organizações de agricultores nessas áreas de cooperação; a partilha, a promoção e o aumento de melhores práticas; assim como o desenvolvimento e a harmonização de normas comuns para a agricultura da África; a defesa de um maior investimento na economia rural e, manter o sentido de responsabilidade colectiva e reforçar a transparência e a boa governação de todos os provedores de serviço agrícola e o desenvolvimento rural; e a promoção da integração global, levando a voz de África pelo mundo através de contactos com organizações e países de outras continente, tais como o G8, a União Europeia, a OECD, a OMC e organizações bilaterais. A Comissão regozijou-se com o processo de realização de um inventário e avaliação da situação vivida pelas organizações nacionais e regionais de agricultores, as cooperativas e suas redes.

c) Iniciativa de Política Pastoral

538. Na sequência da adopção de uma linha de acção sobre a Iniciativa da Política Pastoral para 2007, a Comissão envolveu-se no desenvolvimento de um Quadro de Política sobre o Pastoralismo em África. Isso foi em resposta a um instrumento de defesa da promoção do desenvolvimento e a melhoria das condições de vidas das comunidades pastorais de África. O quadro de política fará a definição dos princípios, directrizes, estratégias e abordagens práticas para a clara avaliação das necessidades específicas das comunidades pastorais e suas instituições e a interpretação de como aproveitar os esforços dos intervenientes-chave e as suas instituições. E, como adaptar as intervenções para abordá-las de maneira sustida. Isso enriquecerá o processo de desenvolvimento, mediante uma visão, estratégia e roteiro para o alcance dos objectivos de desenvolvimento múltiplos multi-sectorial nas comunidades pastorais de África.

539. Durante o período em análise, a Comissão em colaboração com o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação da Iniciativa da Comunicação Pastorais (ICP), dos Assuntos Humanitários da (UN-OCAA), envolveu-se num processo consultivo para o desenvolvimento do Quadro de Política. Foi concluída uma nota conceptual para esboçar ou projectar a via a seguir, e previsto um seminário do início/planificação, em Junho de 2007, com vista a reunião intervenientes, instituições, peritos e responsáveis políticos-chave, que se dedicam às questões pastorais em África. Esse importante seminário vai definir o roteiro para o processo.

N.III. PROGRAMAS ESPECIALIZADOS

N.III.1. PATTEC (CAMPANHA PAN-AFRICANA DE ERRADICAÇÃO DA MOSCA TSÉ-TSÉ E A TRIPANOSSOMÍASE)

540. O ano de 2006 testemunhou o início das actividades de execução dos projectos e erradicação da Mosca Tsé-Tsé e a Tripanossomíase, em vários países, no âmbito do Quadro da Iniciativa do PATTEC. Como resultado disso, o Botswana e a Namíbia foram considerados livres. Durante a Conferência realizada em Adis Abeba, em Janeiro de 2007, os Presidentes do Botswana e da Namíbia, foram laureados com o Troféu da União Africana da Última Mosca Tsé-Tsé, como forma de reconhecimento deste sucesso. Dando seguimento ao sucedido, levar-se-ão a cabo operações de pulverização área, no início de Maio de 2007, a partir de uma nova frente de erradicação da Mosca Tsé-Tsé que agora passa a ser a Zâmbia e Angola, sem as quais o Botswana e a Namíbia correriam o risco de serem reinfestados pela Mosca Tsé-Tsé.

541. Os seis países (Burkina Faso, Etiópia, Gana, Quénia, Mali e Uganda) que beneficiaram da ajuda no valor de 70 milhões de dólares americanos do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), encontram-se agora no segundo ano de execução de projectos visados à criação de zonas livres da Mosca Tsé-Tsé nesses países; e o Escritório de Coordenação do PATTEC passou agora para uma nova fase de monitorização e avaliação dos progressos nos vários países onde a acção no terreno ganhou dinâmica.

542. Em Fevereiro de 2007, realizou-se uma conferência especial de doadores sobre o Programa PATTEC, organizada conjuntamente pela Comissão e o BAD, na qual foram prometidos mais de 320 milhões de dólares americanos, principalmente para o benefício dos países afectados pela Mosca Tsé-Tsé. O BAD garantiu 75 milhões de \$EU, que foram afectados para a cobertura de projectos da erradicação da Tsé-Tsé no próximo conjunto de 12 países, nomeadamente: Angola, Zâmbia, Tanzânia, Rwanda, Burundi, Nigéria, Níger, Chade, República Centro Africana, Togo, Benin e Camarões. O Escritório de Coordenação do PATTEC organizou vários seminários de planificação técnica para abordar os detalhes das propostas do projecto nesses países, assim como

as modalidades de cooperação entre os países que tomarão acção em áreas de uma cintura comum da Mosca Tsé-Tsé.

N.III.2. UA-BIRA (Bureau Inter-Africano para os Recursos Animais

543. Reconhecendo o papel da pecuária em África como um meio viável para a erradicação da pobreza, o Bureau Inter-africano para os Recursos Animais da União Africana (UA-BIRA) continua a exercer o seu mandato para melhorar o sector do gado no Continente. Eis a seguir as actividades levadas a cabo durante o período em revista.

a) Luta contra a HPAI (Gripe Aviária Patogénica Alta) – Colaboração do Governo Chinês/UA-BIA

544. O controlo da praga da HPAI da terrível evolução para uma epidemia, foi um sério motivo de preocupação do BIRA, durante a primeira metade de 2007. a UA-BIRA tem liderado os esforços concertados do Continente para controlar a epidemia da HPAI através dos vários canais existentes para esse efeito. A cooperação e a comunicação sobre a GPAI entre o governo da China e a União Africana está em curso. O Ministério Chinês da Agricultura dispõe-nos cinco peritos do Centro Chinês de Saúde Animal e Epidemiologia para apoiar as iniciativas da União Africana sobre a prevenção, e o controlo da Gripe Aviária através da UA/BIRA no Quénia e Mali. Essa colaboração com a China ajudará também a estabelecer sistemas de vigilância epidemiológica e laboratórios de diagnóstico da Gripe Aviária. Além disso, haverá formação para técnicos superiores desenvolvidos na prevenção e o controlo da GA (Gripe Aviária) nos Estados Membros, especialmente nos Planos de Acção Nacionais de resposta de Emergência (ERAP), com o fim de provar sugestões ou orientações para a actualização de Planos de Acção.

b) Colaboração Multi-institucionais

545. Em colaboração com o ILRI, CDC, FAO, OVI e FAO/OIE, UA-BIRA, foi implementada a primeira das duas séries de formação sobre cursos Avançados de Formação Laboratorial no Diagnóstico da Gripe Aviária Patogénica Alta (HPAI), em Abril/Maio de 2007, na África do Sul. Os cursos tiveram por objectivo primordial a criação de redes de laboratórios em África, capazes de efectuar diagnósticos confirmativos da HPAI, como um dos pilares mais importantes da implementação dos planos de acção nacionais integrados para a prevenção e o controlo da HPAI.

c) Programa Pan-Africano para o Controlo de Epizóticos (PACE)

546. Este foi o maior e mais bem sucedido programa levado a cabo pela UA-BIRA. O programa encerrou oficialmente em Fevereiro de 2007. A sua execução custou 77 milhões de Euros, num período superior a 7 anos, em 32

países africanos, com realizações extraordinárias na erradicação da peste bovina, de 95% do Continente, bem como a criação de sistemas de vigília epidemiológica e sistemas avançados de serviços veterinários nos Estados Membros. O programa foi executado com o apoio financeiro da UE.

d) Unidade do Ecosistema da Somália de Controlo e Erradicação da Peste Bovina (SERECU)

547. Esse projecto diz respeito à erradicação de África da terrível doença da Peste Bovina. Suspeita-se que a última bolsa da doença encontra-se no Ecosistema da Somália, tendo a fase I do projecto identificado os restantes 27 pontos focais. A fase II, que custa 3.9 milhões de Euros, foi assinada com a EU, e está quase a arrancar. A mesma vai pôr termo à peste bovina no mundo inteiro; pois, será um grande sucesso para a UA-BIRA.

e) Conselho Científico Internacional para a Tripanossomiase e o seu Controlo (ISCTRC)

548. O Conselho Científico Internacional para a Tripanossomiase e seu controlo (ISCTRC) é uma iniciativa que identifica lacunas de informação; coordena a actividade investigativa, divulga informação científica, faz o acompanhamento de recomendações para os Estados Membros de modo a melhorarem as estratégias visadas a fazer face à doença do sono humano, e a mosca tsé-tsé, que prejudicam seriamente o desenvolvimento económico de 37 Estados Membros afectados em África. Durante o período em revista, o Conselho concluiu os preparativos para a 2ª Conferência Científica Bienal a ser acolhida pelo governo angolano, de 17 a 21 de Setembro de 2007, cujos participantes estimam-se em mais de 350, incluindo cientistas, representantes dos Estados Membros, organizações internacionais, o sector privado e doadores. Angola acolherá também sete sessões de formação via satélite para o reforço de capacidades, sob os auspícios de organizações internacionais e a 32ª Reunião do Conselho.

f) Anuário Pan-Africano da Saúde Animal

549. A edição de 2005 foi lançada em Fevereiro de 2007, sendo uma compilação de todas as doenças do gado registadas no Continente, em 2005. Foram enviadas cópias a todos os directores dos Serviços Veterinários e Parceiros. A mesma constitui a base de informação e dados sobre as doenças do gado no Continente; e antecipa-se que serão também compilados dados da produção animal para a edição de 2007.

g) Projecto Ambiental do Gado Selvagem das Terras Áridas

550. O projecto ambiental do gado selvagem das terras áridas visa demonstrar que o sistema de subsistência baseado no gado selvagem misto é

mais durável do que a vida selvagem ou do gado em si, e garante a base para os meios de subsistência mais sustentáveis do que os sistemas agro-pastorais mais sólidos nas terras áridas de África. entre Janeiro e Junho de 2007, o projecto avaliou a situação e os conflitos em torno do uso de recursos naturais, das políticas da terra e a utilização não-sustentável da vida selvagem e dos recursos naturais nos seus campos pilotos (Burkina Faso e Quénia). Iniciativas comunitárias de conservação foram igualmente apoiadas através do reforço de capacidades e o fornecimento de materiais de comunicação, assim como envolvimento na produção do micro-gado.

h) Actividades financiadas pela USAID

551. A UA-BIRA providenciou materiais e reagentes de vigília de doenças no valor de 52.000,00 \$EU para o Departamento de Veterinária, na tentativa de elevar a sua capacidade de prestação de serviços de filtragem (“screening”) para o gado. Por outro lado, durante o surto da febre do “Rift Valley”, a UA-BIRA contribuiu para as diligências do governo queniano; através do fornecimento de logística (três laboratórios móveis e 2 viaturas de passageiros) para vacinas, tratamento e vigília úteis, com vista a orientar as contribuições de outros parceiros, permite o controlo do surto num período de três meses.

N.III.3. UA-CFSIA – Conselho Fitossanitário Inter-Africano

552. O Conselho Fitossanitário Inter-Africano assegura a coordenação dos Estados Membros na prevenção da introdução, o estabelecimento e a expansão de plantas e produtos vegetais; e promove medidas apropriadas para o seu controlo em África. O Conselho ajuda os 53 Estados Membros da União Africana na adopção de Normas ou padrões internacionais para as medidas fitossanitárias, o reforço de capacidades dos recursos humanos nas medidas fitossanitárias e, em colaboração com organizações nacionais de protecção vegetal (NPPOs) do Continente, poderão adoptar ou estabelecer módulos nos domínios da legislação fitossanitária, competências para o diagnóstico de pestes, análise do risco das pestes, a vigília, zonas livres das pestes, lugares e campos de produção; informação e erradicação de pestes, sistemas de inspecção nos pontos de entrada e saída, certificação das exportações e os aspectos institucionais.

553. Durante o período em revista, o Escritório do CFSIA planificou e levou a cabo as seguintes actividades:

- Organização de seminários de formação na África Oriental, Austral e Central;
- Contactos com pontos focais de NPPO (Funcionários Nacionais de Protecção Vegetal);

- Participação na 20ª Sessão Ordinária do Comité Saheliano de Pesticidas (CSP) em Bamako;
- Visita aos membros da Croplife Camaronesa e à HYDRAC, em Doula.

a) **Organização de um Seminário de Formação na África Oriental, Austral e Central**

554. No contexto da execução de uma recomendação formulada da Assembleia Geral, em Yamoussoukro (Côte d'Ivoire), em Abril de 2002, a Sede do CFSIA instruiu o Departamento de Pestes e Pesticidas (DPP) para preparar, com base no estudo preliminar, um projecto de seminário/oficina sobre o controlo fitossanitário e a quarentena vegetal a favor dos Estados Membros da sub-região dos países da África Oriental. Esse estudo indicou que a formação de agentes de quarentena vegetal e controlo fitossanitário é importante e extremamente necessário para a sub-região seleccionada. Esse projecto foi preparado pelo Conselho Fitossanitário Inter-Africano da União Africana, visando satisfazer as necessidades dos Estados Membros ora mencionados.

555. Com o apoio de uma parte dos Fundos de Solidariedade foram organizados com sucesso três seminários de formação na África Oriental (Dar-es-Salaam, Tanzânia, de 18 a 20 de Dezembro de 2006); na África Austral (Harare, Zimbabwe, de 24 a 26 de Janeiro de 2007); e na África Central (N'Djamena, Chade, de 28 a 30 de Março de 2007). Os três seminários adoptaram o tema "Seminário de Formação para Inspectores Fitossanitários e Agentes de Quarentena Vegetal. Participaram no Seminário da África Oriental, o Burundi, a Comores, a Etiópia, o Quénia, o Malawi, as Maurícias, o Uganda, a Zâmbia e a Tanzânia. No workshop da África Austral fizeram-se representar a Namíbia, Moçambique, Lesoto, Botswana, Madagáscar e Zimbabwe. Os países que participaram no seminário da África Central foram o Congo Brazzaville, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial, Gabão, República Centro-Africana, RDC, camarões e Chade.

b) **Contactos com os Pontos Focais dos NPPO (Agentes Nacionais de Protecção Vegetal)**

556. À margem do seminário organizado em N'Djamena, de 28 a 30 de Março de 2007, o Director e o Funcionário científico Sénior teve essa oportunidade para abordar a questão com o ponto focal dos NPPO provenientes do Congo, Camarões, República Centro-Africana, Gabão e Chade. Os principais pontos de discussão foram a implementação e os problemas enfrentados. Durante a reunião, o Director informou-lhes acerca da ideia de se organizar um seminário de formação com a participação de todos os pontos focais do CFSIA.

c) **Participação na 20ª Sessão Ordinária do Comité Saheliano de Pesticidas, em Bamako, Mali**

557. O CFSIA participou na 20ª Sessão Ordinária do Comité Saheliano de Pesticidas (CSP), em Bamako, Mali, como membro associado, o CFSIA participou no Sub-comité encarregue da pasta físico-química e do Sub-comité para os ensaios da eficácia biológica.

d) **Visita aos Membros da Croplife Camaronesa e a HYDRAC em Doaula**

558. O CFSIA fez uma breve visita aos Parceiros de Pesticidas da Croplife Camaronesa e a HYDRAC (Análise e controlo de Hidrocarbonetos), de 08 a 12 de Maio de 2007. A visita tinha por objectivo a consolidação das boas relações entre a Croplife Camaronesa e a HYDRAC. O Director do CFSIA aproveitou também a ocasião para informar os parceiros ora mencionados, acerca da abertura no CFSIA do Departamento encarregue das Pestes e Pesticidas, encabeçado pelo Secretário Científico Sénior, Entomólogo. No final da referida visita, foram retidas as seguintes recomendações:

559. Com a Croplife Camaronesa:

- Preparar um acordo entre a Croplife e o CFIA;
- Preparar uma brochra para o uso de pesticidas entre o CFIA e o Croplife Camaronesa;
- Organizar conjuntamente diferentes seminários de formação entre o CFIA e a Croplife Camaronesa.

560. Com HYDRAC:

- Preparar um acordo entre a HYDRAC e o CFIA para a consolidação do dossier de criação de dois laboratórios de referência para a análise e formulação de pesticidas residuais.

N.III.4. PANVAC (CENTRO PAN-AFRICANO DE VACINA RINÁRIA)

561. Durante o período em análise, o PANVAC, em harmonia com as suas missões, levou a cabo a renovação de todo o equipamento e os produtos laboratoriais, e efectuou o controle internacional e independente de qualidade de vacinas veterinárias dos laboratórios nacionais de produção de vacinas veterinárias dos Camarões, Etiópia e Quénia. O repertório de produtos biológicos foi preservado, tendo as linhas de células e as sementes de vacinas sido enviadas para os laboratórios veterinários nacionais do Mali, Nigéria,

Senegal, Côte d'Ivoire, Sudão e Quênia. Em conformidade com a promoção da transferência de tecnologias apropriadas de produção de vacinas em África, o PANVAC contactou com a Unidade de Negócios de Vacinas e injectáveis, baseada em França, com vista a introduzir aos laboratórios nacionais de vacina, o uso de novos auxiliares para a produção de vacinas em África.

562. O PANVAC proporcionou assessoria técnica aos laboratórios de vacinas veterinários do Burundi, Chade, Côte d'Ivoire, Líbia e Uganda. No que concerne à produção e a distribuição de reagentes biológicos essenciais para o diagnóstico e a vigília de doenças animais, foi concluído o estudo de viabilidade. O PANVAC está a reforçar as relações de trabalho com organizações técnicas internacionais, tais como a Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), a FAO, a Organização Mundial da Saúde Animal (OIE), o Instituto Internacional de Investigação do Gado (ILRI), os Laboratórios Referenciais da Agência Internacional de Energia Atómica, em França e RU (Reino Unido), e o Laboratório Internacional de Biologia Molecular (EUA). O principal problema do PANVAC está relacionado com a lentidão do processo de recrutamento do pessoal regular, de acordo com a proposta estrutura de Maputo.

O. ASSUNTOS ECONÓMICOS

563. De Janeiro a Julho de 2007, o Departamento dos Assuntos Económicos realizou algumas actividades no quadro do cumprimento do seu mandato e dentro dos limites do seu orçamento. Tendo em conta a natureza dessas actividades (condicionadas pela realização de estudos prévios), a maioria delas serão efectuadas na segunda metade do corrente ano.

564. Para o período em análise, as actividades levadas a cabo pelo Departamento articulam-se, em torno dos elementos que se seguem.

O.I. DIÁLOGO ÁFRICA-UE

565. No quadro do diálogo África-UE, a 8ª Reunião Ministerial das Troikas da África-UE, teve lugar em Bruxelas, Bélgica, a 13 de Maio de 2007. A reunião foi precedida pela reunião de Funcionários Séniores de 12 a 13 de Maio de 2007. A reunião considerou o Projecto de ideias ou plano gerais para uma Estratégia Conjunta África-UE, os preparativos para a 2ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da África-UE, agendada para Dezembro de 2007, em Lisboa, Portugal, e passou em revista questões concernentes à consolidação do Diálogo África-UE, a paz e segurança, a boa governação, a integração e o Comércio regionais, e questões-chave do desenvolvimento. Os Ministros aprovaram o Plano Geral para uma Estratégia Conjunta África-UE e adoptaram um comunicado.

566. As questões que foram abordadas e consideradas pela Troika Ministerial são as seguintes:

- a) **Melhoria do diálogo entre a África e a UE:** os Ministros concordaram adoptar o Plano geral para uma Estratégia Conjunta África-UE, como uma base para a elaboração de uma estratégia integrada que deverá ser submetida à próxima Troika Ministerial prevista a ter lugar em Acra, Gana, em Outubro de 2007. A referida Estratégia é implementada com um plano de acção. Os Peritos da Tróica tiveram o mandato para trabalharem em torno disso, o mais rápido possível, uma vez que os dois documentos deverão ser adoptados pela Cimeira de Lisboa. Os Ministros reiteraram, mais uma vez, a necessidade de se acelerar o trabalho no sentido da realização da 2ª Cimeira África-Europa, em Lisboa, Portugal, em Dezembro de 2007, que adoptará a Estratégia Conjunta África-Europa. A reunião apelou por uma participação de alto nível na Cimeira de todos os Estados africanos e a UA, e de todos os Estados-Membros UE e a UE.
- b) **Paz e Segurança:** Os Ministros regozijaram-se pelos progressos alcançados pelo Conselho de Paz e Segurança e os esforços envidados pelas diferentes partes para o alcance da paz e estabilidade nos países em conflito. Eles trocaram pontos de vista sobre a situação em Darfur, Sudão, na Somália, na Côte d'Ivoire e na região dos Grandes Lagos. A UE prometeu que continuaria a ajudar a UA nos seus esforços da construção da paz nas zonas de conflito e prestar assistência financeira para a Arquitectura Africana e de segurança, incluindo a Felicidade Africana da Paz. A UE informou a parte africana da sua intenção de desenvolver o RECAMP como um dos seus instrumento. Os Ministros deram também os seus pontos de vista a respeito da situação no KOSOVO.
- c) **Governança:** Os Ministros sublinharam o imperativo da colaboração entre a UA e a EU numa série de questões relacionadas com a governação e a melhoria da governação nos sectores públicos e privado. Concordou-se também que havia necessidade de intercâmbio de informações acerca da Iniciativa de Governação da UE, de modo a que todas as partes tenham uma mesma ideia ou percepção das questões da governação. A UE indicou a sua disposição de assistir o processo APRM, partindo da fase da avaliação até a da reforma. Os Ministros concordaram que ambas as Comissões organizassem uma reunião de peritos sobre os direitos

humanos, tal como acordado na última reunião da Tróica, e convocar também uma outra reunião de peritos sobre boas culturas. No entanto, importa indicar que a reunião sobre boas culturas não foi prevista no orçamento corrente.

- d) **Integração e Comércio Regionais:** Os Ministros regozijaram-se com o ímpeto sobre os Acordos das Negociações de Parceria Económica em curso com vista a concluir as negociações de acordo com o prazo estabelecido. Porém, o lado africano evoca a Declaração da Cimeira da UA, de Janeiro de 2007, que apela à UE no sentido de considerar a extensão do prazo fixado para as negociações dos APE, para além do ano 2007. Os Ministros concordaram que o processo da APE deverá assegurar o desenvolvimento e a integração regional em África. Nesse sentido, concordaram trabalhar no sentido da criação de infra-estrutura de suporte das trocas comerciais e a edificação das capacidades produtivas da África e abordar os constrangimentos enfrentados na área de fornecimento.
- e) **Questões-chave do desenvolvimento:** A Tróika debateu três questões-chave, designadamente, a migração, a energia e as infra-estruturas, e as mudanças climáticas. Os Ministros congratularam-se com a Declaração da Conferência Ministerial Conjunta UE-África, tida lugar em Tripoli, em Novembro de 2006. Eles exortaram as duas Comissões para trabalharem num Plano de Acção visado à implementação das disposições da Declaração de Tripoli, e concordaram que o Plano de Acção fosse apresentado à próxima reunião da Tróika em Acra, Gana.

No que respeita à Energia e Infra-estruturas, os Ministros da Tróika tomaram nota com satisfação apelo feito para a Parceria, no Comunicado de Brazzaville, de Outubro de 2006, em particular, no Fórum África-Europa da Energia, realizada em Benin, de 6 a 7 de Março de 2007. Os Ministros regozijaram-se pelos compromissos da UE para com a Parceria de Energia, e a sua integração do outro diálogo na Estratégia Conjunta África-UE, constituída com base no quadro geral da Parceria de Infra-estruturas África-UE.

Os Ministros da Troica tomaram nota da informação da CE e da CUA acerca do lançamento, em Setembro de 2007 da Parceria de Infra-estruturas UE-África e o Comité Directivo para apoiar o Plano de Acção de Infra-estruturas da UA/NEPAD de curto prazo (i-STAP) e os Programas do Quadro Estratégico (MLTSF) de médio e longo prazos, nos sectores dos transportes,

energia, água e saneamento, e das tecnologias de informação e comunicação, para facilitar a interligação e o acesso dos serviços aos níveis continental, regional e nacional, em África.

No concernente às mudanças climáticas, a reunião tomou nota com preocupação, das recentes constatações do Painel Intergovernamental da ONU sobre as mudanças climáticas (IPCC), que prevê evidências indispensáveis de que as mudanças climáticas provocadas pelo homem está a acontecer, com efeitos muito negativos, particularmente nas regiões em desenvolvimento, incluindo o continente africano. A UE felicitou os debates em torno das mudanças climáticas, na Cimeira da UA, de Janeiro de 2007, e afirma a sua disposição de ajudar a União Africana na abordagem dos desafios das mudanças climáticas. Esta será uma das áreas de cooperação ao abrigo da Estratégia Conjunta UE-África, e considerada como um dos pontos prioritários na próxima Cimeira da UE-África. “Mudanças climáticas e o Desenvolvimento” será também o tema do Segundo Dia do Desenvolvimento Europeu, a ter lugar em Lisboa, de 7 a 9 de Novembro de 2007.

567. Os Ministros concordaram também que as questões da ODA, a dívida e a devolução de fundos adquiridos sejam reflectidos e analisados para futuros debates.

O. II. ESTRATÉGIA CONJUNTA ÁFRICA-UE

568. Recorde-se que em Janeiro de 2007, o Conselho Executivo, na sua reunião tida lugar em Adis Abeba, Etiópia, decidiu que a Troika Africana fosse alargada para incluir o “*Chef de file*”, e qualquer outro Estado-membro interessado, para acompanhar de perto os mecanismos de cooperação e os preparativos para Cimeira, de Lisboa, bem como para concluir a Estratégia Conjunta África-Europa, com base nos documentos de Cairo, incluindo outros documentos relevantes, a ser apresentados à próxima sessão ordinária do Conselho Executivo, prevista a ter lugar em Julho de 2007. Em cumprimento desta decisão, a Comissão da União Africana e a Comissão Europeia trabalhavam incansavelmente sobre o plano geral da Estratégia Conjunta África-UE, através de vários seminários de reflexão e consultas com intervenientes, designadamente a sociedade civil e o Parlamento Pan-africano, da parte africano.

569. Aquando da preparação deste plano geral a equipa redactorial e a Troika de Peritos reconheceram que a África e a Europa têm laços históricos culturais e geográficos, e partilham também valores comunitários aos quais eles aderem; a saber: o respeito pelos direitos humanos, liberdade, igualdade, solidariedade, justiça, o estado de direito e a democracia, tal como preconizado

nos acordos internacionais pertinentes e nos textos constitutivos das respectivas Uniões. As relações África-UE foram consolidadas através da institucionalização do diálogo, aquando da histórica 1ª Cimeira África-UE, realizada no Cairo, Egipto, em Abril de 2000. Desde aquela data, registaram-se mudanças em ambos os continentes. Registaram-se também processos de democratização e reformas significantes, consolidando-se cada vez mais tanto em África como na Europa; os dois Continentes continuam a envidar esforços para fazer face às situações de conflito e crises; e, mais importante ainda, é o facto de os continentes terem apoiado um ao outro no tratamento ou abordagem dessas situações.

570. Por outro lado, os processos de integração em ambos os continentes aceleraram – A organização da Unidade Africana (OUA) foi transformada em União Africana (UA), tendo adoptado a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) com o seu programa sócio-económico, ao mesmo tempo que a União Europeia (EU) chegou quase a duplicar-se em termos de tamanho. Não há dúvidas que estes são desenvolvimentos importantes que exigem a revisão da nossa parceria, com vista a consolidar e aprofundá-la. Também é tomar em consideração as vastas e complexas mudanças que tiveram lugar no planeta. Nessa contexto, surgiram novas desafios internacionais e mundiais nos sistemas do comércio multilateral, nos sistemas financeiros e desenvolvimento sócio político, a globalização avançou rapidamente e o mundo tornou-se ainda mais interdependente. Daí a necessidade de se forjar novas relações baseadas numa parceria de igualdades, para a qual é necessária uma Estratégia Conjunta de modo a concretizar a parceria estratégia ora mencionada.

571. O Plano ou linhas gerais para Estratégia Conjunta África-UE contém quatro capítulos principais, a saber:

- i) O contexto, a visão comum e os princípios;
- ii) Os objectivos;
- iii) Novas abordagens;
- iv) As estratégias, os Actores, a Implementação e os Mecanismos de Acompanhamento.

572. O primeiro capítulo articula o contexto e os imperativos do desenvolvimento de estratégia conjunta. Prevê igualmente a visão comum de ambos os parceiros e os princípios que regem a parceria estratégica. O segundo capítulo descreve em linhas gerais os objectivos comuns, que visam valorizar a consolidação da parceria. Esses objectivos, resumidamente, são:

- i) reforçar e elevar a parceria política África-UEE, para a abordagem das questões de interesse comum;

- ii) continuar a promover a paz, a segurança, o desenvolvimento sustentável, os direitos humanos e a integração regional e continental em África;
- iii) Abordagem conjunta dos desafios globais; e
- iv) Facilitar e promover uma parceria abrangente e centrada nas populações.

573. O Capítulo III não só descreve as novas abordagens com relação à parceria, que é efectivamente elevada aos níveis político, social e económico, mas que se orna também numa parceria centrada nas populações. O Capítulo IV é o capítulo prática (operacional) que contém as estratégias-chave que deverão ser implementadas de modo a alcançar os objectivos. A outra componente do Capítulo dez respeita à importância fundamental do envolvimento de todos os intervenientes no processo em particular, na execução da estratégia. A última componente deste capítulo aborda a questão da implementação, monitorização e avaliação, o financiamento e o mecanismo de acompanhamento.

574. A Troika Ministerial África-UEE, na sua reunião em Bruxelas, Bélgica, a 15 de Maio de 2007, adoptou a descrição em linhas gerais da Estratégia Conjunta África-UE. Nesse sentido, a Troika deu mandato à Troika de Peritos, para trabalhar na elaboração da Estratégia integrada para análise na próxima reunião em Acra, Gana. Os peritos prepararam também o seu primeiro plano de execução com alvos e prazos específicos.

O.III. PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES ESTATUTÁRIAS DO COMESA

575. A Comissão da União Africana participou na 12^a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo do COMESA, que teve lugar em Nairobi, Quénia, de 22 a 23 de Maio de 2007. Tiveram também lugar outras reuniões do Conselho de Ministros da África Oriental e Austral (ESA) e do Comité de Paz e Segurança integrando os Ministros dos Negócios Estrangeiros.

576. A Cimeira, entre outras questões, abordou o seguinte: o desenvolvimento do Comércio e Alfândegas, questões multilaterais; a cooperação entre o COMESA e outras CERs, e a União Africana; a paz e segurança.

O.III.1 DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E ALFÂNDEGAS

577. De acordo com o Artigo 47 do Tratado do COMESA, que estipula o estabelecimento gradual de uma Tarifa Externa Comum, a Cimeira adoptou a estrutura tarifária externa e comum do COMESA de quatro categorias agrupados, a saber:

▪ Matérias primas	:	0%
▪ Bens de capital	:	0%
▪ Mercadorias Intermediárias	:	10%
▪ Mercadorias finais	:	25%

578. Isso faz parte do trabalho a fazer na preparação da União Aduaneira do COMESA, cuja inauguração está prevista a ter lugar em Dezembro de 2008. A Cimeira concordou permitir os Estados-membros para implementarem essas percentagens, com uma cláusula para a flexibilidade sobre espaços de políticas para incluírem produtos sensíveis da TEC (Tarifas Externas Comuns) com os objectivos das suas políticas nacionais.

O.III.2 QUESTÕES MULTINACIONAIS

579. A Cimeira registou os progressos das negociações do APE em curso entre 15 países e a África Oriental e Austral (ESA) e a União Europeia, desde 2004. Indicou-se que as negociações do APE estavam acima do tempo previsto com apenas poucos meses da sua conclusão em Dezembro de 2007. Com o efeito, a Cimeira considerou as recomendações feitas no estudo levado a cabo pelo Grupo ESA, que sublinha o seguinte:

- Uma continuação provisória do acordo comercial em curso;
- Um acordo parcial sobre questões específicos; e
- Uma extensão ou prorrogação da renúncia lançada contra a Comissão Europeia (CE) sob a alçada da organização mundial do Comércio (OMC).

580. A Cimeira foi informada ainda que a UE deve disponibilizar cerca de 465 milhões de Euros à região da ESA para projectos regionais no âmbito do 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), que é um aumento em relação aos 287 milhões de Euros disponibilizados no 9º FED.

O.III.3. COOPERAÇÃO ENTRE O COMESA, OUTRAS CERS E A UNIÃO AFRICANA

581. A Cimeira debateu a questão do trabalho em curso, em torno da racionalização das CERS, que está actualmente a ser implementada pela União Africana. O Secretariado do COMESA preparou um documento intitulado: "Roteiro para a Convergência de Programas de Integração Regional em África".

582. O documento propõe as seguintes recomendações, que foram adoptadas pela Cimeira:

- A necessidade de a União Africana redefinir claramente a calendarização para a integração das CERs estipulada no Artigo 6 do Tratado de Abuja, com o objectivo de acelerar a integração vertical das CERs num só programa continental;
- Para África poder avançar com a integração continental, deverá começar com programas concretas de harmonização e coordenação das actividades das diferentes CERs;
- A União Africana deverá envolver-se na convergência de programas de integração em África, de modo a assegurar uma implementação da integração de África, sem dificuldades;
- A harmonização dos regimes ou sistemas comerciais das diferentes CERs deve ser estruturada, de modo a incidir especificamente sobre o alcance de um Mercado Comum Africano;
- Deverão ser feitas diligências para a protecção e a consolidação das realizações ou sucessos dessas CERs, a COMESA, a CEDEAO, a EAC, e a SADC, como plataforma para a concretização da integração continental; e
- As CERs nas regiões oriental e Austral devem ser encorajadas a manterem-se firmes nos seus esforços visados à harmonização dos seus programas visados ao alcance da convergência, tomando em consideração o objectivo primário da concretização da integração continental.

O.III.4. RECOMENDAÇÕES

- Necessidade de uma estreita colaboração entre a Comissão da União Africana e as CERs na implementação das actividades dedicadas à integração do Continente;
- A CUA deverá integrar a Equipa Especial de Trabalho Conjunto do COMESA, EAC e SADC que tem por objectivo a melhoria e coordenação de políticas e programas comuns, com vista a evitar a duplicação de esforços;
- Consolidação da ligação entre a União Africana e as CERs, com respeito à participação das reuniões; e
- Todos os Departamentos da Comissão da União Africana deverão trabalhar em estreitamente com todas as CERs.

583. Existe uma necessidade de colaboração entre o Painel dos Sábios da UA e o Comité dos Idosos do Secretariado da COMESA, e também entre o Sistema Continental de Alerta Prévio da Arquitectura do Conselho de Paz e Segurança da União Africana e o Sistema de Alerta Prévio da COMESA.

O. IV. CIMEIRA DA CEN-SAD

584. No quadro da coordenação das CERs, a Comissão participou na 15ª Sessão do Conselho Executivo da CEN-SAD, e na abertura da 9ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, realizada em Sirte, Líbia, de 28 Maio a 3 de Julho de 2007.

585. Entre as questões principais discutidas na Conferência havia as seguintes. A Conferência foi informada acerca dos progressos feitos na criação da Zona Livre de Comércio no seio da Comunidade CEN-SAD e que a Terceira Reunião Ministerial do Comércio, prevista para Marrocos vai discutir ainda mais sobre o mesmo assunto; ao tomar nota da construção do planeado "Ial Gaddafi Trans-Saharan Road Project destinado para servir de ligação entre os Estados-membros da CEN-SAD e sublinhando o papel desempenhado pela Afriqiyah Airlines na ligação das capitais africanas, a Cimeira decidiu que o Plano-Mestre de Desenvolvimento do Transporte CEN-SAD deve ser submetido à próxima reunião dos Ministros da CEN-SAD responsáveis por Transporte e Infra-estruturas; foi iniciada a discussão sobre a criação da moeda única na região, e a advocacia da criação de um grupo de trabalho compreendendo os Ministros das Finanças e Governos dos Bancos Centrais; sobre a fusão da CEN-SAD, CEDEAO e UMA, a Cimeira solicitou aos Secretariados das três instituições no sentido de trabalharem sobre a fusão dos três textos constitutivos.

586. Na sua intervenção à reunião, o Comissário para os Assuntos Económicos agradeceu à CEN-SAD pelos esforços em curso com vista a acelerar os esforços de integração do continente. Ele sublinhou a necessidade de uma reorientação estratégica do continente, à luz dos desafios da globalização. Em particular, foi notada a iniciativa da CEN-SAD da criação da Zona Livre de Comércio, da promoção da livre circulação de pessoas e desenvolvimento da infra-estrutura dos transportes. Ele enfatizou algumas das actividades de integração da União Africana, de salientar, os estudos em curso sobre a racionalização das Comunidades Económicas Regionais, o lançamento do Projecto VISAT a 25 de Maio de 2007, e o projecto de estratégia para o fortalecimento da cooperação inter-regional. Além disso, ele anunciou a proposta assinatura do Protocolo sobre as relações entre a União Africana e as CERs, em Julho de 2007.

587. Eis abaixo algumas das importantes recomendações feitas pela CUA:

- A representação da Comissão da União Africana nas Reuniões/Cimeiras das CERs; dever ser considerada, por forma a permitir o esclarecimento de várias questões, no decorrer das reuniões;
- Os Comitês técnicos das instituições financeiras deverão analisar com rigor as modalidades de financiamento e as implicações do não-pagamento pelos Estados-membros para essas instituições antes do estabelecimento das mesmas;
- A necessidade de se fazer o acompanhamento da questão da racionalização das CERs, visto que muitos são os países que continuam como membro de inúmeras Comunidades Económicas Regionais

O.V. ELABORAÇÃO DA CARTA AFRICANA DA ESTATÍSTICA

588. Recordar-se-ão que, em Janeiro de 2007, o Conselho Executivo da União Africana, na sua 10ª Sessão Ordinária, realizada em Adis Abeba, Etiópia, adoptou a decisão Doc. Ex.CL/308 (X), através da qual mandou à Comissão para tomar todas as medidas necessárias, tendo em vista a elaboração da Carta Africana de Estatísticas, em colaboração com a CEA, o BAD, as CERs bem como, os Institutos Regionais e Nacionais das Estatísticas. O projecto da referida Carta, que constitui o quadro regulamentar para o desenvolvimento de Estatísticas em África, deverá, de acordo com a decisão do Conselho Executivo, ser submetido à Sessão de Julho de 2007, em Acra, Gana.

589. A Comissão da União Africana preparou, em conformidade com a decisão do Conselho Executivo, um ante-projecto da Carta que foi submetida a uma reunião de Peritos, que decorreu de 4 a 6 de Junho de 2007, em Rubavu, (Ruanda). Essa reunião juntou dirigentes dos Institutos Nacionais de Estatísticas dos Estados Membros, representantes de Unidades Estatísticas das Comunidades Económicas Regionais e Parceiros.

590. No final de uma análise aprofundada do ante-projecto da Carta, os participantes formularam algumas emendas e adoptaram uma declaração, na qual convidam:

- Os representantes dos Estados Membros a tomarem as disposições necessárias, para a promoção do projecto da Carta junto dos respectivos governos;

- O Banco Africano de Desenvolvimento, a Comissão Económica das Nações Unidas para África, a Presidência da Sessão da Reunião de Rubavu (Ruanda) bem como outros peritos, se for necessário, a prestarem assistência à Comissão da União Africana no processo de adopção da Carta pelos Órgãos apropriados da União Africana;
- A Comissão da União Africana a proceder a uma avaliação prévia do sistema de estatísticas africanas antes da criação do mecanismo da implementação da Carta;
- A Comissão da União Africana a tomar as disposições necessárias para a criação de um fundo de financiamento perene da estatísticas em África;
- Os membros do sistema de estatística africana a diligenciarem para que a carta seja promovida, uma vez adoptada.

O.VI. CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DAS FINANÇAS, DA PLANIFICAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DA CEA (29 DE MARÇO A 3 DE ABRIL DE 2007)

591. O tema principal da Conferência era acelerar o crescimento e o desenvolvimento de África para concretizar os objectivos do Milénio do Desenvolvimento (OMD): Novos desafios e via a seguir” salientaram-se cinco desafios: crescimento, emprego e desigualdade, financiamento do investimento no sector privado, meio-ambiente funcional e planificação, parceria e globalização, paz e segurança.

592. A análise demonstra que os desempenhos económicos registados são desiguais e aquém do objectivo dos 7% fixados para concretizar os OMD. Fizeram-se recomendações com vista a reduzir a dependência energética, favorecer as energias renováveis, mobilizar os recursos internos e externos, reforçar a acção do Estado e a parceria com o sector privado e prestar assistência na elaboração das estratégias de desenvolvimento.

593. O plano de actividades de 2007 – 2009 da CEA lançado conjuntamente pelo Secretário-Geral da ONU, o Presidente da CUA e o Presidente do BAD e aprovado pela última Conferência da União em Janeiro de 2007, representa a estratégia de uma visão do desenvolvimento. Para a realização dos OMD, o reforço das estatísticas e o lançamento do Fórum Regional para o emprego deverão integrar os planos nacionais de redução da pobreza. O programa de comparação internacional (PCI) das estatísticas destacará as capacidades dos países neste domínio. Para o efeito, solicita-se a colaboração da UA, da CEA, do BAD e do PNUD.

594. Os mecanismos autónomos deverão ser encorajados para consolidar a base financeira das CERs e a exploração eficiente dos recursos do Consórcio para o financiamento das infra-estruturas, criado pelo G8. A análise de “Ajuda para o Comércio” da OMC demonstrou a importância da formação e experiência em matéria de desenvolvimento. Apesar das dificuldades encontradas na análise das decisões das conferências em África, a Comunidade Internacional deverá respeitar os seus compromissos a favor da assistência, o cancelamento da dívida e o aumento dos investimentos directos estrangeiros.

595. Apesar das carências constatadas na análise da pobreza no meio rural e o impacto dos efeitos engendrados pelos planos consistentes da cedência no sector de educação e da saúde, salientou-se a necessidade de se alinharem estratégias de redução da pobreza nos OMD. Estas estratégias devem basear-se na consolidação da paz, da democracia e do estado de direito, da expansão do sector privado e da prioridade aos investimentos nas infra-estruturas, na saúde e na educação. A Conferência fez um apelo à mobilização dos recursos africanos. O acompanhamento e a avaliação deverão ser garantidos pela UA, CEA, BAD e PNUD etc.

596. A governação, as instituições democráticas, o diálogo social são os alicerces da estratégia de redução da pobreza. A integração regional e a formação nas novas tecnologias são indispensáveis para um crescimento acelerado e duradouro. No que respeitam os mecanismos inter-governamentais, destacámos três pontos: (i) a Conferência anual comum dos Ministros da UA e da CEA, (ii) a substituição dos comités inter-governamentais de peritos por conferências ministeriais sub-regionais, e (iii) a organização dos órgãos subsidiários em 7 comités sectoriais.

597. A parceria entre as duas instituições (UA/CEA) facilitou a criação de um secretariado conjunto que conduziu com sucesso a organização desta Conferência. Esta experiência criará as condições necessárias para a organização da Conferência Conjunta UA-CEA dos Ministros das Finanças, da Planificação e do Desenvolvimento Económico em 2008, tal como foi decidido pela CAMEF II em Novembro de 2006.

O.VII. CRIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PREVISTAS NO ARTIGO 9 DO ACTO CONSTITUTIVO DA UNIÃO AFRICANA

598. O processo de lançamento dos trabalhos para a criação das instituições financeiras africanas previstas no artigo 19 do Acto Constitutivo da União Africana prossegue o seu curso. Após a atribuição da sede destas instituições, respectivamente o Banco Africano do Investimento (BAI) à Líbia, o Banco Central Africano (BCA) à Nigéria e o Fundo Monetário Africano (FMA) aos Camarões, as discussões prosseguem com os diferentes países anfitriões sobre os protocolos de acordo relativos à instalação em cada país dos comités encarregues pela gestão destes trabalhos.

599. Paralelamente a estas discussões, os contactos prosseguem sobre a estratégia a adoptar para o estabelecimento das instituições financeiras africanas e a criação da moeda comum africana bem como a implicação das partes referidas nomeadamente os bancos centrais e a Associação dos Bancos Centrais Africanos (ABCA).

O.VIII. REVISTA AFRICANA DA INTEGRAÇÃO

600. A Revista Africana da Integração é uma publicação multidisciplinar internacional, que tem por objectivo favorecer a realização de discussões alargadas sobre as questões de integração em África. Este periódico abrange investigações teóricas, artigos concisos e críticos. É uma publicação bilingue (Inglês e Francês) e é publicado duas vezes por ano, em Julho e Janeiro.

601. A fim de garantir a qualidade e a credibilidade científica do periódico, a equipa editorial é composta por um Comité de vários departamentos da Comissão e por um Comité Científico, composto de professores de renome de diferentes universidades e instituições de pesquisa em toda a África.

602. Até à data presente, a primeira edição do periódico foi publicada em Janeiro de 2007 e distribuído aos Chefes de Estado e de Governo e aos Ministros durante a 8ª Cimeira da Comissão e às universidades e instituições de pesquisa em toda a África. A segunda edição do periódico será publicada e pronta para distribuição em Julho de 2007.

O.IX. PROTOCOLO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE A UNIÃO AFRICANA E AS COMUNIDADES ECONÓMICAS REGIONAIS

603. A trigésima-sétima Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da OUA, de acordo com o artigo 8 (b, iii) da Decisão AHG/Dec. 160 (XXXVII) de Julho de 2001 em Lusaka solicitou “ao Secretário-Geral para realizar as consultas necessárias com todas as CERs a fim de analisar as implicações do Acto Constitutivo da União Africana para:

1. As relações institucionais, funcionais e de programação existentes entre a OUA e as CERs;
2. Os programas actuais e futuros das CERs em relação aos objectivos da União Africana,
3. O Protocolo entre a CEA (Comunidade Económica Africana) e as CERs que deverá ser submetida a emendas ou à elaboração de um novo protocolo, que regulamenta as relações entre a União Africana e as Comunidades Económicas Regionais”.

604. Com vista à aplicação desta decisão, realizaram-se consultas e reflexões com as CERs sobre as novas relações a serem desenvolvidas entre elas e a União Africana. Estas consultas culminaram com a negociação de um novo protocolo, que foi adoptado pela segunda reunião de coordenação UA/CER/CEA/BAD, em Junho de 2004 e submetido para análise do CRP e dos peritos jurídicos dos Estados-Membros em Março de 2005, em conformidade com a Decisão EX.CL/Dec. 174 (VI) do Conselho Executivo.

605. Além disso, em virtude da Decisão Assembly/AU/Dec. 112 (VII) da Cimeira de Banjul que suspende até nova ordem, o reconhecimento de novas CERs à excepção das oito já reconhecidas, em ocorrência, a CEDEAO, o COMESA, a CEEAC, a SADC, o IGAD, a UMA, a CEN-SAD e a CAE, em conformidade com a Decisão EX.CL/Dec. 331 (X), do último Conselho Executivo solicita “à Comissão de proceder a assinatura da nova versão do Protocolo”, o Protocolo é submetido ao Conselho e apresentado à Conferência a qual se solicita para autorizar o Presidente da Comissão a assiná-lo em nome da União.

O.X. RACIONALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES ECONÓMICAS REGIONAIS (CER)

606. Com a ascensão da Comunidade Económica Africana fez-se um apelo a uma racionalização dos programas e actividades das Comunidades Económicas Regionais (CER) que constituem os seus alicerces. Para o efeito, no seu tempo, a OUA já tinha envidados esforços e tomado medidas nesse sentido e a UA por sua vez, com vista a alcançar uma sinergia entre as actividades das CERs, evitando qualquer tipo de sobreposições. Estes esforços culminaram com a primeira Conferência dos Ministros Africanos da Integração (CAMEI) realizada em Ougadougou, no Burkina Faso a 30 e 31 de Março de 2006 e, entre outras, recomendou à Conferência da União, que por sua vez aprovou através da sua Decisão Assembly/AU/Dec. 113 (VII) que a Comissão realizasse um estudo sobre o processo de racionalização das CERs e particularmente sobre os custos e benefícios dos quatro cenários da racionalização que a mesma lhe tinha proposto, a saber, o Status Quo, o Tratado de Abuja, a Comunidade de Base, a abordagem política que constituem um outro objectivo do estudo previsto pela Comissão.

607. O estudo que foi realizado a partir de um roteiro e de um questionário endereçados aos Estados-Membros às CERs, à excepção da UMA que não mantém relações com a Comissão, bem como a União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA) e a Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC) debruçou-se sobre o conceito da racionalização, as causas desta última e propôs um procedimento de racionalização preconizando essencialmente a revisão das etapas da integração previstas no Artigo 6 (2) do Tratado que institui a Comunidade Económica Africana bem como a adopção de um programa mínimo de integração pelas CERs.

608. Após a sua validação durante uma reunião de peritos de todas as partes interessadas no processo de integração, o estudo será submetido à análise e adopção da segunda Conferência dos Ministros Africanos de Integração, prevista para a segunda quinzena de Julho de 2007 em Kigali.

O.XI. PROGRAMA DE REFORÇO DE CAPACIDADES NO ÂMBITO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL EM ÁFRICA

609. Em colaboração com a Comissão da União Africana (CUA) e financiado pelo Banco Árabe de Desenvolvimento Africano em África, o Instituto do Desenvolvimento Económico e Planeamento (IDEP) implementou a segunda edição do curso de formação de cinco semanas sobre “Integração Regional em África” para funcionários Africanos Anglófonos e Francófonos durante o último trimestre de 2006. Este curso destinava-se aos Estados-Membros, as Comunidades Económicas Regionais (CERs) bem como a Comissão da União Africana (CUA). Trinta e nove (39) participantes concluíram com êxito o referido curso.

610. O principal objectivo do curso visava o seguinte: (1) reforçar a capacidade técnica das CERs e da CUA; (2) promover o conceito de integração económica como um elemento chave do desenvolvimento africano; (3) desenvolver sinergias e promover trocas de experiências entre os profissionais de sector de desenvolvimento e os especialistas; e (4) criar uma visão partilhada de oportunidades e estratégias para inverter a tendência da marginalização económica e reforçar capacidades para uma gestão efectiva do processo de integração em África.

611. É de salientar que o entusiasmo e o apreço do impacto da formação junto às CERs e de outros participantes bem como os resultados convincentes da mesma levaram a Comissão a diligenciar discussões com os nossos parceiros na matéria nomeadamente como Banco Africano para o Desenvolvimento Económico da África (BADEA) e com o Instituto Africano para o Desenvolvimento Económico e Planificação (IDEP) a fim de se organizar a terceira edição que aliás o BADEA já aceitou financiar .

O.XII. AVALIAÇÃO DO PROGRESSO DE ÁFRICA NO ÂMBITO DOS OBJECTIVOS DO MILÉNIO DO DESENVOLVIMENTO, 2007

612. É de recordar que na Quinta Sessão Ordinária da Assembleia da União Africana em Sirte, Líbia, em Julho de 2005, na qual, África adoptou uma Posição Comum sobre a Revisão dos Objectivos do Milénio do Desenvolvimento apresentado na Conferência ao mais alto Nível das Nações Unidas sobre os OMDs em Setembro de 2005. Subsequentemente, a Assembleia “mandatou a Comissão da União Africana, em colaboração com a CEA, o BAD, o NEPAD e as CERS a supervisionarem a implementação dos OMD e persistirem com as

reflexões pertinentes a fim de serem apresentadas na Assembleia durante as suas sessões anuais (Assembly/AU/Dec.78 (VI)).

613. A este respeito, um Relatório sobre a Avaliação do Progresso de África no âmbito dos Objectivos do Milénio do Desenvolvimento de 2007 foi elaborado em colaboração com a CEA e o BAD. O Relatório destaca os vários desafios enfrentados para alcançar os objectivos, sublinha as acções desenvolvidas, necessárias agora e para além de 2015 e propõe algumas recomendações políticas. O Relatório realça especificamente o seguinte:

- África tem registado melhorias no âmbito político e económico o que constitui uma condição prévia e crucial para alcançar os OMD;
- África obteve recentemente resultados de crescimento de 3,0% em 1999 para 5,2% em 2006, o que se traduz por um crescimento do rendimento anual per capita de 3% em média. Contudo, a criação de empregos para uma grande parte da população constitui um elemento muito importante no contexto do crescimento;
- diversificação económica seria igualmente necessária para contrabalançar o acesso equitativo à educação e aos cuidados de saúde a fim de promover a aquisição de competência,
- Finalmente, o progresso de África no alcance dos OMD tem enfrentado uma série de desafios muitos dos quais estão inter-relacionados; por conseguinte, o meio de superá-los satisfatoriamente depende essencialmente de acções simultâneas em muitos domínios, nomeadamente o crescimento, o emprego e a desigualdade, o aumento de financiamento para os investimentos do sector privado, o contexto político, as parcerias de integração regional e a globalização, paz e segurança e dados estatísticos suficientes e relevantes.

P. COMÉRCIO E INDÚSTRIA

614. Durante o período em análise, a Comissão comprometeu-se em implementar o seu programa de trabalho bem como a Declaração Assembly/AU/Decl. 2 (VIII) sobre os Acordos de Parceria Económica e a Declaração Assembly/AU/Decl. 3 (VIII) sobre as negociações da OMC aprovadas pela Cimeira de Janeiro de 2007 realizada em Adis Abeba.

P.I. COOPERAÇÃO INTRA-AFRICANA DO COMÉRCIO/ALFÂNDEGA

P.I.1. Harmonização dos Procedimentos do Sector Alfandegário

615. O Conselho deverá evocar a decisão da Assembleia em Banjul que “exorta as CERs a coordenarem e harmonizarem as suas políticas entre si e a Comissão com vista a acelerar o processo de integração em África”. Ao implementar esta decisão, a Comissão deu início ao processo de harmonização dos procedimentos do sector das Alfândegas através da organização de dois workshops dos Peritos das Alfândegas sobre as Normas de Origem e as iniciativas de Reforço de Capacidades respectivamente em Abril de 2007.

616. O workshop sobre as Normas de Origem que é o primeiro de uma série de workshops, a serem organizados neste sector concluiu que o processo de coordenação entre a UA e as CERs deve ser reforçado a fim de garantir uma maior sinergia e eficácia e deveria ser apresentado de maneira holística permitindo um maior envolvimento de todos os intervenientes, bem como a realização de estudos para a avaliação do impacto da harmonização. A curto prazo, prevê-se a elaboração de uma matriz de comparação sobre as várias normas aplicáveis.

617. O workshop sobre o Reforço de Capacidade que também é o primeiro entre os vários workshops, definiu os elementos de uma estratégia ao nível continental que salienta a promoção do papel vital das Alfândegas no Século 21. O mesmo inclui a rentabilização do uso do Programa de Diagnóstico Columbus da OMC e encoraja os gestores dos Estados Membros a desenvolverem planos de desenvolvimento holísticos a longo prazo no sector da Capacidade Industrial, Infra-estrutura e Recursos Humanos. O workshop exortou igualmente aos Estados Membros de rentabilizarem o uso dos serviços dos peritos experientes e disponíveis em todo o continente. Além disso, ele chamou a atenção dos Ministros competentes sobre a necessidade do governo promover quadros a fim de permitir aos gestores nacionais de desempenharem as suas missões de forma mais eficaz e eficiente.

P.I.2. REGRAS DE ORIGEM E ACORDOS DE PARCERIA ECONÓMICA

618. Em conformidade com a Decisão EX.CL/Dec. 298 (IX) sobre as Negociações dos Acordos de Parceria Económica, a Comissão foi mandatada pelos Chefes de Estado e de Governo da União Africana para coordenar as negociações em curso entre os quatro grupos africanos de negociações (CEDEAO, CEMAC, SADC e a ESA) e a União Europeia. Na base desta decisão, a Comissão iniciou um processo de análise escrito sobre as Regras de Origem para negociação segundo proposta da União Europeia. O workshop sobre Regras de Origem supracitado que também foi encarregue de analisar esta questão recomendou que a Comissão convocasse uma reunião dos

Principais Negociadores/Conselheiros Técnicos dos quatro grupos de negociadores dos APE com a UE para discutirem e trocarem opiniões sobre as Regras de Origem com vista a alcançarem uma posição africana comum e harmonizada sobre as Regras de Origem no contexto dos APE.

P.I.3. 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DO SUB-COMITÉ DOS DIRECTORES-GERAIS DAS ALFÂNDEGAS DA UNIÃO AFRICANA

619. A Comissão organizou a 3ª Reunião Ordinária dos Directores-Gerais das Alfândegas da União Africana em Abuja, Nigéria de 7 a 11 de Maio de 2007. O tema principal da reunião era “As Implicações dos APC no sector Alfandegário”. A reunião elaborou uma Resolução para consideração dos órgãos políticos da União. Este documento contém recomendações sobre as principais quatro áreas nomeadamente o reforço de Capacidades, as Regras de Origem nos APC, a Integridade nas Alfândegas e a Harmonização dos Instrumentos Alfandegários. Os mesmos contêm igualmente as linhas directrizes para a implementação .

P.II. NEGOCIAÇÕES MULTILATERAIS DO COMÉRCIO

P.II.1 ACORDOS DE PARCERIA ECONÓMICA (APE)

620. As negociações no âmbito dos acordos de parceria económica prosseguiram ao longo do período abrangido por este relatório entre a Comissão Europeia e os quatro grupos de países africanos – CEMAC, África Austral e Oriental (ESA), SADC e África Ocidental. A fim de permitir-lhe coordenar as acções com vista à formulação de uma posição comum africana, a Comissão participa activamente nas actividades de negociações nomeadamente às reuniões e ateliers organizados sobre os APC pelas CERs e os grupos de negociadores.

621. Segundo as recentes declarações ministeriais conjuntas com a Comissão Europeia, os grupos de negociações parecem dispostos em concluir os APE até Dezembro de 2007, abrangendo aspectos ligados ao desenvolvimento, ao acesso ao mercado, desde que as negociações prossigam noutras áreas importantes – concluindo progressivamente o denominado APC. Tudo leva a crer que ainda resta muito trabalho a fazer mesmo nestas duas áreas; e ainda restam divergências sobre as principais questões, tais como as regras dos critérios de origem na concessão de estatutos de origem aos produtos, os períodos de transição e o objectivo da importância acordada à liberalização. No sector do desenvolvimento, ainda não há acordo sobre a questão de se manter um capítulo detalhado ou se os detalhes deverão ser transferidos para outros capítulos sectoriais ou para a matriz. É fundamental apresentar o objectivo exacto da aplicação progressiva dos APC e das modalidades para a conclusão das negociações dos APE com vista a assegurar

que os grupos conclua APE harmoniosos e inovadores que sirvam de apoio, em conformidade com o processo de integração em África particularmente a criação do Mercado Comum Africano.

622. O grupo da África Oriental e Austral (ESA) apresentou uma parte considerável dos trabalhos de elaboração do texto para os seus APC. Os outros grupos não estão tão avançados na elaboração do texto. Talvez, os mesmos poderiam tirar lições da experiência do ESA e a ESA também tem provavelmente muito que aprender dos mesmos. Seria louvável propor que os grupos convidassem uns aos outros a participarem nas suas reuniões e negociações para que possam desse modo partilhar os textos e experiência.

623. Relativamente às modalidades para a conclusão dos APC, podiam-se apresentar algumas considerações sobre a questão de harmonização ou possivelmente a fusão de todos os grupos de negociações em África na altura da conclusão dos APC. Outra possibilidade seria de continuar a exortar a parte Europeia e os Estados-Membros da União Africana bem como os grupos de negociações a tomarem todas as medidas para preservar a unidade de África como Uma África e a este respeito evitar a segregação ou divisão de África de forma análoga o que poderia dificultar a criação do Mercado Comum Africano. É de notar que a Europa está empenhada na Estratégia Africana para negociar com África como Uma África e apoiar a unidade de África e o processo de integração.

624. A abordagem da conclusão dos APE progressivamente requer disposições claras e complementares sobre como e quando é que as questões pendentes serão apresentadas particularmente nas áreas em que os países dos ACP têm interesses contrários.

625. Os países que concluírem os APC até Dezembro de 2007 terão ainda que passar pelos procedimentos internos para a aprovação e regulamentação dos acordos cujo processo pode ser moroso. É fundamental que as medidas de transição sejam aplicadas para garantir que o sector comercial não seja negligenciado depois de Dezembro de 2007. As medidas deverão ser divulgadas e conhecidas antecipadamente pela comunidade empresarial em África e na Europa, e as instruções definidas em um ano ou antecipadamente, e as relações comerciais requerem continuidade e estabilidade. Por conseguinte, é absolutamente indispensável que a Comissão Europeia e a União Europeia enderecem de imediato uma mensagem convincente para dar garantias à comunidade empresarial que as medidas de transição serão adoptadas para assegurar que o comércio não será negligenciado. A União Europeia e a Comissão Europeia deverão elaborar imediatamente estas medidas de transição para que sejam adoptadas até 1 Janeiro de 2008.

P.II.2 ELABORAÇÃO DA ESTRATÉGIA CONJUNTA AFRICANA – UNIÃO EUROPEIA

626. Eu gostaria de chamar a atenção do Conselho sobre o facto de que no quadro do diálogo entre África e a União Europeia está em fase de preparação de uma estratégia conjunta e os contornos da mesma já foram identificados e elaborados num documento que foi analisado na Troika Ministerial África-UE a 15 de Maio de 2007. Este documento será apresentado na próxima Cimeira da União Africana em Acra (Gana) no próximo mês de Julho e será endossado para servir de base ao estabelecimento de um projecto de estratégia conjunta a ser submetido à Cimeira África-UE prevista para o fim do ano de 2007 em Lisboa (Portugal).

627. As acções previstas ao título do comércio e da integração regional consistem em melhorar a governação económica e o clima de investimento, a realizar a infra-estrutura técnica africana, a reforçar as capacidades produtivas e a prosseguir com o processo APE a fim de apoiar a integração regional na base do Tratado de Abuja, particularmente a integração comercial tendo por objectivo realizar a longo prazo um mercado continental totalmente integrado.

628. Os outros objectivos igualmente visados são nomeadamente o desenvolvimento das capacidades de acesso ao mercado, nomeadamente no domínio do controlo da qualidade com vista a uma melhor protecção dos consumidores, a promoção do acesso ao mercado dos bens e serviços e o reforço da consulta com vista a desenvolver posições comuns no plano multilateral, particularmente no quadro da OMC sobre a dimensão do desenvolvimento da Ronda de Negociações de Doha.

Negociações do Ciclo de Doha no seio da OMC

629. A Comissão participa plenamente nas reuniões das negociações comerciais multilaterais no seio da OMC organizadas pelos grupos de negociadores de Genebra com vista à coordenação e à harmonização da posição africana tal como foi mandatado pelos Ministros Africanos responsáveis do Comércio. Assim e em conformidade com as disposições da Declaração de Hong Kong, na qual se solicita ao Director-Geral da OMC de organizar uma reunião consultiva sobre o algodão, a Comissão participou activamente nesta reunião que teve lugar em Genebra sobre os aspectos comerciais e do desenvolvimento do algodão. A mesma resultou numa conclusão tanto política como técnica. Do ponto de vista político, não haveria uma conclusão feliz do ciclo de Doha sem uma conclusão feliz sobre a questão do algodão. Do ponto de vista técnico, há necessidade de se garantir a coerência tanto ao nível nacional (ministérios e autoridades) como ao nível internacional entre os doadores de fundos, as instituições de financiamento e outras instituições. A

Comissão participou também numa reunião de peritos organizada no Benin sobre os produtos sensíveis e especiais e suas implicações para a África no ciclo de Doha.

P.III. INDÚSTRIA

630. No quadro da preparação da próxima Conferência dos Ministros da Indústria prevista para Setembro de 2007, a Comissão organizou conjuntamente com a UNIDO três reuniões dos grupos de peritos (EGM). A primeira era uma reunião consultiva ministerial ao mais alto nível convocada em Acra, no Gana em Fevereiro de 2007 sobre Trabalho Decente e Produtivo para os Jovens em Mano River Union e também em Côte d'Ivoire. É de recordar que o emprego dos jovens nesta sub-região constitui um grande desafio e tem implicações sobre a estabilidade política. A reunião fez um apelo a uma abordagem de multi-parceria com vista ao estabelecimento de parcerias activas entre o sector público e privado e os grupos dos jovens entre outros, para desenvolver sistemas de valor de maneira integrada, principalmente no domínio de produção no sector agro-industrial e dos serviços com vista a criar nos próximos cinco anos cerca de 4.5 milhões de postos de trabalho decentes e produtivos para os jovens na sub-região. Algumas agências da ONU e doadores comprometeram-se em prestar assistência apropriada de imediato para reforçar o Secretariado do Mano River Union a fim de promover e implementar programas interessantes para o emprego dos jovens.

631. De acordo com a decisão da 17ª Conferência dos Ministros Africanos da Indústria, a segunda EGM que teve lugar em Tunis em Fevereiro de 2007 debruçou-se sobre o cumprimento das normas e a avaliação conforme, para o desenvolvimento do comércio sustentável em África. A justificação da realização desta reunião é que os países africanos estão impossibilitados de explorar as oportunidades que existem nos acordos de comércio preferencial e nos mercados globais geralmente devido ao excesso à produção limitada e das capacidades de comércio, da falta do valor acrescentado e a dificuldade de cumprir com os padrões internacionais e em conformidade com os procedimentos de avaliação. Durante a reunião, a Comissão fez um apelo para se construir uma infra-estrutura de qualidade viável através do continente para apoiar o sector industrial. Isto inclui a uniformização, homologação, metodologia, controlo, inspecção e certificação. A este respeito, uma estratégia continental, um plano de acção e de políticas visadas para edificar e reforçar a infra-estrutura de qualidade será criada sob a alçada da Comissão da UA.

632. A terceira EGM realizada em Adis Abeba em Março de 2007 discutiu sobre investimentos para a capacidade produtiva africana. A reunião examinou uma proposta feita pela Agência da Rede Africana de Promoção e Investimento (AfriPANet) para uma plataforma de supervisão de investimento que garantiria que as empresas industriais tomassem decisões mais apropriadas sobre gestão o que conduziria a expansão das operações do sector empresarial às novas

parcerias, ao melhor acesso às finanças e à criação de emprego. Daria igualmente assistência às instituições governamentais para conduzirem orientações políticas evidentes e avaliar a resposta dos investidores sobre as intervenções políticas. Neste sentido, foi feita uma recomendação para expandir a iniciativa da AriPANet num programa Africano.

P.III.1 NEPAD - ACTIVIDADES RELACIONADAS

Indústria, Comércio e Núcleo de Acesso ao Mercado

633. De acordo com a 7ª Reunião de Consulta Regional (RCP) das agências da ONU e das organizações que trabalham em África com o apoio da UA e da NEPAD, um núcleo do sector da Indústria, Comércio e Acesso do Mercado (ITMA) foi criado com a UNIDO como presidente e a UNCTAD como vice-presidente. A este respeito, a Comissão trabalhou em conjunto com o Secretariado da NEPAD para apresentar as suas actividades planeadas em curso nessas áreas, na reunião do núcleo de lançamento inaugural na Sede da UNIDO em Viena em Maio de 2007. O núcleo pretende criar grandes sinergias nos programas de acesso e actividades do sistema da ONU e os principais parceiros em África como forma de apoio à União Africana e a sua iniciativa da NEPAD. O núcleo realizou também actividades e programas conjuntos, estudos conjuntos e publicações, seminários conjuntos e workshops entre outras actividades.

634. Durante o período em análise, a Comissão fez apresentações sobre as suas actividades nos vários Departamentos para os Comitês correspondentes do PAP durante o Seminário do PAP sobre o NEPAD. O objectivo do seminário era de consciencializar sobre as actividades da UA/NEPAD no PAP e dos parlamentos nacional e regional e melhorar a vigilância efectiva das actividades da NEPAD no PAP.

P.III.2 Relações com os Parceiros

635. A Comissão assinou um Memorando de Acordo com o Centro de Comércio Internacional (CCI) em Genebra, a 27 de Fevereiro de 2007 e conseqüentemente foi elaborado um plano de acção para a implementação das acções previstas no quadro deste Memorando.

Q. IMPLEMENTAÇÃO DA DECISÃO ASSEMBLY/AU/DEC. 156 (VIII)

636. O Conselho recordou-se que na sua 8ª Sessão Ordinária, a Conferência adoptou a Decisão Assembly/AU/Dec. 156 (VIII) que estipula entre outras o seguinte:

DECIDE consagrar a nona sessão ordinária da Conferência que terá lugar em Acra (Gana) em Julho de 2007 subordinada ao tema “Grande Debate sobre o Governo da União”;

APROVA a proposta do Conselho Executivo de organizar, no quadro deste processo, o seminário de reflexão dos Ministros dos Negócios Estrangeiros sobre o estado da União que será seguido da Sessão Extraordinária do Conselho Executivo e **ACOLHE FAVORAVELMENTE** a oferta da África do Sul de albergar estas reuniões.

637. No âmbito da aplicação destas duas disposições, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados Membros realizaram uma sessão de reflexão a 8 e 9 de Maio de 2007 em Zimbali (África do Sul) sobre o Estado da União. Na sequência desta sessão, houve uma Sessão Extraordinária (a décima) do Conselho Executivo a 10 de Maio de 2007 sobre a análise do “Relatório do Presidente sobre o Reforço da Comissão”.

638. As conclusões destes dois eventos são recapituladas neste relatório tal como segue:

Q.I. CONCLUSÕES DA SESSÃO DE REFLEXÃO

639. No final do debate, o Resumo do Presidente da Sessão, o Presidente do Conselho Executivo, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Gana, S.E. Nana Akufo-Addo, foi adoptado como conclusão da Sessão de Reflexão; e reproduzido da seguinte maneira:

Nós tivemos um debate bastante rico que permitiu definir certas questões essenciais. À excepção de uma única delegação, nós pudemos reiterar o nosso compromisso colectivo à integração política e económica do continente que deveria conduzir à criação dos Estados Unidos de África.

Apesar desta constatação, existe ainda uma divergência considerável no que respeita a maneira a qual este objectivo poderia ser concretizado.

Este problema, tal como nós o constatamos noutras regiões do mundo deve-se em parte ao facto de que não há uma única resposta para a questão da integração. O Vice-primeiro ministro gabonês lembrou-nos ontem que todas as outras regiões ou todos os outros continentes estão a constituir Grandes Grupos e que estes Grandes Grupos Regionais tomam diversas formas – o ALENA, o ANASE e a UE e lembrou-nos igualmente sobre as federações que o ministro senegalês dos Negócios Estrangeiros considerou interessantes (os Estados Unidos da América, a Índia, o Brasil e a China).

Estas federações têm certas características comuns – uma língua comum, um sistema jurídico comum, uma cultura comum e uma história comum.

Mas a realidade africana é de certa forma diferente porque o nosso continente é caracterizado por uma diversidade de povos com línguas diferentes, sistemas jurídicos diferentes e culturas diferentes. Portanto, se nós quisermos criar os Estados Unidos da África, deveremos estabelecer o nosso próprio modelo, mas um modelo que deveria responder a certas normas mínimas.

É evidente que o nosso processo de integração deve seguir o seu curso ainda que tenhamos que inspirar-nos das experiências dos outros, particularmente essa da União Europeia porque é evidente que o nosso Acto Constitutivo foi grandemente influenciado pelo modelo europeu.

O modelo europeu privilegia claramente uma abordagem gradual, etapa por etapa da questão da integração - uma abordagem que é baseada sobre a aplicação sistemática das políticas comuns. O Ministro etíope tinha razão ao afirmar que a União Europeia é um exemplo notável de êxito em matéria de integração dos Estados soberanos com objectivos comuns.

Qual é a razão da integração? Nós devemos incondicionalmente responder a esta questão porque pensamos que nós temos mais possibilidades de resolver as questões críticas e estratégicas às quais devemos fazer face a saber, o subdesenvolvimento, a erradicação da pobreza generalizada, a promoção da democracia e do Estado de direito e a defesa da nossa independência política e da nossa posição no mundo graças ao processo da integração.

A motivação fundamental do processo de integração é que mesmo que alguns estados consigam realizá-lo isoladamente nós ganharemos muito mais trabalhando em conjunto para a realização dos nossos objectivos, particularmente, face à globalização que traz oportunidades mas também desafios às nossas ambições.

A aceleração do processo de integração é a questão fundamental e esses que procuram realizar o velho sonho do pan-africanismo ou seja a criação imediata de um governo continental, pensam que é o meio mais eficaz de acelerar e alcançar o processo de integração.

Parece-nos que algumas questões devem ser esclarecidas quanto à criação imediata de um Governo da União, a saber a cedência de toda ou uma parte da soberania, a representatividade do governo continental, a sua base popular etc....

Do mesmo modo, nós devemos determinar as medidas concretas que devem ser tomadas se não podemos criar imediatamente um governo continental, mas sim acelerar o processo da integração. É evidente que nós devemos definir um roteiro com indicações precisas e elaborar os critérios mínimos que devemos todos respeitar e que permitirão uma melhor coordenação e harmonização das actividades de desenvolvimento das CERs com vista à integração do continente. A este respeito, é fundamental que façamos uma antevisão sobre o que pode ser melhor tanto ao nível das CERs como ao nível continental.

Uma união aduaneira, um mercado comum – quando é que as realizaremos pois um dos maiores problemas na hora actual é a nossa incapacidade à diferença de todos os outros continentes, a começar por nós - constitui uma fraqueza maior que devemos ultrapassar e só o poderemos fazer se desdobrarmos esforços em comum e seriamente para desenvolver as nossas infra-estruturas e a sua interligação e se reforçarmos o nosso compromisso comum em prol do desenvolvimento das competências das nossas populações, condição indispensável para o nosso progresso e prosperidade.

Põe-se igualmente a questão da eficácia das instituições continentais que nós instituímos - a Comissão da União Africana e os outros órgãos como é que podemos melhorar o seu desempenho e a sua eficácia?

Pois, eu penso que algumas das questões específicas levantadas durante as nossas discussões e que nós devemos resolver, questões essas que se relacionam com os dois segmentos da nossa reunião. Portanto, eu julgo que devemos abordar o nosso trabalho de forma holística e tudo o que pretendemos fazer aqui para ajudar os nossos dirigentes em Acra pode ser melhor feito se ajustarmos os dois segmentos dos nossos trabalhos. E principalmente, se tomarmos em conta o apelo entusiasta que nos foi feito pelo Presidente da Comissão para o reforço da Comissão ao qual ele qualifica de Executivo da União como etapa crucial para a aceleração do processo da integração que constitui um interesse estratégico e geo-político para todos nós e para o nosso continente.

Se concordarem comigo, proponho-vos que analisemos directamente a ordem do dia da segunda parte da nossa reunião e que tiremos as conclusões no fim da nossa reunião a fim de melhor ajudar a Cimeira da Acra cuja preparação constitui a razão principal da presente reunião.

Q.I. CONCLUSÕES DA 10ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO EXECUTIVO

640. A realização desta sessão extraordinária tinha por objectivo essencial a análise do “Relatório do Presidente sobre o Reforço da Comissão”. Convém lembrar que este documento apresentado na 10ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo em Janeiro de 2007 em Adis Abeba, não pode ser analisado na dita Sessão.

641. No final das deliberações da Sessão, o Conselho concordou sobre o seguinte:

- i) O relatório do Presidente sobre o reforço da Comissão e dos Comités Técnicos Especializados é um documento de excelente qualidade no que respeita a substância das propostas que figuram no mesmo mas a sua análise foi adiada até ao estabelecimento de um orçamento detalhado e até à conclusão da auditoria;
- ii) Os termos de referência da auditoria institucional tal como foi emendado pelo Conselho foram adoptados;
- iii) A auditoria da Comissão, dos outros órgãos e das Comunidades Económicas Regionais bem como das suas relações com as organizações referidas tais como a Comissão Económica das Nações Unidas para a África e o Banco Africano de Desenvolvimento deve começar imediatamente e ser concluída num prazo de seis (6) meses;
- iv) Os resultados da auditoria devem ser apresentados ao Conselho Executivo durante a sua reunião prevista para Janeiro de 2008;
- v) O Presidente da Comissão e esse do Conselho Executivo devem consultar-se com urgência com vista a identificar a fonte de financiamento da auditoria e dos peritos (personalidades ou firma) para permitir o arranque da auditoria;
- vi) Deve-se recomendar à Conferência de adiar a eleição dos novos membros da Comissão e de prorrogar o mandato da Comissão actual para dispor de tempo suficiente para concluir a auditoria e tomar em conta as decisões da Conferência de Acra sobre o Governo da União que terão sem dúvida consequências sobre o contexto das reformas. Isso permitiria constituir a nova Comissão na base das novas reformas.

642. O Conselho Executivo tomou nota sobre a disposição do Presidente e dos outros membros da Comissão de manter o posto pendente se for o caso, um ou dois meses suplementares a fim de assegurar a realização do processo das reformas sem atritos.

643. Os projectos dos Relatórios das duas sessões são submetidos separadamente ao Conselho para adopção; este ponto figura na ordem do dia do Conselho Executivo.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2007

Report of the chairperson of the commission for the period january- June 2007

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4488>

Downloaded from African Union Common Repository